



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 862

Quarta-feira - 09 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	4
Caçador	7
Camboriú	43
Campo Alegre	50
Campos Novos	53
Canoinhas	53
Capinzal	57
Catanduvas	57
Chapadão do Lageado	64
Concórdia	66
Corupá	67
Curitibanos	68
Ermo	82
Forquilha	82
Fraiburgo	85
Garopaba	89
Garuva	90
Gaspar	104
Governador Celso Ramos	120
Guaramirim	120
Herval do Oeste	120
Imbituba	123
Irineópolis	123
Itapoá	126
Joaçaba	126
Lages	126
Leoberto Leal	127
Luzerna	131
Massaranduba	133
Navegantes	133
Nova Trento	134
Palhoça	140
Paulo Lopes	142
Porto Belo	147
Porto União	148
Rio do Sul	153
Salto Veloso	153
São Lourenço do Oeste	154
São Pedro de Alcântara	172
Schroeder	185
Siderópolis	234
Timbó	245
Tunápolis	253
Turvo	253
Videira	254
Vitor Meireles	256

Consórcios

CIS/AMARP	257
CIS/AMOSC	257

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 121/2011

DECRETO N° 121/2011

Revoga o processo licitatório n° 142/2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 49, da Lei (federal) 8666/93,

CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório n° 142, de 13/10/2011, na modalidade Convite, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a realização de obras de drenagem e pavimentação da Rua José Luiz Hoffmann, se encontra na fase de análise e julgamento das propostas de preços;

CONSIDERANDO, que há um pedido de aditivo de contrato em análise, no valor de R\$ 133.000,00, referente a recuperação de área que está colocando em risco a residência de várias famílias;

CONSIDERANDO, que a receita dos meses de setembro e outubro de 2011 não corresponderam as expectativas de arrecadação;

CONSIDERANDO, que neste momento não há segurança de que haverá recursos financeiros suficientes para pagamento das despesas decorrentes deste processo licitatório;

CONSIDERANDO, que o edital do Convite em seu item 19.2 prevê a possibilidade da Prefeitura revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente,

DECRETA:

Art. 1° Fica revogado por razões de interesse público, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) n° 8666/93, o Processo Licitatório n° 142/2011, na modalidade Convite.

Art. 2° As Empresas licitantes serão notificadas desta decisão para, querendo, no prazo de dois dias úteis, contados do recebimento da notificação, apresentar recurso, na forma estabelecida no artigo 109, da Lei n° 8666/93.

Art. 3° Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Decreto N° 125/2011

DECRETO N° 125/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2011.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 9.000,00

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 11.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 20.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 08 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 126/2011

DECRETO Nº 126/2011

Outros no Orçamento programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.187,80 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.187,80

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.187,80

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 08 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal

de Antônio Carlos, em 08 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 416/2011

PORTARIA Nº 416/2011

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, a servidora MARESTER B. PAULI, ocupante do Cargo de AUXILIAR CONTABIL-FINANCEIRO II, a partir de 16 de Novembro de 2011, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2008 a 01/07/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 417/2011

PORTARIA Nº 417/2011

Concede Licença a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor CELSO ABRAÃO HACK, ocupante do Cargo de OPERDOR DE MAQUINA, a contar de 03 de Novembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 418/2011

PORTARIA Nº 418/2011

Concede Ferias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora MARIA ANGELA SCHMITT DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H , a partir de 07 de Novembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 02/09/2009 a 01/09/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 07 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 419/2011

PORTARIA Nº 419/2011
Concede Ferias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor JAIME WEBER, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 07 de Novembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 17/03/2007 a 16/03/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 07 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 197/2011
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº 197/2011; Origem: Processo Licitatório nº 106/2011 - Tomada de Preços nº 011/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: GMC - Gerson Matos Construções Ltda; Objeto: Aditivar o valor do presente contrato, que consiste na execução de obra de contenção e estabilização de encosta de terra em vias de colapso por deslizamento, em estado de erosão e sem proteção vegetal da Rua Libório Francisco Goedert, no Município de Antônio Carlos-SC, conforme pedido e parecer constante em anexo no Processo Licitatório nº 106/2011 - Tomada de Preços nº 011/2011; Valor do Aditivo: R\$ 79.626,20; Valor do Contrato aditivado: R\$

830.353,95;

Antônio Carlos, 04 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão Eletrônico Nº 137/2011- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2011- FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14: 30 do dia 23/11/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília- DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 10/11/2011, às 14:29h do dia 23/11/2011;
LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico- Cidade Compras- www.cidadecompras.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 08 de setembro de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 14/2011

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2011

Número do Registro de Preços: 14/2011

Data do Registro: 04/05/2011

Válido até: 04/05/2012

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8127)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	3,0000	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8128)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	3,0000	1
3	Cuca caseira sabores variados, peso líquido aproximado de 500g. (8129)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	5,7500	1
4	Orelha de gato doce polvilhado no açúcar e canela, macio e fresco. (8130)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	10,7500	1
5	Bolacha tipo caseiro, nos sabores polvilho e cocô, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (8131)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	10,5000	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 300g a 500g, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8132)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	3,2500	1
7	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8133)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	0,8000	1
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (8134)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	8,0000	1
9	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (8135)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	8,0000	1
10	Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica. (8136)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	6,2500	1
11	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (8137)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	12,5000	1
12	Sanduíche com pão francês (50g) fresco, queijo, presunto, alface, tomate e maionese. Feitos no dia da entrega. (8138)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	1,7500	1
13	Sanduíche natural com 2 fatias de pão pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (8139)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	2,2500	1
14	Bolacha de natal pintada, tipo caseiro, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (8140)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	13,0000	1
15	Risoles com massa caseira e recheio de frango, fritos na hora da entrega e sem presença de sujidade (8141)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	0,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2011**Número do Registro de Preços: 14/2011****Data do Registro: 04/05/2011****Válido até: 04/05/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100g a 120g, macio, frito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (8142)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	1,2500	1

BRACO DO TROMBUDO , 4 de Maio de 2011.

Ata de Registro de Preço 15/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2011****Número do Registro de Preços: 15/2011****Data do Registro: 04/05/2011****Válido até: 04/05/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de concreto usinado FCK 15 , 20 e 25 MPA para manutenção de pontes, galerias e calçadas, bem como construção de pontes, galeria e calçadas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Concreto Usinado FCK 15 MPA (10-12) B1 convencional sem bomba (8124)	M3	Beton Mix Com. de Concreto Ltda (8811)	beton mix	0	220,0000	1
2	Concreto Usinado FCK 20 MPA (10-12) B1 convencional sem bomba (8125)	M3	Beton Mix Com. de Concreto Ltda (8811)	beton mix	0	230,0000	1
3	Concreto Usinado FCK 25 MPA (10-12) B1 convencional sem bomba (8126)	M3	Beton Mix Com. de Concreto Ltda (8811)	beton mix	0	240,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 4 de Maio de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Lei 2.852

L E I Nº 2.852, de 19 de outubro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir mensalmente com as entidades de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a Confederação Nacional de Municípios - CNM, entidade nacional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; bem como, com a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, entidade microrregional de representação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Caçador junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

I - integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III - representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;

IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com as entidades em valores mensais a serem estabelecidos na Assembleia-Geral anual das mesmas.

Parágrafo único. As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembleias Gerais.

Art. 4º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as Leis nºs 1.283, de 19 de agosto de 1998 e 1.358, de 17 de junho de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

ASSIS PEREIRA

Secretário de Gabinete do Prefeito.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.050

DECRETO nº 5.039, de 20 de outubro de 2011.

Aprova remembramento de terrenos urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de dois terrenos urbanos, um com 525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), objeto da matrícula nº 26.783, do R.I. desta Comarca e outro com 674,98 m² (seiscentos e setenta e quatro metros e noventa e oito decímetros quadrados) objeto da matrícula nº 26782, do R.I. desta Comarca, resultando após o remembramento em uma área unificada, com as seguintes medidas e confrontações: uma área de 1.199,98 m² (um mil, cento e noventa e nove metros e noventa e oito decímetros quadrados), de propriedade da Clínica de Radiologia Imagem Caçador Ltda., localizado na rua Colômbia, Bairro Reunidas, confrontando: ao Nordeste, com a rua João Augustinho Luz Netto, medindo 28,00m; ao Sudeste, com o lote nº 31 de Suero Luiz Maffessoni, medindo 40,00m; ao Sudoeste, com o lote nº 1, de Denise Chiarello Hartmann, com o lote nº 2, de Miwton Carlos Irias e com o lote nº 3, de Paulo Sérgio Schaker, medindo 45,00m, e; ao Noroeste, confronta com a com o lote nº 36, de Laurita Aparecida Faustino, com o Lote nº 35, de Rosane Dalva Ferlin e com o lote nº 34, de Onofre Berton, medindo 43,46m, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste remembramento.

Art. 2º O Registro do remembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.083

PORTARIA Nº 21.083, de 03 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

CONTRATAR em caráter temporário, a cidadã MARCIA FRANCIELE FERREIRA, no cargo de Servente da Educação, Ref. 01, carga horária de 44h semanais, para atuar junto a EMEB Hilda Granemann

de Souza, em vaga vinculada a Zenita Granemann Peretti, que se encontra em licença prêmio, durante o período de 03 de outubro de 2011 a 20 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.143

PORTARIA Nº 21.143, de 24 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER 02 (dois) anos, de licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, a Servidora Pública Municipal ELIZABETH OLSEN, ocupante do cargo de Secretária Escolar, com 20h semanais, lotada na EMEB Castelhana, da Secretaria de Educação, a partir de 07 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.145

PORTARIA Nº 21.145, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, por motivo de Problemas de Saúde, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
815	Jane Maristela dos Santos	Professora	Educação	1/3	02/02/98 a 02/02/03

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.146

PORTARIA Nº 21.146, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71 parágrafo 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal EVA DE FÁTIMA KRACHINSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Referência 01, com exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto a Secretaria de Saúde, a contar de 24 de outubro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.147

PORTARIA Nº 21.147, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, da Servidora JENIFER PIRES DA SILVA, contratada como Auxiliar de Serviços Gerais, Ref. 01, carga horária de 44h semanais, em vaga vinculada à Servidora titular ROSEMARIA COMBIN, junto a Secretaria de Saúde, a partir de 31 de outubro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.148

PORTARIA Nº 21.148, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 21.053, de 26 de setembro de 2011, que CONTRATOU, em caráter temporário, a cidadã ELVIRA KRUGER,

no cargo de Professor Monitor - PETI, com 20 horas semanais, de acordo com classificação em Processo Seletivo Edital 01/2011, de 09/06/2011, no que se refere ao período de contratação que passa a ser de 03/10/2011 a 11/08/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.150

PORTARIA Nº 21.150, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal LADIR ANTUNES DE CAMARGO, ocupante do cargo de Agente de Serviços e Obras Públicas, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 1.721 (mil setecentos e vinte e um) dias, ou, 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00031/11-0, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 01/11/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.151

PORTARIA Nº 21.151, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos ao Servidor Público Municipal ALTINO INÁCIO CARNEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 1º de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.152

PORTARIA Nº 21.152, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 113, § 2º da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, licença por motivo de doença em pessoa da família, especificando código, nome, cargo, carga horária, e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	C.H.	Dias de licença	A contar de
1567	Janete Ap. Cordeiro da Silva	Servente	44	15	27/10/2011
10719	Maria Cristina Mafessoni	Supervisora	40	15	31/10/2011
782	Salete Catarina Liszkievich	Supervisora	40	30	20/10/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.153

PORTARIA nº 21.153, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	C.H	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
6833	Cássia Regina Garcia Maciel	Servente	44	005	15	01/11/11
2946	Cleci Faganello	Orientadora	40	005	30	15/10/11
3378	Iliane Silva Pagotto dos Santos	Servente	44	005	30	21/10/11

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.154

PORTARIA Nº 21.154, de 27 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
10767	Flaviane Quaresma	Professora Geografia	005	27/10/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.157

PORTARIA Nº 21.157, de 1º de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER 01 (um) mês de licença prêmio, a que faz jus, a Servidora Pública Municipal IVONETE MARIA BAZZANELLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretário, com carga horária de 35h semanais, junto a Secretaria de Administração e Fazenda, referente o período aquisitivo de 05/10/93 a 05/10/98, com gozo de 03/11/11 a 02/12/11.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de novembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.158

PORTARIA Nº 21.158, de 1º de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria 19.387, de 22/02/2010, que COLOCOU a disposição da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento o Servidor Público Municipal JAIR RAMOS, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, a contar de 1º de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de novembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.159

PORTARIA Nº 21.159, de 03 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
10641	Viviane Susamar Chavala	Assistente Administrativo	006	01/11/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Resumo Ata Habilitação CV 04-2011 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CV 04-2011 - FMS

Empresas que protocolaram proposta:

- IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA, neste ato representada pelo Sr. Fábio Moschen Antunes,
- FELTRACO E PERTUSATTI ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA, sem representante presente,
- CBA SISTEMAS LTDA, sem representante presente,

Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências do Edital estando habilitadas a participarem do presente processo, abre-se o prazo legal de 2 (dois) dias úteis para eventuais recursos tendo em vista que nem todos os representantes legais encontram-se presentes.

Contrato 127-2011 PREFEITURA

Contrato nº 127/2011 - Aquisição de material de expediente, alimentação, prestação de serviços na hospedagem e transporte para cursistas e palestrantes do Curso de Educação Inclusiva objeto do Convênio 81.604/2008, a realizar-se nos dias 21 a 25 de novembro de 2011. Referente ao processo licitatório nº 86/2011 PR nº 49/2011. Contratado: IRINEU FÁVERO ME/CNPJ sob o nº 81.027.161/0001-70. Valor: R\$ 16.020,00. Prazo: 21 a 25 de novembro de 2011.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
22	534	Refeições	Almoço tipo Buffet - composto de pratos frios e quentes, sobremesa e 1 refrigerante ou suco natural, servidos no horário das 12:00 horas às 13:30 horas	15,00	8.010,00
23	534	Refeições	Jantar tipo Buffet - composto de pratos frios e quentes, sobremesa e 1 refrigerante ou suco natural, servidos após às 19:00 horas	15,00	8.010,00
TOTAL GERAL					R\$ 16.020,00

Contrato 128-2011 PREFEITURA

Contrato nº 128/2011 - Aquisição de material de expediente, alimentação, prestação de serviços na hospedagem e transporte para cursistas e palestrantes do Curso de Educação Inclusiva objeto do Convênio 81.604/2008, a realizar-se nos dias 21 a 25 de novembro de 2011. Referente ao processo licitatório nº 86/2011 PR nº 49/2011. Contratado: MUSSULINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS E SACOLAS LTDA ME/CNPJ sob o nº 09.020.596/0001-66. Valor: R\$ 3.680,00. Prazo: 21 a 25 de novembro de 2011.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
19	100	UNID	Pasta em nylon 600, nas dimensões 38x30x1 cm, com alça de mão e tiracolo, bolso frontal para agenda e celular, fechado com zíper. Bolso interno com duas divisórias. Zíper trator. Acabamento com vivo preto. Personalizada em serigrafia conforme modelo- ANEXO VI	MUSSULINI	36,80	3.680,00
TOTAL GERAL						R\$ 3.680,00

Contrato 129-2011 PREFEITURA

Contrato nº 129/2011 - Aquisição de material de expediente, alimentação, prestação de serviços na hospedagem e transporte para cursistas e palestrantes do Curso de Educação Inclusiva objeto do Convênio 81.604/2008, a realizar-se nos dias 21 a 25 de novembro de 2011. Referente ao processo licitatório nº 86/2011 PR nº 49/2011. Contratado: PAPELARIA PARAÍSO LTDA EPP/CNPJ sob o nº 02.949.623/0001-30. Valor: R\$ 3.337,57. Prazo: 21 a 25 de novembro de 2011.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	88	UNID	Lápis Preto - maleável	BIC	0,43	37,84
02	88	UNID	Borracha branca com suporte de plástico duro	FABER	1,13	99,44
03	88	UNID	Caneta Azul retrátil	CIS PRIME	3,00	264,00
04	05	CAIXAS	Papel Vergê - Colorido gramatura 180, caixa com 50 folhas	OFF PAPER	12,00	60,00
05	200	UNID	Envelope tipo Ofício - branco	FORONI	0,06	12,00
06	02	CAIXAS	Etiquetas auto-adesivas - folha inteira A4, caixa com 100 folhas	POLIFIX	28,00	56,00
07	8.800	CÓPIAS	Cópia e impressão de Materiais em folha A4	PARAÍSO	0,10	880,00
08	88	UNID	Encadernação de Apostilas até 100 folhas	PARAÍSO	1,50	132,00
09	10	RESMAS	Papel A4, resma com 500 folhas	CHAMEX	10,50	105,00
10	88	UNID	Caderno capa dura ¼ 96 folhas	SÃO DOMINGOS	3,03	266,64
11	88	UNID	Agenda permanente	FORONI	12,60	1.108,80
12	88	UNID	Crachá com plástico e cordão	ACP	0,60	52,80
13	88	UNID	CDs Regravável	MULTILASER	1,30	114,40
14	88	UNID	DVs	MULTILASER	1,25	110,00
15	02	UNID	Fita crepe 50 mm x 50 mm	EUROCEL	6,90	13,80
16	02	UNID	Fita crepe 19mm x 50 mm	EUROCEL	1,50	3,00
17	03	UNID	Marcador de Quadro Branco com carga adaptável e ponta média (1 azul/1 preto/1 vermelho)	PILOT	4,80	14,40
18	01	UNID	Apagador para quadro branco com caixinha	CIS	7,45	7,45
TOTAL GERAL						R\$ 3.337,57

Relação Sorteados Programa Minha Casa, Minha Vida

Prefeitura Municipal de Caçador
Habitação

GRUPO ÚNICO

Ordem	Nome	NIS
1	Rozeli Soares Rodrigues	13222970725
2	Cristiane Aparecida Zipperer Lima Santos	16510968445
3	Jerusa Karen Dellani de Lima Hackel	12848800722
4	Juscélia Rodrigues Tavares	20996768712

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

5	Alvete Alizete Scheidt	21243526027
6	Juraci Correa Alves da Costa	12116472883
7	Lourdes Aparecida Correa Goncalves Lins	16516466506
8	Salvador Cristaldo	10096830295
9	Noeli Teresinha Ribeiro	10731688241
10	Rogerina Farias da Silva Rodrigues de Quadros	12223877933
11	Noemi Terezinha Vieira Goncalves	12330669617
12	Adriana Fátima Lima Sauer de Oliveira	16009593132
13	Ema dos Santos Littes	13794470728
14	Zenaide Rodrigues de Lima Campos	12147794912
15	Maria de Jesus Borges Hinz	12436668770
16	Marli Terezinha Cesca	12063810577
17	Fransoize Freitas Pereira	16335879574
18	Matilde Rodrigues dos Santos	12227454301
19	Luciane Horning Carvalho	13737145724
20	EudesSonego	13532242728
21	Edson Gribinski	12638572723
22	Joao Maria Emidio Sobrinho	12436497526
23	Rita de Fátima de Almeida M de Lima	12879652725
24	Doraci da Silva Marcolla	10640843597
25	Ely Santos Rodrigues	12591803813
26	Maria Bernadeth Sampaio	10121988160
27	Rose Teresinha de Moraes	16534661404
28	Gisele Didrich	13534158724
29	Mirto Gonçalves Pedroso	10378340821
30	Rose Alves da Silva	20999929962
31	Sebastiana Franco Burcath	16534685559
32	José de Paula	16259869607
33	Helena Teresinha Alvim dos Reis	21243542529
34	Silmara Margarete da Costa Matos	12245190590
35	Cleide Dias dos Santos	12960840722
36	Noeli Cardoso Neves	12330970503
37	Laura da Silva	20975163366
38	Robison de Fátima Machado	16043198283
39	Marili de Fátima Batista	12411952904
40	Analú Santin	13578093725
41	Tania de Fátima dos Santos	16609174874
42	Odilamar Bertazzi	12109610850
43	Maristela Zago	12451680115
44	Bernadete Damaceno	20975163021
45	Elisabete do Rocio Distefano Reinhold	12994780722
46	Antonio Carlos Cordeiro	12227358671
47	Janaina Aparecida Laba	20709867438
48	Celia Aparecida de Souza Morgenstern	16690161898
49	Solange Moreira Paz	13811156720
50	Aristiliano França	10435981142
51	Delacir Ribeiro	12993146728
52	Edina Richter	20125338508
53	Pedro Pires de Moraes	10620994727
54	Arlindo Moura Machado	10822069293
55	Ademir Antonio Cavalet	12741601722
56	Izabel Paes de Farias	16259656875
57	Terezinha Americo	20999956862
58	Ivone Tibes de Lima	12253874193
59	Matilde Antunes Rosa	20975163110
60	Sandra Mari dos Santos	20996780623
61	Ilcy Drehmer de Camargo	12315043621
62	Sandra Salete Rodrigues Cordeiro	12347635265
63	Marlene Domingues de Lima	16427451627
64	Patricia Aparecida Lara Silva	12483314963
65	Jussara Aparecida Alves Gomes Bello	16316418141
66	Idalina Ribeiro	17051644201
67	Cristiano Baseggio	12646919729
68	Marilene de Fatima dos Santos	12418204113

69	Lourdes Bussler	12406812210
70	Cecília da Silva	12640970250
71	Julio Cesar Schultz	10833463788
72	Roviane Von Scharten	13168725721
73	Terezinha Tasca da Silva	10797413739
74	Tereza da Luz	16690622828
75	Izolete Bueno de Oliveira	12347633696
76	Claudia Alessandra Campos	16429472893
77	Valdineia da Silva Domingos	12846016498
78	Loreni Guidio Batista	14184910722
79	Evelin Leniz Dias	14099250721
80	Adriana Aparecida Martins Massaroli	21243257328
81	Eva da Silva Dutra Bernardo	16143629774
82	Rosane Maria Antunes Bueno	12348289522
83	Marli de Fatima Batista	12411952904
84	Sandra Mara Grobe de Miranda	12294429658
85	Carla Ferreira da Cruz	16188505721
86	Vilma Loureno Pego	16684861166
87	Divanir da Silva Padilha	12452516157
88	Eliane de Fatima Mineiro	21243543118
89	Dezilda Gomes	16009778264
90	Vera Lurdes Gomes Moretto	16653471099
91	Vilma de Araújo	12330341980
92	Lea Cristina da Silva Vanelli	14056482728
93	Marcos Aldair dos Santos Domingues	16463241610
94	Sirlei Carvalho de Oliveira	20976110789
95	Clair Aparecida dos Santos	20324483397
96	Erbani Aparecida da Luz	20976008879
97	Alex Campos	12428400195
98	Terezinha de Jesus Schwartz	16613349284
99	Terezinha Petrovick Biki	12303699969
100	Maria Odete Schaitel	12675945724
101	Michele Angeli da Silva	12793317723
102	Nelci Rodrigues Silva	12039626834
103	Tuany Marcon Melo	14056096720
104	Marli de Fatima Antunes Pereira	20627944048
105	Sueli Aparecida Cruz Gomes	16534725933
106	Mario Bihuna	12251498895
107	Marcia Andrea Rambo dos Reis	14190038721
108	Jose Airton Pereira dos Santos	12315047112
109	Rosinei Aparecida Pereira Cardozo	12436500470
110	Iris Teresinha Rodrigues Lourenço	21000019987
111	Francisca Pereira de Oliveira	20972524139
112	Josemar de Lima Padilha	12206715726
113	Auzenir Amaro	16011900187
114	Leandro Cesar Alves	12739141728
115	Dirlei Aparecida Mathias	13441837729
116	Andrea Aparecida Richter	12418204024
117	Leandro Martins Antunes	20709839949
118	Adriana Cristina Schneider	13067275720
119	Leonilda dos Santos Vieira	10785028681
120	Jocelaine Alves Ruppel	20709846023
121	Carla de Fatima Ferreira	13390068723
122	Herminia Freitas de Almeida	21243549612
123	Juceli Meireles dos Santos	16338605653
124	Ivanisi Aparecida de Souza Mello Cordeiro	16255988121
125	Rosilda Moreira Maia Menez	16690610773
126	Ana Maria de Oliveira	20996595486
127	Leocir Paulo	20675754776
128	Lurdes Goncalves de Azevedo Correa	13069146723
129	Isabel Cristina da Silva Santos	12546089945
130	Jocemar Elizio	14148872727
131	Sebastiao Doraci Goncalves Cordeiro	12206812691
132	Leticia Aparecida Cordeiro	13484118724

133	Antonio Francioni	10378331458
134	Neide Fátima da Silva	19000620077
135	Jesuina Rodrigues	16218106293
136	Roseli Aparecida de Quadra	12792318726
137	Ana Alice Camargo Xavier	21238734091
138	Jocilei Aparecida Pimentel	12658064723
139	Gilson de Moraes	13363474724
140	Juliana Montovani	13259999727
141	Noeli Hamester	12276389445
142	Terencio de Souza Carneiro	10555568560
143	Marilda Vicente	16362270992
144	Joao Cesar Lenardt Colaço	13303373727
145	Sandra Antunes dos Santos Rodrigues da Silva	16690612520
146	Julio Rodrigues dos Santos	10238900662
147	Alessandra Pires de Moraes Moreira	16083733554
148	Lucimar Correa	12993120729
149	Cleonice Pontes Gonçalves	13587622727
150	Emanuele Orlange Krachinski dos Santos	13451972726
151	Idalina Padilha Richter	16341800496
152	Noeli Manoela da Costa	10748905305
153	Sandra Regina Batista	12341466747
154	Antonio Vargas	10259322978
155	Elizete de Fátima da Silva	12290163750
156	Reni Alves Borges	20947704846
157	Edina Aparecida Carvalho dos Santos	12452014305
158	Eliana Aparecida Leveck	21222693714
159	Joao Marcos de Oliveira	12299234081
160	Sirlene Aparecida Fidencio	13239574720
161	Adriana Maria Cofferi	12452010911
162	Joana Maria Antunes	10273469743
163	Izolda Schlosser	20012082362
164	Luana Aparecida Figueredo	13859850724
165	Taise de Liz Caetano	13341782728
166	Marcia de Carvalho Pereira	13373345722
167	Luciane Antunes Ramos	16359474094
168	Vanessa Ferreira da Silva	16537344078
169	Lucelia Aparecida Friedrich	12651742726
170	Carmen Ament	10663726678
171	Suely Maria dos Santos	20982721247
172	Dirlei de Fatima Rodrigues Santana	21238258559
173	Leonélia Ceccato de Oliveira (correção Leonilda)	12483682857
174	Marcelino de Moraes	12095320109
175	Josimeri Goncalves Ferreira	13515460720
176	Daiane Ribeiro	20996581345
177	Bernadete Aparecida Koskodai	10875113505
178	Solange Chaves	16670880171
179	Juliana Lourenco Brais	13242786725
180	Vanilda Pires dos Santos	13000454720
181	Alzemiro Mello	10415430469
182	Ivanilda Matoso de Lima	12914744503
183	Louise Pereira Ruppel	1651599756
184	Noeli das Graças Finau	13216705721
185	Marlei Garcia	13520463724
186	Gelson Ribeiro	12935265507
187	Ereny Aparecida Simoes	12194328280
188	Cristiane Cordeiro	12602557724
189	Eva Aparecida de Souza	20624374429
190	Ivone Moreira dos Santos	12088286375
191	Ari Alonso de Souza	10233172979
192	Elisangela de Almeida	12521713076
193	Adriana das Graças Lara	12320504771
194	Rosane Fatima dos Santos Alves	12521769004
195	Amazonas Alves de Candido	10552466740

196	Maria Souza de Lima	10887884692
197	Liamar Fagundes de Oliveira	13336718723
198	Silvia Daiane Calixto	19007186534
199	Juraci do Rosario da Silva	12303701432
200	Alcides Cruz Vieira	12353577239
201	Ana Paula Thibes	20428135980
202	Juçara Aparecida Pereira	13010956729
203	Sirlei de Fátima de Andrade	20996771217
204	Tais Rodrigues Muniz de Moura	20975092973
205	Creusa Maria Carvalho	16430287972
206	Raimunda Lopes Carlos Urbano	16083372748
207	Janete Aparecida Santos de Sousa	12347707533
208	Rosimari Henrique	14093809727
209	Ana Fatima Santin	10877609842
210	Judite America de Oliveira	12299559738
211	Jozimar Voloch	13576957722
212	Gessi Adancy	20927132774
213	Vilmar Thomasi	12451681413
214	Nerci da Silva	16605359632
215	Receda Fruhauf Gerhardt	16610983489
216	José Maria da Silva	12194374592
217	Elisandra de Oliveira	12758646724
218	Salvador Ribeiro de Moraes	12073219618
219	Tereza Moraes do Rosário	20999928729
220	Ildacilda Maria Ferreira	12294296356
221	Maria de Lourdes Kaling	16516478237
222	Andrino do Amaral	10549731080
223	Rozivete de Paula dos Santos	12839392528
224	Dinacir Ribeiro	12353526901
225	Miria da Silva	12708225725
226	Leidiane Patricia de Mello Castilho	16485096745
227	Lourdes Aparecida Domingues	13338821726
228	Lucas Berti	13687896721
229	Eva Aparecida Pereira dos Santos	20624374429
230	Angelo Ismael de Paula Moraes	12160267009
231	Jose Luiz Antunes	10023453947
232	Laide Terezinha Lischineski	16359410037
233	Elisangela de Fatima Borges	12330344696
234	Agenor Vieira	10555782554
235	Leonildes Luz da Silva	16429477070
236	Silvana Aparecida dos Santos	12988212726
237	Neuraci Rodrigues	12436664449
238	Ademil Lauterio dos Santos	12347572816
239	Ivone Mello	12536404597
240	Loeci Rodrigues da Silva	12279067309
241	Terezinha dos Santos Pereira	16534750202
242	Eni Rosane de Oliveira	12782611722
243	Gesiele de Souza Mello	13188965728
244	Vitoria de Fatima Pereira dos Santos	10779778348
245	Eunice da Silva	12320505476
246	Ana Maria Speggorin	12194376072
247	Adriano Inez da Rocha	12805855819
248	Nadia Patricia Iarocheski	13010680510
249	Crecêncio Rosa	10663726295
250	Anael Pereira	10255844503
251	Clenice Pires	16435449970
252	Roseli de Fátima Barreto Pinto	16536864108
253	Jumariana Souza Borba	16256001843
254	Roseli de Fátima Lima	12039638352
255	Ana Maria Santos	13475359722
256	Sirlei Aparecida Medeiros da Silva	12253926169
257	Jaqueline de Fátima Pereira	16229034957
258	Daniela Padilha dos Santos	20764225728
259	Josiane Aparecida Goncalves	16256856148

260	Sirlei Aparecida Fermino	13056962721
261	Claudete Alves Assuncao	16516844551
262	Alairto Bormann dos Santos	12412189066
263	Paulo Cesar dos Santos	12418408770
264	Irma Ramos Lino	16271637214
265	Sadir Borges da Silva	12183195381
266	Cerli de Jesus Sampaio	12303701467
267	Jose Arildo Ferreira	10764474151
268	Dirlei de Oliveira Andrade	13362099725
269	Ivone Steciuk	10887792933
270	Valdemar Machado Marques	10581880223
271	Tadeu Osmar Andrade	10651526393
272	Dirlei Fernandes	12452636802
273	Juliana Werner Ferreira	13536930726
274	Leonice dos Santos	12299119827
275	Marlene Alves de Oliveira Demetrio	12276723698
276	Valdecir de Jesus França	12147622178
277	Lourdes de Carvalho	16429478107
278	Olavo de Oliveira Arrais	14084019727
279	Doroti Dutra	10581342973
280	Ivanir Weber	17060397882
281	Libertina Inez do Nascimento	12052496302
282	Albino Moraes	10378787974
283	Ivonete de Jesus Nascimento Siqueira	12960124725
284	Caroline Ribeiro	13256765725
285	Antonio Carlos de Oliveira	20976002609
286	Joao da Motta Sodre	10731234054
287	Roseli Fátima Pereira de Moraes	16536864108
288	Neusa Lemes da Rosa	20644191915
289	Maria Marcia Pereira Cordeiro Soares	12336665060
290	Denize Aparecida Chaves	12607600687
291	Lucimar Ribeiro	12439633803
292	Eloá Fátima de Paula	12436668975
293	Elvira Rodrigues Pereira Ankler	16019419321
294	Marili de Oliveira	13450144722
295	Claudia Alves	16516455849
296	Raquel Rodrigues dos Santos	20946592556
297	Marilene Fogaca dos Santos	12452639615
298	Angela dos Santos Mazzurana	21243514940
299	Clecy Rodrigues da Rosa	12411958023
300	Nilson Ribeiro	13204482722
301	Catarina de Lima dos Santos	13536915727

Esta lista dos sorteados do Programa Minha Casa Minha Vida, será devidamente publicada em forma de Edital no sítio eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e fixado no prazo de 3 (três) dias a contar da data do sorteio, conforme estabelecido no Edital nº 003/2011.

Segue assinado pelo Prefeito de Caçador e Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

IMAR ROCHA
Prefeitura Municipal

MARINÊS DELAVAQUIA COLAÇO
Conselho Municipal de Habitação

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 098, de 05 de Outubro de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 098, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação a Resolução nº 21, de 16 de junho de 1992,

que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada no dia 04 de outubro de 2011, aprovou, e ela promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Câmara Municipal de Caçador é o órgão legislativo do Município e se comporá de tantos Vereadores quantos forem permitidos em lei, respeitada a proporcionalidade com a população do Município.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções precipuamente legislativas, mas exerce, cumulativamente, funções de fiscalização, julgamento e assessoramento, podendo, ainda sugerir medidas administrativas e, no que lhe compete, praticar atos de administração interna.

§ 1º A função legislativa consiste em elaborar e votar leis, resoluções e decretos legislativos referentes a todos os assuntos de competência do Município e do seu peculiar interesse, respeitadas as restrições superiores.

§ 2º A função fiscalizadora e julgadora de caráter político-administrativa atinge apenas os agentes públicos do Município - Prefeito, Vice-Prefeito, Auxiliares Diretos, Secretários, Intendentes, Diretores de Autarquias ou Fundações e Vereadores, não se excedendo tal função sobre os demais agentes administrativos e pessoal burocrático sujeitos a ação hierárquica do Executivo.

§ 3º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo mediante indicações e pedidos de providências.

§ 4º A função administrativa restringe-se à organização interna da Câmara Municipal, em tudo que diz respeito à sua estrutura organizacional, ao quadro de pessoal, à direção dos serviços auxiliares, e principalmente quanto à elaboração de seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II DA SEDE DA CÂMARA

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Caçador, na Rua Fernando Machado, 139, onde realizará suas reuniões.

Parágrafo único. Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas funções, sem prévia autorização da Presidência.

CAPÍTULO III DA POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

Art. 4º A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da Legislatura para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora que ocorrerá em sessão solene, independente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, com a seguinte Ordem do Dia:

I - compromisso, posse e instalação da Legislatura;

II - compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, quando for o caso.

§ 1º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se, quando for o caso. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão apresentar declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio e encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando requisitadas.

§ 3º No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, em pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura no termo competente: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTA CÂMARA". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, novamente em pé, declarará: "ASSIM O PROMETO".

§ 4º Depois da posse dos Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, assinando o termo de posse respectivo e entregando suas declarações de bens.

§ 5º Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 6º O Presidente em exercício convidará um dos Vereadores presentes para secretariar os trabalhos.

§ 7º Composta a Mesa provisória, o Presidente receberá e conferirá os diplomas dos Vereadores.

§ 8º O suplente convocado tomará posse perante a Câmara reunida, no prazo estipulado no § 1º, contado da data da convocação.

§ 9º Os termos de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito serão publicados no Diário Oficial do Município.

Art. 5º Terminada a cerimônia de posse e compromisso, será a reunião suspensa por 30 (trinta) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora.

TÍTULO II DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 6º Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por palavras e votos.
Parágrafo único. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

CAPÍTULO II DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 7º É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia

mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 21, da Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual ou Federal, de que seja exonerável "ad nutum", salvo de Secretário Municipal, Estadual, Ministro de Estado ou Diretor equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I.

CAPÍTULO III

DA PERDA DO MANDATO, RENÚNCIA E CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 8º Os deveres, as penalidades, a forma e o procedimento de perda do mandato, os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Vereador, serão previstas no Código de Ética Parlamentar, o qual passará a integrar este Regimento Interno, como seu anexo.

Art. 9º Perderá o mandato, ainda, o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 7º deste Regimento Interno;

II - cujo procedimento for antiético ou incompatível com o decoro parlamentar;

III - que se utilizar do mandato para a prática de ato de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer em cada sessão legislativa anual a terça parte das sessões ordinárias da Câmara salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VIII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e VIII a perda do mandato será declarada pela Câmara por maioria absoluta de votos, em votação pública, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos IV, V, VI e VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado

na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 10. A renúncia ao mandato far-se-á em ofício autenticado dirigido ao Presidente da Câmara.

Art. 11. Convocar-se-á o suplente nos casos de vacância e investidura previstos neste Regimento Interno e nos casos de licença superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º Em caso de vaga, investidura ou licença o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo.

§ 2º Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

§ 3º Uma vez empossado, o suplente fica sujeito a todos os direitos e obrigações dos Vereadores, salvo ser votado como membro da Mesa e Presidente de Comissão, quando empossado em caráter de substituição temporária.

Art. 12. O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em períodos de recesso, quando ela se dará perante a Mesa.

CAPÍTULO IV DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 13. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas: doença, luto, desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros, esclarecidos, com antecedência, em Plenário.

§ 2º Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar à folha de presença no início da sessão e que participar da votação das proposições em pauta na Ordem do Dia.

Art. 14. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por doença ou licença maternidade, devidamente comprovadas;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município, cujo período seja superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. No caso das licenças previstas no inciso I do "caput" deste artigo, aplicam-se as regras do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 15. A investidura em cargo previsto no art. 36, § 1º, da Lei Orgânica do Município, independe de licença, considerando-se o investido automaticamente afastado.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 16. A licença deve ser solicitada ao Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado por escrito ou qualquer outro meio eletrônico, e lido na primeira sessão após o seu recebimento.

§ 1º A licença para tratamento da saúde só será deferida quando o pedido estiver devidamente instruído com atestado médico.

§ 2º Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança de sua bancada, instruindo-o com atestado médico.

CAPÍTULO V DOS LÍDERES

Art. 17. Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre ela e os órgãos da Câmara.

§ 1º A maioria, a minoria, as representações partidárias, mesmo apenas com um membro, e os blocos parlamentares terão Líder e, quando for o caso, Vice-Líder.

§ 2º A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias e blocos parlamentares, à Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual. Enquanto não for feita a indicação, a Mesa considerará como líder o Vereador mais idoso da bancada.

§ 3º Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

§ 4º Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova comunicação à Mesa.

§ 5º Os Líderes serão substituídos, nas suas faltas, impedimentos ou ausências do recinto, pelos respectivos vice-líderes.

Art. 18. É de competência dos Líderes, além de outras atribuições que lhe confere expressamente este Regimento, indicar os membros e substitutos nas comissões permanentes, comissões especiais, de inquérito ou de mera representação, que vierem a ser criadas, respeitada a proporcionalidade partidária a que alude este Regimento e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo poderá ter entre os Vereadores, um Líder do Governo, de sua livre escolha, que indicará à Câmara, no início de cada ano legislativo.

Art. 20. É facultado aos Líderes do Partido ou do Governo, em caráter excepcional, salvo durante a Ordem do Dia ou quando houver orador na Tribuna, usar da palavra por tempo não superior a 05 (cinco) minutos, improrrogáveis, para tratar de assuntos que, por sua relevância e urgência, interessem ao conhecimento da Câmara, ou para rebater acusação feita ou esclarecer pronunciamento dúbio, ou definir atitudes. Neste caso, o líder externará sempre o ponto de vista de seu partido ou do governo.

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I DA MESA

Art. 21. A Mesa é órgão de direção de todos os trabalhos da Câmara.

Seção I Da Eleição da Mesa

Art. 22. Decorridos os 30 (trinta) minutos, da cerimônia de instalação da legislatura, posse e compromisso dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito a reunião será reaberta e os Vereadores, sob a Presidência do mais votado entre os presentes, e constatada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta, passar-se-á, imediatamente, a eleição.

§ 2º A eleição para todos os cargos da Mesa far-se-á mediante processo de votação nominal.

§ 3º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta, os quais automaticamente empossados tomarão seus assentos junto a Mesa.

§ 4º Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira votação, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

Art. 23. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 24. A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio far-se-á na última reunião ordinária da segunda Sessão Legislativa, ficando automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DA MESA

Art. 25. A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

§ 1º Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

§ 2º No impedimento ou ausência do Presidente e Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e, na impossibilidade deste, o 2º Secretário e na impossibilidade destes o mais votado.

§ 3º No caso de vaga, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição, conforme disposto neste Regimento.

Art. 26. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, o Vereador mais votado assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 27. O Vereador ocupante de cargo na Mesa poderá dele renunciar, através de ofício subscrito com firma reconhecida a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 28. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, mediante Resolução aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto no art. 68 e seguintes deste Regimento.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DA MESA

Art. 29. Compete à Mesa, entre outras atribuições:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - a iniciativa de projetos de Decreto Legislativo e Resolução;

IV - apresentar ao Poder Executivo projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, no Orçamento da Câmara;

V - elaborar ou expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, observados os princípios de probidade, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa.

VI - complementar, mediante ato, as dotações do Orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante de lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

VII - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VIII - enviar ao Prefeito, até o primeiro dia útil de março, as contas do exercício anterior;

IX - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

X - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

XI - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

XII - contratar, na forma da lei, serviços e pessoas, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XIII - solicitar ao Prefeito a elaboração de mensagem e projeto de lei, bem como a expedição do respectivo decreto, dispendo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através da anulação parcial ou total de dotação da Câmara ou à conta de outros recursos disponíveis;

XIV - enviar ao Prefeito, até o dia dez do mês subsequente, as contas do mês anterior e até o dia trinta e um de janeiro do ano seguinte as do ano anterior, a fim de possibilitar ao Prefeito a elaboração do balancete mensal e balanço anual;

XV - elaborar o Orçamento da Câmara, enviando-o ao Prefeito, até 15 (quinze) de agosto de cada ano;

XVI - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

XVII - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal;

XVIII - apresentar o relatório anual de atividades da Câmara Municipal, perante o Plenário, na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa subsequente.

Seção I
Do Presidente

Art. 30. O Presidente é o representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 31. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

V - dar posse aos Vereadores e fazer publicar no Diário Oficial do Município o respectivo termo de posse;

VI - dirigir, com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara Municipal;

VII - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

VIII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

IX - autorizar as despesas da Câmara;

X - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

XI - apresentar no Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

XII - comunicar ao Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XIII - fixar o horário de funcionamento da Secretaria da Câmara Municipal e jornada de trabalho de seus funcionários, aos quais se aplicam, quanto aos pontos facultativos, os decretos expedidos pelo Prefeito;

XIV - tomar parte das discussões deixando a Presidência, passando-a ao seu substituto, quando se tratar de matéria que se propuser discutir;

XV - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XVI - afastar-se da Presidência quando:

a) esta deliberar sobre matéria de seu interesse ou de parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;

b) for denunciante em processo de cassação de mandato;

XVII - quanto às Sessões da Câmara:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais, visitantes ilustres, e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador, quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante, fazendo constar da mesma a listagem de nomes dos Vereadores que descumprirem com o prazo para apresentação de parecer de projeto no qual funcione como relator, ou para devolução de projeto retirado para vistas, nos termos deste Regimento Interno;

h) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

i) anunciar o resultado da votação;

j) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da sessão seguinte;

l) determinar a publicação da Ordem do Dia na página eletrônica da Câmara, no prazo regimental;

m) determinar a elaboração da redação para a 2ª discussão e a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

n) convocar sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e comunitárias nos termos regimentais.

XVIII - quanto às proposições:

a) aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;

b) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicadas, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;

c) encaminhar projetos de lei à sanção;

d) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

e) determinar a publicação de Resoluções e Decretos Legislativos.

XIX - quanto às Comissões:

a) homologar as indicações de membros de Comissão Especial, de Inquérito e de Representação, previamente feitas pelas bancadas;

b) homologar as indicações das lideranças partidárias para a composição das Comissões Permanentes, bem como para substituição de seus membros.

Parágrafo único. Será destituído, automaticamente, independentemente de deliberação quando:

a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;

b) se omitir nas providências de convocação extraordinária da

Câmara solicitada pelo Prefeito;

c) tendo se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

Art. 32. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de 10 (dez) dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

Seção II Do Vice-Presidente

Art. 33. São atribuições do Vice-Presidente:

§ 1º Substituir, em todos os atos, o Presidente, nas suas faltas, ausências ou impedimentos.

§ 2º Sempre que o Presidente não se encontrar no recinto, à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente e, em sua falta, o 1º ou o 2º Secretário, substituí-lo-ão no exercício de suas funções, que lhe serão transmitidas tão logo esteja presente.

§ 3º Quando o Presidente tiver necessidade de abandonar a Presidência, durante a reunião, proceder-se-á da mesma forma.

Seção III Do 1º Secretário

Art. 34. São atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

I - verificar e declarar a presença dos Vereadores;

II - ler a matéria do expediente;

III - anotar as discussões e votações;

IV - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

V - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

VI - assinar, depois do Presidente, as atas das Sessões Plenárias;

VII - fiscalizar a elaboração das atas das sessões e dos anais;

VIII - fiscalizar a publicação dos debates;

IX - fazer xerocar cópias dos projetos de leis, decretos legislativos e resoluções para distribuição aos vereadores e imprensa credenciada;

X - substituir o Vice-Presidente quando este tiver que assumir a Presidência e não estiver presente;

XI - dirigir e inspecionar todos os trabalhos da Secretaria;

XII - tomar parte em todas as votações, inclusive nas nominais;

XIII - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento deste;

XIV - fiscalizar os serviços da Secretaria e arquivo no que concerne à boa ordem e zelo na guarda dos livros e documentos da Câmara.

Seção IV Do 2º Secretário

Art. 35. São atribuições do 2º Secretário:

I - fazer o assentamento de votos, nas eleições;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as atas das sessões plenárias;

III - substituir o 1º Secretário.

CAPÍTULO IV DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA

Art. 36. A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Parágrafo único. A segurança poderá ser feita pela Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, por servidores integrantes do serviço próprio da Câmara, ou por entidade contratada, habilitada à prestação de tal serviço.

Art. 37. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 38. Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 39. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores, servidores em serviço e convidados.

Art. 40. É proibido o porte de arma no recinto do Plenário, salvo para os casos previstos em legislação própria:

I - os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal;

III - os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - os integrantes de quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.

Parágrafo único. Relativamente a Vereador, a constatação do fato será considerada conduta incompatível com o decore parlamentar.

TÍTULO IV DAS COMISSÕES

Art. 41. As Comissões da Câmara serão:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Temporárias.

CAPÍTULO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 42. As Comissões Permanentes tem por objetivo estudar e emitir pareceres sobre matéria submetida a seu exame.

Art. 43. São Comissões Permanentes:

I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

II - Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município;

III - Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Turismo e Desporto;

IV - Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;

V - Comissão de Indústria e Comércio, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 44. As Comissões Permanentes compor-se-ão de 03 (três) membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente e do 1º Secretário, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma Comissão Permanente.

Seção I Da Composição

Art. 45. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida a recondução.

Art. 46. Na composição das Comissões Permanentes, no dia imediato ao da eleição da Mesa, no início da Legislatura, e no primeiro dia útil do ano para as demais Sessões Legislativas, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

Art. 47. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

Seção II Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 48. Compete as Comissões Permanentes:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento;

II - à Comissão Finanças, Orçamento e Contas do Município, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

b) os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

III - à Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Turismo e Desporto matéria atinente à educação em geral, cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas, homenagens cívicas, e que diga respeito à saúde e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico, assistência sanitária, alimentação, nutrição, desenvolvimento do turismo, sistema desportivo municipal e sua organização política e plano municipal de educação e física e desportiva;

IV - à Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município, sobre servidores públicos, seu regime jurídico, criação,

extinção e transformação de cargos, fixação ou alteração de sua remuneração, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal e alienação de bens, denominações de logradouros públicos;

V - à Comissão de Indústria e Comércio, Agricultura e Meio Ambiente, matéria que diga respeito à política e atividade industrial, comercial e econômica, política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e piscicultura, abastecimento, defesa animal e vegetal e organização do setor rural e meio ambiente.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 49. Compete, em comum, às Comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida, na forma deste Regimento Interno;

III - receber reclamações e sugestões, de qualquer do povo;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta;

VII - promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relativos à sua competência;

VIII - tomar iniciativa na elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais problemas;

IX - emitir parecer sobre a matéria sujeita ao seu pronunciamento.

Art. 50. À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer vir a Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado, prosseguirá o processo.

§ 2º Se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição, após publicação do parecer, será arquivada, ressalvado o disposto no § 3º.

§ 3º No caso do § 2º, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da publicação do Parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros da Câmara, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Mesa que submeta o Parecer à deliberação do Plenário.

§ 4º Aprovado em discussão e votação única o Parecer pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que devam manifestar-se sobre o mérito.

§ 5º Se o Parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva, se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Art. 51. As atividades de controle externo previstas no art. 64 da Lei Orgânica cabem à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

Seção III Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 52. Logo depois de constituídas as comissões, reunir-se-ão em sala própria, sob a direção do mais idoso, para eleger o Presidente e o Relator.

Seção IV Dos Impedimentos

Art. 53. Sempre que o membro da comissão não puder comparecer às suas reuniões, comunicá-lo-á ao seu Presidente, pessoalmente, ou por intermédio do Líder do seu partido.

§ 1º O Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão respectiva, em consequência da comunicação de qualquer membro da comissão, ou por indicação do Líder do partido a que pertence o impedido ou o ausente, designar-lhe-á substituto interino.

§ 2º Cessado o impedimento do membro da comissão, finda-se a substituição respectiva.

§ 3º Cessa a permanência do substituto na comissão pelo comparecimento do substituído às reuniões da Câmara.

Seção V Das Vagas

Art. 54. As vagas nas comissões verificar-se-ão:

- I - com a cassação do mandato legislativo;
- II - com a renúncia do mandato legislativo;
- III - com a opção;
- IV - com a perda do lugar.

§ 1º A renúncia de qualquer membro da comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º O Vereador designado para Comissão Permanente ou Especial e que, presente à reunião da Câmara, não comparecer a cinco reuniões consecutivas das referidas comissões, perderá o lugar e ser-lhe-á, desde logo, nomeado o substituto na forma do § 3º.

§ 3º O Presidente da Câmara homologará, na primeira reunião, de acordo com a indicação do líder do partido a quem couber, qualquer vaga na comissão.

Seção VI Das Reuniões das Comissões

Art. 55. As comissões reunir-se-ão, ordinariamente, em sala própria, no recinto da Câmara, em dia e hora pré-fixados, podendo, entretanto, fazê-lo em local diverso, por decisão da maioria dos seus membros.

Art. 56. As Comissões Permanentes observarão os seguintes

preceitos:

I - as reuniões das Comissões sempre serão públicas;

II - prazo de 03 (três) dias úteis para que o Presidente da Comissão designe relator para matéria submetida ao seu exame;

III - prazo máximo de 03 (três) dias para vistas de membro da comissão, se solicitada vista por mais de um membro, o prazo será comum na comissão;

IV - deliberação por maioria absoluta;

V - as Comissões Permanentes terão relatores previamente designados para cada um dos principais assuntos de sua competência. § 1º A manifestação do relator da matéria será submetida, em reunião aos demais membros da comissão, e acolhida como parecer, se aprovada pela maioria absoluta.

§ 2º O voto, em face da manifestação do relator poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, devendo nos dois casos, vir acompanhado por escrito, das razões que o fundamentam em separado.

§ 3º Voto em separado acompanhado pela maioria da Comissão, passa a constituir o seu parecer.

§ 4º Somente em casos expressamente previstos neste Regimento o parecer de comissão poderá ser verbal.

§ 5º Os presidentes das comissões poderão determinar a transcrição em ata dos documentos que interessem aos assuntos em exame, para estudo dos pareceres dos relatores ou voto de qualquer membro da comissão.

Art. 57. Ao Presidente da Comissão compete:

I - determinar os dias de reuniões;

II - presidir todas as reuniões da comissão e nelas manter a ordem;

III - fazer ler a ata da reunião anterior, submetê-la à discussão e aprovação;

IV - dar à comissão conhecimento de toda a matéria recebida;

V - conceder a palavra aos membros da comissão, pelo tempo que julgar necessário;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates, ou faltar à consideração aos seus pares, ou aos representantes do poder público;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida;

VIII - submeter a votos as questões sujeitas à comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições aos membros da comissão ou avocá-las;

X - assinar os pareceres e convidar os demais membros da comissão a fazê-lo;

XI - enviar à Mesa toda a matéria destinada à leitura em reunião plenária;

XII - ser o representante da comissão junto à Mesa;

XIII - solicitar ao Presidente da Câmara substitutos para os membros da comissão ausentes ou impedidos de comparecer;

XIV - resolver, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas na comissão sobre os trabalhos;

XV - no fim de cada ano legislativo, enviará a mesa, como subsídio para o relatório anual, relatório das proposições que tiveram andamento na comissão e das que ficaram pendentes de parecer.

§ 1º Em caso de empate, ficará adiada a decisão até que se tomem os votos dos membros ausentes e se forme a maioria.

§ 2º Ausente ou impedido o Presidente, far-lhe-á às vezes o Relator. Se este também não estiver presente assumirá a presidência o Vereador mais idoso, convidando um dos membros para secretariar a reunião.

Art. 58. Os presidentes das comissões permanentes reunir-se-ão mensalmente, com a Presidência da Câmara, para adotar providências visando a rápida tramitação das proposições.

Art. 59. Salvo exceções previstas neste Regimento, cada comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para exarar parecer, prorrogável, por mais 15 (quinze), pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º Pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através do Plenário, suspendem o prazo previsto no "caput" deste artigo.

§ 4º Para matéria com pedido de urgência do Executivo, o prazo para exarar parecer será de 15 (quinze) dias, comum a todas as comissões que se devam pronunciar.

Art. 60. Matéria sujeita à apreciação das comissões será analisada pelo Departamento Jurídico da Câmara e pela Assessoria Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Na análise serão sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 61. As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, são:

I - Especiais;

II - De inquérito;

III - De representação;

IV - Processantes;

V - Comissão de Legislação Participativa.

Parágrafo único. Na composição das comissões previstas nos

incisos I, II, III e IV, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

Seção I Das Comissões Especiais

Art. 62. As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração da Lei Orgânica e deste Regimento Interno, ao estudo de problemas municipais e a tomada de posição pela Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º A proposição indicará, fundamentalmente, a finalidade, o número de membros que a deverão compor e o prazo de sua duração.

§ 2º Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

Seção II Das Comissões de Inquérito

Art. 63. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º À vista de requerimento subscrito por Vereadores em número igual ou superior a 1/3 (um terço) da Câmara, a fim de que seja criada Comissão Parlamentar de Inquérito, os Líderes das Bancadas da Câmara farão a designação dos respectivos membros, homologadas pelo Presidente, assegurando-se tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 2º O requerimento de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito deverá indicar, necessariamente:

I - a finalidade, devidamente fundamentada;

II - o número de membros;

III - o prazo de funcionamento será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito que não se instalar e iniciar seus trabalhos dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias estará automaticamente extinta.

§ 4º A Comissão, devidamente instalada, poderá, a critério de seus membros, desenvolver seus trabalhos no período de recesso parlamentar.

§ 5º Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar à Mesa Diretora os funcionários da Secretaria da Câmara necessários aos seus trabalhos, como em caráter transitório, os de qualquer Secretaria da Municipalidade, ou órgão autônomo que possam contribuir para o desempenho de suas atribuições, os quais serão requisitados pela Comissão à autoridade competente.

§ 6º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa Diretora os meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, tendo o Relator o atendimento preferencial das providências solicitadas.

§ 7º A Comissão Parlamentar de Inquérito, observadas as normas deste Regimento, da legislação específica e, subsidiariamente, do Código de Processo Penal, poderá:

I - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Secretários Municipais, tomar depoimentos de autoridades municipais e requisitar serviços de quaisquer entidades, inclusive policiais;

II - incumbir qualquer de seus membros ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Diretora;

III - deslocar-se a qualquer ponto do território municipal para a realização de investigação e audiências públicas;

IV - requisitar técnicos especializados de qualquer órgão público municipal para realizar as perícias necessárias e indispensáveis ao completo esclarecimento do assunto, bem assim, para assessorá-la em questões especializadas;

V - requerer a intimação judicial ao juízo competente, quando do não comparecimento do intimado pela Comissão, por duas convocações consecutivas.

Art. 64. A Comissão Parlamentar de Inquérito elaborará relatório sobre a matéria, votando-o e enviando-o à publicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão de seus trabalhos, respeitado o disposto nos arts. 63, § 2º, III e 66 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão deverá comunicar em Plenário a conclusão de seus trabalhos, mencionando o encaminhamento do respectivo relatório para publicação.

Art. 65. Sempre que a Comissão Parlamentar de Inquérito julgar necessário consubstanciar o resultado de seu trabalho numa proposição, ela a apresentará em separado, constituindo seu relatório a respectiva justificativa.

Art. 66. Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, a requerimento de membro da Comissão.

Parágrafo único. Só será admitido um pedido de prorrogação na forma do presente artigo, não podendo o prazo ser superior àquele fixado originariamente para seu funcionamento.

Seção III Das Comissões de Representação

Art. 67. As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador.

Parágrafo único. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, e membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

Seção IV Das Comissões Processantes

Art. 68. As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia

contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato.

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento cominadas com destituição.

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou contra Secretário Municipal, por infração político-administrativa prevista em lei específica.

Art. 69. As Comissões Processantes serão constituídas pelos Vereadores desimpedidos, na forma prevista neste Regimento.

§ 1º Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III do art. 68, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra a qual é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§ 2º Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

Seção V Da Comissão de Legislação Participativa

Art. 70. À Comissão de Legislação Participativa em razão de sua competência, cabe:

I - sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos; e

II - pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no inciso I.

§ 1º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas à Mesa para tramitação.

§ 2º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas ao arquivo.

§ 3º Aplica-se à apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participação, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas Comissões.

§ 4º As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para o trâmite regimental.

§ 5º As normas para a organização dos trabalhos da Comissão de Legislação Participativa serão fixadas em regulamento interno próprio.

TÍTULO V DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 71. As reuniões da Câmara Municipal serão:

I - ordinárias, as que assim forem regimentalmente classificadas;

II - extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversas das

pré-fixadas para as ordinárias, ou quando convocadas nos termos deste Regimento;

III - solenes, as realizadas para instalação da legislatura e para posse do Prefeito e Vice-Prefeito, para comemorações e homenagens especiais;

IV - comunitárias.

Art. 72. À hora do início da reunião, às dezoito horas e quinze minutos, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 1º O Presidente verificará, pelo livro de presença, o número de Vereadores presentes.

§ 2º Achando-se presente, no mínimo, o terço do total dos Vereadores, será declarada aberta a reunião.

§ 3º Se faltar esse terço, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos para que se complete o número.

§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 3º, sem que haja número suficiente, dispensará o Presidente os Vereadores presentes.

§ 5º As reuniões serão levantadas antes de finda a hora a elas destinada nos seguintes casos:

I - tumulto grave;

II - em homenagem a memória de pessoas falecidas;

III - quando presente menos de 1/3 (um terço) de seus membros;

IV - por falta de matéria para ser discutida ou votada ou de oradores inscritos ou não.

§ 6º A Câmara poderá destinar o tempo reservado à Palavra Livre a comemorações especiais, ou interromper a reunião para a recepção de personagens ilustres, desde que assim resolva o Presidente, ou por deliberação do Plenário.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES

Seção I Das Reuniões Ordinárias

Art. 73. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do Município de Caçador, no período de 1º de fevereiro a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no "caput" deste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondendo à sessão legislativa ordinária.

§ 3º As reuniões ordinárias serão realizadas a partir das dezoito horas e quinze minutos, nas três primeiras segundas e terças-feiras do mês, com duração prevista de 2 (duas) horas, durante as quais, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 4º A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de Lei Orçamentária.

Seção II Das Reuniões Extraordinárias

Art. 74. A convocação Extraordinária da Câmara far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara durante o período ordinário ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses com a apreciação da maioria absoluta da Câmara.

Art. 75. Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 1º A convocação extraordinária durante o período ordinário se fará por simples comunicação do Presidente, inserida na ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores.

§ 2º A convocação do Prefeito se fará mediante ofício dirigido ao Presidente, comunicando o dia para a realização da reunião extraordinária. De posse do ofício, o Presidente, se o receber:

I - durante o período ordinário de reuniões, procederá nos termos do § 1º;

II - durante o recesso, cientificará os Vereadores, com 07 (sete) dias de antecedência, através de citação pessoal.

§ 3º Na omissão do Presidente da Câmara, o Prefeito poderá cientificar diretamente os Vereadores, igualmente com a antecedência de 07 (sete) dias, através de citação pessoal.

Art. 76. A divisão das reuniões extraordinárias é no que couber, a mesma das reuniões ordinárias.

Seção III Das Reuniões Solenes

Art. 77. Poderá a Câmara convocar reuniões solenes para homenagear pessoas ilustres e para comemorações especiais e deverá fazê-lo na instalação da legislatura.

Art. 78. As reuniões solenes independem de "quorum" e não terão Ordem do Dia, exceto aquela em que for eleita a Mesa, que não poderá funcionar sem a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 79. Nas reuniões solenes falarão apenas os oradores previamente designados, podendo, entretanto, serem convidados oradores que não sejam Vereadores.

Parágrafo único. É obrigatório facultar a palavra a personalidades que estejam sendo homenageadas em reunião solene.

Art. 80. Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Seção IV Das Sessões Comunitárias

Art. 81. Poderá a Câmara convocar reuniões comunitárias com as associações de bairros e comunidade rurais para discussão de propostas e apresentação de prioridades de interesse público.

§ 1º As reuniões comunitárias poderão ser realizadas em qualquer ponto do Município, cuja data e horário serão marcadas

previamente pela Mesa Diretora, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º Nas reuniões comunitárias farão uso da palavra os Vereadores e os líderes comunitários, devendo estes se limitar ao tema em debate.

§ 3º Das reuniões comunitárias lavrar-se-á ata, arquivando-se na Secretaria da Câmara, os pronunciamentos escritos, documentos e Palavra Livre.

CAPÍTULO III DA DIVISÃO DAS REUNIÕES

Art. 82. As reuniões públicas, ordinárias e extraordinárias, compõem-se de 4 (quatro) partes, a saber:

I - Expediente;

II - Pequenos comentários;

III - Ordem do Dia;

IV - Palavra Livre.

Seção I Do Expediente

Art. 83. O Expediente terá duração indeterminada e destinar-se-á, exclusivamente, a leitura, discussão e aprovação da ata ou atas e leitura da correspondência recebida.

Art. 84. Abertos os trabalhos, proceder-se-á a apreciação da ata da reunião anterior que será considerada aprovada pelo Presidente, independentemente de votação, se não houver reclamação.

§ 1º O Vereador que desejar retificar, ou emendar a ata, poderá fazê-lo verbalmente, ao ser submetida à aprovação do Plenário.

§ 2º Cabe ao Presidente julgar procedente ou não a retificação ou emenda proposta.

§ 3º Se for contestada a retificação ou emenda proposta, poderá a dúvida ser dirimida mediante audiência da gravação da reunião a que se refere à Ata.

Art. 85. Aprovada e assinada a Ata, dará o Secretário conhecimento, em sumário, da correspondência recebida.

§ 1º Qualquer Vereador poderá pedir a leitura na íntegra do documento mencionado em síntese, ou obter vista do mesmo para inteirar-se melhor do seu conteúdo.

§ 2º A correspondência, depois de tornada pública, será despachada pelo Presidente.

Seção II Pequenos Comentários

Art. 86. Os Pequenos Comentários, destinam-se à manifestação de Vereadores sobre o expediente lido e breves comunicações ao Plenário.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de 05 (cinco) minutos nos Pequenos Comentários, devendo a palavra ser solicitada ao Presidente.

Seção III Da Ordem do Dia

Art. 87. Finda a leitura da correspondência e após os Pequenos Comentários, tratar-se-á da matéria incluída na Ordem do Dia.

Art. 88. O 1º Secretário anunciará, em síntese, o que se houver de votar ou discutir e votar.

Art. 89. Para as votações será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara.

Art. 90. As votações obedecerão à seguinte ordem:

I - redações finais;

II - matérias com discussão encerrada;

III - matérias da Ordem do Dia;

IV - proposições de autoria dos Vereadores.

§ 1º Não havendo número legal para as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão.

§ 2º Se houver matéria urgente, com discussão encerrada e ocorrer número legal para deliberar, o Presidente solicitará ao Vereador que estiver na tribuna que interrompa o seu discurso, a fim de se proceder as votações, desde que o mesmo não esteja discutindo matéria em regime de urgência.

§ 3º O ato de votar nunca será interrompido.

§ 4º Sempre que ocorrer votação nominal mencionar-se-á na ata os nomes dos votantes.

§ 5º A falta de número legal para as votações não prejudicará a discussão da matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 91. Independente de inscrição prévia, a palavra para discutir matéria constante da Ordem do Dia obedecerá a seguinte escala preferencial:

I - o Autor;

II - o Líder do Governo, se a proposição for de origem executiva;

III - o Relator;

IV - os Vereadores.

Art. 92. Cada um dos oradores poderá ocupar a tribuna pelo tempo de 10 (dez) minutos para debater qualquer matéria em discussão.

Parágrafo único. Ao autor, Líder do Governo e Relator será dada oportunidade de rebater os argumentos contra a proposição.

Art. 93. Encerrada a discussão, fato que será expressamente declarado pelo Presidente, será a proposição votada em seguida.

Art. 94. A justificativa das proposições dos Vereadores deverá ser feita, se assim o desejar o autor, tão logo seja anunciada sua discussão.

Art. 95. Terminada a votação das proposições escritas, poderão ser apresentadas proposições verbais que envolvam votos de pesar ou regozijo.

Parágrafo único. As proposições de que trata este artigo independem da aprovação do Plenário, mas serão deferidas, de plano, pela Presidência e registradas em ata.

Art. 96. A Ordem do Dia terá duração ilimitada e se encerrará por falta de matéria ou por decurso do prazo de duração da reunião.

§ 1º O Presidente ou qualquer Vereador poderá propor a prorrogação do tempo regimental de duração da reunião para concluir a discussão ou a votação das matérias da Ordem do Dia.

§ 2º Qualquer proposta de prorrogação de prazo deverá ser aprovada pelo Plenário.

§ 3º Se ao ser requerida a prorrogação, houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para submeter a votos o requerimento.

Seção IV Da Palavra Livre

Art. 97. Terminada a Ordem do Dia, será o tempo restante da reunião dividido pelo número de oradores inscritos e dada a palavra pela ordem de inscrição.

§ 1º A lista de inscrição estará à disposição dos Vereadores desde meia hora antes do início da reunião até o final do expediente.

§ 2º Será facultado a qualquer orador inscrito ceder parte ou todo o seu tempo ao colega que necessite de maior espaço para o seu pronunciamento.

§ 3º Os oradores inscritos para a Palavra Livre poderão abordar na tribuna assuntos de sua livre escolha, mas não poderão ultrapassar o tempo que lhe for destinado.

§ 4º O orador inscrito que entender insuficiente o tempo que lhe for destinado poderá questionar junto aos colegas a cessão de parte ou todo o tempo de que dispõem.

§ 5º O Vereador inscrito que não se achar no recinto quando lhe for dada a palavra, perderá a vez de falar e só poderá fazê-lo na mesma reunião se houver ainda tempo disponível depois que todos os oradores inscritos tenham falado.

§ 6º Fica expressamente proibida a prorrogação da reunião a não ser para concluir a discussão ou votação de matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 98. Após haverem, falado todos os oradores inscritos, se houver tempo disponível, será franqueada a palavra aos Vereadores que não estavam inscritos, pelo tempo restante da reunião.

TÍTULO VI DOS DEBATES

CAPÍTULO I DA ORDEM DOS DEBATES

Seção I Disposições Gerais

Art. 99. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da Sessão.

§ 2º O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º O orador poderá falar da tribuna ou da bancada.

Seção II Do Uso da Palavra

Art. 100. O Vereador poderá falar:

I - por 05 (cinco) minutos, sem apartes:

a) para retificar ou impugnar Ata;

b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;

c) para declaração de voto;

d) para breves comunicações ao Plenário.

II - por 10 (dez) minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por 10 (dez) minutos, com apartes, para discutir requerimento e para discutir a redação final dos projetos;

IV - por 15 (quinze) minutos, com apartes:

a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante a Palavra Livre, quando não for definido outro prazo nos termos do caput do art. 97;

b) para discutir projetos, prorrogável o tempo por igual prazo;

c) para discutir requerimento de sua autoria;

d) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

§ 1º O tempo de que dispuser o Vereador começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 2º Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 3º Aplica-se o disposto no inciso IV, alínea "b", ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 101. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 102. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

I - para comunicação importante e inadiável à Câmara;

II - para recepção de visitantes ilustres;

III - para votação de requerimento de prorrogação da sessão quando o prazo desta estiver por esgotar-se;

IV - por ter transcorrido o tempo regimental;

V - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

Seção III Dos Apartes

Art. 103. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador, permanecendo sentado.

§ 2º É vedado ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, apartear.

Art. 104. Não é permitido aparte:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;

III - paralelo ou cruzado;

IV - nas hipóteses de uso de palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. O serviço de apoio do Poder Legislativo não registrará apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

Seção IV Da Ordem e das Questões de Ordem

Art.105. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "pela Ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "pela Ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art.106. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em "Questão de Ordem".

§ 1º É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

Seção V Do Recurso das Decisões do Presidente

Art. 107. Das decisões da Presidência, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 108. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da decisão.

§ 1º Na hipótese do disposto no parágrafo único do art. 107, segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até uma hora depois do encerramento da sessão não for apresentado por escrito.

§ 2º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 3º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitirá parecer sobre

o recurso.

§ 4º O recurso e o Parecer da Comissão serão imediatamente publicados no Diário da Câmara e incluído na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º A decisão do Plenário é definitiva.

CAPÍTULO II DAS ATAS DA CÂMARA

Art. 109. De cada reunião da Câmara lavrar-se-á ata resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário, na reunião subsequente.

§ 1º A redação da ata de cada reunião deverá ser encaminhada aos Vereadores através de correio eletrônico em tempo hábil, mediante confirmação de recebimento, para que possa ser lida até o início da reunião subsequente, ficando a critério do Presidente a dispensa total ou parcial da sua leitura em Plenário.

§ 2º Depois de aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Art. 110. As proposições e documentos apresentados na reunião somente serão citados com a declaração do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pela Câmara.

Parágrafo único. Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Mesa Diretora da Câmara, salvo os casos previstos no Regimento.

Art. 111. A transcrição de declaração de voto, em termos concisos e regimentais, é de livre iniciativa do Vereador.

Art. 112. O orador deverá entregar à Mesa, imediatamente após o término do discurso, os documentos lidos na sessão ou cópias autenticadas dos mesmos, a fim de que sejam transcritos nos Anais; não o fazendo somente se fará observar sua leitura.

Parágrafo único. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo.

Art. 113. A ata da última reunião de cada legislatura será analisada e assinada apenas pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO III DA PAUTA

Art. 114. Todas as matérias em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa Diretora.

§ 1º Salvo deliberação do Plenário, em contrário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem haver figurado em pauta, para conhecimento e estudo dos Vereadores, pelo menos durante 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º As matérias em pauta serão anunciadas no fim da Ordem do Dia, além de publicadas em avulsos na página eletrônica da Câmara.

§ 3º Desde que um projeto esteja na pauta somente a Mesa receberá as emendas que forem apresentadas.

§ 4º Se forem apresentadas emendas, deverá o projeto, sem prejuízo da pauta, baixar novamente às comissões.

§ 5º Se não forem apresentadas emendas será o mesmo incluído

na Ordem do Dia.

§ 6º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, com recursos de sua decisão para o Plenário, retirar de pauta proposição que necessite parecer de outra comissão, esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência complementar.

§ 7º Toda proposição incluída em pauta entrará na Ordem do Dia, tanto quanto possível na mesma ordem cronológica em que ali estiver figurado.

§ 8º As proposições que tiverem regimentalmente processo especial, não serão atingidas pelas disposições desta seção.

TÍTULO VII DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES

Art. 115. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

I - projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução.

II - indicações;

III - requerimentos;

IV - moções;

V - pedidos de informações;

VI - emendas.

Parágrafo único. Emenda é proposição acessória.

Art. 116. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor, e, nos casos previstos neste Regimento, pelos Vereadores que a apoiarem.

§ 2º Havendo apoioamento, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º As proposições que fizerem referência a leis, contratos ou convênios, ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 117. Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação, prevalecerá a primeira apresentada.

§ 1º Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a

proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação o seu arquivamento.

§ 4º No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 118. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 119. Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica, neste Regimento ou em Lei Complementar, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem parecer das comissões competentes.

Art. 120. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento à Mesa, que dependerá de deliberação do Plenário se a proposição tiver parecer favorável de comissão.

Art. 121. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 122. Ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas e levadas a conhecimento de seus autores.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as proposições de iniciativa do Vereador reeleito e da Comissão de Participação Legislativa, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

Seção I Dos Projetos

Art. 123. A Câmara exerce sua função legislativa por meio dos projetos de lei, de resolução e decreto legislativo.

Art. 124. Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência do Município, com a sanção do Prefeito Municipal.

Art. 125. Terão forma de decreto legislativo ou de resolução as deliberações da Câmara tomadas em Plenário e que independem de sanção do Prefeito. Neste caso, com a votação final considera-se encerrada a elaboração do ato legislativo que será promulgado pelo Presidente da Câmara.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo órgão estadual competente;

III - concessão de títulos de cidadão honorário e qualquer outra

honraria;

IV - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome ou da sede do Município e Distrito;

V - mudança de local de funcionamento da Câmara;

VI - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na Legislação Federal;

VII - aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município.

§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de interesse interno da Câmara, sobre a qual deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - criação de comissão especial, de inquérito ou mista;

IV - conclusões de comissão de inquérito;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não compreenda nos limites dos simples atos administrativos.

Art. 126. Os projetos deverão ser assinados por seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º Cada projeto deverá conter simplesmente, a enunciação da vontade legislativa de acordo com a respectiva ementa.

§ 2º O autor do projeto deverá fundamentá-lo por escrito ou verbalmente.

§ 3º Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que se possa adotar uma e rejeitar outra.

§ 4º Sempre que o projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa o restituirá ao autor, para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 5º Se os projetos enviados pelo Prefeito Municipal não contiverem ementa, o 1º Secretário providenciará para que a mesma seja sobreposta.

§ 6º A Mesa não poderá aceitar projetos de lei, de resolução ou decreto legislativo, ou ainda substitutivo global, que não seja encimado por ementa sucinta e precisa.

§ 7º O projeto será despachado às comissões respectivas, por intermédio da Diretoria da Câmara, depois de numerado, registrado e lido em Plenário, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

Art. 127. A votação e discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos na Lei Orgânica do

Município.

Art. 128. As matérias constantes de projetos rejeitados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara.

Art. 129. Aprovado o projeto de lei este será enviado, no prazo de 10 (dez) dias, ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 2º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral, de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Será de 20 (vinte) dias o prazo para que a Comissão apresente o seu parecer.

§ 6º Rejeitado o veto, será o projeto enviado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Prefeito para promulgação.

§ 7º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 55, da Lei Orgânica Municipal.

§ 8º A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 6º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

§ 9º A lei promulgada nos termos do § 8º, produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 10. Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observando o prazo estipulado no § 8º.

§ 11. O prazo previsto no § 4º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 12. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 13. Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Seção II Das Indicações

Art. 130. Indicação é a proposição em que são sugeridas aos poderes constituídos, medidas de interesse público, que não caibam em projeto de lei, devendo ser redigida com clareza e precisão.

Art. 131. Lida em súmula, na hora do expediente, será a indicação incluída na Ordem do Dia da mesma reunião, para discussão e votação em turno único.

Seção III Dos Requerimentos

Art. 132. Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

I - sujeitos à decisão do Presidente;

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º Quanto à forma, os requerimentos são:

I - verbais;

II - escritos.

Subseção I

Dos Requerimentos Sujeitos à Decisão do Presidente

Art. 133. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

I - a palavra, ou sua desistência;

II - retificação de ata;

III - verificação de "quorum"

IV - verificação de votação pelo processo simbólico;

V - a posse de Vereador;

VI - "Pela Ordem", à observância de disposição regimental;

VII - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

VIII - a inclusão, na Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

IX - a requisição de documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

X - a anexação de proposições semelhantes;

XI - desarquivamento de proposição;

XII - a suspensão da sessão.

Art. 134. Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

I - a juntada de documentos à proposição em tramitação, inclusive emendas;

II - a inserção em Ata de voto de pesar;

III - a retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário de Comissão;

IV - a requisição de documentos existentes na Câmara, ainda não publicados, sobre proposição em discussão;

V - justificativa de Vereador pelo não comparecimento à sessão;

VI - audiência de comissões quando formulado por qualquer Vereador.

Art. 135. Será despachado pelo Presidente, que o fará publicar, com seu despacho, o requerimento escrito de iniciativa de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, que solicite a criação de

Comissão de Inquérito.

Subseção II

Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 136. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I - a prorrogação da sessão;

II - a audiência de Comissão não ouvida sobre matéria em discussão;

III - a inversão da Ordem do Dia;

IV - o adiamento da discussão ou votação;

V - a votação da proposição por título, capítulos ou seções;

VI - a votação em destaque;

VII - a preferência nos casos previstos neste Regimento;

VIII - o encerramento da sessão nas hipóteses previstas neste Regimento;

IX - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida;

X - o encerramento da discussão nos termos do art. 150.

Art. 137. Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - a constituição de Comissão de Representação;

II - a inserção, nos anais, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, podendo a Presidência determinar a audiência da Comissão competente antes de submetê-lo ao Plenário;

III - a retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável para arquivamento;

IV - licença de Vereador, exceto o previsto no inciso I do art. 14;

V - inclusão, na Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

VI - a prorrogação do período de adiamento de discussão ou votação;

VII - a justificativa de Vereador por não ter comparecido à sessão em razão de ausência do País;

VIII - pedidos de informações.

§ 1º Os requerimentos de pedidos de informações versarão sobre atos da Mesa, do Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipais, das concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais e das entidades conveniadas ou consorciadas com o Município.

§ 2º Assim que recebidas as informações solicitadas, serão elas encaminhadas ao autor do requerimento.

§ 3º Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor.

Art. 138. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - realização de sessão extraordinária, solene ou fora da sede do Legislativo;

II - a constituição de comissão especial;

III - inserção em ata, de voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;

IV - regime de urgência para determinada proposição;

V - a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

VI - inserção em ata, de moção de apoio ou desagravo, ou moção de protesto ou repúdio;

VII - licença do Prefeito;

VIII - licença do cargo de Presidente da Câmara para ausentar-se do País, por mais de 10 (dez) dias;

IX - submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

X - convocação de titulares da Administração Municipal;

XI - encaminhamento de sugestão ao Executivo.

Seção IV Das Moções

Art. 139. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

Art. 140. As moções deverão ser redigidas com clareza e precisão, concluindo, necessariamente, pelo texto que será objeto de apreciação do Plenário.

Seção V Dos Pedidos de Informação

Art. 141. Qualquer Vereador poderá encaminhar pedido de informação sobre atos dos demais poderes, bem como das autarquias, entidades estaduais e sociedades de economia mista, cuja fiscalização interessa ao Legislativo, no exercício de suas atribuições legais.

§ 1º Não cabem, em pedido de informações, quesitos que importem em sugestão ou conselho à autoridade consultada.

§ 2º Se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas tiverem chegado, espontaneamente prestados, os esclarecimentos pretendidos, deixará de ser encaminhado o pedido de informação.

§ 3º O recebimento da resposta do pedido de informação será referido no expediente, encaminhando-se cópia ao Vereador requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar o pedido de informação que contenha expressões pouco corteses, assim como deixará de receber resposta que esteja vazada em termos que possam ferir a dignidade de algum Vereador ou da Câmara, dando-se ciência de tal fato ao interessado.

Art. 142. Lido na hora do expediente, o pedido de informação

será incluído na Ordem do Dia na mesma reunião para discussão e votação única.

Seção VI Das Emendas

Art. 143. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se substitutivo geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo único. Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra.

Art. 144. As emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º No primeiro turno de discussão e votação, cabem emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º No segundo turno de discussão e votação, somente caberão Emendas Supressivas ou Aditivas, subscritas por 1/3 (um terço), ou mais, dos Vereadores.

§ 3º As emendas só poderão ser apresentadas antes de encerrada a discussão.

§ 4º Na redação final, somente caberá Emenda de Redação.

TÍTULO VIII DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I DA DISCUSSÃO

Art. 145. As deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo tomadas segundo o "quorum" previsto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

Parágrafo único. Se a aprovação de projetos de lei exigir "quorum" qualificado este deverá ser observado em todas as votações, inclusive na redação final.

Art. 146. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo único. Todas as proposições que dependem de aprovação do Plenário ficam sujeitas à discussão prévia, atendidas as normas deste Regimento.

Art. 147. Em ambos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição e emendas, se houver.

§ 1º Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça por títulos, capítulos ou seções.

§ 2º Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara, pelo número e importância das emendas oferecidas, qualquer

Vereador poderá requerer a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas, voltando a proposição à discussão na sessão imediata.

Art. 148. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado.

§ 2º Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de comissão.

§ 3º Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 149. A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão, será apreciada na sessão imediata.

Art. 150. O encerramento da discussão dar-se-á:

I - pela ausência de oradores;

II - pelo decurso do prazo regimental.

Parágrafo único. É permitido, porém, a qualquer Vereador, requerer o encerramento da discussão, quando tenham falado sobre a matéria pelo menos cinco oradores.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Art. 151. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão, salvo se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ao debate da matéria em deliberação.

§ 2º A declaração do Presidente, de que a matéria está em votação, constitui o termo inicial dela.

§ 3º O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

III - quando houver empate na votação;

IV - na apreciação do veto.

§ 4º Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 5º O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no § 4º.

§ 6º O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa, computando-se, todavia, sua presença para efeito de "quorum".

§ 7º Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

Art. 152. A votação da proposição principal, em ambos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal, ou, antes dela quando a parte destacada for de substitutivo geral.

§ 4º O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

Seção I

Do Encaminhamento da Votação

Art. 153. Anunciada a votação, somente os líderes ou vice-líderes de bancada, e o autor da proposição, poderão encaminhá-la, mesmo que se trate de matéria não sujeita à discussão.

Seção II

Do Adiamento da Votação

Art. 154. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado, sendo permitido ao seu autor e aos líderes falarem uma vez sobre o requerimento, por 10 (dez) minutos, improrrogáveis, sem apartes.

§ 2º Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vistas da proposição por prazo não superior ao do adiamento, pedido que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de Comissão.

Seção III

Dos Processos de Votação

Art. 155. São dois os processos de votação: simbólico e nominal.

Art. 156. As votações simbólicas e nominais e todas as deliberações do Plenário, poderão ser realizadas pelo sistema eletrônico com painel fixado no Plenário, visível ao público presente.

Art. 157. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no § 1º, deste artigo.

§ 1º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 158. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão "Sim" e estes pela expressão "Não", obtida com a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário.

§ 1º A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 2º Os Vereadores que chegarem ao recinto do Plenário após terem sido chamados, aguardarão a chamada do último nome da lista, quando o 1º Secretário deverá convidá-los a manifestar seu voto.

§ 3º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 4º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 5º A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contrariamente, constará na ata da sessão.

§ 6º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 7º O requerimento verbal não admite votação nominal.

Seção IV Da Declaração de Voto

Art. 159. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável a matéria votada.

Art. 160. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

CAPÍTULO III DA REDAÇÃO FINAL

Art. 161. O projeto incorporado das emendas aprovadas em segundo turno, se houver, terá redação final, elaborada pela Mesa, observado o seguinte:

I - elaboração conforme o vencido, podendo a Mesa determinar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;

II - publicação na página eletrônica da Câmara;

III - inclusão na Ordem do Dia, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. A Mesa terá prazo de 02 (dois) dias para elaborar a redação final.

Art. 162. Apresentada emenda de redação, será ela discutida e votada na forma do disposto no Capítulo II deste Título.

Art. 163. Não havendo emendas, ou, havendo, após a sua votação, o Presidente declarará aprovada a redação final do projeto, sem votação.

Art. 164. Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de 10 (dez) dias para expedir o autógrafo ao Prefeito.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I Da Preferência

Art. 165. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 166. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto;

III - redação final;

IV - projeto de lei orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projetos em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

Parágrafo único. As matérias em regime de urgência, nos termos dos arts. 169 a 172 terão preferência dentro da mesma discussão.

Art. 167. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 168. Nas demais emendas, terão preferência:

I - a supressiva sobre as demais;

II - a substitutiva sobre as aditivas e modificativas;

III - a de comissão sobre as dos Vereadores;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão ou votação terão preferência pela ordem de apresentação.

Seção II Do Regime de Urgência

Art. 169. A requerimento da Mesa, de Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência, o qual poderá ser feito em todas as fases da tramitação do projeto em que for cabível.

Art. 170. O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de 72 (setenta e duas) horas, contado da aprovação do regime de urgência;

II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso I, com ou sem parecer.

Art. 171. Será facultada a palavra até 05 (cinco) minutos, no máximo, na discussão de requerimento de urgência.

Parágrafo único. Não poderá ser concedida urgência para qualquer proposição, com prejuízo de urgência já votada, quando não

ultimado o andamento da proposição respectiva, se não em virtude de requerimento assinado pela maioria da Mesa ou pelo quarto da totalidade absoluta dos Vereadores.

Art. 172. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento.

§ 1º Solicitada a urgência a Câmara deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias sobre a proposição, contados da data em que foi feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no § 1º, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições para que ultime a votação.

§ 3º O prazo do §1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

CAPÍTULO V **DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO**

Art. 173. A retirada de qualquer proposição poderá, em todas as fases, ser pedida pelo seu autor, ao Presidente da Câmara, que deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário. Se, porém, a proposição estiver na Ordem do Dia, com parecer favorável, somente ao Plenário cumpre deliberar.

Parágrafo único. As proposições de comissão só poderão ser retiradas a requerimento do Relator ou do Presidente da comissão, falando em nome desta.

TÍTULO IX **DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

CAPÍTULO I **DA EMENDA À LEI ORGÂNICA**

Art. 174. Aplicam-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

Art. 175. Apresentada a proposta nos termos da Lei Orgânica, será constituída Comissão Especial, composta de três membros indicados pelos líderes de bancada, observada a proporcionalidade partidária, que, depois da instrução do processado pelo órgão de assessoramento da Câmara, sobre ela exarará parecer, em 15 (quinze) dias.

§ 1º Cabe à Comissão a escolha de seu Presidente e Relator.

§ 2º Incumbe à Comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos do disposto no art. 175 deste Regimento, concluindo a comissão pela inadmissibilidade e havendo recurso, interrompe-se o prazo do "caput" deste artigo, até decisão final.

Art. 176. Somente serão admitidas emendas apresentadas à Comissão Especial, no prazo que lhe é estabelecido para emitir parecer, desde que subscritas por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Art. 177. Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra, por 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze).

§ 1º No caso de proposta do Prefeito, usará da palavra quem este indicar, até o início da sessão; se ninguém for indicado, poderá usar da palavra para sustentação da proposta, o líder do Prefeito.

§ 2º Tratando-se de emenda popular os signatários, no ato de apresentação da proposta, indicarão, desde logo, o seu representante para a sustentação oral, com legitimidade, também, para recorrer, na hipótese do disposto do § 2º do art. 175.

CAPÍTULO II **DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO**

Art. 178. A Câmara aguardará as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, que deverão ser apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, obedecendo aos seguintes prazos:

I - Plano Plurianual - até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias - até o dia 15 de abril de cada exercício;

III - Lei Orçamentária Anual - até o dia 31 de agosto de cada exercício.

§ 1º A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Executivo Municipal os instrumentos de planejamento referidos nos incisos deste artigo, obedecendo aos seguintes prazos:

I - o Plano Plurianual - até 15 de dezembro do primeiro ano de mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias - até 30 de junho de cada exercício;

III - a Lei Orçamentária Anual - até 15 de dezembro de cada exercício.

§ 2º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos pelo § 1º deste artigo sem que se tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação das matérias sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 3º Sob coordenação da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, na forma de seu regimento interno, realizar-se-ão as Audiências Públicas de que tratam a Lei Complementar de Finanças Públicas, Estatuto da Cidade, Legislação Ambiental e Lei de Licitações, com ampla participação das entidades civis, reduzindo-se a termo o resultado das audiências, para elaboração, pela própria Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município de emenda popular.

§ 4º Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar.

§ 5º No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado retornará à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que emitirá parecer sobre elas, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 6º O parecer emitido será publicado em 02 (dois) dias, devendo o projeto ser imediatamente incluído na Ordem do Dia.

§ 7º Aprovadas as emendas, caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município a elaboração da redação para votação.

Art. 179. Aplicam-se aos projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto nesta seção, as regras deste Regimento Interno que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 180. Recebida a proposta do Orçamento, será remetida,

independente de leitura à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que dará parecer preliminar.

§ 1º O Presidente da Comissão poderá designar relatores para as partes e subdivisões do projeto do Orçamento.

§ 2º Dentro de 10 (dez) dias após o recebimento, a Comissão remeterá à Mesa o Projeto para ser publicado em avulsos.

Art. 181. Depois de publicado e lido em Plenário, voltará à Comissão, para recebimento de emendas, durante 10 (dez) dias.

§ 1º Não serão admitidas emendas das quais decorram aumento global de despesas ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2º Não se admitirão, ainda, emendas ao projeto de lei do orçamento que visem à:

I - alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando, nesse ponto, a inexistência da proposta;

II - conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III - conceder dotação superior aos quantitativos fixados para concessão de auxílio ou subvenções.

§ 3º Somente na Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município poderão ser apresentadas emendas aos projetos de leis periódicas.

§ 4º Será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas apresentadas, salvo se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara requerer a seu Presidente a votação em Plenário sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão.

Art. 182. É vedado à Câmara rejeitar "in totum" o projeto de lei do orçamento.

Art. 183. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 184. Decorrido o prazo do art. 178, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, em 05 (cinco) dias, devolverá o projeto à Mesa, com parecer definitivo sobre o projeto e as emendas.

Art. 185. O parecer e projeto serão incluídos na Ordem do Dia da reunião seguinte, para sofrer englobadamente uma única discussão.

§ 1º No momento das votações e no intuito de encaminhá-las, poderá o Vereador, primeiro signatário da emenda, ou o relator, ou ainda, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, dar explicações, observados prazos de 10 (dez) minutos.

§ 2º Terminada a votação do projeto e das emendas, voltarão estes à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município que, em 06 (seis) dias, elaborará a redação final.

§ 3º A redação final será submetida à deliberação do Plenário na primeira reunião seguinte.

§ 4º À Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município será permitido, ao opinar sobre emendas, propor modificações e apresentar substitutivos, de ordem geral, a várias emendas, ou a grupos delas, que versam sobre o mesmo assunto, ou sobre

objeto de igual natureza.

Art. 186. O Presidente da Comissão poderá delegar as funções de relator geral a um dos membros da Comissão, de sua livre escolha.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 187. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Caçador e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

§ 1º Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º Fica assegurado o exame e apreciação das contas do Município, durante todo o exercício, na Câmara Municipal, por qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade na forma da lei.

Art. 188. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal remeterão ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina os respectivos balanços do exercício anterior até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte.

§ 2º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 3º À Câmara Municipal é vedado julgar contas mensais ou anuais que ainda não tiverem recebido parecer definitivo do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 189. Logo que chegue à Câmara o Parecer do Tribunal de Contas, a Mesa providenciará a remessa de todo o processo de Prestação de Contas, acompanhado dos documentos, Balanços e Parecer à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, independente de leitura no Expediente em reunião da Câmara.

Art. 190. Recebido o processo, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, designará, em 48 (quarenta e oito) horas, o Relator, que terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar parecer.

§ 1º Se o parecer for rejeitado pela Comissão, será nomeado novo Relator, que dará parecer de acordo com o ponto de vista vencedor, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º O parecer da Comissão concluirá sempre por projeto de decreto legislativo.

§ 3º Findos os prazos previstos neste artigo, o processo será enviado à Mesa Diretora.

Art. 191. A votação será simbólica e apenas considerado rejeitado o Parecer do Tribunal de Contas se obtiver o voto contrário de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 192. Rejeitadas as Contas, serão remetidas ao Ministério Público para as devidas providências, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 193. Aprovadas as Contas, será imediatamente remetida ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do decreto legislativo, que assim as julgar.

Art. 194. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais para a votação.

Art. 195. Se o parecer for contrário à aprovação deverá a Câmara, antes do julgamento, converter o processo em diligência, abrindo vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente, por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar convenientes, suspendendo-se o prazo previsto no art. 194.

Art. 196. Se os esclarecimentos forem relevantes, a Câmara devolverá, ainda, por maioria simples, o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reapreciação da matéria nele enfocada, permanecendo suspenso o prazo de julgamento.

Parágrafo único. Emitido o segundo parecer pelo Tribunal de Contas do Estado, serão definitivamente julgadas.

Art. 197. Se o Prefeito não enviar à Câmara, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, o balanço anual, será constituída Comissão Especial para tomar as contas e, conforme o resultado providenciará quanto a punição dos responsáveis.

Art. 198. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade municipal responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, determinará sua sustação.

CAPÍTULO IV DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 199. A realização das audiências públicas de que trata o art. 49, obedecerá ao seguinte:

I - cada comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidades da sociedade civil e com qualquer cidadão para instruir a matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas;

II - a audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pela comissão permanente, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

III - aprovada a reunião de audiência pública, a comissão selecionará para serem ouvidas as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes:

a) na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá da forma que possibilite a audiência das correntes de opinião;

b) o convidado deverá limitar-se ao tema em questão e disporá, para tanto, de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da comissão, não podendo ser apartado;

c) caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da comissão poderá adverti-lo, cassar a palavra ou determinar a sua retirada do recinto;

d) a parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da comissão;

e) os Vereadores inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 03 (três) minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpellar qualquer dos presentes.

IV - da reunião da audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que o acompanharem;

V - nas audiências públicas previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, poderá adaptar as normas definidas nesta seção, a fim de disponibilizar maior tempo para a disposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO DO PREFEITO POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 200. O julgamento do Prefeito por infração político-administrativa definida em lei complementar à Lei Orgânica seguirá o procedimento regulado neste capítulo.

Art. 201. Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária que se realizar, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.

Parágrafo único. A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.

Art. 202. Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á, imediatamente, Comissão Processante.

Art. 203. Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo, o seu suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.

Parágrafo único. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, deverá, para os atos do processo, passar a Presidência ao seu substituto.

Art. 204. Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em 05 (cinco) dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.

§ 1º No prazo de 10 (dez) dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, 05 (cinco) testemunhas.

§ 2º Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por Edital, publicado duas vezes no Diário Oficial do

Município, com intervalo de 03 (três) dias, pelo menos, exceto nos casos de licença autorizada pela Câmara, caso em que se aguardará o seu retorno.

Art. 205. Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

§ 1º Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido à deliberação, por maioria de votos, do Plenário.

§ 2º Decidindo o Plenário ou opinando a comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.

Art. 206. Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e examinará as demais provas produzidas.

Parágrafo único. O denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, permitindo-se a ele ou ao seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências, e a formular perguntas e reperguntas as testemunhas, bem como, requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 207. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para que apresente razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa.

Art. 208. De posse dos autos, o Presidente convocará sessão especial de julgamento.

§ 1º Na sessão de julgamento o Parecer final da Comissão Processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por 15 (quinze) minutos, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador terá o prazo máximo de uma hora para produzir defesa oral.

§ 2º Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação, obedecidas as regras regimentais.

§ 3º Serão tantas as votações quantas forem às infrações articuladas na denúncia.

§ 4º Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de 2/3 (dois terços), pelo menos, dos membros da Câmara, incurso de qualquer das infrações especificadas na denúncia.

§ 5º Concluído o julgamento o Presidente proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração.

§ 6º Se houver condenação, a Mesa baixará o Decreto Legislativo de cassação de mandato do Prefeito.

§ 7º Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo.

§ 8º Em qualquer caso, o Presidente comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

§ 9º O processo a que se refere este artigo, deverá estar concluído em 90 (noventa) dias, contados da data que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

CAPÍTULO VI DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 209. O Regimento Interno só poderá ser modificado mediante projeto de resolução da Câmara.

§ 1º A Mesa apresentará, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias, parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 2º Projeto e pareceres depois de distribuídos em avulsos, figurarão na Ordem do Dia, para discussão e votação em dois turnos.

§ 3º Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Mesa emitirá, dentro de 05 (cinco) dias, parecer, sujeito também à discussão suplementar.

§ 4º Encerrada a discussão do parecer, votar-se-á o projeto cuja redação final cabe à Mesa.

§ 5º A Mesa fará, ao fim de cada ano Legislativo, a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento.

CAPÍTULO VII DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 210. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 211. Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa, "ad referendum" do Plenário.

Parágrafo único. A decisão da Mesa será comunicada por ofício aos Vereadores.

CAPÍTULO VIII DA FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 212. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, até 06 (seis) meses antes do fim do último ano de mandato, apresentará o projeto de lei que fixe a remuneração dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Auxiliares Diretos do Município, para o período seguinte, observado o que dispõe a Constituição Federal, Estadual e os princípios estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Art. 213. Se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, não houver tomado, nos respectivos prazos, as providências do art. 212, a Mesa incluirá na Ordem do Dia da primeira reunião que se seguir, em forma de proposição legislativa, as disposições em vigor sobre a matéria.

Parágrafo único. As emendas a esses projetos serão enviadas à referida comissão que deverá emitir parecer, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias.

CAPÍTULO IX DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 214. A concessão de títulos e honrarias observará o disposto em norma específica. Relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado;

II - será público o processo de votação na deliberação sobre

concessão de títulos e honrarias;

III - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra, obrigatoriamente, o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado;

IV - a aprovação da proposição depende do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 215. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesiásticas;

II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de lei respectivos, não havendo acordo, proferirão a saudação os líderes das duas bancadas majoritárias.

§ 3º Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara.

§ 4º Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu representante, no gabinete da Presidência.

§ 5º O título será entregue ao homenageado, pelo Prefeito ou pelo autor, durante a Sessão Solene, sendo este o orador oficial da Câmara.

§ 6º Não serão entregues honrarias nos 90 (noventa) dias anteriores às eleições municipais.

Art. 216. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias das atas alusivas aos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

TÍTULO X DA TRIBUNA LIVRE

Art. 217. Nas sessões realizadas às terças-feiras, será destinado logo após o encerramento da Ordem do Dia, o tempo de 15 (quinze) minutos à Tribuna Livre.

Art. 218. Na Tribuna Livre, poderá fazer uso da palavra, somente uma pessoa por Sessão, indicada à Mesa com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, por entidades da sociedade civil.

Art. 219. Não se admitirá o uso da Tribuna Livre:

I - por representantes de partidos políticos;

II - por candidatos a cargo eletivo;

III - por integrante de chapas aprovadas em convenção partidária.

TÍTULO XI DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DA MUNICIPALIDADE E

TITULARES DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 220. Os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo poderão ser convocados pela Câmara a requerimento de qualquer Vereador ou Comissão.

§ 1º O requerimento deverá ser escrito e indicar com precisão o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário, nos termos do art. 138, inciso X, deste Regimento.

§ 2º Resolvida a convocação, o Presidente da Câmara entender-se-á com o convocado, mediante ofício, em prazo não superior a 10 (dez) dias, salvo deliberação do Plenário, solicitando-lhe fixar dia e hora para o seu comparecimento.

Art. 221. Quando o Prefeito, os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo desejarem comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões para prestarem espontaneamente esclarecimentos sobre matéria legislativa em andamento, a Mesa designará, para esse fim, o dia e hora.

Art. 222. Na reunião a que comparecerem farão, inicialmente, uma exposição do objeto de seu comparecimento, respondendo a seguir as interpelações de qualquer Vereador.

§ 1º Durante a sua exposição ou ao responder as interpelações, bem como o Vereador ao anunciar as suas perguntas não poderão desviar-se do objeto da convocação, nem responder apartes.

§ 2º É lícito ao Vereador ou membro da comissão, autor de requerimento da convocação, após a resposta do convocado à sua interpelação, manifestar sua concordância ou não com as respostas dadas.

§ 3º O Vereador que desejar formular as perguntas deverá fazê-lo através da Presidência.

Art. 223. O convocado ou aquele que comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões ficará, em tais casos, sujeito às normas deste Regimento.

TÍTULO XII DA ORDEM INTERNA DA CÂMARA

CAPÍTULO I DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA

Art. 224. Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão pela sua Secretaria e reger-se-ão pelo Regulamento expedido pela Mesa.

Art. 225. Os atos relativos aos servidores da Câmara Municipal de Caçador terão a forma de Portaria.

Art. 226. As despesas realizadas por conta da dotação orçamentária e de créditos especiais estão sujeitas a prestação de contas perante a Câmara, depois de examinadas pelo Tribunal de Contas.

TÍTULO XIII DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CAPÍTULO I DO COMPROMISSO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 227. Compromissados os Vereadores e instalada a Legislatura, nos termos do art. 4º, prestará e tomará posse do cargo o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito.

Art. 228. Para o ato solene de compromisso e posse do Prefeito e

Vice-Prefeito, serão observadas as seguintes prescrições:

I - o Presidente designará uma comissão composta de três a cinco Vereadores para acompanharem os eleitos até o recinto da Câmara;

II - designar-lhe-á lugar previamente reservado;

III - receberá e conferirá seus diplomas;

IV - verificada sua autenticidade, convidará o Prefeito e o Vice-Prefeito, como também os Vereadores e os demais presentes a ficarem de pé.

Art. 229. Inicialmente o Prefeito proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura do termo competente: "PRO-METO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OBSERVAR AS LEIS, PARTICULARMENTE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO".

Parágrafo único. O compromisso do Prefeito será seguido pelo do Vice-Prefeito, que atenderá às mesmas prescrições, assinando, também, o termo competente.

Art. 230. O Presidente, após terem prestado compromisso o Prefeito e o Vice-Prefeito, declarará-os empossados nos respectivos cargos e os convidará a assinarem o termo de compromisso, lavrado em livro próprio cuja leitura prévia determinará.

Art. 231. Se decorridos 15 (quinze) dias da data fixada para a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, estes não tiverem assumido o cargo, será declarado extinto o mandato pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, sucessivamente o Presidente da Câmara Municipal, na ordem da votação.

Art. 232. No ato da posse, o Prefeito e Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se, se ainda não o tiverem feito, e apresentar à Mesa declaração de bens, direitos e obrigações do seu patrimônio, tais como os existentes no dia em que iniciam o exercício do mandato, para que a Câmara os faça publicar, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo na mesma forma ao terminá-lo.

Art. 233. Concluído o ato de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, poderá o Presidente facultar a palavra a oradores na seguinte ordem:

I - Vereadores;

II - presentes e convidados;

III - Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 234. Após a fala do último orador, será a reunião suspensa por 30 (trinta) minutos e terá prosseguimento com a eleição da Mesa, como prescreve o Capítulo I do Título III.

TÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 235. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da vigência deste Regimento Interno, serão compostas as Comissões Permanentes, obedecidas as normas deste Regimento Interno.

Art. 236. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 237. Ficam revogadas as Resoluções nºs 11, de 06 de junho de 1988; 21, de 16 de junho de 1992; 34, de 11 de novembro de 2003; 13, de 11 de agosto de 2004; 10, de 14 de março de 2006; 17, de 04 de abril de 2006; 20, de 18 de abril de 2006; 043, de 22 de agosto de 2006; 050, de 03 de outubro de 2006; 051, de 16 de novembro de 2006; 19, de 06 de maio de 2008 e 031, de 18 de fevereiro de 2009.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PARLAMENTAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código, previsto no art. 6º, da Resolução nº 098, de 05 de outubro de 2011 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador, estabelece os deveres, os princípios éticos e as regras básicas de decore que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Vereador.

Parágrafo único. Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas à ética e ao decore parlamentar.

CAPÍTULO II DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 2º No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 3º São deveres fundamentais do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno:

I - promover a defesa dos interesses populares e municipais;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Município, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade, não se eximindo de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

IV - apresentar-se a Câmara, na hora regimental, nos dias designados, às sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, apresentando, por escrito, prévia justificativa à Mesa, pelo não comparecimento e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro;

V - respeitar e cumprir a Constituição, a Lei Orgânica do Município, as leis e as normas internas da Câmara Municipal;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação, exarando pareceres ou votos sob a ótica do interesse público, nos

prazos regimentais, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

VII - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e da população;

VIII - propor a impugnação de medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público e denunciar publicamente as atitudes lesivas à afirmação da cidadania, do desperdício do dinheiro público, os privilégios injustificáveis e o corporativismo;

IX - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar;

X - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

XI - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa;

XII - comunicar à Mesa sua ausência do País;

XIII - utilizar-se dos equipamentos postos à sua disposição pela Câmara, para desempenho do mandato, com zelo e economia, responsabilizando-se por sua restituição na forma estabelecida por Termo expedido pela Câmara.

CAPÍTULO III DAS VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Art. 4º Entende-se como vedações e incompatibilidades no exercício da vereança, de caráter funcional, contratual ou negocial, políticas e profissionais, àquelas previstas na Lei Orgânica, em seu art. 34 e no art. 7º do Regimento Interno.

CAPÍTULO IV DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - a transgressão reiterada aos preceitos deste Código, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;

II - a prática de irregularidades graves ou de comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo, no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

III - a perturbação da ordem nas sessões da Câmara, inclusive a ausência à votações, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelas bancadas ou suas lideranças e comunicada à Mesa, ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso em discurso ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal, à Mesa ou Comissão, ou aos respectivos Presidentes, ou a qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que assistam às sessões do Plenário ou das comissões da Câmara, bem como praticar ofensas físicas a seus pares ou a qualquer cidadão nas dependências da Câmara Municipal;

V - o desrespeito à Mesa e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

VII - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Vereadores;

VIII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;

IX - omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações de que trata o art. 4º, deste Código;

X - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão hajam resolvido devam ficar secretos, bem como revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

XI - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;

XII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às sessões, ou às reuniões de comissão;

XIII - acusar Vereador, no curso de uma discussão ou mediante denúncia caluniosa à Mesa Diretora, ao Conselho de Ética ou comissões, ofendendo sua honorabilidade, com arguições inverídicas e improcedentes;

XIV - desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa Diretora, do Plenário ou das comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos que assistam a sessões de trabalho da Câmara.

§ 1º Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo:

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - fraudar votações;

III - deixar de comunicar e denunciar, da Tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como casos de inobservância deste Código, de que vier a tomar conhecimento;

IV - utilizar infraestrutura, recursos, funcionários ou serviços administrativos de qualquer natureza, da Câmara ou do Executivo, para benefício próprio ou outros fins, inclusive eleitorais.

§ 2º As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de admissibilidade mediante provas.

CAPÍTULO V DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS

Art. 6º O Vereador apresentará à Mesa as seguintes declarações obrigatórias periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos;

II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento do prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas: cópia da Declaração de Imposto de Renda do Vereador;

III - ao término do mandato, até o dia 31 de dezembro, Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos.

§ 1º As declarações referidas nos incisos I, II e III deste artigo serão autuadas em processos devidamente formalizados e numerados sequencialmente, fornecendo-se ao declarante comprovante de entrega, mediante recibo em segunda via ou cópia da mesma declaração, com a indicação do local, data e hora da apresentação.

§ 2º Os dados referidos neste artigo terão, na forma da Constituição Federal (art. 5º, XII), o respectivo sigilo resguardado, podendo, no entanto, a responsabilidade pelo mesmo ser transferida para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, quanto este o solicitar, mediante aprovação do respectivo requerimento pela sua maioria absoluta.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 7º As Medidas Disciplinares são:

I - advertência;

II - censura pública verbal ou escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais, por, no máximo, 60 (sessenta) dias;

IV - perda temporária do exercício do mandato, por, no máximo, 90 (noventa) dias;

V - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 8º A advertência é medida disciplinar de competência dos Presidentes da Câmara, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão.

Art. 9º A censura pública será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Câmara, em sessão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, no âmbito desta, durante suas reuniões, quando não couber penalidade mais grave, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos I, II e III do art. 5º deste Código.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, por provocação do ofendido, ou por solicitação do Presidente da Câmara ou Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se outra cominação mais grave não couber, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos IV e V do art. 5º deste Código e em caso de reincidência nas condutas referidas no § 1º.

Art. 10. A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada pelo Plenário da Câmara, por proposta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, especificando os fatos e respectivas provas, ao Vereador que incidir nas vedações dos incisos X, XI e XII, do art. 5º, deste Código.

§ 1º São passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:

I - candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de Presidente, Vice-Presidente ou relator de comissão;

II - ser designado relator de proposição em comissão ou Plenário.

§ 2º A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no § 1º, ou apenas sobre algumas, a juízo do Conselho, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.

Art. 11. A aplicação de penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, será imposta ao Vereador que incidir nas condutas previstas nos incisos VI, VII, VIII, IX, XIII, XIV e § 1º do art. 5º e reincidir nas hipóteses do art. 10, deste Código.

Art. 12. Será punido com a perda do mandato, o Vereador que incidir nas condutas descritas no art. 34 da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO VII DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 13. As sanções de que tratam os arts. 11 e 12, deste Código, serão decididas pelo Plenário, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado na Câmara Municipal, na forma prevista nos arts. 15 e 16, resguardando-se a ampla defesa.

Art. 14. A perda do mandato de Vereador a ser declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara, com base nos incisos, IV, V, VI e VII do art. 35 da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:

I - a Mesa dará ciência, por escrito ao Vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da ciência o Vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

IV - a Mesa tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

Art. 15. Oferecida representação contra Vereador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Câmara, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do art. 18, quando o processo tem origem no Conselho.

Parágrafo único. A Representação é forma de denúncia apresentada por Vereador ou Partido Político representado na Câmara

Art. 16. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - será oferecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la,

reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de decreto legislativo apropriado para declaração da perda do mandato ou suspensão temporária do exercício do mandato, conforme o caso, que depois de instruída pelo órgão de assessoramento da Câmara, será encaminhada à Comissão de Legislação Justiça e Redação;

V - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, será o processo encaminhado à Mesa da Câmara e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Mural da Câmara Municipal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 17. É facultado ao Vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 18. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, representação ou denúncias relativas ao descumprimento, por Vereador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas às diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 19. O Relator, após a apuração dos fatos apresentará parecer ao Conselho, no prazo de 10 (dez) dias, sendo o prazo de vistas para os demais membros de 03 (três) dias, se solicitada.

§ 1º Será marcado dia e hora para deliberação do Conselho.

§ 2º Os membros do Conselho, inclusive o Presidente votarão acerca da aplicação de penalidade, que será decidida pela maioria de seus membros.

§ 3º Considerada procedente a denúncia por fato sujeito a medidas previstas no art. 7º, I, II e III, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses do art. 7º, IV e V, procederá na forma do art. 16, deste Código.

§ 4º Poderá o Conselho, mediante iniciativa de um de seus membros aprovada pela sua maioria, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Vereador.

Art. 20. Quando um Vereador for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 21. As denúncias e acusações contra Vereador, nos termos dos artigos antecedentes eivadas de evidente má-fé, serão consideradas como Denúncia Caluniosa, conduta esta prevista no art. 5º, XIII, deste Código e no art. 339 do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 10.028/2000.

Art. 22. Em havendo produção de prova testemunhal, os depoentes na qualidade de testemunha serão advertidos do dever de dizer a verdade, sob pena de não o fazendo incorrerem no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Art. 23. Nas hipóteses de denúncia caluniosa e falso testemunho, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, remeterá cópias da documentação pertinente ao Ministério Público, para que se instaure contra o denunciante ou depoente a competente ação penal, com o fim de ser-lhes aplicadas às penalidades cabíveis.

Art. 24. O processo disciplinar regulamentado neste Código será extinto pela renúncia do Vereador ao seu mandato.

Art. 25. Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas à honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 26. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do Poder Legislativo.

Art. 27. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por 3 (três) membros da Casa e igual número de suplentes, eleitos para mandato de 02 (dois) anos, observados o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.

§ 1º Os líderes partidários submeterão à Mesa os nomes dos Vereadores que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido.

§ 2º Acompanhará, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Casa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos da Câmara, referentes à prática de atos ou irregularidades capitulados nos arts. 7º IV e V, deste Código independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 3º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 28. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 06 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar são aplicáveis as prerrogativas previstas para as Comissões de Inquérito, capituladas no art. 63 do Regimento Interno.

Art. 30. Os projetos de resolução destinados a alterar o presente Código obedecerão às normas de tramitação regimentais.

Edital de Audiência Pública Nº 06/2011.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 06/2011.

A Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 22 de novembro de 2011, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 053/2011, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2012.

Caçador, em 07 de novembro de 2011.

SIRLEY CECCATTO,
Presidente da CMC.

ALCEDIR FERLIN,
Presidente da CFOCM.

Camboriú

PREFEITURA

Lei Nº. 2.373/2011

LEI Nº. 2.373/2011

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Camboriú para o exercício de 2012.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º Esta Lei compreende o Orçamento do Município de Camboriú, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e fundações para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 86.600.000,00 (Oitenta e seis milhões e seiscentos mil reais), discriminados nos anexos integrantes desta lei.

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	84.454.000,00
1.1	Receita Tributária	14.086.800,00
1.2	Receitas de Contribuições	2.301.030,00
1.3	Receita Patrimonial	1.242.470,00
1.6	Receita de Serviços	6.540.000,00
1.7	Transferências Correntes	57.111.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	3.172.200,00
2.	Receitas de Capital	573.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00

2.2	Alienação de Bens	5.000,00
2.4	Transferências de Capital	567.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	1.573.000,00
7.2	Receita de Contribuições	1.405.500,00
7.6	Receita de Serviços Intra-orçamentárias	167.500,00
TOTAL		86.600.000,00

Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00	Câmara de Vereadores	2.376.000,00
02.00	Prefeitura Municipal	19.853.950,00
03.00	Fundo Municipal de Saúde	14.728.300,00
04.00	Fundo Municipal Agropecuario e Meio Ambiente	1.227.000,00
05.00	Fundo Municipal de Educação	31.740.000,00
06.00	Fundo Municipal de Assistência Social	2.518.000,00
07.00	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	760.000,00
08.00	Instituto de Prev. dos Serv. Públicos do Mun. de Camboriú	2.500.000,00
09.00	Fundo Municipal de Re-equipamento do Corpo de Bombeiros	180.000,00
10.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	9.312.500,00
11.00	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	204.250,00
12.00	Fundação Municipal de Esportes	1.200.000,00
	TOTAL	86.600.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	2.376.000,00
02	Judiciária	457.000,00
04	Administração	12.063.250,00
06	Segurança Pública	606.250,00
08	Assistência Social	3.278.000,00
09	Previdência Social	1.289.000,00
10	Saúde	15.738.300,00
12	Educação	30.571.000,00
13	Cultura	159.000,00
15	Urbanismo	8.734.000,00
16	Habitação	4.000,00
17	Saneamento	6.399.500,00
18	Gestão Ambiental	261.000,00
20	Agricultura	966.000,00
22	Indústria	1.000,00
23	Comércio e Serviços	588.700,00



27	Desporto e Lazer	1.200.000,00
28	Encargos Especiais	908.000,00
99	Reserva de Contingência	1.000.000,00
	TOTAL	86.600.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31	Ação Legislativa	2.376.000,00
61	Ação Judiciária	181.000,00
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	276.000,00
62	Administração Geral	10.233.250,00
	Administração Financeira	1.094.000,00
123	Normatização e Fiscalização	132.500,00
125	Administração de Receitas	242.000,00
129	Comunicação Social	361.500,00
131	Policimento	204.250,00
181	Defesa Civil	402.000,00
182	Assistência ao Idoso	180.000,00
241	Assistência à Criança e ao Adolescente	900.000,00
243	Assistência Comunitária	2.198.000,00
244	Previdência do Regime Estatutário	1.289.000,00
272	Atenção Básica	13.192.300,00
301	Vigilância Sanitária	931.000,00
304	Vigilância Epidemiológica	605.000,00
305	Alimentação e Nutrição	1.010.000,00
306	Ensino Fundamental	21.273.000,00
361	Educação Infantil	9.274.000,00
365	Educação de Jovens e Adultos	12.000,00
366	Educação Especial	12.000,00
367	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.000,00
391	Difusão Cultural	157.000,00
392	Infra-Estrutura Urbana	6.811.000,00
451	Serviços Urbanos	1.923.000,00
452	Habitação Urbana	4.000,00
482	Saneamento Básico Urbano	6.399.500,00
512	Preservação e Conservação Ambiental	261.000,00
541	Extensão Rural	966.000,00
606	Promoção Industrial	1.000,00
662	Turismo	588.700,00
695	Desporto Comunitário	1.200.000,00
812	Serviço da Dívida Interna	230.000,00
843	Outros Encargos Especiais	678.000,00
846	Reserva de Contingência	1.000.000,00
999	TOTAL	86.600.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001	Gestão do Processo Legislativo	2.376.000,00
0002	Gestão Superior da Gerência Governamental	1.955.500,00

0003	Gestão da Administração Governamental	6.326.750,00
0004	Gestão Fazendária Governamental	2.244.000,00
0005	Gestão do Planejamento Urbano	823.000,00
	Gestão e Apoio ao Desenvolvimento do Turismo e Cultura	747.700,00
0006	Gestão do Desenvolvimento Econômico	1.000,00
0007	Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana	6.811.000,00
0008	Gestão dos Serviços Urbanos	1.100.000,00
0009	Gestão da Política Agropecuária e Meio Ambiente	1.227.000,00
0010	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	14.728.300,00
0011	Gestão e Implantação de Educação com Qualidade	31.581.000,00
0012	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	2.518.000,00
0013	Gestão do Apoio Incondicional a Infância e Adolescência	760.000,00
0014	Gestão da Segurança Municipal	204.250,00
0015	Gestão de Apoio aos Bombeiros	180.000,00
0016	Gestão da Política de Água e Saneamento Básico	9.312.500,00
0017	Gestão de Apoio a Habitação de Interesse Social	4.000,00
0018	Gestão do Programa de Incentivo aos Esportes	1.200.000,00
0019	Gestão e Coordenação da Previdência Municipal	2.500.000,00
0020	TOTAL	86.600.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	77.623.250,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	44.662.300,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	32.950.950,00
Despesas de Capital	7.976.750,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	7.754.750,00
4.5.00.00.00.00.00.00 – Inversões Financeiras	2.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	220.000,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência – RPPS	900.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	86.600.000,00

Da Distribuição da Despesa por Entidade

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Camboriú

Art. 4º O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 40.699.000,00 (quarenta milhões seiscientos e noventa e nove mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 19.853.950,00 (dezenove milhões oitocentos e cinquenta e três mil e novecentos e cinquenta reais) e Transferências Financeiras a Fundos R\$ 20.845.050,00 (vinte milhões oitocentos e quarenta e cinco mil e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	40.686.000,00
1.1	Receita Tributária	11.751.800,00
1.2	Receitas de Contribuições	1.600.000,00
1.3	Receita Patrimonial	400.000,00
1.6	Receita de Serviços	40.000,00
1.7	Transferências Correntes	23.787.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	3.107.200,00
2.	Receitas de Capital	13.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	5.000,00
2.4	Transferências de Capital	7.000,00
TOTAL		40.699.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

02	Judiciária	457.000,00
04	Administração	8.839.250,00
06	Segurança Pública	222.000,00
15	Urbanismo	8.734.000,00
16	Habituação	4.000,00
22	Indústria	1.000,00
23	Comércio e Serviços	588.700,00
28	Encargos Especiais	908.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00
	TOTAL	19.853.950,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	17.872.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	8.079.400,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	9.783.100,00
Despesas de Capital	1.881.450,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	1.659.450,00

4.5.00.00.00.00.00.00 – Inversões Financeiras	2.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	220.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	19.853.950

Transferências Financeiras Concedidas	20.845.050,00
TOTAL GERAL	40.699.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Camboriú

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Camboriú, para o exercício de 2012, estima a Receita em 6.437.500,00 (seis milhões quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 8.290.800,00 (oito milhões duzentos e noventa mil e oitocentos reais) e fixa as Despesas em 14.728.300,00 (quatorze milhões setecentos e vinte e oito mil e trezentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas do governo, Outras receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	6.435.500,00
1.1	Receita Tributária	300.000,00
1.3	Receita Patrimonial	186.000,00
1.7	Transferências Correntes	5.939.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		6.437.500,00

Transferências Financeiras Recebidas	8.290.800,00
TOTAL GERAL	14.728.300,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	14.728.300,00
	TOTAL	14.728.300,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	14.030.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	8.433.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	5.597.000,00
Despesas de Capital	697.800,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	697.800,00
TOTAL	14.728.300,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente de Camboriú

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.217.000,00 (um milhão duzentos e dezessete mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.227.000,00 (um milhão duzentos e vinte e sete reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	10.000,00
1.3	Receita Patrimonial	5.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	5.000,00
TOTAL		10.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.217.000,00
TOTAL GERAL	1.227.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18	Gestão Ambiental	261.000,00
20	Agricultura	966.000,00
	TOTAL	1.227.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.187.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	660.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	527.000,00
Despesas de Capital	40.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	40.000,00
TOTAL	1.227.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Educação de Camboriú

Art. 7º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Educação de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 27.143.000,00 (vinte e sete milhões cento e quarenta e três mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.597.000,00 (quatro milhões quinhentos e noventa e sete mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 31.740.000,00 (trinta e um milhões setecentos e quarenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	27.139.000,00
1.3	Receita Patrimonial	150.000,00
1.7	Transferências Correntes	26.982.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	7.000,00
2.	Receitas de Capital	4.000,00

2.4	Transferências de Capital	4.000,00
TOTAL		27.143.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	4.597.000,00
TOTAL GERAL	31.740.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Educação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	1.010.000,00
12	Educação	30.571.000,00
13	Cultura	159.000,00
	TOTAL	31.740.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	29.182.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	23.920.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	5.262.000,00
Despesas de Capital	2.558.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	2.558.000,00
TOTAL	31.740.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú

Art. 8º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.103.000,00 (dois milhões cento e três mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.518.000,00 (dois milhões quinhentos e dezoito mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	413.000,00
1.3	Receita Patrimonial	8.000,00
1.7	Transferências Correntes	403.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	2.000,00
2.	Receitas de Capital	2.000,00
2.4	Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL		415.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	2.103.000,00
TOTAL GERAL	2.518.000,00

§ 2º A despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	Assistência Social	2.518.000,00
	TOTAL	2.518.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	2.475.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.254.400,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.220.600,00
Despesas de Capital	43.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	43.000,00
TOTAL	2.518.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú

Art. 9º O Orçamento da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 755.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 760.000,00 (setecentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Outras Receitas de Capital e Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	5.000,00
1.3	Receita Patrimonial	3.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	2.000,00
TOTAL		5.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	755.000,00
TOTAL GERAL	760.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	Assistência Social	760.000,00
	TOTAL	760.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	745.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	745.000,00
Despesas de Capital	15.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	15.000,00
TOTAL	760.000,00

Do Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú

Art. 10. O Orçamento da entidade Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal dos encargos do ente para o Regime Próprio de Previdência Social e a arrecadação de contribuições e de rendas, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	1.094.500,00
1.2	Receitas de Contribuições	701.030,00
1.3	Receita Patrimonial	368.470,00
1.9	Outras Receitas Correntes	25.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	1.405.500,00
7.2	Receita de Contribuições	1.405.500,00
TOTAL		2.500.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	311.000,00
09	Previdência Social	1.289.000,00
99	Reserva de Contingência	900.000,00
	TOTAL	2.500.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.590.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.589.000,00
Despesas de Capital	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	10.000,00
Reserva de Contingência RPPS	900.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	900.000,00
TOTAL	2.500.000,00

Do Orçamento do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Camboriú

Art. 11. O Orçamento da entidade Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Receitas Patrimoniais, Outras Receitas Correntes e Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	15.000,00
1.3	Receita Patrimonial	15.000,00
TOTAL		15.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	165.000,00
TOTAL GERAL	180.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNREBOM do Município de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06	Segurança Publica	180.000,00
	TOTAL	180.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	80.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	80.000,00
Despesas de Capital	100.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	100.000,00
TOTAL	180.000,00

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes

Art. 12. O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.179.000,00 (um milhão cento e setenta e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	11.000,00
1.3	Receita Patrimonial	1.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2.	Receitas de Capital	10.000,00
2.4	Transferências de Capital	10.000,00
TOTAL		21.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	1.179.000,00
TOTAL GERAL	1.200.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27	Desporto e Lazer	1.200.000,00
	TOTAL	1.200.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	970.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	151.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	819.000,00
Despesas de Capital	230.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	230.000,00
TOTAL	1.200.000,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú

Art. 13. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú para o exercício de 2012 fixa as Despesas em R\$ 2.376.000,00 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.376.000,00 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	2.376.000,00
TOTAL GERAL	2.376.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	2.376.000,00
	TOTAL	2.376.000,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.756.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.451.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	305.000,00
Despesas de Capital	620.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	620.000,00
TOTAL	2.376.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 14. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 9.312.500,00 (nove milhões trezentos e doze mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 9.312.500,00 (nove milhões trezentos e doze mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas e Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	8.603.000,00
1.1	Receita Tributária	2.000.000,00
1.3	Receita Patrimonial	100.000,00
1.6	Receita de Serviços	6.500.000,00
	Outras Receitas Correntes	3.000,00
2.	Receitas de Capital	542.000,00
	Transferências de Capital	542.000,00
7.	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	167.500,00
7.6	Receita de Serviços Intra-orçamentárias	167.500,00
TOTAL		9.312.500,00

§ 2º A Despesa da entidade, Fundo Municipal de Saneamento Básico, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes

desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	2.913.000,00
17	Saneamento	6.399.500,00
	TOTAL	9.312.500,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	7.608.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	712.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	6.896.000,00
Despesas de Capital	1.704.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	9.312.500,00
TOTAL	9.312.500,00

Do Orçamento do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Art. 15. O Orçamento da entidade Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 162.450,00 (cento e sessenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 204.250,00 (duzentos e quatro mil duzentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Outras Receitas Correntes e Transferências Financeiras do Tesouro Municipal na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	42.000,00
1.1	Receita Tributária	35.000,00
1.3	Receita Patrimonial	6.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
TOTAL		42.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	162.450,00
TOTAL GERAL	204.250,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06	Segurança Pública	204.450,00
	TOTAL	204.450,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	127.250,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	127.250,00
Despesas de Capital	77.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	77.000,00
TOTAL	204.250,00

Da Reserva de Contingência

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos

da reserva de contingência nas situações previstas no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Das Disposições Gerais

Art. 17. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto nos Incisos I, II e III do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município observado o preceito legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 20. Durante o exercício de 2012 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 21. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Das Disposições Finais

Art. 22. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração direta ou indireta.

Art. 24. Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo I);
- II - Receitas Segundo a Categoria Econômica (Anexo II);
- III - Demonstrativo da Evolução da Receita (Anexo II);
- IV - Resumo Geral da Despesa (Anexo II);
- V - Demonstrativo da Evolução da Despesa (Anexo II);
- VI - Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II);
- VII - Classificação da Despesa Conforme Funcional Programática (Anexo V);
- VIII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária (Anexo VI);
- IX - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por

Projeto Atividade (Anexo VII);
X - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos (Anexo VIII);
XI - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções (Anexo IX);
XII - Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesas por Funções de Governo;
XIII - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 25. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012 a partir de 1º de janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 04 de novembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Aviso de Licitação PR 26/11 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2011-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE FIGURAS ELÉTRICAS PERSONALIZADAS PARA ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, DESTINADA A DECORAÇÃO DO NATAL LUZ, QUE OCORRERÁ DO DIA 09/12/2011 A 06/01/2012 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 22 (vinte e dois) de Novembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Novembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.697 de 04 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.697 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Homologar as Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 07 de 07 de outubro de 2011 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de novembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011

PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES/ ORGANIZAÇÕES
PROJETOS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Abertura do processo de inscrição ou reorganização para as entidades que já possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social anterior a esta resolução se adequem conforme disposto nas normas do CNAS no que tange as entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais conforme Resolução nº 16 de 5 de Maio de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art.2º) Conforme resolução nº 16 de 5 de Maio de 2010 as entidades e organizações de assistência social poderão solicitar sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social bem como a inscrição poderá ser solicitada também para programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Outrossim, as entidades sem fins econômicos que não tem ação preponderante na assistência social devem inscrever somente seus serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no CMAS, se executados na assistência social. É importante ressaltar que os serviços ofertados deverão estar em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009) e com os critérios estabelecidos pelo Decreto 6308/2007, além da Lei 8742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Art.3º) As entidades/ organizações que já possuem a referida inscrição, juntamente com as demais entidades/ organizações com o interesse de obtenção de inscrição serão convocadas para uma reunião onde será entregue tal resolução juntamente com o modelo de documentação até 20 de Novembro de 2011. Desta maneira, estas entidades/ organizações terão até 15 de Dezembro de 2011 para a entrega de toda a documentação solicitada.

Art.4º) O processo de avaliação, bem como a visita técnica do CMAS a cada entidade/organização solicitante da inscrição, ocorrerá até 31 de Março de 2012.

Art.5º) As reuniões para deliberações das solicitações de inscrição ocorrerá até 15 de Abril de 2012.

Art.6º) O encaminhamento das entidades/ organizações inscritas no CMAS ao órgão gestor para inclusão no cadastro nacional terá como prazo final 25 de Abril de 2012.

Art.7º) Os prazos dispostos nesta resolução são improrrogáveis cumprindo com o disposto de adequação das inscrições à Resolução nº 16 de 5 de Maio de 2010.

Art.8º) Casos omissos serão avaliados pelo CMAS.

Art.9º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de Outubro de 2011.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos sete dias do mês de outubro de dois mil e onze.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN.

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Decreto Nº 6.701 de 04 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.701 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. MARCIA DOLORES RUNSCHKA, Professor I, matrícula nº 954932, a partir de 01 de novembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.702 de 07 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 6.702 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

CONCEDE PENSÃO POR MORTE DO SERVIDOR ANTONIO CHICOVIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo nº 34 da Lei Municipal nº 2.537/2001; DECRETA:

Art.1º) Conceder PENSÃO POR MORTE, conforme dispõe o art. 34 da Lei Municipal nº 2.537/2001, aos dependentes: FABIANO CHICOVIS e GABRIELA STEFANI CHIVOVIS, do servidor: ANTONIO CHICOVIS, falecido em 20/10/2011, detentor da Matrícula funcional nº 000116, Registro no Sistema sob o nº 219400, ocupante do cargo de Público de Agente Operacional I, provimento efetivo do Quadro de Pessoal deste Município.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de pensão, rateados em partes iguais aos dependentes legais, assim reconhecidos por força do disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº 2.537/2001.

§1º O valor total bruto dos proventos de pensão por morte comporta o montante de R\$ 840,74 (Oitocentos e quarenta reais, setenta e quatro centavos), que corresponde a 100% do valor da remuneração-de-contribuição do Servidor falecido, quando de sua atividade;

§2º O valor total dos proventos de pensão serão rateados na proporção igual de 50% para cada dependente, perfazendo o montante individual bruto de R\$ 420,37 (quatrocentos e vinte reais, e trinta e sete centavos), observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente, até a extinção desta condição, nos termos do art. 40 da Lei Municipal nº 2.537/2001;

§3º As parcelas que serão pagas ao menor: FABIANO CHICOVIS, serão recebidas e administradas por sua Genitora, Srª. MARIA ROSI MATIAS, até o advento da aquisição da capacidade civil relativa, quando o mesmo poderá gerenciá-las de forma assistida.

§4º As parcelas que serão pagas a menor: GABRIELA STEFANI CHICOVIS, serão recebidas e administradas por sua Genitora, Srª. SOFIA DE JESUS ROCHA DE PAULA, até o advento da aquisição da capacidade civil relativa, quando a mesma poderá gerenciá-las de forma assistida.

§5º A extinção da condição de dependente, na forma do art. 40 da Lei Municipal nº 2.537/2001, reverterá a sua parcela em favor dos demais.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de outubro de 2011.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE

Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.703 de 08 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.703 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 14 de novembro de 2011 (segunda-feira), reservadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, voltando com expediente normal no dia 16 de novembro de 2011 (quarta-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.704 de 08 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 6.704 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 010/2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 010/2011, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Sirley Dranka de Souza Freitas, matrícula nº. 000069;
Maria Maurene Ottvagen May, matrícula nº 000082;
José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula nº 000084;
Ester Maria Forlin Fritsch, matrícula nº 000141;
Angela Aparecida Reckziegel Hübner, matrícula nº 954715.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos: Professor I e XI, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 010/2011 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe do Gabinete do Prefeito

Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011

PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES/ ORGANIZAÇÕES

PROJETOS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Abertura do processo de inscrição ou reorganização para as entidades que já possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social anterior a esta resolução se adequem conforme disposto nas normas do CNAS no que tange as entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais conforme Resolução nº 16 de 5 de Maio de 2010 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art.2º) Conforme resolução nº 16 de 5 de Maio de 2010 as entidades e organizações de assistência social poderão solicitar sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social bem como a inscrição poderá ser solicitada também para programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Outrossim, as entidades sem fins econômicos que não tem ação preponderante na assistência social devem inscrever somente seus serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no CMAS, se executados na assistência social. É importante ressaltar que os serviços ofertados deverão estar em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009) e com os critérios estabelecidos pelo Decreto 6308/2007, além da Lei 8742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Art.3º) As entidades/ organizações que já possuem a referida inscrição, juntamente com as demais entidades/ organizações com o interesse de obtenção de inscrição serão convocadas para uma reunião onde será entregue tal resolução juntamente com o modelo de documentação até 20 de Novembro de 2011. Desta maneira, estas entidades/ organizações terão até 15 de Dezembro de 2011 para a entrega de toda a documentação solicitada.

Art.4º) O processo de avaliação, bem como a visita técnica do CMAS a cada entidade/organização solicitante da inscrição, ocorrerá até 31 de Março de 2012.

Art.5º) As reuniões para deliberações das solicitações de inscrição

ocorrerá até 15 de Abril de 2012.

Art.6º) O encaminhamento das entidades/ organizações inscritas no CMAS ao órgão gestor para inclusão no cadastro nacional terá como prazo final 25 de Abril de 2012.

Art.7º) Os prazos dispostos nesta resolução são improrrogáveis cumprindo com o disposto de adequação das inscrições à Resolução nº 16 de 5 de Maio de 2010.

Art.8º) Casos omissos serão avaliados pelo CMAS.

Art.9º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de Outubro de 2011.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos sete dias do mês de outubro de dois mil e onze.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação TP Nº 17/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2011

O Município de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 02/12/2011 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa em regime de empreitada global para execução de obras de infraestrutura com pavimentação asfáltica nas ruas: Santo Amaro da Imperatriz, Videira, Ouro, Ângelo Leite e Rua Projetada, no Bairro Nossa Senhora Aparecida - conforme anexos. Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011 - PAC II - Urbanização. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, Praça Lauro Müller, ao lado da Igreja Matriz, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 09 de Novembro de 2011.

Canoinhas

PREFEITURA

Anulação do Edital de Tomada de Preços n.º 31/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 116/2011

TOMADA DE PREÇOS N.º 31/2011

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação da Tomada de Preços n.º 31/2011, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de kits de materiais didáticos e assessoramento pedagógico aos Professores pertencentes aos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Ata de Registro de Preços da Concorrência Pública Nº 11/2011_KERBER e CIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2011

INTERESSADO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2011 (dois mil e onze), na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada pelo Prefeito, do Município de Canoinhas, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, sito, no final assinado, doravante simplesmente CONTRATANTE e a empresa KERBER E CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.408.960/0001-82, com sede na Estrada Velha de Palmas, S/N, Bairro Rio d' Areia, Porto União/SC, neste ato representada por seu Procurador, o Sr. Josmar Kerber, brasileiro, solteiro, industrial, portador do CPF nº 510.556.949-00, RG nº. 1.331.580, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, 543, apto. 503, na cidade de União da Vitória/PR, acordam proceder, nos termos do Edital do Concorrência Pública em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
02	Massa Asfáltica CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente.	500,00	R\$ 149,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado na Concorrência Pública epigrafada. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº 160/2011, Concorrência Pública nº 11/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 24 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

CONTRATANTE

KERBER E CIA LTDA

JOSMAR KERBER

Procurador

CONTRATADA



Ata de Registro de Preços da Concorrência Pública Nº 11/2011_SOCIEDADE MAFRENSE de ENGENHARIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2011

INTERESSADO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2011 (dois mil e onze), na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada pelo Prefeito, do Município de Canoinhas, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, sito, no final assinado, doravante simplesmente CONTRATANTE e a empresa SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.555.762/0001-16, com sede na Rodovia do Caqui, Km 0,5, nº 502, Bairro Recanto Verde, na cidade de Campina Grande do Sul, PR, neste ato representada pelo Sócio Ezio Ernesto Calliari, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade nº 166.623 SSP/PR, e do CPF nº 000.280.299-68, residente e domiciliado na Rua Tomazina, nº 160, Bairro Ahu, na cidade de Curitiba, PR, acordam proceder, nos termos do Edital do Concorrência Pública em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	Massa Asfáltica CBUQ, Faixa C, com aplicação, para restauração das vias públicas no Município de Canoinhas, com recorte, varredura, limpeza e pintura de ligação	6000,00	R\$ 204,56

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado na Concorrência Pública epígrafada. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº 160/2011, Concorrência Pública nº 11/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 24 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

CONTRATANTE

SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA

EZIO ERNESTO CALLIARI

Sócio

CONTRATADA

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 56/2011_RETIFICA MOTOCAR LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2011

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt,

nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa RETIFICA MOTOCAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.849.109/0001-25, neste ato representado por seu sócio, Sr. Itamar Frederico Koepp, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 9ºR - 730.295 SSI/SC CPF nº 352.166.549-68, residente e domiciliado à Rua Curitibaanos, s/n.º, centro, na Cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1.000	R\$ 52,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epígrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 125/2011, Pregão Presencial 56/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 19 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

RETIFICA MOTOCAR LTDA

ITAMAR FREDERICO KOEPP

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 48/2011_SYDORAK & CIA. LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2011

Aos 15 (quinze) dias do mês de julho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa SYDORAK & CIA. LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.986.932/0001-42, localizada à Rua Curitibaanos, nº 1540, Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas/SC, neste ato representado por seu Sócio-Administrador a Sr. Eugênio Sydorak Sobrinho, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 490.245.239-15 e RG nº 3.619.301.8 SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Curitibaanos, nº 1540, Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO E SOLDA INDUSTRIAL COM POSTERIOR USINAGEM	1000	R\$ 26,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epígrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 103/2011, Pregão Presencial 48/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 15 de julho de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

SYDORAK & CIA. LTDA

EUGÊNIO SYDORAK SOBRINHO

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 50/2011_KERBER e CIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2011

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa KERBER E CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.408.960/0001-82, com sede na Estrada Velha de Palmas, S/N, Bairro Rio d' Areia, Porto União/SC, neste ato representada por seu Procurador, o Sr. Josmar Kerber, brasileiro, solteiro, industrial, portador do CPF nº 510.556.949-00, RG nº. 1.331.580, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, 543, apto. 503, na cidade de União da Vitória/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO	1000	R\$ 665,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epígrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 105/2011, Pregão Presencial 50/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 26 de julho de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

KERBER E CIA LTDA

JOSMAR KERBER

Procurador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 52/2011_LOJA AVANTE LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2011

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa LOJA AVANTE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.114.678/0001-22, com sede à Rua Eugênio de Souza, 375, Centro, na cidade de Canoinhas/SC, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Wanacir de Assis Pereira, brasileiro, casado, portador do RG nº. 1.795.493 SSP/SC e CPF nº. 619.669.249-68, residente e domiciliado à Rua Irmã Felicitas, 367, Centro, na cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	M² DE PERSIANA EM PVC, LISA, COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA DE 90 MM DE LARGURA, COMPRIMENTO VARIADO, INSTALADA, FORNECENDO TODOS OS ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA.	200	48,90
02	M² DE PERSIANA EM TECIDO NUANCE, LISA, COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA DE 90 MM DE LARGURA, COMPRIMENTO VARIADO, INSTALADA, FORNECENDO TODOS OS ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA.	400	34,90
03	M² DE PERSIANA EM TECIDO BLACK OUT POLIESTER, LISA, COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA DE 90 MM DE LARGURA, COMPRIMENTO VARIADO, INSTALADA, FORNECENDO TODOS OS ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA.	200	69,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epígrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 111/2011, Pregão Presencial 52/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 04 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

LOJA AVANTE LTDA

WANACIR DE ASSIS PEREIRA

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 55/2011_HOBI-EXTRAÇÃO e COMÉRCIO de AREIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2011

Aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa HOBI-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 80.752.959/0001-12, com sede na Localidade Geriza, S/N, Irineópolis/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Luis Antonio Hobi, brasileiro, casado, industrial, portador do CPF nº 177.753.029-68, RG nº. 913.891-9/II/PR, residente e domiciliado na Rua Voluntários da Pátria, 291, centro, na cidade de Porto União/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	M³ DE PEDREGULHO DE CAVA - SUJO	30.000	R\$ 9,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 121/2011, Pregão Presencial 55/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 12 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

HOBI-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA

LUIS ANTONIO HOBI

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregao Presencial Nº 58/2011_PRESTADORA de SERVICOS DUFFECK LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGAO PRESENCIAL Nº 58/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2011

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município

de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa PRESTADORA DE SERVICOS DUFFECK LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.772.621/0001-56 com sede na Rua Antonio Simões Matta, n.º 161, Bairro Argentina, na cidade de Três Barras (SC), neste ato representada por seu Sócio Gerente Sr. Carlos Arcebil Duffeck, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 3.842.133.6, e do CPF/MF n.º 434.243.689-20, residente e domiciliado à Rua Antonio Simões Matta, n.º 161, Bairro Argentina, na cidade de Três Barras (SC), acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	M³ de Limpeza, Desentupimento e destinação de resíduos de fossas, sépticas, caixas de gordura, sumidouros e filtros anaeróbios.	250	R\$ 70,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 137/2011, Pregão Presencial 58/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 30 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

PRESTADORA DE SERVICOS DUFFECK LTDA.

CARLOS ARCEBILO DUFFECK

Sócio-Gerente

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 66/2011_ASSOC DOS GRUP de GER ALTERNATIVAS de RENDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2011

Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE GERACAO ALTERNATIVAS DE RENDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.726.072/0001-22, com sede à Rua Frederico Koller, 1098, Bairro Campo da Água Verde, na cidade de Canoinhas/SC, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Marlene de Fátima Taborda, brasileira, portadora do RG n.º 1.361.848 e CPF n.º 601.500.259-04, residente e domiciliada na cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº

07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	Mudas de sálvia, caixa com 15 mudas	1400	R\$ 4,30
02	Mudas de vinca, caixa com 15 mudas.	1240	R\$ 4,30
03	Mudas de tagete - gigante, caixa com 15 mudas.	1640	R\$ 4,30
04	Mudas de violinha, caixa com 15 mudas.	350	R\$ 4,30
05	Mudas de cravina, caixa com 15 mudas.	580	R\$ 4,30
06	Mudas de calêndula, caixa com 15 mudas.	360	R\$ 4,30
07	Mudas de amor-perfeito, caixa com 15 mudas.	470	R\$ 4,30

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 162/2011, Pregão Presencial 66/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 20 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

ASSOC DOS GRUP DE GER ALTERNATIVAS DE RENDA
MARLENE DE FÁTIMA TABORDA
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0027/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0027/2011

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de engenharia sanitária para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos oriundos dos serviços de Saúde, no Município de Capinzal, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 23/11/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 09 de novembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0132/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0132/2011

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para uso das Creches e Pré-Escolares, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 10:00 horas, para abertura às 10:05 horas do dia 23/11/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 09 de novembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Contrato 0206/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0206/2011

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia 0120/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia com fornecimento de materiais para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Capinzal, mediante a construção de prédio da captação e tomada de água bruto junto ao Rio do Peixe com área de 40m² (quarenta metros quadrados) e construção de reservatório de contato junto à Estação de Tratamento de Água (ETA) com capacidade para 160m³ (cento e sessenta metros cúbicos) de água, decorrente do Termo de Compromisso celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1) do Governo Federal - TC/PAC nº 0452/08, Recursos da União/FUNASA e contrapartida.

VALOR R\$: 931.000,00

VIGÊNCIA: 08/11/2011 A 31/12/2011

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0098/2011 - Edital de Convite Nº 0046/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0098/2011

EDITAL DE CONVITE Nº 0046/2011

Objeto: Aquisição de brinquedos para distribuição gratuita às crianças atendidas pelos programas sociais, nas festividades alusivas de Natal, bem como o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - CRAS.

Abertura das Propostas: às 15 horas do dia 16 de novembro de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 08 de novembro de 2011 na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas, SC, 08 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 10_2011**

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2011

Emissão: 31/10/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		DESPESA ORCAMENTARIA	58.347,22
		LEGISLATIVA	58.347,22
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	78.567,54	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	47.284,69
DEPOSITOS A TRANSFERIR	9.249,98	DEPOSITOS A TRANSFERIR	6.200,67
INSS	2.879,63	INSS	2.879,63
ASSERV	887,70	ASSERV	887,70
EMPRESTIMO CEF	3.049,31	EMPRESTIMO BESC	1.531,97
EMPRESTIMO BESC	1.531,97	PENSAO ALIMENTICIA	545,00
PENSAO ALIMENTICIA	545,00	IRRF	342,85
IRRF	342,85	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	13,52
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	13,52	CONVENIOS A PAGAR	353,46
OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 99	300,54	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	353,46
CONVENIOS A PAGAR	353,46	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.730,56
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	353,46	INSS	5.730,56
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.730,56	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	35.000,00
INSS	5.730,56		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	62.933,00		
> DESPESA EMPENHADA	58.347,22	> DESPESA PAGA	58.347,22
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	58.347,22	CREDITO LIQUIDADO	58.347,22
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	58.347,22
> SALDOS ANTERIORES	114.959,64	> SALDOS ATUAIS	87.895,27
BANCO DO BRASIL	21.600,00	BANCO DO BRASIL	24.000,00
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	12.727,41	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	3.554,34
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	80.632,23	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	60.340,93
> TOTAL	251.874,40	> TOTAL	251.874,40

PRESIDENTE DA CAMARA
MARCIO JUCELIO DE LUCCA

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Despesa 10_2011

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de outubro, Saldos até 31/10/2011Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00
01	LEGISLATIVA	755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00
031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00
2001	MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO	625.200,00	0,00	0,00	0,00	625.200,00	58.347,22	505.275,16	0,00	119.924,84	58.347,22	250,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	625.200,00	0,00	0,00	0,00	625.200,00	58.347,22	505.275,16	0,00	119.924,84	58.347,22	250,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	33.018,99	326.507,16	0,00	99.492,84	33.018,99	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	33.018,99	326.507,16	0,00	99.492,84	33.018,99	0,00
31900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	0,00	0,00
31900900	» 0100 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,22	0,00	0,00	0,00	0,00
31900901	* 0100 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,22	0,00	0,00	0,00	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.508,84	263.260,66	0,00	0,00	26.508,84	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.508,84	259.734,78	0,00	0,00	26.508,84	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901142	* 0100 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873,34	0,00	0,00	0,00	0,00
31901200	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	6.831,34	0,00	0,00	779,59	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	6.831,34	0,00	0,00	779,59	0,00
31901300	» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.730,56	56.408,94	0,00	0,00	5.730,56	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.730,56	56.408,94	0,00	0,00	5.730,56	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.200,00	0,00	0,00	0,00	199.200,00	25.328,23	178.768,00	0,00	20.432,00	25.328,23	250,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	353,46	3.418,04	0,00	2.581,96	353,46	0,00
33500000	» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00
33504100	» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	3.418,04	0,00	0,00	353,46	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	3.418,04	0,00	0,00	353,46	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	24.974,77	175.349,96	0,00	17.850,04	24.974,77	250,00
33900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	0,00	0,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.661,60	103.150,80	0,00	0,00	17.661,60	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.661,60	103.150,80	0,00	0,00	17.661,60	0,00
33903000	» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,73	4.848,65	0,00	0,00	356,73	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	514,80	1.218,80	0,00	0,00	514,80	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,34	1.739,89	0,00	0,00	280,34	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,20	2.585,55	0,00	0,00	13,20	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,40	196,78	0,00	0,00	17,40	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284,93	1.055,59	0,00	0,00	284,93	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,53	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,20	321,20	0,00	0,00	41,20	0,00
33903300	» 0100 000000 PASSAGENS E DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,10	0,00	0,00	0,00	0,00
33903301	* 0100 000000 passagens para o paí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,10	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	8.950,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	8.650,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903625	* 0100 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.191,30	54.093,72	0,00	0,00	5.191,30	250,00
33903901	* 0100 000000 assinatura de períod	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536,00	5.360,00	0,00	0,00	536,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

{ 002 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de outubro, Saldos até 31/10/2011Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903922	* 0100 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.680,00	20.460,00	0,00	0,00	2.680,00	0,00
33903925	* 0100 000000 serviços de instalaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,78	2.393,61	0,00	0,00	204,78	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,14	745,80	0,00	0,00	76,14	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	6.216,00	0,00	0,00	1.000,00	250,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375,88	10.910,53	0,00	0,00	375,88	0,00
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	54,00	0,00	0,00	13,50	0,00
33903995	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	280,00	0,00	0,00	60,00	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245,00	1.400,00	0,00	0,00	245,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.593,78	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	600,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	600,00	0,00	0,00	100,00	0,00
1001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	7.979,00	0,00	22.021,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	7.979,00	0,00	22.021,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	7.979,00	0,00	22.021,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	7.979,00	0,00	22.021,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.979,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905206	* 0100 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1002	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DA SEDE DA	100.000,00	0,00	0,00	35.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	35.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	35.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	35.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	35.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL												
		755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00

[www.cplinformatica.com.br]

{ 003 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de outubro, Saldos até 31/10/2011Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	625.200,00	0,00	0,00	0,00	625.200,00	58.347,22	505.275,16	0,00	119.924,84	58.347,22	250,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	33.018,99	326.507,16	0,00	99.492,84	33.018,99	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	33.018,99	326.507,16	0,00	99.492,84	33.018,99	0,00
31900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	0,00	0,00
31900900	» 0100 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,22	0,00	-6,22	0,00	0,00
31900901	* 0100 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,22	0,00	0,00	0,00	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.508,84	263.260,66	0,00	-263.260,66	26.508,84	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.508,84	259.734,78	0,00	0,00	26.508,84	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901142	* 0100 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873,34	0,00	0,00	0,00	0,00
31901200	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	6.831,34	0,00	-6.831,34	779,59	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	6.831,34	0,00	0,00	779,59	0,00
31901300	» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.730,56	56.408,94	0,00	-56.408,94	5.730,56	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.730,56	56.408,94	0,00	0,00	5.730,56	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.200,00	0,00	0,00	0,00	199.200,00	25.328,23	178.768,00	0,00	20.432,00	25.328,23	250,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	353,46	3.418,04	0,00	2.581,96	353,46	0,00
33500000	» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00
33504100	» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	3.418,04	0,00	-3.418,04	353,46	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	3.418,04	0,00	0,00	353,46	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	24.974,77	175.349,96	0,00	17.850,04	24.974,77	250,00
33900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	0,00	0,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.661,60	103.150,80	0,00	-103.150,80	17.661,60	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.661,60	103.150,80	0,00	0,00	17.661,60	0,00
33903000	» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,73	4.848,65	0,00	-4.848,65	356,73	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	514,80	1.218,80	0,00	0,00	514,80	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,34	1.739,89	0,00	0,00	280,34	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,20	2.585,55	0,00	0,00	13,20	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,40	196,78	0,00	0,00	17,40	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284,93	1.055,59	0,00	0,00	284,93	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,53	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,20	321,20	0,00	0,00	41,20	0,00
33903300	» 0100 000000 PASSAGENS E DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,10	0,00	-682,10	0,00	0,00
33903301	* 0100 000000 passagens para o país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,10	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	8.950,00	0,00	-8.950,00	870,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	8.650,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903625	* 0100 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.191,30	54.093,72	0,00	-54.093,72	5.191,30	250,00
33903901	* 0100 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536,00	5.360,00	0,00	0,00	536,00	0,00
33903917	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922	* 0100 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.680,00	20.460,00	0,00	0,00	2.680,00	0,00
33903925	* 0100 000000 serviços de instalaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,78	2.393,61	0,00	0,00	204,78	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,14	745,80	0,00	0,00	76,14	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	6.216,00	0,00	0,00	1.000,00	250,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375,88	10.910,53	0,00	0,00	375,88	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

{ 004 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de outubro, Saldos até 31/10/2011Exercício: 2011
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	54,00	0,00	0,00	13,50	0,00
33903995	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	280,00	0,00	0,00	60,00	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245,00	1.400,00	0,00	0,00	245,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.593,78	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	600,00	0,00	-600,00	100,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	600,00	0,00	0,00	100,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	0,00	0,00	35.000,00	95.000,00	0,00	7.979,00	0,00	87.021,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	130.000,00	0,00	0,00	35.000,00	95.000,00	0,00	7.979,00	0,00	87.021,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00	0,00	0,00	35.000,00	95.000,00	0,00	7.979,00	0,00	87.021,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00	0,00	0,00	35.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.979,00	0,00	-7.979,00	0,00	0,00
44905206	* 0100 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 0100 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		755.200,00	0,00	0,00	35.000,00	720.200,00	58.347,22	513.254,16	0,00	206.945,84	58.347,22	250,00
						Estornos até o Mes		0,00	Pagos até o Mes		513.004,16	

PRESIDENTE DA CAMARA
MARCIO JUCELIO DE LUCCATEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Receita 10_2011

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 31/10/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo		Orçado R\$		no Mes		até o Mes	
Especificações						Diferença em R\$	
						Para (+) Para (-)	
TOTAL DA RECEITA		0,00		9.550,52		92.054,03	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00		0,00		0,00	
30000000 RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		0,00		9.550,52		92.054,03	
31000000 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		0,00		9.550,52		92.054,03	
31001000 0100 000000 Inss		0,00		2.879,63		28.276,31	
31002000 0100 000000 Asserv		0,00		887,70		6.351,13	
31003000 0100 000000 Irrf		0,00		342,85		3.333,39	
31004000 0100 000000 Empréstimo Cef		0,00		3.049,31		27.701,80	
31007000 0100 000000 Empréstimo Besc S/a		0,00		1.531,97		14.242,08	
31008000 0100 000000 Pensao Alimenticia		0,00		545,00		5.440,00	
31009000 0100 000000 Despesa Celular - Excedente		0,00		13,52		4.721,17	
31009100 0100 000000 Rendimentos Aplicacoes Financeiras		0,00		300,54		1.988,15	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA
MARCIO JUCELIO DE LUCCA

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 428 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº. 428/2011

“CONSTITUI COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085 de 30.06.1999,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, para acompanhar e supervisionar a execução do Processo, destinado a admissão de professores em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para o ano letivo de 2012.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o “caput” do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- I - CRISLEI SEBOLD
- II - ISOLETE SEBOLD PEREIRA
- III - VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA

Art. 3º A elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo, ficará por conta de Empresa Especializada, conforme Contrato nº 082/2011, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 429 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 429/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação “Latu Senu” em Direito Público, com carga horária de 360 horas/aula .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VIII, por nova habilitação ou titulação, a Servidora NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, matrícula nº 253/06 (Código 1.1.01), ocupante do cargo efetivo de Administradora - 40 horas, em exercício na

Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VIII, código 1.1.01, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 25.04.2011 da data do protocolo do requerimento, conforme art.6º do Decreto 017/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 430 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 430/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação “Latu Senu” Gestão Ambiental, com carga horária de 450 horas/aula .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, a Servidora SINARA REGINA PRIM DE MELO, matrícula nº 2520/01 (Código 2.2.03), ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário - 40 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 2.2.03, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.01.2011, data do protocolo do requerimento, conforme art.6º do Decreto 017/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 431 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 431/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação “Latu Senu” Nível de Especialização-Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Educação Infantil, Series

do Ensino Fundamental e Médio, com carga horária de 420 horas/aula .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, a Servidora ADRIANA MACHADO CORREIA, matrícula nº 57/11 (Código 2.2.06), ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 2.2.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 24.01.2011, data do protocolo do requerimento, conforme art.6º do Decreto 017/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 432 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 432/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Latu Sensu" Nível de Especialização-Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Educação Infantil, Series do Ensino Fundamental e Médio, com carga horária de 420 horas/aula .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível VII, por nova habilitação ou titulação, a Servidora DILVA ROSA CORREIA PAUL, matrícula nº 239/02 (Código 2.2.06), ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VII, código 2.2.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 24.01.2011, data do protocolo do requerimento, conforme art.6º do Decreto 017/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 433 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 433/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Latu Sensu" Nível de Especialização-Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Ênfase em Geografia, com carga horária de 420 horas/aula .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível III para o Nível VI, por nova habilitação ou titulação, a Servidora MEIRELEIN GRACH MACHADO, matrícula nº 1575/06 (Código 2.2.06), ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, código 2.2.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.05.2011, data do protocolo do requerimento, conforme art.6º do Decreto 017/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 434 de 08.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 434/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Latu Sensu" Nível de Especialização-Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Ênfase em Língua Portuguesa, com carga horária de 420 horas/aula .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível V, por nova habilitação ou titulação, a Servidora CRISLEI SEBOLD, matrícula nº 2418/04 (Código 2.2.06), ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas.

Art. 2º A progressão corresponderá a três (3) níveis, por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, com fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, código 2.2.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.05.2011, data do protocolo do requerimento, conforme art.6º do Decreto 017/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 066/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2011 - PM
CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 32/2011

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de novembro de 2011, às 10h00min, a fim e receber, abrir e examinar documentação e propostas dos interessados que pretendam participar do Processo Licitatório do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é a aquisição de peças para conserto dos veículos: 1) Caminhão Caçamba, placa LYQ 5277; 2) KIA BESTA 2.7, placa LYU 0659; 3) Caminhão Caçamba, placa LYS 2727; de uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme Anexo I - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 09 de novembro de 2011.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 1/2011 - FMHIS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
E INTERESSE SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 1/2011 - FMHIS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2012, de material de construção, para o Banco de Materiais, em atendimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social, com base na Lei Complementar nº 75, de 09 de dezembro de 1993 e Lei nº 104 de 08 de junho de 1995.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 05/12/2011.

Início da Sessão: dia 05/12/2011, às 08:30, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 51/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 51/2011- PMC

Objeto: Registro de Preço para possível aquisição, durante o exercício de 2012, de suprimentos de informática destinados as Unidades Administrativas, descrito nos anexos "A" e "B" do edital
Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 02/12/2011.

Abertura: dia 02/12/2011 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 87/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2011- PMC

Objeto: aquisição e instalação se necessária de equipamentos novos diversos com recursos do FUNDEB, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" e "E", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/11/2011.

Abertura: dia 30/11/2011, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 88/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2011- PMC

Objeto: aquisição de dois veículos novos com recursos do FUNDEB, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" e "E", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/11/2011.

Abertura: dia 30/11/2011, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Edital de Credenciamento Nº 1/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2011 - FMS

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas de Alta Complexidade, exames de alto custo e cirurgias eletivas.

Tipo: Credenciamento a todos os interessados

Recebimento dos documentos: à partir do dia 08/11/2011.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2125 e pelo fone/fax (0**49) 3442-0252.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011.

GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Aviso Pregão Eletrônico SRP Nº 6/2011 -FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 6/2011 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de medicamentos para os Programas de Hipertensos, Saúde Mental, Asmáticos e Farmácia Básica da Policlínica Concórdia do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 24/11/2011.

Início da Sessão: dia 24/11/2011, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às

11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3442-0252.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011.

GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Editais de Tomada de Preços Nº 04/2011 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2011 - PMC
Compras e Serviços

Objeto: contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de Sistema de Gerenciamento Escolar constante no Anexo "D" deste Edital.

Tipo: Técnica e Preço

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 06/01/2012.

Abertura: dia 09/01/2012, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Corupá

PREFEITURA

Tomada de Preços 017/11 - Pavimentação Asfáltica Comunitária

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 017/11 -

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COMUNITÁRIA entre os lindeiros dos imóveis e o Município de Corupá, conforme Lei Complementar Municipal nº 007/2009 e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC/PRO/FDM, referente ao contrato de Empréstimo nº 2010090, das (RUA 74 - JOSÉ PASQUALINI compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 6 0,00), (RUA JOÃO TOZINI compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 14 6,81m), (RUA KLARA HERMANN compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 22 0,00m), (RUA ADELE HERMANN compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 11 0,00m), (RUA 20 ANO BOM compreendendo o trecho da Est 20 0,00m a 36 0,00m e RUA 77 CARLOS EDUARDO WEBER compreendendo o trecho da Est OPP à 05 5,71m) e RUA HELMUTH ROBERT ROEDER compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 6 0,00 (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão total de 1622,52 metros, no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 09/11/11, às 09h00min do dia 25/11/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia

25/11/2011

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 28 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Lei N. 4681/2011

LEI N. 4681/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar a João Pedro Batista, CPF n. 018.042.129-78 a importância de R\$ 836,00 (oitocentos e trinta e seis reais) a título de indenização, de forma amigável, para reparação dos danos causados no veículo VW Fusca Placas LZF 0375 envolvido em acidente de trânsito ocorrido no dia 04 de agosto de 2011 com o veículo carregadeira Clark 55-A de propriedade do Município de Curitibanos, tudo conforme consta do Registro de acidente de trânsito 00012-2011-04008 da Delegacia Geral de Polícia Civil.

Art. 2º - Pago o valor citado no artigo anterior, o beneficiário dará plena, geral e irrevogável quitação sobre os danos decorrentes do acidente de trânsito, mediante declaração de que nada mais possui a reclamar contra o Município a respeito do fato.

Art. 3º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas da execução desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de setembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dias do mês de do ano
dois mil e sete na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDIO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.680/2011

LEI Nº 4.680/2011

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI

ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - O Orçamento do Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2012, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2012, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Demonstrativos e Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
- Demonstrativo III - Das Metas fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- Demonstrativo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS
- Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS
- Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de Receita
- Demonstrativo VIII - Margem de expansão das Despesas obrigatórias de caráter continuado
- Demonstrativo IX - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as Receitas

Demonstrativo X - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Despesas

Demonstrativo XI - Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Demonstrativo XII - Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o resultado nominal.

Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Demonstrativo XIV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Demonstrativo XV - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Demonstrativo XVI - Planilha de identificação dos Projetos,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, são consolidados.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

Parágrafo Único - Os valores correntes dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 6º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 7º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

Parágrafo Único - De conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2011, 2012, 2013 e 2014.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 8º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 9º - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 10 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais, parcelamento de débitos e contratos a longo prazo.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balançetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2011, 2012, 2013 e 2014.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 11 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, estão definidas e demonstradas nos anexos extraídos do Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2012 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 12 - O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único: O orçamento dos fundos poderá ser incorporado ao orçamento 2012 da Prefeitura Municipal apenas como unidade orçamentária, mediante lei específica.

Art. 13 - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Fundações e Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 14 - O Orçamento para exercício de 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos. (arts. 1º, § 1º; 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 15 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 16 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do

montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º e 31, § 1º, II da LRF)

I - proibição de realizar operações de crédito interna ou externa por antecipação de receita

II - redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

III - redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 17 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 18 - O orçamento para o exercício de 2012, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no máximo 10% da Receita Orçamentária prevista, destinada a obtenção de resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo de Riscos Fiscais desta lei. (Art. 5º, III "b" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal.

Art. 21 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2012, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para

efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, de atendimento à saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas da aplicação dos recursos, na forma estabelecida pelo Manual de Prestação de contas do Município.

Art. 24 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda o equivalente a Três vezes o valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único - O remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único : Para as ações já existentes e relacionados nos anexos do Plano Plurianual - Lei 4396/2009, fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas modalidades de aplicação e fontes de recursos por decreto.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas

ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 31 - A lei orçamentária para 2012, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Excesso de Arrecadação para suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 32 - A lei orçamentária para 2012, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Superávit Financeiro do exercício anterior para Suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 33 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2012 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 34 - A Lei Orçamentária para 2012 poderá autorizar o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, para abertura de créditos adicionais suplementares.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observados os limites estabelecidos pela resolução do Senado Federal e na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 38 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 40 - O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas, obedecido a ordem abaixo, para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV - proibição de contratação ou admissão de pessoal a qualquer

título, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único do art. 22 da LRF;

V - demissão de servidores municipais não estáveis na forma da Lei Complementar nº 026/2002;

VI - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 41 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o " 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 43 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 44 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - O Município poderá receber assistência técnica e cooperação financeira da União para modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária com vistas ao cumprimento das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de outubro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.682/2011

LEI Nº 4.682/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais):

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2056 RPPS - ENSINO INFANTIL - PROPRIOS
3191000000.00.001 APLIC. DIR. DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS
R\$ 39.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2057 RGPS - ENSINO INFANTIL - PROPRIOS
3190000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.362.0012.2069 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO MÉDIO
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00
3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.366.0015.2072 MANUT. DO ENSINO SUPLETIVO
3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 157.000,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2050 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PROPRIOS
3190000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PROPRIOS
3190000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1011 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 105.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 157.000,00

Art. 3º. Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas os recursos das anulações constantes no art. 1º.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais):

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1009 CONSTR. QUADRAS NAS ESCOLAS DO ENSINO FUND.
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 55.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2054 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
3350000000.00.019 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 80.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2061 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
3190000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 330.000,00
3390000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 565.000,00

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2051 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
3190000000.00.018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 160.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2052 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
3191000000.00.018 APLIC. DIR. DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS
R\$ 26.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2053 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2058 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 286.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2059 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3191000000.00.018 APLIC. DIR. DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS
 R\$ 37.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2060 RGPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 565.000,00

Art. 6º. Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 5º ficam utilizadas os recursos das anulações constantes no art. 4º.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de outubro de 2011.
 WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
 Secretária da Educação e Cultura

Lei Nº 4.683/2011

LEI Nº 4.683/2011

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO FUND.
 4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 222.600,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1010 REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 227.400,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
 3390000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CEIS
 4490000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de outubro de 2011
 WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
 Secretária da Educação e Cultura

Lei Nº 4.684/2011

LEI Nº 4.684/2011

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.572/2010 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais) para atender as ações desenvolvidas pelo Município, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
 26.782.0028.2086 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
 4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 103.200,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 103.200,00 (cento e três mil

e duzentos reais):

ANULAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E M. AMBIENTE
26.782.0028.2086 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 103.200,00

Art. 3º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.572/25010 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para atender as ações desenvolvidas pelo Município, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E M. AMBIENTE
26.782.0028.2086 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 500.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio No. 11.831/2011-1 firmado com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil de reais).

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de outubro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.088/2011

DECRETO Nº 4.088/2011

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

D E C R E T A

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, no dia 28 de outubro de 2011 - sexta-feira, em virtude das comemorações do Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de outubro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.089/2011

DECRETO Nº 4.089/2011

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

D E C R E T A

Art. 1º - Inclui no orçamento municipal da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.572/2010

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2031 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

3190000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

04.121.0002.2006 MANUT. DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 418.270,70 (quatrocentos e dezoito mil, duzentos e setenta reais, setenta centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2031 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

3190000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 82.825,09

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 239.445,61

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

04.121.0002.2006 MANUT. DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 16.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 418.270,70

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2010, no valor de R\$ 418.270,70 (Quatrocentos e dezoito mil duzentos e setenta reais e setenta centavos), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.003/2011.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de outubro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos onze dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.090/2011

DECRETO Nº 4.090/2011

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.572/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO
3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 10.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 10.000,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2031 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
4490000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 11.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2031 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 11.000,00

Art. 3º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
13.392.0017.2074 MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS

3350000000.00 .123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR. R\$ 11.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
13.392.0017.2074 MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 11.000,00

Art. 4º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
3171000000.00 .123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS. R\$ 4.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
3371000000.00 .123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS. R\$ 4.000,00

Art. 5º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de outubro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.091/2011

DECRETO Nº 4.091/2011

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 4.682/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.682/2011, no montante de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais):

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2056 RPPS - ENSINO INFANTIL - PROPRIOS
3191000000.00.001 APLIC. DIR. DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS



R\$ 39.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2057 RGPS - ENSINO INFANTIL - PROPRIOS
 3190000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.362.0012.2069 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO MÉDIO
 3190000000.00 .000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00
 3390000000.00 .000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.366.0015.2072 MANUT. DO ENSINO SUPLETIVO
 3390000000.00 .000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 157.000,00

Art. 2º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.682/2011, no montante de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2050 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PROPRIOS
 3190000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PROPRIOS
 3190000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1011 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL
 4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 105.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 157.000,00

Art. 3º. Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas os recursos das anulações constantes no art. 1º.

Art. 4º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.682/2011, no montante de R\$ 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais):

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1009 CONSTR. QUADRAS NAS ESCOLAS DO ENSINO FUND.
 4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 55.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2054 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
 3350000000.00.019 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 80.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2061 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
 3190000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 330.000,00
 3390000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 565.000,00

Art. 5º. Ficam suplementar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.682/2011, no montante de R\$ 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2051 MANUT. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 160.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2052 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
 3191000000.00.018 APLIC. DIR. DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS R\$ 26.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2053 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2058 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 286.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2059 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3191000000.00.018 APLIC. DIR. DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS R\$ 37.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2060 RGPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 565.000,00

Art. 6º. Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 5º ficam utilizadas os recursos das anulações constantes no art. 4º.

Art. 7º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de outubro de 2011.
 WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
 Secretária da Educação e Cultura

Decreto Nº 4.092/2011

DECRETO Nº 4.092/2011

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 4.683/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.683/2011, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO FUND.
4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 222.600,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1010 REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 227.400,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3390000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.683/2011, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CEIs
4490000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000 ,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de outubro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação e Cultura

Decreto Nº 4.093/2011

DECRETO Nº 4.093/2011

ABRE CRÉDITO ESPECIAL CONSTANTE DA LEI N. 4.684/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.572/25010 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais) na forma autorizada pela Lei n. 4.684/2011 para atender as ações desenvolvidas pelo Município, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
26.782.0028.2086 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 103.200,00

Art. 2º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 4.684/2011, no montante de R\$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais):

ANULAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E M. AMBIENTE
26.782.0028.2086 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 103.200,00

Art. 3º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.572/25010 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para atender as ações desenvolvidas pelo Município, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE
26.782.0028.2086 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 500.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio No. 11.831/2011-1 firmado com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil de reais).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de outubro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 941/2011

PORTARIA Nº 941/2011

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e artigo 100 e ss. da Lei Complementar nº 026/2002.

R E S O L V E

Art. 1º - Instaurar processo administrativo disciplinar em face da servidora Lenir Verônica Trautmann, matrícula 240177, ocupante do cargo de Professor, 20 horas e matrícula n. 260806 no cargo de Professora 20 horas junto a Secretaria de Educação e Cultura para apurar denúncias de agressões verbais e físicas contra alunos, sujeitando-se à pena de demissão na forma prevista pelo artigo 109, VII da Lei Complementar n. 026/2002.

Art. 2º - Ficam designados os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de inquérito destinada a conduzir o processo administrativo:

- Danielle Gobbi, matrícula n. 235516
- Rodney Cifro, matrícula 260533
- Sandra Teresinha Simas de Oliveira, matrícula 92120

Art. 3º - Fica assegurado à servidora acompanhar os atos do processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e inquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de setembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT

Secretaria da Educação e Cultura

Edital de Pregão Presencial Nº 154/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por LOTE, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais de construção para manutenção de ruas da cidade, Ponte na Cascatinha, cobertura da Fábrica de Tubos, reforma na sala da Secretaria de Obras, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 23/11/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 23/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 27 de outubro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 162/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2011.

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peças e serviços para manutenção da Fiat Fiorino MDC-4785 e da Renault Master MDM-0916, da Secretaria de Transporte e Obras, conforme anexo I deste edital. Sendo que: Lote nº 1 - Itens 01 a 11 - Manutenção da Fiat Fiorino MDC-4785; Lote nº 2 - Itens 12 a 18 - Manutenção da Fiat Fiorino MDC-4785, instalados;

Lote nº 3 - Itens 19 a 22 - Manutenção da Renault Master MDM-0916;

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:15 horas do dia 21/11/2011, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 13:30 horas do dia 21/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 04 de Novembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Tomada de Preços Nº 57/2011.

TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2011.

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de sua Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, pelo SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA COBERTURA NO NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS E CONSTRUÇÃO DE CERCA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO LEMSER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 24/11/2011, no Protocolo

Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 17:00 horas do dia 24/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos junto a Prefeitura de Curitibaanos na Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário das 13:00 horas as 19:00 horas e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de novembro de 2011.

CRISTINA MARIA A. MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Tomada de Preços Nº 58/2011.

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2011.

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UMA SALA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, COM ÁREA DE 361,34 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 24/11/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 24/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos junto a Prefeitura de Curitibaanos na Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário das 13:00 horas as 19:00 horas e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de novembro de 2011.

CRISTINA MARIA A. MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

Contrato Nº.: 194/2011

Contrato Nº.: 194/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : 1000 Medicamentos Distr. Import. Medic. Ltda.
Valor : 9.766,16 (nove mil setecentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos: Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas

Unidades
de Saúde do município.
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 19/2011 Numero do Processo:19/2011

Numero do Contrato: 63/2011

Fundamento Legal:

Objeto: MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA VACA MECÂNICA, PISO BÁSICO FIXO, PROGRAMA ERADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL, ATENDIMENTO DE FAMILIAS CARENTES, ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:05/09/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:05/09/2011

Vigência:05/09/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:24,75

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: DINAMICA COM. DE SUP. P/ INFORMATICA ESCR. LTDA ME

CNPJ: 07.072.908/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 19/2011 Numero do Processo:19/2011

Numero do Contrato: 64/2011

Fundamento Legal:

Objeto: MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA VACA MECÂNICA, PISO BÁSICO FIXO, PROGRAMA ERADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL, ATENDIMENTO DE FAMILIAS CARENTES, ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:05/09/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:05/09/2011

Vigência:05/09/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:2.101,74

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: LOBELIA MUDAS E JARDINS LTDA ME

CNPJ: 00.768.130/0001-79

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:0/0

Numero do Contrato: 69/2011

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO EVENTO ESCOLHA DA RAINHA DA 3ª IDADE, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2011.

Data da Assinatura:22/09/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:22/09/2011

Vigência:22/09/2011 A 22/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:3.580,00

Forma de Pagamento:APÓS LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: LOIR MARIA PAES CAMARGO ME

CNPJ: 01.055.991/0001-72

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:0/0

Numero do Contrato: 70/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ALUGUEL DE 20 VESTIDOS DE FESTA PARA USO DAS CANDIDATAS A RAINHA DA 3ª IDADE, QUE ACONTECERÁ NO DIA 07/10/2011.

Data da Assinatura:22/09/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:22/09/2011

Vigência:22/09/2011 A 15/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.400,00

Forma de Pagamento:APÓS LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP

CNPJ: 02.315.593/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 19/2011 Numero do Processo:19/2011

Numero do Contrato: 65/2011

Fundamento Legal:

Objeto: MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA VACA MECÂNICA, PISO BÁSICO FIXO, PROGRAMA ERADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL, ATENDIMENTO DE FAMILIAS CARENTES, ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:05/09/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:05/09/2011

Vigência:05/09/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.274,20

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 19/2011 Numero do Processo:19/2011

Numero do Contrato: 66/2011

Fundamento Legal:

Objeto: MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA VACA MECÂNICA, PISO BÁSICO FIXO, PROGRAMA ERADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL, ATENDIMENTO DE FAMILIAS CARENTES, ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:05/09/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:05/09/2011

Vigência:05/09/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:4.497,31

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: VANDERLÉIA DOS SANTOS

CPF: 928.913.579-49

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:0/0

Numero do Contrato: 68/2011

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MONITORA PARA MINISTRAR CURSO DE MANICURE E CABELEREIRO, SENDO QUE O CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO SÃO JOSÉ, BAIRRO GETÚLIO VARGAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, BAIRRO SÃO FRANCISCO, BAIRRO BOM JESUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO E COMUNIDADES DO INTERIOR COM DURAÇÃO DE 120 HORAS/AULA, NO PERÍODO DE 20/09/2011 A 16/12/2011, COM RECURSO PBF.

Data da Assinatura:20/09/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:20/09/2011
Vigência:20/09/2011 A 16/12/2011
Programa de Trabalho:04.01 08.244.0005
2.096.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.800,00
Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS
CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
CNPJ:03.470.727/0016-07
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 12/2011 Numero do Processo:12/2011
Numero do Contrato: 36/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR ZERO QUILOMETRO 2011/2011 OU 2011/2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:26/09/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:26/09/2011
Vigência:26/09/2011 A 26/09/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 27.983,20
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS
CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: HERCULES EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA
CNPJ:60.042.686/0001-05
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 11/2011 Numero do Processo:11/2011
Numero do Contrato: 33/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COMBATE A INCÊNDIOS, RESGATES E ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES

NO ANEXO II DO EDITAL.

Data da Assinatura:08/09/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/09/2011
Vigência:08/09/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:45.920,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS
CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CNPJ:07.727.642/0001-36
Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:0/0
Numero do Contrato: 35/2011
Fundamento Legal:
Objeto: SEGURO TOTAL DO VEICULO ATP-77, RENAULT CLIO, PLACAS MDG-7616, ANO 2005, SENDO O SEGURO PELO PERÍODO DE 15/09/2011 A 15/09/2012, DE USO DO 2º BBM.

Data da Assinatura:15/09/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:15/09/2011
Vigência:15/09/2011 A 15/09/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.558,98
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS
CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011
Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: S.O.S SUL RESGATE - COM. E SERV. SEG. SINAL. LTDA - ME
CNPJ:03.928.511/0001-66
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 11/2011 Numero do Processo:11/2011
Numero do Contrato: 34/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COMBATE A INCÊNDIOS, RESGATES E ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO ANEXO II DO EDITAL.

Data da Assinatura:08/09/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/09/2011
Vigência:08/09/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:16.310,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Setembro/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: DACRUZ PRODUTOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ: 01.036.395/0001-45
Modalidade: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 9/2011 Numero do Processo:9/2011
Numero do Aditivo: 67/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITAMENTO DE QUANTIDADE PARA A AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS GLP PARA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL, ABRIGO TEMPORÁRIO, CONFEÇÃO DE LEITE DE SOJA, PETI.

Data da Assinatura:14/09/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:14/09/2011
Vigência:14/09/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:04.01 08.244.0005
2.096.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:792,50
Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Ermo**PREFEITURA****Portaria Nº. 133, de 08 de novembro de 2011.**

PORTARIA Nº. 133, de 08 de novembro de 2011.
Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear STELA SANTOS DE SOUZA, para exercer o cargo de CHEFE DIVISÃO SAÚDE, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Fica concedida gratificação de 35% (Trinta e cinco por cento) sobre o vencimento mensal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de novembro de 2011.
EDSON TADEO GREGORINI

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha**PREFEITURA****Portaria Nº. 361, de 24 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 361, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NISLEI DENISE DOS SANTOS PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Michele Moraes Baesso Velloso está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, NISLEI DENISE DOS SANTOS para ocupar o cargo de Professor de Ensino Fundamental, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 24 de outubro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 362, de 24 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 362, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE ADMINISTRATIVO O SERVIDOR MORAIS VITALI TROMBIM.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que o servidor Moraes Vitali Trombim apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Agente Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MORAIS VITALI TROMBIM do Cargo Temporário de Agente Administrativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 24 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 363, de 24 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 363, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Progressivo
1251	GENECI DA SILVA FLORENTINO JUNKES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/10/2011	TSA-07
1993	GISELI SCANDOLARA BOSA	ENFERMEIRO	09/10/2011	ANS-06
1995	IGORVANI LUIZ PEDROSO	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/10/2011	OAG-09
1992	JOLEIDE DOS SANTOS CAMILO	TECNICO EM ENFERMAGEM	09/10/2011	OAG-09
1994	SERGIO VIANA	FISCAL DE TRIBUTOS	09/10/2011	OAG-11
1999	VALDRIANA MACHADO PASINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/10/2011	TSA-06
1998	VANESSA TISCOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	23/10/2011	OAG-05

Art. 2º - Os servidores referidos no artigo 1º desta Portaria receberão o novo valor do salário mensal, de acordo com os anexos IV e VI da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 24 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº. 178/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 178/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GRANDO PNEUS LTDA

OBJETO - prestação de serviços de recapagem de pneus a frio e a quente, para manutenção dos veículos da frota municipal de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL - Leis Federais 10.520 e 8.666/93 - Pregão Presencial nº. 110/PMF/2011

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (102), 0703.2034.3390 (117)

DATA DA ASSINATURA - 19 de outubro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 67/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 67/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 110/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO -Contratação de empresa para a execução da primeira etapa da ampliação, pavimentação e urbanização do Parque Ecológico São Francisco de Assis localizado a Avenida Professor Eurico Back, Bairro Saturno, Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada,

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 110/PMF/2010 de 20/10/2011 para 18/01/2012 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 20/04/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 68/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 68/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 056/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO - Execução de serviços de pavimentação e sinalização da Avenida Professor Eurico Back, Município de Forquilha/SC (trecho Estaca 89 a 107), extensão total de 360 metros, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 2624.00326628-74/2010, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 056/PMF/2011 de 23/10/2011 para 22/11/2011 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 24/01/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 69/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 69/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 057/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO -Contratação de empresa para a execução de serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de arte corrente e sinalização da Avenida professor Eurico Back (Estaca 100 até 112 14,58m) e rotatória junto à Rodovia Gabriel Arns numa extensão de 114,58 metros, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 0324811-56/2010, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 057/PMF/2011 de 23/10/2011 para 22/11/2011 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 24/01/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 112/PMF/2011

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 112/PMF/2011

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 112/PMF/2011, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) CENTRO COMUNITÁRIO, 01 (UMA) PRAÇA DE LAZER, NO BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FNHIS - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº.

0352565-61/2011, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DAS CIDADES, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS NA CIDADE DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e onze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 112/PMF/2011. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. Rejane Maria Loch, a mesma analisou os documentos, juntamente com os demais membros da comissão e o Engenheiro Civil Sr. Ademar João Back, e, verificaram que a empresa CONSTRUTORA BS LTDA. Foi INABILITADA por não apresentar atestado nos moldes exigidos no item 3.1.11 do edital de chamamento, e por apresentar balanço em desconformidade com os itens 3.1.16 e 3.1.16.3 do mesmo edital. As demais empresas atendem as exigências do edital e, por isso, a comissão de licitação classificou-as habilitadas por lote para a próxima fase (abertura dos envelopes de proposta de preços), de acordo com a apresentação dos atestados compatíveis e a qualificação técnica exigida no edital, conforme quadro detalhado abaixo:

EMPRESAS LICITANTES	LOTE 01	LOTE 02	LOTE 03	LOTE 04
TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME.	HABILITADA	INABILITADA	HABILITADA	HABILITADA
SANERO CONSTRUÇÕES LTDA.	HABILITADA	INABILITADA	HABILITADA	HABILITADA
ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	HABILITADA	INABILITADA	HABILITADA	HABILITADA
CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	HABILITADA	INABILITADA	HABILITADA	HABILITADA
CARLESSI ENGENHARIA, COM. E CONST. LTDA.	HABILITADA	HABILITADA	HABILITADA	HABILITADA

As empresas Sanero Construções Ltda. E Tecnicon Construção Civil Ltda. ME. apresentaram a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei. Da decisão da habilitação as empresas serão notificadas oportunamente. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 08 de novembro de 2011.

REJANE MARIA LOCH

Presidente da Comissão de Licitações

RENATA PEREIRA

Secretária

JADNA COLOMBO PEREIRA

Membro

ADEMAR JOÃO BACK

Engenheiro Civil

Termo de Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 106/PMF/2011

O Prefeito Municipal de Forquilha, em uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve homologar e adjudicar o presente processo nos seguintes termos:

Processo Licitatório: Concorrência Pública Nº. 106/PMF/2011.

Objeto: Contratação de empresa, para prestação de serviços de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária, obras de arte correntes e serviços complementares a serem executados em diversas vias públicas urbanas municipais, conforme contrato de empréstimo nº. 2011016500, firmado entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesc Cidades.

Vencedora: Confer Construtora Fernandes Ltda.

Valor: R\$ 1.594.671,97 (um milhão quinhentos e noventa e quatro mil seiscientos e setenta e um reais e noventa e sete centavos).

Dotação: 1.033.4.4.90.00.00.00.00 (215).

Forquilha/SC, 01 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0328/2011

DECRETO Nº 0328, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0403 (13) R\$ 20.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0416 (84) R\$ 30.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto ocorrerão à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0403 (09) R\$ 20.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0416 (11) R\$ 30.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1980/2011

PORTARIA N.º 1.980 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de GECIANE XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 082.561.029-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1981/2011

PORTARIA N.º 1.981 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JURACI MARTINS VICENTE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 594.888.249-72, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1982/2011

PORTARIA N.º 1.982 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado



NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de RODINEI HENRIQUE MICHELON, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº. 023.531.549-48 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, por 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1983/2011

PORTARIA N.º 1.983 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 027, de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VILMAR DIAS DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 422.385.609-04, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de novembro de 2011 até 30 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0028/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0028/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de uma quadra coberta no Centro Educacional Municipal São Cristóvão, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os projetos, memorial descritivo e quantitativo (anexos). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço. Forma de execução: Indireta em Regime de Empreitada Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 25/11/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal

de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 0029/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0029/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de 3 (três) pontos de ônibus nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os projetos, memorial descritivo e quantitativo (anexos). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Forma de execução: Indireta em Regime de Empreitada Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 10:15 horas do dia 25/11/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 10:30 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 0030/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0030/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção das Quadras Esportivas para Futebol de Areia e Vôlei de Areia, no Centro, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço. Forma de execução: Indireta em Regime de Empreitada Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 25/11/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de novembro de 2011.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Decisão

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3587/2011

IMPUGNANTE: SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

INTERESSADO: SECRETARIA DE FINANÇAS

DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face de Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 026/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado quedou-se inerte.

Não veio aos Autos qualquer informação ou documento

comprobatório do recolhimento do tributo devido (ISSQN).

O Fisco Municipal diligenciou junto ao DETRAN e obteve os documentos necessários à apuração do tributo, como se denota dos documentos de fls. 006/060, cuja vista foi propiciada ao Autuado, o qual limitou-se a dizer que o Município não era competente para solicitar os documentos (fl. 067).

Nas fls. 069/076 repousa o Auto de Infração nº 026/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 21/09/2011, tendo apresentado impugnação em 07/10/2011 (fls. 078/094).

Nas fls. 095/097 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

DECIDO

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face de Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado não apresentou os documentos solicitados.

O Fisco Municipal diligenciou junto ao DETRAN e obteve a cópia dos documentos dos financiamentos realizados pelo Autuado no âmbito do Município de Fraiburgo,

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que o Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, tentando obstaculizar a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, o Autuado ficou-se inerte.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 007/060, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante no tocante ao local onde se deu a prestação do serviço e a alegada ilegalidade da base de cálculo e cobrança de multa e juros de mora.

I - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sede da empresa é no Município de Barueri/SP, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de fls. 007/060 no território do Município de Fraiburgo, pois não há qualquer notícia no P.A. de que tenha o Autuado levado a parte para firmá-lo junto a Comarca de Barueri/SP.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, não há que se considerar que pudesse o revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 estabelecer competência diversa, bem como, em relação a Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro

Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.

2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de Barueri/SP. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

II - ILEGALIDADE DA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor efetivamente financiado.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos

RE 547245 / SC - SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010

EMENT VOL-02392-04 PP-00857

RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159

LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200

Parte(s)

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

RECDO.(A/S) : BANCO FIAT S/A

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento.

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN.

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre a operação realizada foi tributado o valor do bem, quando na verdade foi tributado o serviço de financiamento. Além do mais, não trouxe o Autuado nenhum documento capaz de desconstituir a prova dos Autos.

III - ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA MULTA, JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Sustenta o Autuado que o Município deixou, por longo tempo, de tributar as operações sobre as quais diz incidir o ISSQN e, portanto, não poderia, diante dessa inércia, cobrar multa, juros e atualização monetária sobre a base de cálculo.

Para fundamentar sua pretensão, cita o disposto no inciso III do artigo 100 do CTN. Contudo, sem razão o Autuado, pois o artigo 100 do CTN apenas elenca o rol de normas que complementam os dispositivos legais "práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas". Em outras palavras, assim como o "costume" é uma das fontes do direito, as práticas reiteradas (costumeiras) também devem ser observadas na aplicação da lei, servindo como complemento das normas.

Assim, não vejo como utilizar tal dispositivo em prol do contribuinte, pois o Município de Fraiburgo realizou o ato de fiscalização, sendo que só neste momento detectou que o Autuado era contribuinte do tributo e que não havia efetuado o recolhimento. Portanto, não se configura uma prática reiterada de não exigir o tributo como que fazer crer o Autuado.

No tocante à legalidade da cobrança da multa, juros e correção monetária, basta uma leitura atenta ao contido no Termo de Verificação Fiscal de fl. 071, anexo do Auto de Infração:

Legislação Pertinente:

[]

Correção Monetária - Artigo 541, inciso III, da Lei Complementar n.º 053/2003;

Juros de Mora - Artigo 545, inciso I, da Lei Complementar n.º 053/2003;

Multa Moratória - Artigo 545, inciso II, letra (a), Lei Complementar n.º 053/2003;

[]

Assim, não pode afirmar o Autuado que é ilegal a cobrança dos consectários, pois há previsão legal expressa, como citado anteriormente.

IV - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.
ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN
Auditora Fiscal
Matrícula nº 875

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 162/2011

DECRETO N.º 162, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.
ABRE SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 426.136,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 426.136,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e cento e trinta e seis reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 5.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito 5.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 10.000,00
0412292.005 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração 10.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 2.800,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca 2.800,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.800,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 297.000,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 234.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 180.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 19.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas 5.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 22.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas 20.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 1.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 40.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 40.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 13.000,00
27812512.031 - Funcionamento e Manut. do Setor de Esporte 12.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
13392512.033 - Apoio a Cultura 1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 700,00
26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 700,00
4.4.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas 700,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 11.667,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 11.667,00
08244562.056 - Func. e Manut. Do Fundo da Assistência Social 11.667,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 4.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
3.3.90.0.1.29.000006 - Aplicações Diretas 2.667,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 85.969,00
10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 83.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas 60.000,00
3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 23.000,00
10301252.074 - Manut. Do Samu 2.969,00
3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 2.969,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 426.136,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e cento e trinta e seis reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Novembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Aviso de Licitação PR113/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, para Aquisição de camisetas para os usuários dos Programas e Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 22/11/2011. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 22/11/2011, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 07 de novembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR114/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 16h25min do dia 22/11/2011.

A sessão se dará a partir das 16h30min do dia 22/11/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 07 de outubro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Portaria 144/2011

PORTARIA Nº. 144, de 31 de março de 2011.
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 028/2011.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, a servidora, LIDIANE SALES CASANOVA TREVISAN, portadora do RG 2/R 3.229.757 e CPF 028.057.329-44, do cargo de Professora, nomeada através da Portaria nº. 068/04 de 01 de junho de 2004, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária de Educação

Portaria 185/2011

PORTARIA Nº. 185 de 17 de Maio de 2011

"Promover a exoneração do servidor ADEMAR WILD WACHHOLZ, ocupante do cargo efetivo de médico, com base nos artigos 187, II e 190 da Lei Complementar 01/98 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garuva)".

Sr. JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e com base na Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO os fatos apurados pela Sindicância Administrativa nº 006/2007, instaurada pela Portaria 301/2007, de 10/10/2007 e o relatório final expedido pela Comissão instituída para tanto; CONSIDERANDO a configuração das infrações administrativas previstas na Lei Complementar 01/98, artigos 187, II e 190 (Estatuto dos Servidores Públicos de Garuva).

CONSIDERANDO o dever da Autoridade competente em aplicar as sanções disciplinares cabíveis, por força da Lei Orgânica do Município de Garuva.

CONSIDERANDO a decisão proferida no Processo Administrativo 003/2008, que faz parte integrante da presente Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a exoneração do servidor público ADEMAR WILD WACHHOLZ do cargo público de médico lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupado desde 01/03/2002, em razão da Portaria de Nomeação 030/2002.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

DECISÃO

CONSIDERANDO os fatos apurados pela Sindicância Administrativa nº 006/2007, instaurada pela Portaria 301/2007, de 10/10/2007 e o relatório final expedido pela Comissão instituída para tanto, que tomo como razão para decidir;

CONSIDERANDO a configuração das infrações administrativas previstas na Lei Complementar 01/98, artigos 187, II e 190 (Estatuto dos Servidores Públicos de Garuva) .

CONSIDERANDO o dever da Autoridade competente em aplicar as sanções disciplinares cabíveis, por força da Lei Orgânica do Município de Garuva.

APLICO ao servidor ADEMAR WILD WACHHOLZ, nomeado para o cargo efetivo de médico, através da Portaria 030/2002, a pena de DEMISSÃO/EXONERAÇÃO em razão de ofensa ao seguinte dispositivo legal contido na Lei Complementar 01/98:
Artigo 187, II - abandono de cargo;

Publique-se, registre-se e notifique-se

Garuva, 17 de maio de 2011
JOAO ROMÃO
Prefeito do Município

Portaria 192/2011

PORTARIA Nº. 192, de 30 de maio de 2011

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA,

USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**RESOLVE:**

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no Edital 008/2011.

ART. 20. - Designar PAULO ANTONIO CALLEGARI, JOSÉ VANDERLEI AGUIAR E IVANDRO SÉRGIO LOPES para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência do primeiro expedir edital, homologar inscrições, aplicar provas, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 193/2011

PORTARIA Nº 193, de 30 de maio de 2011.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 041/2011;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;
CONSIDERANDO, parecer da Secretária de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal JANETE SIZ, ocupante do cargo de Merendeira.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/05/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 234/2011

PORTARIA Nº 234, de 14 de julho de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LUCIANO FELIPPI, do cargo de Professor Nível II, admitido através da portaria nº. 044/2011, de 28 de janeiro de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 253/211

PORTARIA Nº. 253, de 01 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº. 370 de 28/07/2011;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 10 horas da servidora GABRIELLE ZWETTLER TEIXEIRA, de 01/08/2011 até 28/10/2011, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 255/2011

PORTARIA Nº. 255, de 01 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 166A/2011;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;
CONSIDERANDO, parecer da Secretária de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 80 (oitenta) dias, à servidora pública municipal MARIA HELENA RIBEIRO, ocupante do cargo de Professora Nível III.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/07/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 274/2011

PORTARIA Nº 274, de 19 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILVANI TONTINI TONDORF, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitida através da portaria nº. 261/2009, de 21 de agosto de 2009.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 275/2011

PORTARIA Nº 275, de 19 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOSCIANE PIETRZAKA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitida através da portaria nº. 260/2009, de 21 de agosto de 2009.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 276/2011

PORTARIA Nº 276, de 19 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA MADALENA MULLER, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitida através da portaria nº. 264/2009, de 21 de agosto de 2009.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 277/2011

PORTARIA Nº 277, de 19 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER

TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, JOSCIANE PIETRZAKA, inscrita no CI-RG 5.049.561-5 e CPF 818.188.079-04, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de agosto de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 278/2011

PORTARIA Nº 278, de 19 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, MARIA MADALENA MULLER, inscrita no CI-RG 1.546.042 e CPF 739.684.129-15, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de agosto de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 279/2011

PORTARIA Nº 279, de 19 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, SILVANI TONTINI TONDORF, inscrita no CI-RG 3.001.518 e CPF 812.432.949-49, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de agosto de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 282/2011

PORTARIA Nº. 282, de 24 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o ofício nº 037 de 24/08/2011, da Secretaria de Administração;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 110 horas para 220 horas do servidor DANIEL WAGNER HEINIG, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 283/2011

PORTARIA Nº. 283, de 25 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SANDRA FOCK.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referencia "B".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir da competência de setembro de 2011.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/09/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 284/2011

PORTARIA Nº. 284, de 25 de agosto de 2011

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº.422 de 26/08/2011;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora GUIOMAR LEITE, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a data de 30/07/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 285/2011

PORTARIA Nº 285, de 29 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 173/2011;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;
CONSIDERANDO, parecer da Secretária de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal SILVANA NAGEL WASEN, ocupante do cargo de Merendeira.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/08/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 286/2011

PORTARIA Nº 286, de 30 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LUCINEA APARECIDA TABORDA DE LIMA, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 165/2011, de 15 de abril de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 287/2011

PORTARIA Nº 287, de 30 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, NEUSA BATISTA ROSA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da portaria nº. 195/2011, de 31 de maio de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 288/2011

PORTARIA Nº 288, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JAQUELINE PABST, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 063/2011, de 03 de fevereiro de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 289/2011

PORTARIA Nº 289, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JAQUELINE PABST, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 078/2011, de 07 de fevereiro de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 290/2011

PORTARIA Nº 290, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARINETTI ESTHER VIEIRA, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 107/2011, de 01 de março de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 291/2011

PORTARIA Nº 291, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário OLGA DA SILVA FRANCO, inscrita no CI-RG 2.055.131 e CPF 005.713.789-78, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria 292/2011

PORTARIA Nº 292, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ERICA CRISTIANE DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.467.063-0 e CPF 049.747.639-89, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 293/2011

PORTARIA Nº 293, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARINILDA DA SILVA MARIAN, inscrita no CI-RG 4.088.444-9 e CPF 796.311.349-20, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria 294/2011

PORTARIA Nº. 294, de 31 de agosto de 2011.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 262/2011, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Educação Infantil, a senhorita Jaqueline Pabst, CPF nº 005.201.329-47, RG nº 4.295.587-4, com lotação destinada a Creche Municipal João de Deus, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Professor, Classe II, Referencia "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/09/2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria 295/2011

PORTARIA Nº. 295, de 31 de agosto de 2011
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o ofício nº 232/2011 de 04/08/2011, da Secretaria de Saúde;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 165 horas para 220 horas da servidora CECÍLIA PALUDO SALLES LUNARDI, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAÚJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria 296/2011

PORTARIA Nº. 296, de 31 de agosto de 2011.
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 176/2011.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, o servidor JONATAS RONALDO HERPICH, portador do RG 4.964.739-3 e CPF 009.724.789-81, do cargo de Técnico de Informática, nomeado através da Portaria nº. 414/2010 de 17 de junho de 2010, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 297/2011

PORTARIA Nº 297 de 01 de setembro de 2011.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 31/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna

da República;

RESOLVE:

ART. 1º Nomear a aprovada no Concurso Público, Ana Paula Dutka de Miranda, inscrita sob o nº. 692, classificada em 4º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professora Nível II - Artes, do regime estatutário.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 225/2011 de 05 de Julho de 2011.

Art. 2o. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 298/2011

PORTARIA Nº 298, de 01 de setembro de 2011.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VANUSA MARQUES WIELGOSZ, inscrita no CI-RG 2.224.208-2 e CPF 763.332.219-53, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 299/2011

PORTARIA Nº 299, de 01 de setembro de 2011.
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo

determinado, ANA PAULA VIEIRA, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 167/2011, de 15 de abril de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 300/2011

PORTARIA Nº 300, de 01 de setembro de 2011.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 293/2011, que admite a servidora Marinilda da Silva Marian;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 293/2011, de 31/08/2011, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

“ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARINILDA DA SILVA MARIAN, inscrita no CI-RG 4.088.444-9 e CPF 796.311.349-20, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.”

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 301/2011

PORTARIA Nº 301, de 09 de setembro de 2011.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCINEA APARECIDA TABORDA DE LIMA, inscrita no CI-RG 5.372.007-2 e CPF 775.041.519-04, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 12/09/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 302/2011

PORTARIA Nº 302, de 09 de setembro de 2011.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARINETTI ESTHER VIEIRA, inscrita no CI-RG 2.604.806-0 e CPF 920.948-139-91, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 12/09/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 303/2011

PORTARIA Nº. 303, DE 09 DE SETEMBRO DE 2011

“CRIA A COMISSÃO DE REALIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA ORDINÁRIA NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas as alíneas “c”, do inciso II, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva.

RESOLVE:

ART. 1º - Cria a Comissão de realização da Auditoria Interna Ordinária no Departamento de Recursos Humanos, com objetivo de verificar todos os atos relacionados com a contratação temporária e todos os procedimentos necessários com vistas a assegurar a observância dos princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, e verificar o cumprimento da legislação pertinente em sua plenitude em todas as suas etapas, a Comissão será composta pelos seguintes membros:

I - Daniel Wagner Heinig - Presidente

II - Clausse Cidrea Davet - Membro

III - Verônica de Paula Cordeiro Lennertz - Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 304/2011

PORTARIA Nº. 304 de 14 de Setembro de 2011

"Promover a exoneração do servidor ELIZANDRO RIGO, ocupante do cargo efetivo de motorista de veículos pesados, com base nos artigos 187, II e 190 da Lei Complementar 01/98 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garuva)".

Sr. JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e com base na Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO os fatos apurados pelo Inquérito Administrativo nº 001/2011, instaurada pela Portaria 235/2011, de 18/07/2011 e o relatório final expedido pela Comissão instituída para tanto; CONSIDERANDO a configuração das infrações administrativas previstas na Lei Complementar 01/98, artigos 187, II e 190 (Estatuto dos Servidores Públicos de Garuva).

CONSIDERANDO o dever da Autoridade competente em aplicar as sanções disciplinares cabíveis, por força da Lei Orgânica do Município de Garuva.

CONSIDERANDO a decisão proferida no Inquérito Administrativo 001/2011, que faz parte integrante da presente Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a exoneração do servidor público ELIZANDRO RIGO do cargo público de motorista de veículos pesados lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, ocupado desde 09/03/2011, em razão da Portaria de Nomeação 235/2011.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

DECISÃO

CONSIDERANDO os fatos apurados pelo Inquérito Administrativo nº 001/2011, instaurada pela Portaria 235/2011, de 18/07/2011 e o relatório final expedido pela Comissão instituída para tanto, que tomo como razão para decidir;

CONSIDERANDO a configuração das infrações administrativas previstas na Lei Complementar 01/98, artigos 187, II e 190 (Estatuto dos Servidores Públicos de Garuva) .

CONSIDERANDO o dever da Autoridade competente em aplicar as sanções disciplinares cabíveis, por força da Lei Orgânica do Município de Garuva.

APLICO ao servidor ELIZANDRO RIGO, empossado no cargo efetivo de motorista de veículos pesados, através da Portaria 117/2011, a pena de DEMISSÃO/EXONERAÇÃO em razão de ofensa ao seguinte dispositivo legal contido na Lei Complementar 01/98: Artigo 187, II - abandono de cargo;

Publique-se, registre-se e notifique-se

Garuva, 14 de setembro de 2011
JOAO ROMÃO
Prefeito do Município

Portaria 305/2011

PORTARIA Nº. 305, de 14 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE

DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 182/2011;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;
CONSIDERANDO, parecer da Secretária de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, pelo período de 15 (quinze) dias, licença por motivo de doença na família, concedida à servidora pública municipal SILVANA NAGEL WASEN, ocupante do cargo de Merendeira.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 306/2011

PORTARIA Nº 306, de 19 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ROSELI SOBZACK, inscrita no CI-RG 3.568.819 e CPF 017.937.079-01, na função de Cuidadora, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 307/2011

PORTARIA Nº 307, de 19 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo

determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ANDRESSA DA SILVA SCHNEIDER, inscrita no CI-RG 5.960.543 e CPF 083.162.089-70, na função de Cuidadora, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 308/2011

PORTARIA Nº 308, de 19 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LILIAN THALITA DIERSCHNABEL, inscrita no CI-RG 5.006.788-5 e CPF 085.432.769-00, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a data de 09/09/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 309/2011

PORTARIA Nº 309, de 19 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER

TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LILIAN THALITA DIERSCHNABEL, inscrita no CI-RG 5.006.788-5 e CPF 085.432.769-00, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a data de 09/09/2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 310/2011

PORTARIA Nº 310, de 21 de setembro de 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILVANI TONTINI TONDORF, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitida através da portaria nº. 279/2011, de 19 de agosto de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 311/2011

PORTARIA Nº 311, de 21 de setembro de 2011

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Exonerar, a pedido, a empregada pública ROSELI SOBRAL, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, admitida através da portaria nº. 026/2010 de 04 de janeiro de 2010, e declara vacância do cargo.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria 312/2011

PORTARIA Nº 312, de 21 de setembro de 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA MADALENA MULLER, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitida através da portaria nº. 278/2011, de 19 de agosto de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria 313/2011

PORTARIA Nº 313, de 22 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MAGDA DA SILVA, inscrita no CI-RG 8.636.076-4 e CPF 048.835.389-07, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 23 de setembro de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 314/2011

PORTARIA Nº. 314, de 27 de setembro de 2011

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, CONFORME APOSENTADORIA, DA SERVIDORA DE JANIR MARIA BARBOSA DO CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora DE JANIR MARIA BARBOSA, portadora de RG nº. 1.544.798 e CPF nº. 585.340.089-49, do cargo de PROFESSORA, nomeado em 27 de agosto de 1991, através da Portaria 130/1991, e declara vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 315/2011

PORTARIA Nº 315, de 30 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE FATOS, DO SERVIDOR LUIZ HENRIQUE DA SILVA."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

RESOLVE:

ART. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos envolvendo o servidor público municipal LUIZ HENRIQUE DA SILVA.

ART. 2o. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

ART. 3o. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 316/2011

PORTARIA Nº 316 de 30 de setembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART.

79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 31/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

RESOLVE:

ART. 1º Nomear o aprovado no Concurso Público, André Jamur, inscrito sob o nº. 367, classificado em 11º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do regime estatutário.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 225/2011 de 05 de Julho de 2011.

Art. 2º. Caso o nomeado não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeado, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 317/2011

PORTARIA Nº 317, de 30 de setembro de 2011.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MÁRCIO ALVES DA LUZ, do cargo de Professor Nível II, admitido através da portaria nº. 147/2011, de 01 de abril de 2011.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 318/2011

PORTARIA Nº. 318, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.

“INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PRELIMINAR PARA A APURAÇÃO DE SUPOSTA FALTA DISCIPLINAR PRATICADA POR SERVIDOR MUNICIPAL ESTATUTÁRIO.”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e com base no artigo 198 da Lei Complementar nº 01, de 02 de março de 1998;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela Sr. Roque Baldissarelli, o qual obedece aos requisitos elencados pelo artigo 199 da Lei Complementar 01/98;

CONSIDERANDO que, em análise de tal requerimento, verifica-se a possibilidade de ocorrência de falta disciplinar, disposta no artigo 174, VIII da Lei Complementar 01/98, supostamente praticada pelo servidor Alexandre Cardoso de Souza;

CONSIDERANDO ainda o disposto nos artigos 184 e 200 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR Comissão de Sindicância Preliminar para apurar a conduta praticada pelo servidor Alexandre Cardoso de Souza;

Parágrafo único: A Comissão sindicante será composta pelos servidores municipais Fabiane Aguiar de Oliveira Benedet, Ana Caroline Martins Rodrigues Raitz, e Renato Dissenha, sob presidência da primeira;

Art. 2º - Em razão da conduta descrita pelo artigo 174, VIII, da Lei Complementar 01/98 prever penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias, podendo esta ser aplicada sem a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, determino que sejam assegurados desde o início dos trabalhos desta Comissão a ampla defesa e o contraditório, em observância ao texto Constitucional vigente;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 319/2011

PORTARIA Nº. 319, de 06 de outubro de 2011.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. - Demitir a pedido, a servidora FERNANDA LUZIA GHISLERI GRASEL, portadora do RG 3.996.432 e CPF 037.381.689-82, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria nº. 027/2011, de 27 de janeiro de 2011.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretário Municipal de Educação

Portaria 322/2011

PORTARIA Nº 322, de 11 de outubro de 2011.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, LUCIANA ROMANZINI, do cargo de Professora Nível

II, admitida através da portaria nº. 197/2011, de 31 de maio de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 323/2011

PORTARIA Nº 323, de 11 de outubro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ODETE DANIEL DA CRUZ, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 272/2011, de 16 de agosto de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 324/2011

PORTARIA Nº. 324, de 13 de outubro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 177/2011.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, a servidora CARLA KELI BRANTL POPPER, portadora do RG 3.515.073 e CPF 025.705.419-74, do cargo de Professora, nomeada através da Portaria nº. 103/2004 de 26 de junho de 2004, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 325/2011

PORTARIA Nº.325, de 17 de outubro de 2011

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI

MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal, por avaliação positiva e por qualificação profissional, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

 
ANEXO 1 DA PORTARIA 325/2011

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ADRIANA FRANZOLOSO	PROFESSOR	III	C	E
ADRIANA SANTINI	PROFESSOR	III	C	E
CELONI PIZATTO	PROFESSOR	III	C	E
CLAUDIA PEREIRA DA S. REGUE-LIM	PROFESSOR	III	C	E
DENISE ROMANZINI DA SILVA	ESPECIA-LISTA	Junior	C	E
ELFRIEDE HERMIENE Z. TEIXEIRA	PROFESSOR	III	C	E
ELI KEPKA	PROFESSOR	III	C	E
FABIANE PATRICIA A. L. L. FER-REIRA	PROFESSOR	III	C	E
JUCELIA DE SOUZA	PROFESSOR	III	D	F
KARLA ADRIANA C. P. BALDISSA-RELLI	PROFESSOR	III	C	E
LEIA CANDIDO DA VEIGA	PROFESSOR	III	C	E
LENITA LUBAWSKI	EDUCADOR	II	C	E
MARIA DE FATIMA J. MALLUCELLI	PROFESSOR	III	C	E
MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA	ESPECIA-LISTA	Junior	J	L
PAULO AFONSO PEREIRA DA ROCHA	ADMINIS-TRATIVO I	II	C	E
ROGÉRIO CATARINA DE OLIVEI-RA	APOIO	I	A	C
ROSANE LEANDRO OLIVÉRIO	PROFESSOR	III	F	H
ROSIANI FABRICIA R. BOEING	PROFESSOR	III	C	E
SILVANA BEATRIZ SALOMÃO	PROFESSOR	I	C	E
SILVANA MEWS	ESPECIA-LISTA	Junior	C	E
SOLANGE DE VILAS BOAS	PROFESSOR	III	C	E

Portaria 326/2011

PORTARIA Nº.326, de 17 de outubro de 2011

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

 
ANEXO 1 DA PORTARIA 326/2011

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ADAMASTOR SAAD BENEDET	ADMINISTRATIVO I	II	M	N
ALCEU ALLEBRANDT JACOBSEN	OPERACIONAL IV	I	L	M
ALESSANDRO BRZOWSKI	ESPECIALISTA SUPERIOR	Junior	J	K
ANNELIESE BOM BARBOSA HUBNER	PROFESSOR	II	O	P
ANTONIO DAMAZIO FILHO	OPERACIONAL IV	I	C	D
APARECIDA CASTORINA DE OLIVEIRA	OPERACIONAL I	I	L	M
CARLA LIZETE RAMOS	ADMINISTRATIVO I	I	O	P
CARLOS ALBERTO POPPER	PROFESSOR	III	A	B
CATIA REGINA LEANDRO	TECNICO	I	A	B
CECILIA PALUDO SALLES LUNARDI	ESPECIALISTA SUPERIOR	Junior	A	B
CECILIA SENKE	ESPECIALISTA SUPERIOR	Junior	C	D
CHRISTINE ZWETTLER TEIXEIRA	ADMINISTRATIVO I	I	C	D
CLAUDETE MARIA GUAREZI	OPERACIONAL III	I	D	E
CLAUDIA GLOVATSKI	OPERACIONAL II	I	M	N
CLAUDINEIA MOREIRA DOS SANTOS	OPERACIONAL I	I	C	D
CLAUSSE CIDREA DAVET	ADMINISTRATIVO I	II	M	N
CLEA LUIZA DE MIRANDA	OPERACIONAL I	I	L	M
CLEIDE MAFRA	ADMINISTRATIVO I	II	L	M
DEISE GRABOWSKI	TECNICO	I	A	B
ELIANE GENOVEZ	ADMINISTRATIVO	I	C	D
ELISABETE DO AMARAL MEDEIROS	ESPECIALISTA SUPERIOR	Pleno	C	D
ELSA THOMEN	ADMINISTRATIVO I	I	P	Q
EMMANUELLE VERVOET REIS	ESPECIALISTA SUPERIOR I	Junior	C	D
ERMINIO LEITE	OPERACIONAL I	I	M	N
ERNO JELONSCHECK	OPERACIONAL IV	I	M	N

GUIDO JELONS-CHECK	OPERACIONAL II	I	M	N
HELENO VEDOLIN DA SILVA	OPERACIONAL IV	I	C	D
ILDA MARIA CONCEIÇÃO	OPERACIONAL I	I	L	M
IOLANDO DE ASSIS	ESPECIALISTA SUPERIOR	Junior	J	K
ISABELA ARAGAO PEREIRA	ESPECIALISTA SUPERIOR	Pleno	D	E
IVO POLZIN	APOIO	I	O	P
IZAQUE MATTOS	OPERACIONAL I	I	D	E
JANES DANIELA DELFINO DE ARAUJO	PROFESSOR	III	C	D
JANETE SIZ	OPERACIONAL I	I	D	E
LAURENCIA DA SILVA	OPERACIONAL II	I	O	P
LAURILETE COSTA	OPERACIONAL II	I	A	B
LISETE HEIN BRUNS	ADMINISTRATIVO I	I	O	P
LUIZ CARLOS PADILHA	OPERACIONAL I	II	Q	R
LUIZ CARLOS SARAMENTO	OPERACIONAL IV	I	L	M
MARCIA MARIA FERREIRA	ADMINISTRATIVO II	I	M	N
MARCOS JOSE FERREIRA	AUXILIAR	I	A	B
MARCOS OTTO STREY	OPERACIONAL IV	I	L	M
MARIA TEREZINHA MACHADO ZIETZ	OPERACIONAL I	I	C	D
MARILSA DAS DORES DE ARAUJO BUENO	TECNICO	I	A	B
MARIO DA VEIGA	OPERACIONAL II	I	B	C
MARLI TEREZINHA L. SIMERMANN	TECNICO	I	A	B
NAIR DA SILVA	TECNICO	I	A	B
REGINA RIBEIRO LUBAWSKI	TECNICO	I	A	B
RIVELINO SELL	PROFESSOR	III	C	D
ROSMERI MARIA ROCHA	ADMINISTRATIVO I	I	P	Q
SANDRO ELIAS HUBNER	OPERACIONAL I	I	D	E
SANDRO LUIZ CASCAL	TECNICO	I	F	G
SILVANA RIBEIRO DA LUZ	TECNICO	I	A	B
SILVIA LEITE PEDROSO	OPERACIONAL I	II	Q	R
SIMONE NEVES	ADMINISTRATIVO II	I	M	N
TANIA NARA VAGELSKI ALVES	ADMINISTRATIVO II	I	P	Q
VALMIR JOAO DE SOUZA	OPERACIONAL IV	I	F	G

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 4.582, de 07 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.582, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Altair Schirmer	Motorista	40h	10º	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.577, de 04 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 2.577, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 07/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de novembro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 07/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de uma máquina fotográfica de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº. 2.576, de 04 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 2.576, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE ANTÔNIO MAURÍCIO DE CAMPOS FILHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o teor dos Ofícios nº. 073/2011/VS, nº. 091/2011/VS, nº. 093/2011/VS, nº. 096/2011/VS, nº. 099/2011/VS, nº. 106/2011/VS, nº. 108/2011/VS, nº. 111/2011/VS e nº. 117/2011/VS e dos Memorandos nº. 012/2011/DVS e nº. 015/2011/DVS, da Diretoria de Vigilância Sanitária, e do Ofício nº. 89/2011 e dos Memorandos nº. 87/2011 e nº. 141/2011, da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade de Antônio Maurício de Campos Filho, matrícula nº. 4012, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, que, segundo as denúncias, teria apresentado vinte e cinco faltas injustificadas no decorrer do ano de dois mil e onze, estaria fazendo mau uso de veículo oficial - dirigindo-se a locais não autorizados, trafegando em velocidade acima da permitida e realizando manobras de risco - e, ainda, teria retirado da Secretaria Municipal de Saúde, sem autorização e com uso de veículo oficial, um compressor odontológico.

Art. 2º. O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores estáveis Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Ana Carolina da Costa, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, e Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização disciplinar, com fundamento nos artigos 146, III, VII, IX e X, 147, I, II, IX, XV e XVII, e 162, III, V, VI, X e XIII, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4o O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 160/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 160/2011

O OBJETO é a aquisição de material de resgate, salvamento e combate a incêndios para equipar viaturas do Corpo de Bombeiros. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 23/11/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 23/11/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 08 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial N° 162/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial n° 162/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de asfalto. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 24/11/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 24/11/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 08 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 679/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 679/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHS5700	8590032865	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKP1978	8590035051	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
AMF2501	8590036034	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BYR2016	8590001678	7463/0	27/12/2008	R\$ 127,69	218 * II
COW0138	LE00080148	7455/0	19/08/2008	R\$ 85,12	218 * I
CQL9069	8590035891	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DDI9653	8590035329	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
DGV1046	8590035442	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DNA5232	8590034039	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IDM8633	8590033961	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
IPF5958	8590034264	7463/0	07/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
JTO0652	8590001378	7455/0	24/12/2008	R\$ 85,12	218 * I
LJN9874	8590019780	7455/0	02/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
LNP8727	8590036055	7463/0	25/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LWY7505	8590033999	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWZ0284	8590035622	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV8269	8590035953	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZE8309	8590033491	7463/0	21/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZG4891	8590035848	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAG2768	8590033973	7455/0	02/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAG4135	8590033932	7455/0	30/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM1260	8590033009	7455/0	08/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ1722	8590036172	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBB4709	8590036053	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBC9182	8590034403	7455/0	12/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBU2720	8590035371	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCA2339	8590036444	7463/0	04/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCK1842	8590033751	7463/0	27/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCY3551	8590002821	7455/0	10/01/2009	R\$ 85,12	218 * I
MDA2989	8590035168	7455/0	08/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDK0387	8590034946	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDK5087	8590035992	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDL8203	8590033962	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDQ9853	LE00076842	7455/0	03/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
MDS4563	8590035648	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS9347	8590034177	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX9194	8590034065	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEB3375	8590033742	7463/0	27/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEC9820	8590030609	7463/0	19/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEE2371	8590030678	7455/0	18/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEO6162	8590001944	7455/0	23/12/2008	R\$ 85,12	218 * I
MEQ9499	8590035725	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MER6548	8590034757	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE0436	8590034818	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF9735	8590035938	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV4503	8590035911	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV2056	8590034404	7463/0	12/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFV8182	8590034556	7463/0	17/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFV3022	8590033995	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFZ5281	8590034279	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGK3413	8590035418	7463/0	07/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGK5622	8590035513	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU5247	8590036048	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGW5426	8590035321	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGW5426	8590035344	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGY9138	8590033672	7463/0	25/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHA2105	8590030696	7455/0	22/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN9994	8590034664	7455/0	17/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT2991	8590036054	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA6137	8590036293	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC3813	8590035963	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG4024	8590034591	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIW9053	8590035738	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKM0630	8590034349	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MLN1380	8590034390	7463/0	12/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MUE4510	8590034514	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
NEL0397	8590035907	7463/0	16/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 681/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 681/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABZ3524	8590035710	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ABZ4526	8590020004	7455/0	13/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
AEW6779	8590034302	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFL7176	8590035952	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHU8057	8590035859	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHU8057	8590035860	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJH2731	8590035750	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJT6152	8590035614	7471/0	16/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
AJX6292	8590035888	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALA0700	8590035691	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANP6731	8590034605	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
APL1968	8590034035	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AXA0909	8590035793	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BRA4424	8590035274	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CDH3993	8590035641	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CLS9292	8590036037	7471/0	23/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
DEZ3231	8590035978	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
IAZ3774	8590034715	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
IGP3093	8590035898	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
IMC8627	8590034863	7455/0	17/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
INB2595	8590034860	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
IPN5668	8590033678	7463/0	27/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
JGC6736	8590035899	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNC3552	8590035856	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JWQ2913	8590029243	7455/0	19/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
KA00106	8590035496	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWU6872	8590029396	7455/0	22/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXT5093	8590035558	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW6536	8590035816	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXZ3996	8590035807	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYD4288	8590034843	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYG7351	8590035823	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYH1410	8590033329	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYM2086	8590035845	7463/0	16/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYN8319	8590035712	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYP8392	8590035726	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYS0553	8590035631	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYT4662	8590035825	7463/0	25/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYU0666	8590034528	7455/0	15/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYU9435	8590035914	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYX0589	8590035989	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZD2568	8590034854	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW2539	8590035961	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO9375	8590033930	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAS1589	8590034643	7463/0	18/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAZ7013	8590035659	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ8054	8590033026	7455/0	05/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBB3851	8590012294	7455/0	23/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBJ1626	8590032997	7455/0	13/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT0218	8590034350	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA5522	8590033664	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF4354	8590035047	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCI5209	8590035985	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ3654	8590036891	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCP9287	8590036153	7463/0	26/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCS0264	8590035510	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCX1983	8590034939	7463/0	18/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCZ5751	8590035676	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDO1008	8590035973	7471/0	22/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDX8943	8590035625	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE8309	8590029402	7463/0	19/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEH6551	8590033311	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEO8361	8590036016	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEQ6377	8590035836	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES6717	8590035578	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEY1173	8590035454	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ1748	8590034274	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB5901	8590033394	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB6953	8590035022	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFC8931	8590035668	7463/0	25/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFH3917	8590034606	7463/0	15/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFP9390	8590033186	7463/0	16/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFW4494	8590035974	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGI3941	8590035639	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ5876	8590030760	7455/0	13/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ4133	8590033265	7455/0	19/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGS4629	8590032836	7455/0	10/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT1506	8590035575	7455/0	11/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU9405	8590035972	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHA8971	8590035592	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB2687	8590035734	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHE0770	8590035809	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHG0579	8590036586	7455/0	13/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHH3109	8590035870	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ2874	8590036277	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN2158	8590035448	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR6071	8590035708	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR8453	8590036852	7455/0	14/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT4356	8590035688	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHX0196	8590033919	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHX6325	8590034646	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHZ8617	8590035111	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF2097	8590033604	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF4353	8590036049	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM1632	8590033463	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN4359	8590034043	7455/0	30/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR1071	8590030567	7455/0	19/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIS1374	8590035230	7463/0	02/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIS2424	8590035126	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJI1789	8590035858	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJT0159	8590036448	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 678/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 678/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD8849	8590017137	7455/0	15/04/2010	218 * I
ACE1727	8590017253	7455/0	17/04/2010	218 * I
AEA7053	8590036810	7455/0	12/08/2011	218 * I
AHC4119	8590038057	7455/0	19/09/2011	218 * I
AIM4067	8590038077	7463/0	22/09/2011	218 * II
AJI6219	8590017165	7455/0	17/04/2010	218 * I
AMF6517	8590036598	7455/0	14/08/2011	218 * I
BOL0098	8590037577	7455/0	11/09/2011	218 * I
DIF3756	8590037628	7455/0	09/09/2011	218 * I
DST5515	8590037633	7455/0	10/09/2011	218 * I
EBA7180	8590036790	7455/0	13/08/2011	218 * I
GUV2063	8590037086	7455/0	19/08/2011	218 * I
GUV2063	8590037180	7455/0	23/08/2011	218 * I
IGT3253	8590037626	7455/0	09/09/2011	218 * I
KLO3758	8590038124	7463/0	22/09/2011	218 * II
LOI0685	8590037032	7463/0	25/08/2011	218 * II
LOL7693	8590038086	7455/0	20/09/2011	218 * I
LWZ2221	8590037532	7455/0	28/08/2011	218 * I
LXF3456	8590037241	7455/0	01/09/2011	218 * I
LXJ9181	8590037383	7471/0	04/09/2011	218 * III
LXJ9181	8590037486	7463/0	04/09/2011	218 * II
LXP4749	8590037756	7463/0	14/09/2011	218 * II
LYB0069	8590037724	7455/0	08/09/2011	218 * I
LYE5684	8590037262	7455/0	03/09/2011	218 * I
LYG3341	8590037632	7463/0	10/09/2011	218 * II
LYI1306	8590036796	7455/0	13/08/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYK0162	8590037769	7455/0	16/09/2011	218 * I
LYL1774	8590037983	7455/0	20/09/2011	218 * I
LYQ7063	8590037932	7455/0	24/09/2011	218 * I
LYW4559	8590037930	7455/0	24/09/2011	218 * I
LZA2330	8590036828	7455/0	11/08/2011	218 * I
MBC2104	8590036742	7455/0	21/08/2011	218 * I
MBD6731	8590036799	7455/0	14/08/2011	218 * I
MBG4946	8590037109	7463/0	21/08/2011	218 * II
MBJ6338	8590037252	7455/0	02/09/2011	218 * I
MBJ7675	8590038133	7455/0	21/09/2011	218 * I
MBN2757	8590037964	7455/0	21/09/2011	218 * I
MBW8050	8590037998	7455/0	25/09/2011	218 * I
MBX1140	8590036821	7455/0	10/08/2011	218 * I
MCD9070	8590038018	7455/0	21/09/2011	218 * I
MCQ0012	8590037940	7463/0	25/09/2011	218 * II
MCR2424	8590038118	7455/0	26/09/2011	218 * I
MCV5602	8590037507	7455/0	04/09/2011	218 * I
MCX4253	8590037707	7463/0	18/09/2011	218 * II
MDI5745	8590036886	7463/0	10/08/2011	218 * II
MDO9821	8590036709	7455/0	19/08/2011	218 * I
MDX2287	8590037919	7455/0	22/09/2011	218 * I
MED8587	8590036952	7463/0	21/08/2011	218 * II
MEP5323	8590037721	7455/0	08/09/2011	218 * I
MEP5326	8590037962	7455/0	21/09/2011	218 * I
MET5840	8590037328	7455/0	04/09/2011	218 * I
MET7680	8590037249	7463/0	02/09/2011	218 * II
MFH4216	8590037030	7463/0	24/08/2011	218 * II
MF11958	8590037467	7463/0	03/09/2011	218 * II
MFK9436	8590036610	7455/0	17/08/2011	218 * I
MFN1301	8590038017	7455/0	21/09/2011	218 * I
MFQ3885	8590037307	7463/0	03/09/2011	218 * II
MGB1137	8590037351	7455/0	29/08/2011	218 * I
MGU5955	8590036841	7455/0	13/08/2011	218 * I
MGV4493	8590037511	7455/0	04/09/2011	218 * I
MHB0500	8590036818	7455/0	10/08/2011	218 * I
MHB3276	8590037883	7455/0	16/09/2011	218 * I
MHL0740	8590037916	7463/0	21/09/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHW0505	8590037175	7463/0	22/08/2011	218 * II
MIA1548	8590038066	7455/0	20/09/2011	218 * I
MIC3092	8590037103	7455/0	20/08/2011	218 * I
MIN8945	8590036595	7463/0	14/08/2011	218 * II
MIT5452	8590037475	7455/0	04/09/2011	218 * I
MIT9162	8590036812	7455/0	16/08/2011	218 * I
MIU6042	8590038012	7455/0	20/09/2011	218 * I
MIW9691	8590037980	7455/0	23/09/2011	218 * I
MJD7822	8590037517	7455/0	05/09/2011	218 * I
MJG9980	8590037740	7463/0	12/09/2011	218 * II
MJI1929	8590037538	7455/0	31/08/2011	218 * I
MJR4980	8590036995	7455/0	26/08/2011	218 * I
MUA2556	8590037320	7455/0	03/09/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 680/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 680/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA0744	8590038213	7455/0	24/09/2011	218 * I
AGZ2718	8590036597	7455/0	14/08/2011	218 * I
AHR4550	8590038150	7471/0	23/09/2011	218 * III
ALK0765	8590037924	7455/0	22/09/2011	218 * I
AOD3864	8590037146	7463/0	23/08/2011	218 * II
BQQ9141	8590038136	7455/0	21/09/2011	218 * I
BYD0040	8590037445	7463/0	02/09/2011	218 * II
CCF2196	8590037979	7463/0	23/09/2011	218 * II
CHY9118	8590036601	7455/0	15/08/2011	218 * I
CTU0854	8590038269	7455/0	29/09/2011	218 * I
CXM4698	8590038174	7455/0	29/09/2011	218 * I
CZL1473	8590037460	7463/0	03/09/2011	218 * II
DCF0761	8590037079	7455/0	21/08/2011	218 * I
DGA1695	8590037442	7455/0	01/09/2011	218 * I
DPX6916	8590038569	7455/0	30/09/2011	218 * I
DQX2351	8590037793	7455/0	18/09/2011	218 * I
EBT7095	8590037073	7463/0	23/08/2011	218 * II
JQA7957	8590037901	7455/0	18/09/2011	218 * I
LCQ8251	8590038104	7455/0	23/09/2011	218 * I
LWW6566	8590037432	7455/0	31/08/2011	218 * I
LXT5093	8590036568	7455/0	15/08/2011	218 * I
LXT5093	8590037190	7455/0	25/08/2011	218 * I
LXT5093	8590037544	7455/0	01/09/2011	218 * I
LYU0175	8590037471	7455/0	04/09/2011	218 * I
LYV8269	8590038433	7463/0	01/10/2011	218 * II
LYZ7358	8590036590	7455/0	13/08/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZA7619	8590038318	7463/0	02/10/2011	218 * II
LZI0202	8590037395	7455/0	30/08/2011	218 * I
LZR8524	8590037889	7455/0	18/09/2011	218 * I
LZV1664	8590038068	7455/0	21/09/2011	218 * I
LZY1525	8590038562	7455/0	25/09/2011	218 * I
MAB5726	8590038238	7455/0	25/09/2011	218 * I
MAG7777	8590038732	7455/0	01/10/2011	218 * I
MAQ9910	8590037706	7463/0	16/09/2011	218 * II
MAR6257	8590037004	7455/0	27/08/2011	218 * I
MAU6139	8590037236	7463/0	31/08/2011	218 * II
MAU6633	8590038181	7455/0	30/09/2011	218 * I
MAU6633	8590038352	7455/0	30/09/2011	218 * I
MBI2525	8590036684	7463/0	16/08/2011	218 * II
MBP3313	8590038379	7455/0	25/09/2011	218 * I
MBV4928	8590038773	7455/0	04/10/2011	218 * I
MBW1923	8590037993	7463/0	24/09/2011	218 * II
MCE5664	8590036972	7455/0	20/08/2011	218 * I
MCI5093	8590038302	7455/0	01/10/2011	218 * I
MCI5093	8590038754	7455/0	01/10/2011	218 * I
MCO2776	8590037058	7463/0	24/08/2011	218 * II
MCS2857	8590037290	7455/0	01/09/2011	218 * I
MCV4696	8590038731	7455/0	01/10/2011	218 * I
MCV7937	8590037606	7455/0	10/09/2011	218 * I
MDO2133	8590038465	7455/0	28/09/2011	218 * I
MDP6654	8590037913	7455/0	21/09/2011	218 * I
MDQ3357	8590038395	7455/0	27/09/2011	218 * I
MEI6107	8590037449	7455/0	02/09/2011	218 * I
MEO0304	8590037284	7455/0	31/08/2011	218 * I
MEQ2120	8590037360	7455/0	28/08/2011	218 * I
MEQ4036	8590038047	7455/0	25/09/2011	218 * I
MEZ6858	8590038120	7463/0	12/09/2011	218 * II
MFA3113	8590037921	7455/0	22/09/2011	218 * I
MFM8482	8590038449	7463/0	25/09/2011	218 * II
MFQ6535	8590037426	7463/0	30/08/2011	218 * II
MTX9077	8590038009	7455/0	20/09/2011	218 * I
MFZ8410	8590038205	7455/0	03/10/2011	218 * I
MGY8889	8590036955	7455/0	21/08/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHF4318	8590037592	7455/0	08/09/2011	218 * I
MHH2340	8590037029	7455/0	24/08/2011	218 * I
MHI2242	8590038266	7463/0	28/09/2011	218 * II
MHK8680	8590038244	7455/0	26/09/2011	218 * I
MHL8090	8590038310	7455/0	01/10/2011	218 * I
MHN9994	8590037071	7455/0	21/08/2011	218 * I
MHO1198	8590036556	7455/0	06/08/2011	218 * I
MHO1800	8590037403	7455/0	26/08/2011	218 * I
MHQ8257	8590036676	7455/0	14/08/2011	218 * I
MIC0113	8590036915	7463/0	12/08/2011	218 * II
MIC3831	8590038291	7455/0	30/09/2011	218 * I
MIE2544	8590038532	7455/0	28/09/2011	218 * I
MIN4609	8590038165	7455/0	27/09/2011	218 * I
MIP6959	8590038422	7455/0	28/09/2011	218 * I
MIQ9363	8590038041	7455/0	24/09/2011	218 * I
MIU5439	8590037300	7471/0	02/09/2011	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução N. 63/2011**

RESOLUÇÃO Nº 63/2011.

DISCIPLINA EXPEDIENTE NA CÂMARA DE VEREADORES.

A Mesa Diretora e Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos arts. 43, V, da Lei Orgânica e 45, V, do Regimento Interno,

RESOLVEM

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo no dia 14 do corrente mês para esta Casa Legislativa.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Mesa Diretora e Comissão Executiva

Gabinete da Presidência, 03 de novembro de 2011.

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Vice-Presidente

JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI

1º Secretário

RAUL SCHILLER

2º Secretário

Intimação - licitação 003/2011

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

INTIMAÇÃO

Processo de Licitação nº. 003/2011

Convite nº. 02/2011

Licitantes: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda, CNPJ nº. 01.084.671/0001-40; Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda, CNPJ nº. 06.105.781/0001-65; e Negócios de Informática RW Ltda, CNPJ nº. 04.164.077/0001-58.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições, com fulcro no que dispõe o art. 109, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, INTIMA os licitantes acima identificados das decisões adotadas pela Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº. 34/2011 na sessão pública do dia 04/11/2011, referente ao processo de Licitação nº. 003/2011, Convite nº. 001/2011, tudo conforme os termos da respectiva ata e seu aditivo que ora se transcrevem: ATA DE REUNIÃO - COMISSÃO DE LICITAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº. 34/2011 - LICITAÇÃO Nº. 003/2011 - CONVITE Nº. 002/2011 - No dia 04 de outubro de 2011, às 14h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Gaspar, deu-se início à sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº. 34/2011, destinada ao recebimento e abertura dos envelopes referentes à Licitação nº. 003/2011, Convite nº. 002/2011, tendo por objeto a aquisição de peças e equipamentos de informática. Ressalte-se que esta é a segunda licitação para aquisição dos mesmos bens, haja vista que a Licitação nº. 002/2011 restou frustrada pela ausência do número mínimo legal de licitantes habilitados. Protocolaram, no prazo, os envelopes contendo os documentos de habilitação e da proposta de preços as seguintes empresas: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda com o CNPJ nº. 01.084.671/0001-40; Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda com o CNPJ nº. 06.105.781/0001-65; e Negócios de

Informática RW Ltda com o CNPJ nº. 04.164.077/0001-58. Não houve protocolo de envelopes fora do prazo estabelecido. Na qualidade de representantes das empresas proponentes, apresentou os documentos exigidos no Edital de Licitação citado a seguinte representante: Mônica Chimendes pela empresa Negócios de Informática RW Ltda. Registre-se que junto com os documentos de credenciamento a representante da empresa Negócios de Informática RW Ltda apresentou e solicitou juntada aos autos da Declaração para enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do Anexo II e item 7.9, ambos do edital de Licitação nº. 003/2011. Também apresentou e solicitou a juntada aos autos da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina a que se refere o item 7.9.1 do edital de Licitação nº. 003/2011. A Comissão de Licitação recebeu todos os documentos e fez juntar aos autos. Ausentes os representantes das seguintes empresas: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda; e Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda. Em seguida, a Comissão de Licitação passou à abertura do Envelope nº. 01 contendo os documentos de habilitação de cada proponente, pela ordem de protocolo, cujos documentos nelles contidos foram verificados e rubricados pelos Membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes. Ao final da fase de habilitação foram julgadas habilitadas pela Comissão de Licitação todas as empresas que protocolaram os documentos, quais sejam: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda com o CNPJ nº. 01.084.671/0001-40; Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda com o CNPJ nº. 06.105.781/0001-65; e Negócios de Informática RW Ltda com o CNPJ nº. 04.164.077/0001-58. A empresa Negócios de Informática RW Ltda, por sua representante, apresentou a declaração de renúncia ao direito e ao prazo de recorrer referente a fase de habilitação conforme declaração do anexo IV do edital de Licitação nº. 003/2011, a qual foi juntada aos autos. As empresas Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda e Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda foram comunicadas da habilitação de todas as participantes. Ato contínuo, encaminharam por email as respectivas declarações de renúncia ao direito e ao prazo de recorrer referente a fase habilitatória, tudo conforme anexo IV do edital de Licitação nº. 003/2011. Havendo renúncia ao direito e ao prazo de recorrer por parte das empresas participantes relativamente à fase de habilitação nos termos da declaração do Anexo IV do Edital de Licitação nº. 003/2011, a Comissão de Licitação passou à abertura dos Envelopes nº. 02 contendo as propostas de preços das proponentes, cujos documentos dentro deles encontrados foram verificados e rubricados pelos Membros da Comissão de Licitação e pela representante da proponente presente ao ato. Em seguida a Comissão de Licitação julgou classificadas as propostas de preços de todas as empresas proponentes habilitadas. Tendo em vista ser esta a segunda licitação para a aquisição dos mesmos bens, ato contínuo, a Comissão de Licitação passou à classificação final das proponentes na forma prevista no ato convocatório, classificando-as por item licitado, pelo valor unitário crescente cotado, e declarando-se as vencedoras conforme segue: ITEM 1 - MICROCOMPUTADOR - 2 NÚCLEOS - 2.90GHZ - 4GB - HD 250GB: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$1.727,05 (um mil, setecentos e vinte e sete reais e cinco centavos); 2ª Colocada: Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda EPP com o valor unitário de R\$1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais). ITEM 2 - MICROCOMPUTADOR - 4 NÚCLEOS - 2.8GHZ - 4GB - HD 2 x 1 TB: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$3.120,80 (três mil, cento e vinte reais e oitenta centavos); 2ª Colocada: Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda EPP com o valor unitário de R\$3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais), considerando o valor total cotado de R\$7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais). ITEM 3 - MONITOR DE LED - 18,5": Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$329,76 (trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos); 2ª Colocada: Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda EPP

com o valor unitário de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais). ITEM 4 - NOTEBOOK 14" a 15,6" - 2 NÚCLEOS - 2.1GHZ - 4GB - HD 250GB: Vencedora: Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda EPP com o valor unitário de R\$2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais); 2ª Colocada: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$2.554,98 (dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos). ITEM 5 - MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, IMPRESSORA, FAX E SCANNER): Vencedora: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda com o valor unitário de R\$3.041,40 (três mil, quarenta e um reais e quarenta centavos). ITEM 6 - NO-BREAK - 1.2 KVA: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$342,97 (trezentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos). ITEM 7 - IMPRESSORA - JATO DE TINTA - 15.000 PÁGINAS MÊS: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$387,30 (trezentos e oitenta e sete reais e trinta centavos). ITEM 8 - MEMÓRIA RAM DDR - 1GB - PC3200: Não houve cotação pelas participantes. ITEM 9 - MEMÓRIA RAM DDR2 - 1GB - PC2-5300: Não houve cotação pelas participantes. ITEM 10 - MEMÓRIA RAM DDR2 - 1GB - PC2-6400: Não houve cotação pelas participantes. ITEM 11 - PLACA DE VÍDEO - 1GB - PCI-EX-PRESS 16X: Não houve cotação pelas participantes. ITEM 12 - PLACA DE CAPTURA - HDMI: Não houve cotação pelas participantes. ITEM 13 - APRESENTADOR MULTIMÍDIA: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$239,72 (duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos). ITEM 14 - ROTEADOR WIRELESS: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$198,18 (cento e noventa e oito reais e dezoito centavos). ITEM 15 - ESTABILIZADOR 2000VA: Vencedora: Negócios de Informática RW Ltda EPP com o valor unitário de R\$389,49 (trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos). Declarado o resultado final pela Comissão de Licitação, com a devida classificação final das proponentes, estas serão intimadas conforme edital de Licitação nº. 003/2011. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública. Emerson Pereira, Presidente da Comissão de Licitações; Clésio da Costa, Vice-Presidente da Comissão de Licitações; Marcelo Peterson Pereira, Secretário da Comissão de Licitações; Ernesto Hostin, Vice-Secretário; Luiz José Rossini, Membro; e Mônica Chimendes, Representante Negócios de Informática RW Ltda EPP. ADITIVO À ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO DIA 04/11/2011 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº. 34/2011 - LICITAÇÃO Nº. 003/2011 - CONVITE Nº. 002/2011 - Em tempo, após a saída da representante da empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP, Senhora Mônica Chimendes, da sessão pública de abertura dos envelopes referentes à Licitação nº. 003/2011, Convite nº. 002/2011, constatou-se equívoco na data da realização da sessão pública constante no início da ata. Portanto, para retificação da ata, onde se lê "No dia 04 de outubro de 2011, às 14h, []" leia-se "No dia 04 de novembro de 2011, às 14h, []". Segue esta retificação assinada pelos membros da Comissão de Licitação, nesta data (04/11/2011).

Gaspar(SC), 7 de novembro de 2011.
CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
Presidente
Câmara Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de licitação - Pregão Presencial Nº. 121/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 121/2011.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de dedetização e desratização das escolas e C.E.Is do município conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 23 de novembro de 2011, às 15 horas. Local para retirada do Edital: Setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 07 de novembro de 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município, as normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e demais matérias que regem a espécie, torna público que fará realizar o Concurso Público nº 002/2011, que tem por objeto a seleção e contratação de pessoal para preenchimento de 240 (duzentas e quarenta) vagas existentes no quadro efetivo dos funcionários do Município, o qual se regerá pelas regras do Edital e seus anexos. Inscrições: de 08 de novembro de 2011 a 07 de dezembro de 2011, através do site www.sociesc.org.br/concursos. Data das Provas: 18 de dezembro de 2011. O Edital na íntegra se encontra publicado no site www.sociesc.org.br/concursos, no Mural Oficial da Prefeitura, localizado no hall de entrada do endereço da Rua 28 de Agosto, 2042, e no Mural Oficial da Câmara de Vereadores de Guaramirim, localizada no prédio anexo ao Paço Municipal. Informações através fone (47) 3461-0525.

Guaramirim(SC), 08 de novembro de 2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1003/2011

PORTARIA Nº 1003/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SADIR ROVEA (Matr. 1573), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de novembro de 2010 e 02 de novembro de 2011, para serem gozadas a partir de 07 de novembro de 2011 a 06 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Editais Nº 001/2011/SMECE.

EDITAL Nº 001/2011/SMECE

Abre inscrições e baixa normas para o concurso de LOTAÇÃO aos membros do Magistério Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Santa Catarina, torna público que ficam abertas as inscrições para o concurso de Lotação aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 286, de 27 de outubro de 2011.

1. DO CONCURSO

1.1 - Poderão participar do Concurso de Lotação os ocupantes do cargo de professor, das áreas 1 (1º a 5º ano), 2 (6º a 9º ano), 3 (educação infantil) e ocupantes do cargo de especialista em assuntos educacionais que não tenham lotação definida, conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho e a qualificação mínima exigida.

1.1.1- A qualificação mínima exigida para cada área de atuação segue o estabelecido nos anexos VII e VIII da Lei Complementar nº 286/2011.

1.2 - No ato da escolha para lotação o candidato poderá optar por uma ou mais unidades escolares para onde deseja lotar, desde que estas apresentem vagas.

1.3 Os professores ou especialistas que se encontram em licença para tratar de interesse particular, não poderão inscrever-se neste concurso, à exceção daqueles que desejarem retornar no primeiro dia letivo de 2012.

1.4 - As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la através deste concurso.

1.5 O professor ou especialista com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais somente poderá optar por unidade escolar que funcione em dois turnos.

1.6 - Ao optar, o professor ou o especialista deverá considerar o turno de funcionamento da vaga escolhida, não sendo passível de mudança após a escolha.

1.7 - O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá a ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

1º) Curso de pós-graduação, especialização em área específica da educação ou do ensino.

2º) Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

3º) Habilitação obtida em nível de ensino médio na modalidade Normal (magistério).

1.8 - No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 36 da Lei Complementar nº 286/2011:

1º) Maior qualificação profissional;

2º) Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal.

3º) Melhor resultado na avaliação de desempenho.

4º) Em caso de empate, dar-se-á preferência ao mais idoso.

1.9 - A opção da escolha pelas vagas existentes obedecerá a ordem de classificação dos candidatos.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 09 a 14 de novembro de 2011, das 13h às 19h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Setor Administrativo.

2.2 - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação.

b) Original e fotocópia do Diploma de graduação.

c) Original e fotocópia do Diploma de Ensino Médio, na modalidade Normal (Magistério).

d) Original e fotocópia da carteira de Identidade.

e) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal, f) Procuração, quando for o caso.

2.3 - O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado através de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 31 de outubro de 2011.

2.4 - A inscrição consistirá no preenchimento de ficha própria, à disposição do candidato no Anexo I deste Edital.

2.5 - O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

2.6 - Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

3.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas deste concurso.

3.2 - O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

3.3 - O quadro de vagas para Lotação, consta no Anexo II do presente Edital.

3.4 - O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização. Ao ser lotado o professor ou especialista deverá assumir sua vaga no primeiro dia letivo de 2012, previsto no calendário escolar da respectiva área.

3.5 - A não observância do estabelecido no item 3.4 acarretará na anulação do ato de lotação, objeto do presente Edital.

3.6 - O professor ou especialista terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição, que deverá ser protocolada no local de inscrição, impreterivelmente, até às 19 horas.

3.7 - Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 04 de novembro de 2011.
RICARDO JOSÉ NODARI
Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CONCURSO DE LOTAÇÃO

Nº de Inscrição: _____
Cargo pretendido: _____
Carga horária _____
Turno _____

1ª OPÇÃO: _____
(Unidade Escolar)

2ª OPÇÃO: _____
(Unidade Escolar)

3ª OPÇÃO: _____
(Unidade Escolar)

DADOS DO CANDIDATO

Nome:

Logradouro: Nr.
Bairro:
Município: U.F.
Telefone residencial: Telefone
celular: Telefone
comercial:
Nome do pai:
Nome da mãe:
Estado civil: Nacionalidade:
Nr. Identidade: CPF:
Data de nascimento: Local:
Escolaridade:
Relação de Documentos apresentados:

Declaro, que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento e pelos dados declarados nesta ficha de inscrição.

Herval d' Oeste, SC, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do Candidato
Responsável pelo recebimento da inscrição

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CONCURSO DE LOTAÇÃO

Nº de Inscrição: _____

Cargo pretendido: _____

Carga horária _____

Turno _____

1ª OPÇÃO: _____
(Unidade Escolar)

2ª OPÇÃO: _____
(Unidade Escolar)

3ª OPÇÃO: _____
(Unidade Escolar)

PROTOCOLO DO CANDIDATO

DADOS DO CANDIDATO

Nome:

Assinatura do Candidato
Responsável pelo recebimento da inscrição

Via do candidato

ANEXO II

Vagas para Concurso de Lotação

Educação Infantil - Pré Escolar

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Vesp	20hs	01
CME Pequeno Príncipe	Vesp	20hs	02
GEM Nossa Sra de Fátima	Vesp	20hs	01
EBM Cruz e Sousa (ERM Profº Alcino Fernandes)	Vesp	20hs	01
Total			05

Educação Infantil - Creche			
Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Valdete Souza Nodari	Mat/vesp	40hs	09
Total			09

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Estação Luzerna	Mat	20hs	01
EBM Estação Luzerna	Vesp	20hs	01
EBM Cruz e Sousa	Mat	20hs	03
EBM Cruz e Sousa	Vesp	20hs	02
CME Pequeno Príncipe	Mat	20hs	03
CME Pequeno Príncipe	Vesp	20hs	02
GEM Nossa Sra de Fátima	Mat	20hs	02
GEM Profº Adolfo Becker	Mat	20hs	02
GEM Profº Adolfo Becker	Vesp	20hs	01
ERM Profº Alcino Fernandes	Vesp	20hs	02
Total			19

Ensino Fundamental Anos Finais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
-----------------	-------	---------------	-------------

EBM Estação Luzerna			
Língua Portuguesa	Mat	20hs	01
Matemática	Mat	20hs	01
História	Mat	20hs	01
Ciências	Mat	20hs	01
EBM Cruz e Sousa			
Língua Portuguesa	Mat	20hs	01
Matemática	Mat	20hs	01
Ciências	Mat	20hs	01

Língua Inglesa (pré-escolar/anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental)

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	40hs	01
GEM Nossa Senhora de Fátima GEM Profº Adolfo Becker e ERM Profº Alcino Fernandes	Mat/Vesp	40hs	01
Total			02

Educação Física (pré-escolar/anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental)

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	30hs	01
GEM Profº Adolfo Becker	Mat/Vesp	40hs	01
EBM Estação Luzerna	Mat/Vesp	40hs	01
CME Pequeno Príncipe	Mat/Vesp	40hs	01
Total			04

Orientador Educacional

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
GEM Nossa Senhora de Fátima	Mat/Vesp	40hs	01
Total			01

Administrador Escolar

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	40hs	01
Total			01

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Dispensa 61/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 187/2011

DISPENSAS Nº 61/2011

Objeto: Serviços buffet, para jantar para os professores, após palestra com Professor Geninho Góes.

Empresa: Christian Petry dos Santos Teixeira.

Valor Total: R\$ 5.500,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 09 de novembro de 2011.

LEDA SUZANE DA SILVA G. PAMATO DE SOUZA

Secretaria Municipal de Educação

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.584/2011

LEI Nº 1.584/11, DE 20 DE OUTUBRO 2011.

“INSTITUI PROGRAMA DE DOAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS”.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Irineópolis, o Programa Doe Seu Medicamento, visando fazer uma campanha junto à população de Irineópolis para captar doações de medicamentos para uso do Hospital da Rede SUS e promover sua distribuição através, das unidades básicas de saúde e entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastrados junto à Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º - Este Programa prevê a arrecadação, junto à população do Município de medicamentos armazenados em domicílio e que não são mais utilizados para tratamento, desde que estejam dentro do prazo de validade estabelecido pelo laboratório farmacêutico responsável pela sua fabricação.

Parágrafo Único - Os medicamentos cujo prazo de validade já esteja vencido deverão ser coletados, separado e dado à destinação adequada aos mesmos.

Art. 3º - Poderão participar deste programa pessoas físicas, clínicas e consultórios médicos, que recebam amostra grátis de medicamentos, das indústrias, laboratórios farmacêuticos e distribuidores de medicamentos, por meio de seus divulgadores.

Art. 4º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, promoverá a coleta dos medicamentos doados por profissionais qualificados, confiando sua guarda, manutenção, separação por tipo e qualidade, bem como prazo de validade do medicamento para posterior distribuição pela Secretaria de Saúde do Município.

Parágrafo Único - Para fazerem a retirada dos lotes de medicamentos, as entidades cadastradas ou pessoas físicas, deverão apresentar no ato da solicitação da medicação, o receituário médico, que comprove tal necessidade.

Art. 5º - O Poder Executivo desenvolverá campanhas de esclarecimentos e estímulo à doação de medicamentos, fazendo ampla divulgação dos locais de coleta.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis/SC, 20 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.585/2011

LEI Nº 1.585/11, DE 20 DE OUTUBRO 2011.

“TORNA OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS NAS UNIDADES DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, AOS MORADORES DO MUNICÍPIO, INDEPENDENTE DA ORIGEM DO RECEITUÁRIO MÉDICO”.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - As Unidades de Saúde da Rede Pública do Município de Irineópolis, dentro da disponibilidade, ficam comprometidas ao fornecimento de medicamentos para os moradores do Município de Irineópolis, independente da procedência do receituário médico obtido pelo paciente, cuja consulta tenha sido realizada através do Sistema Único de Saúde - SUS, ou através de convênios, quando se tratar de consulta com profissional especialista, não existente no Município, desde que devidamente triados e encaminhados pelo Departamento de Assistência e Triagem do Município de Irineópolis.

§ 1º - A obrigação de que trata o caput deste artigo corresponde ao fornecimento de medicamentos que compõe o elenco da Farmácia Básica, os fornecidos pelo Ministério da Saúde, somados aos medicamentos do Programas (Hipertensão, Diabetes, etc.) e aqueles adquiridos com recursos próprios do Município, através de Processo Licitatório.

§ 2º - Para a concessão do benefício deverão ser atendidas às exigências do Art. 35, da Lei nº 5.991/73, bem como os critérios estabelecidos pelo Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde e respeitando a Portaria nº 344/98 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

§ 3º - O critério definido como morador do Município, é a apresentação do Cartão do Sistema Único de Saúde de Irineópolis e documento pessoal.

Art. 2º - O descumprimento do que preceitua o artigo 1º da presente Lei, fará com que a pessoa responsável responda civil, penal e administrativamente pela omissão ou má execução dos serviços que estão sob seu encargo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis/SC, 20 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.588/2011

LEI N.º 1.588 /11, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

"ALTERA OS ARTIGOS 2º, 3º E 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.280/07, DE 28 DE MAIO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - O art. 2º, da Lei Municipal n.º 1.280/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º, Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Irineópolis na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação."

Art. 2º - O inciso II do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 1.280/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º []

I. []

II. Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional serão incluídos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Geral do Município de Irineópolis;

III. []

IV. []

V. []

VI. Parágrafo Único - []

Art. 3º - O art. 4º, da Lei Municipal n.º 1.280/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CON-SEA) do Município de Irineópolis será composto por no mínimo 12 conselheiros (as), sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º - Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.

§ 2º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou por meio de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

I. Movimento Sindical, de trabalhadores e trabalhadoras rurais e patronal, urbano e rural;

II. Associação de classes profissionais e empresariais;

III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;

IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

§ 3º - As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º - O COMSEA será instituído através de portaria municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamental com seus respectivos suplentes.

§ 5º - Os(as) Conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA, será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º - A ausência às reuniões plenárias devem ser justificadas em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo 03 (três) dias, ou 03 (três) dias posteriores à sessão, se imprevisível a falta.

§ 8º - O COMSEA será presidido por um (a) conselheiro (a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho.

§ 9º - Na ausência do Presidente será escolhido pelo plenário presente, um representante da sociedade civil para presidir a reunião.

§ 10º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§ 11º - O COMSEA terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

§ 12º - A participação dos Conselheiros no COMSEA, não será remunerada.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis / SC, 25 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.589/2011

LEI N.º 1.589/11, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO LAR DE IDOSOS SANT'ANA DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS / SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção ao Lar de Idosos Sant'Ana do Município de Irineópolis, no montante total anual de até R\$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais), a serem repassados em parcelas mensais, conforme necessidade da referida Instituição.

Parágrafo Único - O convênio terá vigência contada da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a auxiliar na manutenção da entidade, para cobrir despesas correntes, afetas as atividades previstas em seu Estatuto Social.

Art. 3º - Fica a entidade beneficiária obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação orçamentária 2020 - 108 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos do orçamento em vigor.

Art. 5º - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Convênio, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 25 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1590

Lei nº 1590 de 08 de novembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE METAS E ALTERAÇÃO NA LEI 1440/09 - PLANO PLURIANUAL 2010/2013 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam incluídas as metas "Contribuição ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA", "Programa Amigos de Valor", "CIS AMURC - Consórcio Municipal de Saúde Associação dos Municípios da Região do Contestado", "Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar", no Plano Plurianual 2010/2013.

Parágrafo Único - Os desembolsos das metas e Programas a que se refere o caput encontram - se estabelecidos nos anexos desta Lei.

Art. 2º - Ficam alterados na Lei 1440/09 - Plano Plurianual 2010/2013, em suas metas fiscais e físicas para o exercício 2012, conforme anexos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.132/2011

DECRETO Nº 2.132/2011, DE 09 DE SETEMBRO DE 2011.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS.

CIRCE NEPPEL SFAIR, Prefeita Municipal em Exercício de Irineópolis, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 8º, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 07 do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO :

Que a ocorrência de enxurradas prolongadas, provocadas pelo aumento das precipitações pluviométricas, 09 de setembro de 2011, que atingiu parte do Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

Que, como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

Que a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo de Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

Que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada pelo desastre e despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos socioeconômicos decorrente das fortes chuvas que ocasionaram inundações e estragos nas estradas deixando população isolada, alunos ficaram sem aula, pacientes sem atendimento.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Irineópolis, - SC, 09 de setembro de 2011.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

Itapoá

PREFEITURA

Errata - Ata de Registro de Preço Nº 44/2011

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2011

PROCESSO Nº 47/2011

E R R A T A

O município de Itapoá-SC torna público que a ATA DE REGISTRO DE PREÇO firmada com a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, aonde consta o valor:

13	AGULHA 13X4,5 DESCARTÁVEL PAREDE FINA TRIFACETADO	UN	31350	LABOR	R\$ 0,03	R\$ 783,75
17	AGULHA 30 X 8 DES- CARTAVEL PAREDE FINA TRIFACETADO.	UN	23000	LABOR	R\$ 0,02	R\$ 552,00
18	AGULHA 40 X 12 DESCARTAVEL PAREDE FINA TRIFACETADO.	UN	33400	LABOR	R\$ 0,03	R\$ 835,00

LÊ-SE:

13	AGULHA 13X4,5 DESCARTÁVEL PAREDE FINA TRIFACETADO	UN	31350	LABOR	R\$ 0,025	R\$ 783,75
17	AGULHA 30 X 8 DES- CARTAVEL PAREDE FINA TRIFACETADO.	UN	23000	LABOR	R\$ 0,024	R\$ 552,00
18	AGULHA 40 X 12 DESCARTAVEL PAREDE FINA TRIFACETADO.	UN	33400	LABOR	R\$ 0,025	R\$ 835,00

Justifica-se os termos desta errata como erro material, em virtude do arredondamento automático do sistema para aqueles valores que possuem acima de duas casas decimais após a vírgula.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na referida Ata de Registro de Preço.

Itapoá, 08 de novembro de 2011.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato Contrato 834/2011/PMJ - TA 3/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 834/2011/PMJ - TA 03/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO 3 ao contrato nº 834/2011/PMJ, firmado em 28/07/2011, proveniente do Processo de Licitação 75/2011, instaurado através do Edital PP nº 34/2011, homologado no dia 28/07/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de

serviços de portaria (um posto) de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal, às margens da BR 282, Joaçaba/SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato original fica prorrogada para 28 de novembro de 2011, a contar de 29 de outubro de 2011, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA ASSINATURA: 29/10/2011.

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para Alteração do Plano Diretor, cujas datas, locais, horários e pautas a serem apresentadas e apreciadas estão relatados no Anexo I do presente Edital, conforme estabelece artigo 53, da Lei Complementar 137/2007 - Lei de Zoneamento, sendo que, a metodologia da condução dos trabalhos será repassada logo após sua abertura.

Joaçaba, 07 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO: AUDIÊNCIA

LOCAL	DATA	ENDEREÇO	HORÁRIO
1º) MONTE BELO	22/11/2011	SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	19:30
2º) CENTRO/TOBIAS	08/12/2011	ACIOC - CENTRO	19:30

PAUTA DE PROPOSIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1º) Alteração de gabaritos das ZR3, elevando de 02 (dois) pavimentos para 05 (cinco) pavimentos e a taxa de permeabilidade de 12 (doze) para 20 (vinte) por cento;

2º) Análise e votação para aumento do perímetro urbano e demais propostas encaminhadas pela Comissão Revisora do Plano Diretor.

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

Edital Nº 013/2011

EDITAL Nº. 013/2011

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 24/11/2011 (quinta-feira)

Horário: 10h00min

Assunto: Discussão do Projeto de Lei nº. 104/2011. - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGES PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 08 de novembro de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto Nº 100/2011

DECRETO Nº 100 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011
"SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, S/C, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 832 de 4 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
Orgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
4.226,14
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
4.226,14
Função 12 Educação 4.226,14
Sub-função 361 Ensino Fundamental 2.342,04
Programa 4 Educação é Tudo 2.342,04
Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

2.342,04
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.342,04
Grupo de Natureza da Despesa
3.3.00.00.00
Outras Despesas Correntes
2.342,04
Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 2.342,04
Fonte de Recursos 0.3.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Superávit Financeiro
2.342,04
Sub-função 365 Educação Infantil 1.884,10
Programa 4 Educação é Tudo 1.884,10
Atividade 2.005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil
1.884,10
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 1.884,10
Grupo de Natureza da Despesa
3.3.00.00.00
Outras Despesas Correntes
1.884,10

Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 1.884,10
Fonte de Recursos 0.3.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Superávit Financeiro
1.884,10
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 4.226,14

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro da seguinte fonte de recurso e respectivo valor:

Fonte Código Valor
Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Ensino Fundamental
0.1.0059
2.342,04
Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Pré-Escolar
0.1.0059
1.884,10
TOTAL DO SUPERAVID FINANCEIRO UTILIZADO 4.226,14

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 8 de novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto Nº 99 /2011

DECRETO Nº 99 DE 8 NOVEMBRO DE 2011
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei nº 831 de 4 de novembro de 2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado e suplementado a dotação do orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
Orgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2.400,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2.400,00
Função 12 Educação 2.400,00
Sub-função 365 Educação Infantil 2.400,00
Programa 4 Educação é Tudo 2.400,00
Atividade 2.005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil
2.400,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.400,00
Grupo de Natureza da Despesa
3.3.00.00.00
Outras Despesas Correntes
2.400,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 2.400,00
Fonte de Recursos 0.1.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE
2.400,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 2.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação Código Especificação Valor
Orgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.400,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2.400,00
Função 12 Educação 2.400,00

Sub-função 361 Ensino Fundamental 2.400,00
Programa 4 Educação é Tudo 2.400,00
Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental 2.400,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.400,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00
Outras Despesas Correntes 2.400,00
Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 2.400,00
Fonte de Recursos 0.1.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE 2.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 2.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Leoberto Leal, 8 de novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Portaria n.º 165/2011

PORTARIA N.º 165, de 11 de outubro de 2011.
"Designa Servidora para Coordenar o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a senhora Rosimeri Schmitt Scheidt, Servidora Municipal, inscrita sob a matrícula nº 1222, no cargo de Diretora Integração e Assistência Social, sem prejuízo de suas funções normais, as seguintes atribuições:

- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços e projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contra referência;
- Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;
- Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e individuais aos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial reverenciada no CRAS;
- Promover a articulação entre serviços, transferências de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS;
- Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;

- Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS;
- Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social do município;
- Planejar e cooperar o processo de busca ativa no território da abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município);
- Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social do município, contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados; e
- Participar das reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outros CRAS (quando for o caso) e de coordenador (ES) do CREAS (ou na ausência deste, de representante da proteção especial).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura com efeito retroativo a 30 de maio de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.
Leoberto Leal, 11 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria n.º 166/2011

Portaria N.º 166, de 13 de outubro de 2011.
"Exonera servidora municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhorita LEYSLE FERNANDA HENCKEL, servidora inscrita sob a matrícula nº 1398, admitida em Caráter Temporário de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 13 de outubro de 2011, a pedido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Publicado em 13.10.2011.

Portaria Nº 159/2011

Portaria N.º 159, de 03 de outubro de 2011.
"Exonera servidor municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor RENAN DEIVID LOPES, servidor inscrito sob a matrícula nº 1363, admitido em Caráter Temporário Auxiliar de Manutenção de Veículos, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 03 de outubro de 2011, a pedido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 03 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 160/2011

PORTARIA N.º 160, de 10 de outubro de 2011.
"Nomeia para o cargo de Motorista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCOS ANTONIO KULKAMP, portador do CPF nº 916.216.829-00 e RG nº 2.493.845, aprovado no concurso nº 001/2009, para o cargo efetivo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar seus serviços, a partir de 10 de outubro de 2011, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de Carteira Nacional de Habilitação, categoria D;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;

5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de Identidade;
- CPF;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de endereço e,
- Comprovante do Alistamento Militar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 161/2011

Portaria N.º 161, de 10 de outubro de 2011.
"Nomeia Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 009/2011, para a contratação de servidores em caráter temporário para o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Manutenção de Veículos e Auxiliar de Serviços Gerais, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelos seguintes servidores públicos municipais:

MARCIO LOPES
Presidente

MAYARA CARLA GUCHERT
Secretaria

VALDIR LONGEN
Membro

GUILHERME RANGEL DE SOUZA
Membro

Art. 2º - A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado terá como poderes e funções elaborar o Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 162/2011

PORTARIA N.º 168, de 10 de outubro de 2011.

“Constitui e Nomeia a Comissão de Concurso Público para Investidura em Cargos Públicos na Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída e nomeada a Comissão de Concurso Público, formada pelos servidores abaixo relacionados, sobre a presidência do primeiro, para supervisionar a execução do Processo do Concurso Público nº 001/2011, em todas as suas fases, conforme segue abaixo:

- I - Marcio Lopes
- II - Lizandro Kreusch
- III - Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann
- IV - Joseane Caetano
- V - Valdir Longen

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 157, de 10 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 163/2011

Portaria nº 163, de 10 de outubro de 2011.

“Concede Gratificação de Produtividade ao servidor Público Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

Considerando, que o servidor executa atribuições normais do cargo, além disso, realiza digitalização de documentos, empenhos, liquidações, ordens de pagamentos, baixas em prestações de contas, instalações e configurações dos sistemas Beta e arquivamentos de documentação no setor de contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade ao servidor municipal, conforme segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Cargo	Valor Em R\$
1252	Guilherme Rangel de Souza	Digitador	250,00

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 167/2011

Portaria n.º 167, de 26 de outubro de 2011.

“Constitui e Nomeia a Comissão de Concurso Público para Investidura em Cargos Públicos na Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída e nomeada a Comissão de Concurso Público, formada pelos servidores abaixo relacionados, sobre a presidência do primeiro, para supervisionar a execução do Processo do Concurso nº 001/2011, em todas as suas fases, conforme segue:

- I - Marcio Lopes
- II - Cacilda Bruzadelli Borges
- III - Lizandro Kreusch

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Publicado em 26.10.2011.

Portarias n.º 164/2011

Portaria n.º 164, de 11 de outubro de 2011.

“Exonera servidor municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66,

inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor Nilson Vermohlen, servidor inscrito sob a matrícula nº 1333 ocupante do cargo em efetivo exercício de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11 de outubro de 2011, a pedido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de outubro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Publicado em 11.10.2011

Homologação de Inscrições do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2011
LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal homologa e torna pública a Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 009/2011.

01 Auxiliar de Manutenção e Conservação - 02 vagas

Número Inscrição	Nome Candidato
001	José Alves
004	Agenor Conaco
Total = 02	

02 Auxiliar de Manutenção de Veículos - 01 vaga

Número Inscrição	Nome Candidato
00	Não teve candidatos inscritos
Total = 00	

03 Auxiliar de Serviços Gerais - 02 vagas

Número Inscrição	Nome Candidato
002	Alini Zimmermann
003	Elisabete Aparecida Bruda
Total = 02	

Comunica ainda que as provas práticas serão realizadas no dia 13 (treze) de novembro de 2011, às 08h30min, nas dependências da oficina/rampa de lavagem/pátio e prédio da Prefeitura, sito Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, centro, município de Leoberto Leal/SC.

Leoberto Leal, em 08 de novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1010

LEI Nº 1010 de 08 de novembro de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL LUZERNA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.962.536/0001-74, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cedência do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), consistindo na sala nº 108, destinada ao funcionamento da sede da entidade.

Parágrafo Único - As condições da cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei Complementar 102

LEI COMPLEMENTAR Nº 102 de 08 de novembro de 2011.

"EXTINGUE E CRIA NO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) EMPREGOS TEMPORÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA "ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF" CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica extinto no Anexo I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS criado pela Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e suas alterações, o emprego temporário de TÉCNICO EM FARMÁCIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e salário de R\$ 1.001,47 (hum mil, um real e quarenta e sete centavos).

Art.2º- Fica criado no Anexo I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS da Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações, para execução do Programa "ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF", o emprego temporário de ATENDENTE EM FARMÁCIA, com 01 (uma) vaga, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e salário de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Art.3º- Em decorrência da extinção e da criação de empregos públicos de provimento temporário de que tratam os art.s 1º e 2º desta Lei Complementar, o Anexo I - TABELA DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS E SALÁRIOS passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 710,37
Auxiliar de Enfermagem	40 h/s	Temporário	02	R\$ 801,18
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 801,18
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 850,00
Técnico de Controle do PSF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.354,44
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.001,47
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 2.166,14
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.083,08
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 3.519,99
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 3.519,99
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 9.392,61
Médico Ginecologista/Obstetra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.348,15
Médico Pediatra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.348,15
Farmacêutico	20 h/s	Temporário	01	R\$ 1.569,97

Art.4º - Insere no Anexo II - Especificação dos Empregos Temporários as atribuições, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional do emprego público de provimento temporário criado no art.2º desta Lei Complementar abaixo descrita, e exclui as atribuições, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional do emprego público de provimento temporário extinto pelo art.1º desta Lei Complementar:

EMPREGO TEMPORÁRIO: Atendente em Farmácia

ATRIBUIÇÕES: Confeção dos pedidos de medicamentos e material médico-hospitalar ao serviço de farmácia de acordo com o cronograma da Unidade; recebimento, conferência e correto armazenamento dos medicamentos e materiais; controle de validade de produtos estocados; organização da área de estocagem da farmácia da unidade; entrega dos medicamentos à população e orientação quanto ao uso correto dos medicamentos de acordo com a prescrição médica; cordialidade no atendimento aos munícipes e/ou demais colegas; arquivamento de documentos; cumprimento rigoroso dos procedimentos operacionais existentes; desempenhar outras tarefas afins, conforme solicitação do chefe imediato.

REGIME DE TRABALHO: celetista

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Processo Seletivo

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio completo e curso de Atendente em Farmácia

Art.5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato Concorrência pml.005.2011 - ALIENAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EDITAL
Concorrência Pública nº 005/2011

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA

PÚBLICA.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a alienação dos seguintes imóveis:

1.1 Um terreno urbano denominada área "3 - AA", localizado no Condomínio Empresarial, na cidade de Luzerna(SC), com a área de 2.173,70m² (Dois mil, cento e setenta e três metros e setenta centímetros quadrados), sem benfeitorias.

1.2. Um terreno urbano denominado área "3 - AB" localizado no Condomínio Empresarial, na cidade de Luzerna(SC), com a área de 1.287,01m² (Um mil, duzentos e oitenta e sete metros e um centímetro quadrado), sem benfeitorias.

1.3. Um terreno urbano, denominado área "3 - AC", localizado no Condomínio Empresarial, na cidade de Luzerna, com a área de 1.332,86m² (um mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e seis centímetros quadrados), sem benfeitorias.

1.4. Um terreno urbano denominado área "1", com a área de 966,92m² (novecentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centímetros quadrados), sem benfeitorias.

1.1.5. Um terreno urbano denominado área "3 - G", com a área de 4.920,05m² (Quatro mil, novecentos e vinte metros e cinco centímetros quadrados), sem benfeitorias.

REGIMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 16 de dezembro de 2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 16 de dezembro de 2011.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

1º Ato de Apostilamento - Ata de Registro de Preços Nº PML.0009/2011 de 15/07/2011

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0009/2011 de 15/07/2011

APOSTILA de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº pml.0009/2011 de 15/07/2011, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0054/2011, Pregão nº pml.0027/2011, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas PEDREIRA JOAÇABA LTDA, PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0009/2011 de 15/07/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0054/2011, Pregão nº 0027/2011, aditando as seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 11.1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos serviços urbanos

Reduzido: 098

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Atividade - 1101.26.782.067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 109

Fonte 16 - Recursos da CIDE R\$ 6.825,63

Reduzido: 152

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Fonte 16 - Recursos da CIDE R\$ 1.470,76

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal



Extrato do 1º Termo Aditivo - Ata de Registro de Preços Nº PML.0009/2011 de 15/07/2011

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0009/2011 de 15/07/2011

1º TERMO DE ADITIVO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0009/2011 de 15/07/2011, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0054/2011, Pregão nº pml.0027/2011, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e a empresa PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA.

Objeto: com a concordância das partes, a alteração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0009/2011 de 15/07/2011, alterando a quantidade e conseqüentemente o valor final dos itens 1 - Brita graduada: 50% pó de pedra e 50% de pedrisco aditando em 125 m³ passando de 500m³ para 625m³ e o valor do item de R\$ 19.975,00 para R\$ 24.968,75; 8 - Brita graduada aditando em 250 m³ passando de 1000m³ para 1250m³ e o valor do item de R\$ 35.000,00 para R\$ 43.750,00, alterando o valor total global a ser pago para o FORNECEDOR de R\$ 84.600,00(oitenta e quatro mil e seiscentos reais) para R\$ 98.343,75 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), alterando a Cláusula Primeira, que para os itens 1 e 8 do Edital de Licitação, 2 e 7 da Ata de Registro de Preços nº pml.0009/2011, do FORNECEDOR 2

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RUDI OHLWEILER
PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA
FORNECEDOR 2

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

**Decreto Legislativo Nº006/2011 - 08/11/2011
"Concede Homenagem de Cidadão Honorário de Massaranduba ao SENHOR LUCA GIUSEPPE LUCHETTA"**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
DECRETO LEGISLATIVO Nº006/2011
08/11/2011

Concede Homenagem de Cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao senhor Luca Giuseppe Luchetta

JOSÉ OSNIR RONCHI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba (SC), atendendo o disposto do Art. 115, inciso I combinado com art. 157 do Regimento Interno (RI) desta Casa Legislativa faz saber a todos os habitantes que a Câmara Aprovou e ele Promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao senhor Luca Giuseppe Luchetta por ter sido articulador político e não medir esforços para a celebração do Gemellaggio entre o Município de Massaranduba e o Valle de Brios na Itália.

Art. 2º. As despesas referente a este Decreto Legislativo correrão por conta de verba orçamentária da Câmara Municipal.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA(SC) EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011

JOSÉ OSNIR RONCHI
Presidente

PUBLICADO NO EXPEDIENTE DA DATA SUPRA

JAIR MICHELUZZI
Assistente Legislativo

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Exoneração

PORTARIA N º 3219 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011
EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, incisos I, III e VI, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I. EXONERAR a servidora NEIVA DE ASSIS do cargo de Psicóloga do quadro de servidores efetivos da municipalidade, A PEDIDO.

II. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 04/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 07 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Portaria de Nomeação

PORTARIA N º 3221 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora ROBERTA PRISCILLA DOS ANJOS RAMALHO DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Enfermeira, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 08/11/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Portaria de Nomeação

PORTARIA N º 3222 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora ROBERTA RICARDO DE SOUZA para exercer o cargo de Enfermeira, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/11/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 07/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Portaria de Nomeação

PORTARIA N º 3223 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora GRASIELE CASTRO DE FREITAS para exercer o cargo de Enfermeira, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/11/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 52/2011FMS - Quarta Chamada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011FMS
>

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RESGATE, ACONDICIONAMENTO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTROLE DE ZOONOSSES PARA A DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 22/11/2011. Abertura envelopes: às 10:30 hs do dia 22/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 03 de novembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 549/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 549/2011

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Trento para o Exercício de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 32.450.580,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta reais) sendo R\$ 29.703.380,00 (vinte e nove milhões, setecentos e três mil, trezentos e oitenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 2.747.200,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil e duzentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Município de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 32.450.580,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta reais)

e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e em R\$ 31.650.580,00 (trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta reais) para o Poder Executivo.

§ 1º - As Transferências Financeiras serão contabilizadas pelo fluxo extra-orçamentário para evitar a dupla contagem na receita e despesa aos Fundos e Fundações Municipais.

§ 2º - A Receita da Unidade Gestora Prefeitura e demais Unidades serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte dobramento:

FONTES DE RECEITA	VALOR
2012	
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
Receita Tributária	
2.313.800,00	
Receita de Contribuições	500.000,00
Receita Patrimonial	98.000,00
Receita de Serviços	20.000,00
Transferências Correntes	19.748.580,00
Outras Receitas Correntes	250.500,00
Operações de Crédito	3.250.000,00
Alienação de Bens	50.000,00
Amortização de Empréstimos	2.000,00
Deduções da Receita Corrente	-2.487.000,00
SOMA	,00

UNIDADE GESTORA:

Receita Patrimonial	
5.000,00	
Transferências Correntes	1.599.500,00
Transferências Financeiras	3.049.750,00
SOMA	,00

UNIDADE GESTORA: FMAS

Transferências Correntes	78.950,00
Transferências Financeiras	316.500,00
SOMA	,00

UNIDADE GESTORA: SAMAE

Receita Tributária	80.000,00
Receita Patrimonial	15.000,00
Receita de Serviços	855.000,00
SOMA	,00

UNIDADE GESTORA: IPREVENT

Receita de Contribuições	790.000,00
Receita Patrimonial	800.000,00
Outras Receitas Correntes	25.000,00
Transferências Financeiras	290.000,00
SOMA	,00

UNIDADE GESTORA: CÂMARA

Transferências Financeiras	800.000,00
SOMA	800.000,00
TOTAL GERAL	32.450.580,00

§ 3º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR
UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	

01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	800.000
02 - GABINETE MUNICIPAL DO PREFEITO	337.500
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.033.600
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	6.924.630
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	263.200
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRIC. MEIO AMB. E SANEAMENTO	993.500
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERV. URB. E PLANEJAMENTO	6.608.400
10 - ENCARGOS GERAIS	410.000
11 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	122.600
14 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. TURISTICO	1.885.200
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250
SOMA	

UNIDADE GESTORA: FMS

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.654.250
SOMA	

UNIDADE GESTORA: FMAS

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	395.450
SOMA	

UNIDADE GESTORA: SAMAE

15 - SAMAE	950.000
SOMA	

UNIDADE GESTORA: IPREVENT

16 - IPREVENT	1.615.000
SOMA	

TOTAL GERAL	32.450.580
-------------	------------

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ESPECIFICAÇÃO VALOR

01. LEGISLATIVA	800.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.481.100,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	40.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	518.050,00
09. PREVIDENCIA SOCIAL	1.367.000,00
10. SAÚDE	4.632.250,00
12. EDUCAÇÃO	6.804.630,00
15. URBANISMO	3.840.400,00
17. SANEAMENTO	1.495.000,00
20. AGRICULTURA	448.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.200,00
25. ENERGIA	500.000,00
26. TRANSPORTE	3.813.000,00
27. DESPORTO E LAZER	263.200,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	260.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	431.500,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
SOMA	,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	730.000,00
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	335.500,00
0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.033.600,00
0004 - CRIANÇA E ADOLESCENTE NA ESCOLA	7.082.255,00
0005 - DESPORTO E LAZER	263.200,00
0006 - MEIO AMBIENTE	545.500,00
0007 - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENÇÃO RURAL	448.000,00
0008 - ESTRADAS VICINAIS	3.363.000,00

0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	540.000,00
0010 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	122.600,00
0011 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	320.525,00
0012 - DESENVOLVIMENTO TURISTICO	200.200,00
0013 - SAMAE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	949.500,00
0014 - SAÚDE PARA TODOS	4.376.750,00
0015 - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA	255.500,00
0016 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	1.185.000,00
0017 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - CAMINHOS NA ESCOLA	120.000,00
0018 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - COHAB, IPREVENT, ETC.	140.000,00
0019 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PASEP	160.000,00
0020 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - FECAM, CNM E ASSOCIAÇÃO	110.000,00
0022 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
0023 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAMAE	500,00
0024 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - IPREVENT	430.000,00
0025 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PASEP SAUDE	22.000,00
0026 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	2.054.700,00
0027 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	100.000,00
0029 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA CAMARA	20.000,00
0030 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - CAMARA	50.000,00
0042 - AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	350.000,00
0051 - FESTA INCANTO TRENTINO	100.000,00
0055 - RECUPERAR ESCOSTAS E 5 MIL METROS DE VIAS PÚBLICAS	1.585.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
TOTAL	,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	20.549.430,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	11.192.030,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	75.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	9.282.400,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	7.013.400,00
4.4.00.00 - Investimentos	6.828.400,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	185.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	431.500,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
TOTAL	32.450.580,00

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 23.745.880,00 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 19.289.630,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e trinta reais) e Transferência Financeira em R\$ 4.456.250,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES	22.930.880,00
1.1. Receita Tributária	2.313.800,00
1.2. Receita de Contribuições	500.000,00
1.3. Receita Patrimonial	98.000,00
1.6. Receita de Serviços	20.000,00
1.7. Transferência Correntes	19.748.580,00
1.9. Outras Receitas Correntes	250.500,00

2. RECEITAS DE CAPITAL	3.302.000,00
2.1. Operações de Crédito	3.250.000,00
2.2. Alienação de Bens	50.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	2.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.487.000,00
9.7. Deduções da Receita Corrente	-2.487.000,00
TOTAL	23.745.880,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura Municipal de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

01. LEGISLATIVA	800.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.481.100,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	40.000,00
08. ASSISTENCIA SOCIAL	122.600,00
09. PREVIDENCIA SOCIAL	160.000,00
12. EDUCAÇÃO	6.804.630,00
15. URBANISMO	3.840.400,00
17. SANEAMENTO	545.500,00
20. AGRICULTURA	448.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.200,00
25. ENERGIA	500.000,00
26. TRANSPORTE	3.813.000,00
27. DESPORTO E LAZER	263.200,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	260.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
SOMA	,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.456.250,00

SOMA 4.456.250,00

TOTAL 24.835.880,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	13.422.730,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	7.279.730,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	75.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	6.068.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	6.955.900,00
4.4.00.00 - Investimentos	6.770.900,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	185.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
SOMA	20.379.630,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	4.456.250,00
SOMA	4.456.250,00
TOTAL	24.835.880,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 1.604.500,00 (um milhão, seiscentos e quatro mil e quinhentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.049.750,00 (três milhões, quatrocentos e nove mil, setecentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.654.250,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 1.604.500,00
 1.3. Receita Patrimonial 5.000,00
 1.7. Transferência Correntes 1.599.500,00
 SOMA 1.604.500,00
 Transferências Financeiras da Prefeitura 3.049.750,00
 SOMA 3.049.750,00
 TOTAL 4.654.250,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 10. SAÚDE 4.654.250,00
 TOTAL 4.654.250,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES 4.646.750,00
 3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais 3.236.800,00
 3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes 1.409.950,00
 4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 7.500,00
 4.4.90.00 - Investimentos 7.500,00
 TOTAL 4.654.250,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 78.950,00 (setenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 316.500,00 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 395.450,00 (trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 1. RECEITAS CORRENTES 78.950,00
 1.7. Transferência Correntes 78.950,00
 SOMA 78.950,00
 Transferências Financeiras da Prefeitura 316.500,00
 SOMA 316.500,00
 TOTAL 395.450,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 08. Assistência Social 395.450,00
 TOTAL 395.450,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES 380.450,00
 3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais 105.500,00
 3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes 274.950,00
 4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 15.000,00

4.4.90.00 - Investimentos 15.000,00
 TOTAL 395.450,00

DO ORÇAMENTO DO SAMAE

Art. 6º - O Orçamento SAMAE de Nova Trento para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 1. RECEITAS CORRENTES 950.000,00
 1.1. Receita Tributária 80.000,00
 1.3. Receita Patrimonial 15.000,00
 1.6. Receita de Serviços 855.000,00
 TOTAL 950.000,00

§ 2º - A Despesa do SAMAE de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO
 ESPECIFICAÇÃO VALOR
 17. Saneamento 950.000,00
 TOTAL 950.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES 919.500,00
 3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais 520.000,00
 3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes 399.500,00
 4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 30.000,00
 4.4.90.00 - Investimentos 30.000,00
 9.9.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 500,00
 9.9.99.00 - Reserva de Contingência 500,00
 TOTAL 950.000,00

DO ORÇAMENTO DO IPREVENT

Art. 7º - O Orçamento do IPREVENT para o exercício de 2012 estima a Receita Orçamentária em R\$ 1.615.000,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.905.000,00 (um milhão, novecentos e cinco mil reais).

§ 1º - A Transferência Financeira do Tesouro Municipal se dará na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR
 1. RECEITAS CORRENTES 1.615.000,00
 1.2. Receita de Contribuições 790.000,00
 1.3. Receita Patrimonial 800.000,00
 1.9. Outras receitas Correntes 25.000,00
 SOMA 1.615.000,00
 Transferências Financeiras da Prefeitura 290.000,00
 SOMA 290.000,00
 TOTAL 1.905.000,00

§ 2º - A Despesa IPREVENT será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da

seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

09. Previdência Social	1.185.000,00
99. Reserva de contingência	430.000,00
TOTAL	1.615.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	1.180.000,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	1.130.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	5.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	430.000,00
TOTAL	1.615.000,00

Art. 8º - A execução do orçamento da Despesa, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser realizada obedecendo o limite de dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos empenhos nos respectivos elementos de despesas de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 12/12/2012 o risco fiscal relacionado ao evento Intempéries, os recursos a ele reservado poderá ser utilizado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2010 tenha reservado recursos para riscos fiscais, ou ainda, para abertura de créditos especiais, mediante autorização legislativa específica.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao Risco Fiscal "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária ou ainda para abertura de créditos especiais mediante autorização legislativa específica.

Art. 10º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11º - Na execução da Lei Orçamentária de 2012, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e da Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 14º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 16º - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 17º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro.

Nova Trento, 07 de Novembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Resumo Ata de Registro de Preços Nº 016/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2011

PROCESSO Nº 107/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2011

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2011

Assunto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra Civil para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por LOTE, HOMOLOGADO a classificação das empresas conforme abaixo especificadas, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios, respectivamente: LOTE I – Secretarias Municipais de: Administração e Finanças; Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento; Agricultura e Meio Ambiente; Educação e Esportes; Assistência Social; Cultura e Turismo.

CONSTRUTORA KAROL INÊS LTDA. (06.823.358/0001-09)

Item	Qtidade	Und.	ESPECIFICAÇÃO	Vi. Unitário	Vi. Total
01	1.130	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	R\$ 22,00	R\$ 24.860,00
02	1.350	Horas	Serviço de Mão de Obra de Carpinteiro	R\$ 22,00	R\$ 29.700,00
03	750	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pintor	R\$ 20,00	R\$ 15.000,00
04	1.200	Horas	Serviço de Mão de Obra de Servente de Pedreiro	R\$ 14,00	R\$ 16.800,00
05	380	Horas	Serviço de Mão de Obra de Jardineiro	R\$ 16,00	R\$ 6.080,00
TOTAL					R\$ 92.440,00

LOTE II – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CONSTRUTORA KAROL INÊS LTDA. (06.823.358/0001-09)

Item	Qtidade	Und.	ESPECIFICAÇÃO	Vi. Unitário	Vi. Total
06	380	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	R\$ 22,00	R\$ 8.360,00
07	450	Horas	Serviço de Mão de Obra de Carpinteiro	R\$ 22,00	R\$ 9.900,00
08	250	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pintor	R\$ 20,00	R\$ 5.000,00
09	400	Horas	Serviço de Mão de Obra de Servente de Pedreiro	R\$ 14,00	R\$ 5.600,00
10	130	Horas	Serviço de Mão de Obra de Jardineiro	R\$ 16,00	R\$ 2.080,00
TOTAL					R\$ 30.940,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser executados na sede da Prefeitura e de suas Secretarias, conforme a necessidade da Municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ser executados nos locais e nas quantidades discriminadas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 07 de novembro de 2011.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Resumo Ata de Registro de Preços Nº 017/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2011

PROCESSO Nº: 110/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2011

INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2011

Objeto: - REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de AREIA, para utilização no conserto e confecção de pavimentação e calçamentos de vias públicas no Município de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, nas quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por Item, HOMOLOGADO a classificação das empresas conforme abaixo especificadas, objeto de publicação prévia nos Diário Oficial dos Municípios, respectivamente:

EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DAZHAREIA LTDA (07.155.480/0001-09)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Vi. Unit.	Vi. Total
6	250	M³	Areia para Aterro.	17,00	4.250,00
TOTAL R\$ 4.250,00					

ANDRADE & AMORIM EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. (10.433.690/0001-26)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Vi. Unit.	Vi. Total
1	4500	M³	Areia para Calçamento.	16,00	72.000,00
2	2000	M³	Areia para Calçamento Limpa.	20,00	40.000,00
3	400	M³	Areia fina para utilização na recuperação de vias públicas (Seixo Fino).	20,00	8.000,00
4	200	M³	Areia média para utilização na recuperação de vias públicas (Seixo Médio).	20,00	4.000,00
5	200	M³	Areia grossa para utilização na recuperação de vias públicas (Seixo Grosso).	20,00	4.000,00
7	100	M³	Areia média fina para utilização em assentamento nas construções de alvenaria.	35,00	3.500,00
TOTAL R\$ 131.500,00					

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade da Municipalidade, nos endereços constantes das solicitações. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 03 (três) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 07 de novembro de 2011.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.547, de 01 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.547, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA AFIXAÇÃO DE CARTAZES CONTENDO ADVERTÊNCIA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS MALÉVOLAS DO USO DE ESTERÓIDES ANABOLIZANTES EM TODAS AS ACADEMIAS DE GINÁSTICA, CENTROS ESPORTIVOS E NOS ESTABELECIMENTOS SIMILARES INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE PALHOÇA faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Torna-se obrigatória a afixação de cartazes contendo advertência sobre as consequências malévolas do uso de esteróides anabolizantes em todas as Academias de Ginástica, Centros Esportivos e nos estabelecimentos similares instalados no Município de Palhoça.

Parágrafo único. O cartaz deve conter os dizeres: "O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e fígado, degrada a atividade cerebral, aumenta o risco de câncer e pode provocar dependência e morte".

Art. 2º Os estabelecimentos terão o prazo de 60 (sessenta) dias para regularizar a situação de seus espaços internos, em conformidade com o disposto neste diploma, contados a partir da publicação da presente lei, sob pena de incorrerem em penalidades administrativas.

§1º As sanções administrativas a que se refere o artigo 2º desta Lei serão as seguintes:

I - na primeira autuação, advertência por escrito, notificando-se o infrator para sanar a irregularidade, sob pena de multa;

II - na segunda autuação, será aplicada multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos) reais, atualizável monetariamente pelo INPC - índice de preços ao consumidor, ou por indexador que vier a substituí-lo ou modificá-lo por força de Lei

III - ocorrendo a inadequação após a segunda autuação, será aplicada a multa do inciso anterior no valor dobrado;

IV - persistindo a irregularidade após a terceira autuação, será suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias o alvará de licença e funcionamento concedido;

V - o estabelecimento que voltar a funcionar após o decurso do prazo de suspensão do alvará, sem a adequação aos dispositivos da presente Lei, terá o alvará de funcionamento cassado pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável para incluir nas campanhas de combate ao uso de drogas, a divulgação sobre os prejuízos que os anabolizantes podem causar a saúde.

Art. 4º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.548, de 01 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.548, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

INSTITUI O PROGRAMA "DOADORES DO FUTURO" EM TODAS AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa "Doadores do Futuro", em todas as escolas da rede pública de ensino instaladas no município de Palhoça com o escopo de conscientização dos alunos acerca da importância da doação voluntária de sangue, órgãos, tecidos e medula óssea.

Art. 2º O Poder Público poderá promover ações educativas com o objetivo de orientar e conscientizar alunos, bem como pais, professores e funcionários da rede municipal de ensino sobre a doação voluntária de sangue, órgãos, tecidos e medula óssea.

Art. 3º Para a concretização do Programa "Doadores do Futuro", os órgãos competentes do Poder Público poderão utilizar servidores municipais capacitados para tal ou celebrar convênios com pessoal especializado, bem como firmar parcerias com redes públicas de hemoterapia.

Art. 4º O poder executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.549, de 01 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.549, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

INSTITUI A SEMANA DA OBESIDADE INFANTIL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a semana de prevenção da obesidade infantil no âmbito do município da Palhoça, a ser realizada anualmente, na semana do dia 12 de outubro.

Art. 2º A data ora instituída passará a constar no calendário oficial de eventos do município.

Art. 3º A semana de prevenção da obesidade infantil terá por objetivo a conscientização da população através de procedimentos informativos, educativos e organizacionais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.550, de 01 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.550, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

O Prefeito Municipal DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura, bem como utilizar recursos da Secretaria de Agricultura e Pesca do Município para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura e maricultura, inclusive na fase de implantação com a construção de tanques e orientação técnica, visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais e maricultores, mediante a projetos específicos.

Art. 2º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais localizados no Município de Palhoça.

Art. 3º O produtor beneficiado pelo programa pagará um valor que será fixado pela Prefeitura Municipal, pela utilização das máquinas da Prefeitura para a construção e adequação dos tanques para a piscicultura.

Art. 4º Os produtores inscritos no programa serão selecionados, de forma isonômica, pelo Comitê Gestor Municipal do programa que condicionará a concessão do benefício à apresentação, pelo beneficiário, de licença ambiental sempre que esta for exigível.

Parágrafo único. O Comitê Gestor Municipal será constituído por 1 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Pesca, 1 (um) representante dos maricultores e 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça.

Art. 5º Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do orçamento municipal, de recursos conveniados com outros entes federados, ou decorrentes de doações de entidades privadas.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 6º Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá curso na área da piscicultura e Maricultura.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.551, de 01 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.551, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir um programa de conscientização e prevenção da saúde do homem no Município de Palhoça que será realizado anualmente, na primeira semana de agosto - Dia dos Pais.

Parágrafo único. O Programa passa a integrar o Calendário Oficial do Município.

Art. 2º Os objetivos do Programa de Conscientização e Prevenção do Homem são:

I - Conscientizar o Homem de que a prevenção eleva o nível de saúde física e emocional;

II - Difundir informações, de forma clara e simplificada, sobre as doenças que acometem a condição masculina, os sintomas dessas moléstias, formas de prevenção de doenças, terapias existentes e orientação quanto aos exames necessários, suas periodicidades, e tudo que seja útil para esclarecer e elucidar a ausência de conhecimento e o preconceito sobre as doenças do homem;

III - Desenvolver no homem o hábito de, periodicamente, passar por consulta médica.

Art. 3º A Administração Pública deverá dar publicidade ao Programa de Saúde do Homem a fim de garantir sua ampla divulgação à população.

Art. 4º Para a execução do Programa o Município poderá firmar convênios e/ou parcerias com a Sociedade Civil, Empresas, Cooperativas, Entidades Religiosas, Universidades, Associações e demais entidades voltadas à educação e/ou à saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas oportunamente, se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.552, de 04 de novembro de 2011.

LEI Nº 3.552, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

UTILIDADE PÚBLICA. Associação Clube Cultural Palhoça de Violeiros. Declara.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Clube Cultural Palhoça de Violeiros, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ sob nº 13.757.107/0001-20, localizada na Avenida das Tipuanas, nº 117, Madri, Palhoça/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.320, de 11 de outubro de 2011.

DECRETO Nº. 1.320, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Altera.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, observado o disposto na Lei Complementar nº. 102, de 06 de abril de 2011, nº 100, de 30 de dezembro de 2010, nº 3.224, de 28 de dezembro de 2006, nº 56, de 03 de outubro de 2007, nº 61, de 31 de janeiro de 2008, nº 63, de 07 de abril de 2009.

DECRETA:

Art. 1º A Função Executiva de Confiança de Diretor de Vigilância Sanitária e Epi-demiológica, Lei nº. 100, de 30 de dezembro 2010, fica transferido para Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, e transformado em Diretor do Meio Ambiente.

Art. 2º Um cargo de Diretor Geral Nível AD-DG, da Secretaria de Assistência Soci-al, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Infraes-estrutura, Transportes e Defesa Civil e transformado em Diretoria Geral de Infra-estrutura e Urbanis-mo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 11 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº 1462 de 08 de Novembro de 2011

LEI Nº 1462 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 190.070,00 (cento e noventa mil e setenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 5.000,00

04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 14.400,00

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 14.400,00

3.1.71.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 200,00

3.3.71.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 200,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 5.000,00

04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 90.000,00

12.365.0018.2.010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 75.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.0.01 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.367.0018.2.016 - Atendimento ao Deficiente R\$ 10.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 10.000,00

0702 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 10.670,00

08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 10.670,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.29 - Aplicações Diretas R\$ 670,00

0801 - SEC. TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 30.000,00

26.782.0031.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 2.000,00

16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 10.000,00

20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1101 - SEC. DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 5.000,00

13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cultura, Tur. e Meio Ambiente R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 8.000,00

04.122.0000.0.052 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 8.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 8.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 10.000,00

10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

10.3010025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.301.0025.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 190.070,00 (cento e noventa mil e setenta reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 6.500,00

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 6.500,00

4.4.71.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 5.000,00

04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$

5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 49.400,00
12.361.0018.1.006 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 50,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 3.380,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 180,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00
12.365.0018.2.014 - Manut. do Transporte Escolar do Ensino Infantil R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.361.0018.2.015 - Manut. do Transporte Escolar do Ensino Fundamental R\$ 30.970,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 25.970,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER R\$ 30.000,00
27.812.0021.1.018 - Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
27.812.0018.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0701 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 20.670,00
08.243.0027.2.020 - Manutenção do Fundo Mun. da Criança e Adolesc. R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 15.670,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Instituições Privadas R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.29 - Aplicações Diretas R\$ 670,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 27.000,00
15.453.0031.1.030 - Construção de Abrigos de Passageiros R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
26.782.0031.1.034 - Sinalização das Vias Públicas e Identificação R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
17.511.0034.1.037 - Melhoramento do Saneamento Básico R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 4.000,00
17.512.0040.1.039 - Construção de Banheiros R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
1.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 2.500,00
20.606.0048.1.046 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 12.000,00
13.391.0051.1.047 - Restauração do Prédio da Prefeitura R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
13.392.0051.2.049 - Construção do Portal de Entrada e Mirante R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cult., Turismo e Meio Ambiente R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 23.000,00
04.122.0000.0.052 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 5.000,00
4.4.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R\$ 18.000,00
4.6.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 10.000,00
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 4.000,00
3.1.71.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.1.71.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
10.301.0025.2.059 - Manutenção do programa Saúde Bucal R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 08 de novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 09 de novembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1463 de 08 de Novembro de 2011

LEI Nº 1463 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 8.000,00
16.482.0040.1.038 - Construção de Casas Populares R\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

0702 - FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 8.000,00
08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais):

0101 - CÂMARA MUNICIPAL R\$ 16.000,00



01.031.0001.2.001 - Manutenção do Poder Legislativo R\$ 16.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 08 de novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 09 de novembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
 Secretária Municipal de Administração

Decreto 29/2011

DECRETO 29/2011.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementação das dotações abaixo, no limite de R\$ 190.070,00 (cento e noventa mil e setenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 5.000,00
 04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 14.400,00
 04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 14.400,00
 3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 200,00
 3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 200,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 5.000,00
 04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 90.000,00
 12.365.0018.2.010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 75.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.01 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 12.367.0018.2.016 - Atendimento ao Deficiente R\$ 10.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 10.000,00

0702 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 10.670,00
 08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 10.670,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.29 - Aplicações Diretas R\$ 670,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 30.000,00
 26.782.0031.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 2.000,00
 16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 10.000,00
 20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1101 - SEC. DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 5.000,00
 13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cultura, Tur. e Meio Ambiente R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 8.000,00
 04.122.0000.0.052 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 8.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 8.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 10.000,00
 10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 4.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 10.3010025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 10.301.0025.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 190.070,00 (cento e noventa mil e setenta reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 6.500,00
 04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 6.500,00
 4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 5.000,00
 04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 49.400,00
 12.361.0018.1.006 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 50,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
 12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 3.380,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 180,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00
 12.365.0018.2.014 - Manut. do Transporte Escolar do Ensino Infantil R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 12.361.0018.2.015 - Manut. do Transporte Escolar do Ensino Fundamental R\$ 30.970,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 25.970,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER R\$ 30.000,00
27.812.0021.1.018 - Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
27.812.0018.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0701 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 20.670,00
08.243.0027.2.020 - Manutenção do Fundo Mun. da Criança e Adolesc. R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 15.670,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Instituições Privadas R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.29 - Aplicações Diretas R\$ 670,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 27.000,00
15.453.0031.1.030 - Construção de Abrigos de Passageiros R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
26.782.0031.1.034 - Sinalização das Vias Públicas e Identificação R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
17.511.0034.1.037 - Melhoramento do Saneamento Básico R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 4.000,00
17.512.0040.1.039 - Construção de Banheiros R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
1.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 2.500,00
20.606.0048.1.046 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 12.000,00
13.391.0051.1.047 - Restauração do Prédio da Prefeitura R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
13.392.0051.2.049 - Construção do Portal de Entrada e Mirante R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cult., Turismo e Meio Ambiente R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 23.000,00
04.122.0000.0.052 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 5.000,00
4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R\$ 18.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 10.000,00

10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 4.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
10.301.0025.2.059 - Manutenção do programa Saúde Bucal R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 08 de novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 09 de novembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 30/2011

DECRETO Nº 30/2011

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementação das dotações abaixo, no limite de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 8.000,00
16.482.0040.1.038 - Construção de Casas Populares R\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

0702 - FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 8.000,00
08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais):

0101 - CÂMARA MUNICIPAL R\$ 16.000,00
01.031.0001.2.001 - Manutenção do Poder Legislativo R\$ 16.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 08 de novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 09 de novembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de publicação processo seletivo 06/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

A Secretaria de Saúde do Município de Paulo Lopes, em decorrência da autorização contida na Lei nº 649 de 01 de julho de 1994 - contratação temporária de pessoal, torna público, que estarão abertas no período de 10/11/2011 a 18/11/2011, as inscrições ao Processo Seletivo para contratação emergencial de Especialista em Saúde, para o cargo de Enfermeiro(a), na forma de contrato emergencial. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Secretaria de Saúde e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0211.

Paulo Lopes (SC), 09 de novembro de 2011.
ELIZE TEREZINHA JORGE
Secretaria M. de Saúde e Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº. 03/2011

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 03/2011
ESTABELECE O CALENDÁRIO DAS SESSÕES ITINERANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado em plenário, baixa o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Conforme deliberado no Plenário fica estabelecido o calendário das Sessões itinerantes da Câmara Municipal de Paulo Lopes nos termos abaixo para que surta os legais efeitos e seja conhecido e compartilhado por toda a comunidade.

- Dia 22/11/11 - Sorocaba;
- Dia 23/11/11 - Areias;
- Dia 29/11/11 - Ribeirão;
- Dia 30/11/11 - Morro do Freitas;
- Dia 06/12/11 - Penha;
- Dia 07/12/11 - Morro Agudo;
- Dia 06/03/12 - Bom Retiro;
- Dia 13/03/12 - Freitas;
- Dia 20/03/12 - Santa Cruz;
- Dia 27/03/12 - Barrinha.

Art. 2º - A Presidente baixará Ato de convocação da sessão itinerante, conforme deliberado no Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Lopes.

Art. 3º - As despesas que eventualmente ocorram serão suportadas pelo orçamento da Câmara de Paulo Lopes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 09 de novembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 09 de novembro de 2011

Resolução Nº. 06, de 09 de novembro de 2011

RESOLUÇÃO Nº.06, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Institui a Comenda "Paulo Lopes Falcão".

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado em plenário, baixa a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituída a Comenda Paulo Lopes Falcão, com objetivo de homenagear pessoas físicas, jurídicas e outras entidades, que no campo de suas atividades contribuíram para o desenvolvimento do Município de Paulo Lopes.

Parágrafo Único. A Comenda de que trata o caput deste artigo será confeccionada conforme modelo a ser estabelecida pelo Presidente da Mesa Diretora.

Art. 2º A Comenda será outorgada em sessão solene, nos termos do Regimento Interno, podendo ser concedida anualmente em data a ser definida pela Mesa.

Art. 3º Cada Vereador, com assento na Câmara Municipal, poderá indicar um homenageado.

§ 1º A indicação será feita por requerimento, e aprovada em plenária, acompanhada dos dados do homenageado e de justificativa que ateste a relevância e destaque da atividade empreendida.

§ 2º Ato da Mesa homologará as indicações dos homenageados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 09 de dezembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 09 de Dezembro de 2011.

Resolução Nº. 07, de 09 de novembro de 2011

RESOLUÇÃO Nº. 07, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

Institui Sessão Solene em comemoração ao Cinquentenário de Emancipação do Município de Paulo Lopes.

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado em plenário, baixa a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica, por esta Resolução, instituída nesta Casa, sessão solene no dia 13 (treze) de dezembro de 2011 (dois mil e onze), em comemoração ao Cinquentenário de Emancipação do Município de Paulo Lopes.

Art. 2º - Na ocasião, será outorgada a comenda "Paulo Lopes Falcão".

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 09 de dezembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 09 de Dezembro de 2011.

Resolução Nº. 08, de 09 de novembro de 2011

RESOLUÇÃO Nº. 08, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Denomina Maria Guilhermina Silvano a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Paulo Lopes, e dá outras providências.

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado em plenário, baixa a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Denomina Maria Guilhermina Silvano a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Paulo Lopes, e dá outras providências.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 09 de dezembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 09 de Dezembro de 2011.

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.956/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.956/2011

“Altera a Lei Municipal nº 1.417, de 29 de dezembro de 2005 e dá outras providências”.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Programa Sentinela - Serviço de Atenção Especializada Menor Porte, instituído pela Lei Municipal nº 1.417, de 29 de dezembro de 2005, passará a ser denominado CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Art. 2º Insere os parágrafos que menciona no artigo 4º da Lei Municipal nº 1.417, com a seguinte redação:

“Art. 4º []

§ 1º Fica criado junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social o seguinte cargo comissionado:

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento R\$
01	Coordenador do CREAS	DAI-25	1.346,89

§ 2º Para exercer o cargo de Coordenador do CREAS são necessários o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - Formação em nível superior;
- II - Experiência na área social, preferencialmente no trabalho com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social;
- III - Conhecimentos e experiências em gestão pública e coordenação de equipes;
- IV - Conhecimento da legislação referente à política de assistência social, de direitos sociais e de defesa de direitos;
- V - Conhecimento da rede de proteção socioassistencial, de políticas públicas e de defesa de direitos do território e da cidade;
- VI - Habilidade para comunicação, mediação de conflitos, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,
em Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de novembro de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Lei Municipal Nº 1.957/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.957/2011

“Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Recibo Provisório de Serviços no Município de Porto Belo e dá outras providências”.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipal - NF-E, a ser emitida por todas as pessoas físicas e jurídicas contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza estabelecidas no Município de Porto Belo.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviços Municipal - NF-E é documento obrigatório, a ser emitido ao término da prestação de serviços para o contribuinte inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, mesmo aos que gozem de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

§ 2º Caberá ao regulamento disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, definindo em especial os contribuintes sujeitos a sua utilização.

§ 3º A Nota fiscal Eletrônica avulsa somente será emitida no Setor de Tributação da Municipalidade, mediante o pagamento antecipado do ISSQN.

§ 4º O contribuinte não inscrito no CMC, para emitir a NF-E, deverá providenciar a sua inscrição ou utilizar-se da NF-E avulsa.

Art. 2º Fica instituída a figura do Recibo Provisório de Serviço - RPS, destinado a operacionalizar o uso da Nota Fiscal Eletrônica, cabendo ao regulamento dispor sobre sua forma e utilização.

Parágrafo Único. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em NF-E, no prazo de 10 (dez) dias corridos, subsequentes a sua emissão.

Art. 3º A geração da NF-E constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, sujeita a cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo Único. Sobre a insuficiência ou não recolhimento do ISSQN, no prazo legal, incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na legislação municipal.

Art. 4º Os tomadores de serviços, responsáveis pela retenção do ISSQN, cujo prestador tenha sede em outra localidade, estão obrigados a gerar a declaração eletrônica na forma do regulamento.

Art. 5º Nas infrações relativas a NF-E, aplicar-se-á multa de valor igual a:

- I - 1,0 (uma) UFM-PB, para cada NF-E não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela administração.
- II - 2,0 (duas) UFM-PB, para cada emissão indevida de NF-E tributáveis, como isentos imunes ou não tributáveis.
- III - 5,0 (cinco) UFM-PB, para cada NF-E indevidamente cancelada, conforme disposto no regulamento.

Art. 6º Nas infrações relativas a emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

- I - 2,0 (duas) UFM-PB, para cada RPS emitido e não convertido em Nota Fiscal eletrônica ou não informado pelo tomador de serviço no prazo regulamentar.

§ 1º Aplicar-se-á multa igual a 200% (duzentos por cento) do valor do imposto não recolhido, no caso de constatação da não emissão do RPS em procedimento fiscal.

§ 2º A conversão espontânea do RPS, realizada após o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 2º da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir um máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sendo que

expirado este prazo a multa devida será igual a 100% (cem por cento) do valor do respectivo imposto.

Art. 7º Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal Eletrônica, tendente a acobertar operações de prestação de serviço inexistentes, com o objetivo de:

I - Aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
II - Registrar despesas para reduzir tributos federais, estaduais ou municipais.

Art. 8º Não incidirá preço público relativo a emissão das NF-E, quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Art. 9º É de competência da Unidade de Fiscalização de Tributos, da Secretaria da Fazenda, todos os atos relativos a operacionalização do Sistema de NF-E.

Parágrafo Único. As especificidades dos procedimentos não previstos no regulamento do NF-E, poderão ser baixadas por meio de Normativas, expedidas pelo Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 10º O Poder Executivo Municipal regulamentará através de decreto a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 11º Esta Lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º Ficam revogados os artigos 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284 e 285 da Lei Municipal nº 1.071/98.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de novembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 080/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 080/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 099/2011

Objeto: REPAROS E COMPLEMENTOS NO PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL LOCALIZADO ANEXO AO CIAS NO BAIRRO PEREQUE NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO.

Contratado: RAMOS & BEHLING LTDA - ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 15 dias a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 21.897,00 (vinte e um mil e oitocentos e noventa e sete reais).

Data e assinatura do contrato: 29 de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 082/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 082/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 101/2011

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NA RUA MARCELINO CAETANO BAIRRO VALONGO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, COM

FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETOS.

Contratado: CHAIANE TAMARA PEREIRA DE BORTOLI-ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 05 MESES a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 113.800,00 (cento e treze mil e oitocentos reais).

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 083/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 083/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 103/2011

Objeto: REFORMA DO NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS MEDINDO 748,80 M² COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETOS.

Contratado: RAMOS & BEHLING LTDA - ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 03 (três) meses a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 138.659,71 (cento e trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 084/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 084/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 107/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA USO NAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

Contratado: CLÁSSICA CULTURAL COM. DE LIVRO LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, ATÉ 15 (QUINZE) dias a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais).

Data e assinatura do contrato: 1º de novembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 679/2011

DECRETO Nº 679, 03 de novembro de 2011.

CONVOCA a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica CONVOCADA a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como fórum máximo de deliberação e avaliação da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Resolução nº 134, de 16 de março de 2009 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em reunião extraordinária realizada no dia 21 de setembro de 2011, a ser realizada das 8h às 17h horas do dia 10 de novembro de 2011.

Art. 2º A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no Cento Cultural 25 de Julho, sito a Rua Antiocho Pereira, 208 - Centro - Porto União - SC.

Art. 3º A IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como tema Central "MOBILIZANDO, IMPLIMENTANDO E MONITORANDO A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNÍCIPIO".

Art. 4º A Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será composta:

I- representantes governamentais:

Luciana Cristina Kauva

II- representantes não governamentais

Rita Blotti Volanick

III- equipe técnica de apoio

Ivana Carla Krassowski Franco

Lubina Oleinik

Neusa Lucia Benoni

Art. 5º As normas de inscrição, credenciamento dos delegados, metodologia e programação, ou seja, toda a organização e funcionamento da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão expedidas através do Regimento Interno elaborado pela Comissão Geral.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Infância - FIA.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 680/2011

DECRETO Nº 680, de 07 de novembro de 2011.

Designa servidores responsáveis pelas realizações das ações da vigilância sanitária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Designa servidores para desenvolverem ações de inspeção dos estabelecimentos caracterizados de baixa e média complexidade, de acordo com as disposições legais preconizadas pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, sem ônus para o Município, quais sejam:

Nome do Servidor	Vínculo Pregatício	Carga Horária	Cargo/Função
Anne Grasielle Chagas	Município	40 horas semanais	Coordenadora de Vigilância Sanitária
Franciane Loss	Município	40 horas semanais	Auxiliar Administrativo
Paulo Roberto Buogo	Estado	30 horas semanais	Analista Técnico de Promoção da Saúde
Luiz Cláudio Sauran	Estado	30 horas semanais	Analista Técnico de Promoção da Saúde
Ivan José Schorr	Município	40 horas semanais	Técnico em Segurança do Trabalho

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 182, de 07 de agosto de 2009, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 886/2011 - RH

PORTARIA Nº 886, de 13 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 de outubro de 2011 a 11 de outubro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josiane da Silva Cruz, para exercer as funções do cargo de Telefonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Central da Cidadania, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 887/2011 - RH

PORTARIA Nº 887, de 13 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 27 de setembro de 2011 a 04 de fevereiro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria Lucia Marques Cordeiro Matulle, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora Micheline Aparecida Souza, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde até 05 de novembro de 2011 e posteriormente em Licença Premio de Noventa (90) dias.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Casa Cultural Anibel Khury, deste município..

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de setembro de 2011.

Porto União - SC, em 13 de outubro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 888/2011 - RH

PORTARIA Nº 888, de 17 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 17 de outubro de 2011, referente ao período aquisitivo de abril de 2001 a abril de 2006, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Josias Guviazdecki, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 889/2011 - RH

PORTARIA Nº 889, de 18 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Sonia Pritzsche, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 890/2011 - RH

PORTARIA Nº 890, de 18 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Valdecir Glixinski, aprovado em 9º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, conforme Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de outubro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 891/2011 - RH

PORTARIA Nº 891, de 19 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de outubro a 31 de dezembro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vinicius André Makiak, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição ao servidor efetivo Mariano Lauro Rodrigues, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de outubro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 892/2011 - RH

PORTARIA Nº 892, de 24 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Dilcelia da Aparecida da Silva, aprovada em 11º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, conforme Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 893/2011 - RH

PORTARIA Nº 893, de 28 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Iraneide Maria dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 894/2011 - RH

PORTARIA Nº 894, de 31 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ingrid Fernanda Tomal, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 895/2011 - RH

PORTARIA Nº 895, de 31 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vera Grundmann Debacker, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 897/2011 - RH

PORTARIA Nº 897, de 31 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00004/97-1, datada de 18 de outubro de 2011, da Servidora SOLANGE MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAUJO ZONTA, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO conforme solicitação da servidora, do período que atuou como Professora, correspondente a 4.334 dias, ou seja, onze (11) anos, dez (10) meses e dezenove (19) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, contribuições efetuadas no período de 01 de março de 1983 a 19 de janeiro de 1995, diante do vínculo de emprego mantido com a Prefeitura Municipal de Porto União, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 898/2011 - RH

PORTARIA Nº 898, de 31 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 28 de outubro de 2011, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, de sessenta (60) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Unico para os servidores Públicos do Município, à servidora Ilda Aparecida Custodio dos Santos Fernandes Dias, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 899/2011 - RH

PORTARIA Nº 899, de 31 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de outubro a 21 de dezembro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Iraneide Maria dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora Fabiana de Oliveira Santos, que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 050/2011

PORTARIA Nº 050, de 07 de novembro de 2011.

Dispõe sobre expediente temporário da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a quantidade de serviços acumulados recentemente em razão das chuvas de inverno;
CONSIDERANDO o horário de verão que se iniciou recentemente;

CONSIDERANDO que o clima está propício para a execução das tarefas de conservação, pavimentação e obras no Setor Urbano e

Rural do nosso Município,

RESOLVE:

Art. 1º O expediente da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, durante o período de horário de verão ou enquanto perdurar a necessidade, será acrescido de 01 (uma) hora diariamente no período vespertino.

Parágrafo único. O acúmulo de 04 (quatro) horas semanais será compensado todas as sexta-feiras no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 051/2011

PORTARIA Nº 051, de 07 de novembro de 2011.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, sem ônus para o Município e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar a infringência ao Artigo 18, Inciso VIII da Lei nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, pelos Conselheiros Tutelares:

I- Célia Soares dos Santos de Souza

II- Erlon Soares Slomp

III- Loreni Maria Rosenscheg

IV- Paulo Roberto Dal'Bó

V- Severino Brancalione

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, os Conselheiros Tutelares acima mencionados, para que, acompanhem todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:

I- Idelgarnet de Andrade Pereira - Presidente;

II- Tatiane Wegrnen - Secretária;

III- Larize Aparecida Kliemann - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

PYERRE CASTELLANO PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Extrato de Edital de Pregão Presencial 059/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 099/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 059/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de dois veículos novos, zero quilometro, cor branca básico, fabricação nacional. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 28 de novembro de 2011, as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site portouniao.sc.gov.br e mail liciteportouniao.com.br, telefone (042) 3523 1155.

Porto União SC, 08 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 060/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 100/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 060/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por lote, para locação de equipamentos/materiais e prestação de serviços para realização da Quinta Festa do Steinhaeger e do Xixo, no Espaço Estação União, a realizar-se de 09 a 11 de dezembro de 2011. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 25 de novembro de 2011 as 14:00 horas, com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas através do site portouniao.sc.gov.br e mail, liciteportouniao.com.br, telefone (042) 3523 1155.

Porto União SC, 08 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 1221**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.221, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Outorga Título de Cidadão Rio-sulense ao Senhor Alvino Zanella

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de Cidadão Rio-sulense ao Senhor Alvino Zanella, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara

Decreto Legislativo Nº 1222

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.222, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Outorga Título de Cidadão Rio-sulense ao Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina, Senhor João Raimundo Colombo

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de Cidadão Rio-sulense ao Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina, Senhor João Raimundo Colombo, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara

Salto Veloso**PREFEITURA****Portaria Nº. 394 /2011**

PORTARIA Nº. 394 /2011, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Nomeia Comissão Central Organizadora da Exposalto.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Central Organizadora da Exposalto os seguintes membros:

- 1) Presidente: Ivainer Meneghel
- 2) Secretário: Odirley Mezzalira
- 3) Tesoureiro: Matheus Abati Périco
- 4) Subcomissão da Indústria, Comércio e Artesanato: Daniel Getassi e Ivone Giacomini Cristh
- 5) Subcomissão de Pecuária: Samuel de Bortoli e Danilo Tomazi
- 6) Subcomissão de Alimentação: Paulo Hoffelder
- 7) Subcomissão de Divulgação: Agnaldo Maurício Périco Lima
- 8) Subcomissão de Saúde: Tânia Dalpizzol Simioni e Evainer Santian
- 9) Subcomissão de Segurança, Trânsito e Limpeza: Claudemir Sartorel, Ivainer Meneghel e Anderson Leobet.
- 10) Subcomissão de Rodeio: Dirceu Soldi e Nereu Borga

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 08 de novembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

Portaria Nº. DP00396/2011

PORTARIA Nº. DP00396/2011

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-2, para o servidor ADÃO CAMBRUZZI CAMPAGNIN, para exercer as funções de responsável pelos serviços de campo da Secretaria de Transporte e Obras do Município de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Novembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP0395/2011

PORTARIA Nº. DP0395/2011

"REVOGA PORTARIA Nº DP0195/2009 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo V da Lei Municipal nº 0016/2010 de 23/12/2010;

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada - FG-1 ao servidor IDALINO LAZZARI, em função da revogação da Portaria nº DP0195/2009, passando o mesmo a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Novembro de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.304, de 07 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.304, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

Disciplina a celebração de convênios ou instrumentos congêneres, de natureza financeira, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:**CAPÍTULO I****Disposições Preliminares**

Art. 1º A execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, que envolva a transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscais, da Seguridade Social e de Investimentos, será efetivada por meio da celebração de convênios ou instrumentos congêneres nos termos deste Decreto, observadas a legislação pertinente.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - convênios ou instrumentos congêneres: acordo que disciplina a transferência de recurso financeiro e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta e, de outro, entidade privada sem fins lucrativos, outro ente da federação ou consórcio público, visando à execução de programas e ações de interesse recíproco ou da coletividade, em regime de mútua cooperação;

II - proponente: entidade privada sem fins lucrativos, ente da federação ou consórcio público que manifeste interesse em firmar convênio, por meio de proposta de trabalho;

III - concedente: órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do objeto do convênio ou instrumento congêneres;

IV - conveniente: organização de direito privado, sem fins lucrativos, ou ente da federação ou consórcio com o qual a administração pública municipal pactue a execução de programa de governo e ações mediante a celebração de convênio ou instrumento congêneres;

V - interveniente: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de outro ente da federação ou organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos, que participe do convênio para auxiliar no acompanhamento e na fiscalização, manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

VI - ente da federação: a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e os Municípios, nos quais se incluem os respectivos Poderes e administrações diretas e indiretas;

VII - consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

VIII - dirigente: aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos e detenha qualquer nível de poder decisório, assim entendidos os conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes, gerentes, administradores, entre outros;

IX - termo aditivo: instrumento que tenha como objetivo a modificação de convênios já celebrados e cuja formalização deve obrigatoriamente ocorrer durante o período de vigência do instrumento de convênio;

X - valor do convênio: o montante referente ao valor do repasse feito pelo concedente mais a importância relativa à contrapartida da conveniente, quando houver, ajustada no convênio e respectivo plano de trabalho, inclusive para efeitos de devolução;

XI - transferência voluntária: a entrega de recursos correntes ou de capital a conveniente, a título de cooperação, auxílio, contribuição ou assistência financeira;

XII - contrapartida: o valor dos recursos próprios ou bens e serviços economicamente mensuráveis com que a conveniente irá participar do projeto segundo os termos do convênio;

XIII - categoria de programação: a dotação orçamentária que abrange a função e os demais subníveis até o elemento da despesa;

XIV - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução de atividades de interesse público, na forma da legislação pertinente.

XV - obra: construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem;

XVI - orçamento prévio: documento apresentado quando o objeto do convênio envolver aquisição de bens ou prestação de serviços devendo conter os valores pesquisados;

XVII - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução;

§ 2º A descentralização da execução de programas de governo e ações por meio de convênios somente se efetivará para os convenientes que disponham de condições para consecução do seu objeto e tenham atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com este objeto.

CAPÍTULO II

Da Apresentação das Propostas de Convênios

Art. 2º O proponente apresentará a proposta de convênio ao chefe do Poder Executivo, por meio de seu dirigente, mediante a apresentação do Plano de Trabalho, conforme modelos constantes dos Anexos I, II e III deste Decreto, e ainda os seguintes documentos:

I - solicitação formal de recursos pela entidade, dirigida ao chefe do Poder Executivo;

II - plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo dirigente da entidade, conforme Anexo II;

III - ficha cadastral preenchida - com os endereços da entidade e do responsável pela aplicação, conforme Anexo I;

IV - prova de mandato da diretoria em exercício - fotocópia das atas de eleição e da posse de seus diretores;

V - cópia do estatuto da entidade;

VI - certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

VII - prova de funcionamento regular da instituição - atestado por juiz, promotor de Justiça, Presidente da Câmara Municipal, Delegado de Polícia, ou outra autoridade reconhecida;

VIII - prova da abertura de conta corrente individualizada e vinculada - declaração do gerente, extrato de conta;

IX - declaração assinada pelo dirigente atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número do CPF, conforme Anexo III;

X - cópia do CPF e da Carteira de Identidade do presidente atual da entidade;

XI - cópia do CNPJ da entidade;

XII - cópia do comprovante de inscrição no conselho municipal de assistência social, nos casos de entidade de assistência social;

XIII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

XIV - certificado de regularidade fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

XV - certificado de Regularidade fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

XVI - certificado de Regularidade fornecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

XVII - certificado de Regularidade fornecido pela Secretaria da Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. O proponente manifestará seu interesse em celebrar convênio mediante a apresentação de Plano de Trabalho que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto e da finalidade do convênio, de modo a

permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;

II - justificativa contendo a caracterização do interesse público em executar o objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos pela sociedade;

III - local ou região de execução do objeto e indicação do público alvo;

IV - descrição dos bens a serem adquiridos, dos serviços a serem realizados ou das obras a serem executadas e seus valores de acordo com o orçamento prévio ou projeto básico;

V - descrição dos bens e serviços economicamente mensuráveis referentes à contrapartida não financeira, quando houver;

VI - cronograma físico contendo a descrição das etapas e das tarefas e previsão de execução;

VII - previsão de prazo para a execução do objeto; e

VIII - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente e a contrapartida prevista para o proponente.

CAPÍTULO III

Dos Requisitos para a Celebração dos Atos

Art. 3º O convênio será proposto pelo interessado ao titular da concedente responsável pelo programa de governo e ação, mediante a apresentação do Plano de Trabalho, conforme modelos constantes dos Anexos I, II e III deste Decreto.

Parágrafo único. Integrará o Plano de Trabalho, a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras ou serviços de engenharia, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, com nível de precisão adequado, a obra ou serviço objeto do convênio, sua viabilidade técnica, o custo, fases ou etapas e prazos de execução.

Art. 4º Fica a concedente proibida de firmar convênios com conveniente que esteja em situação de débito, mora, inadimplência ou de irregularidade para com o Município.

Parágrafo único. Fica a concedente proibida, ainda, de firmar convênios e de realizar transferências dos recursos financeiros à conveniente que:

I - não apresentar a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos no prazo previsto neste Decreto;

II - não tiver, por qualquer motivo, a sua prestação de contas aprovada pelo conveniente; e

III - não tiver procedido à devolução, na forma determinada em regulamento, de recursos financeiros, equipamentos, veículos e máquinas cedidos pelo Município.

Art. 5º Atendidas as exigências previstas nos artigos 2º e 4º, o processo será encaminhado à Controladoria Geral do Município para parecer, visando o exercício do controle prévio, e, sobretudo, atestando a aptidão da entidade para firmar convênios, conforme Anexo IV.

§1º Verificada a regularidade fiscal do proponente, a Controladoria Geral do Município encaminhará o processo para apreciação do Chefe do Poder Executivo, ou à autoridade por ele delegada para decisão sobre o mérito da proposta.

§2º No caso de não atendimento às exigências previstas na legislação, a Controladoria Geral do Município poderá solicitar a complementação dos documentos ou informações necessárias, no prazo de 30 dias.

§3º Findo o prazo previsto no parágrafo anterior e, não atendidos os requisitos, a Controladoria Geral do Município arquivará o processo.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo, ou autoridade delegada, apreciará o Plano de Trabalho e decidirá pelo deferimento ou indeferimento da proposta de convênio.

§1º Deferida a proposta, o processo será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município que elaborará e aprovará a minuta de

convênio a ser firmado entre o concedente e o conveniente.
§2º Indeferida a proposta, o processo será encaminhado para arquivado na Controladoria Geral do Município.

CAPÍTULO IV Da Autorização

Art. 7º Os instrumentos, regidos por este Decreto, somente poderão ser celebrados mediante autorização em Lei Municipal específica (LOM, art. 55, inciso XXIX).

§1º A autorização a que se refere o caput não implica na obrigatoriedade de celebração e de pagamento do convênio, se a conveniente não atender a todos os requisitos exigidos por este Decreto;
§2º A autorização, para a Celebração de Convênio, se sujeita no que couber, às normas de encerramento do exercício financeiro.

Art. 8º Cada convênio terá uma concedente e uma conveniente.
§1º Para o mesmo objeto não poderá existir mais de uma concedente e um conveniente, salvo nos casos de ações complementares, o que deverá ficar consignado no respectivo convênio, delimitando-se as parcelas referentes à responsabilidade deste e as que devam ser executadas à conta de outro instrumento.
§2º É vedado firmar convênios com organizações de direito privado com fins lucrativos.

CAPÍTULO V Da Formalização dos Atos

Art. 9º O preâmbulo dos termos de convênio conterá o número sequencial, a denominação, o endereço e o número do CNPJ/MF da concedente, da conveniente e, se for o caso, do interveniente; o nome, endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o número do CPF dos respectivos responsáveis ou daqueles que estiverem atuando por delegação de competência expressa.

Art. 10. O convênio conterá, expressa e obrigatoriamente, cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos, com a descrição detalhada e objetiva do que se pretende realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho;
- II - a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive a contrapartida, e dos intervenientes, se houver;
- III - o prazo de vigência dentro do qual poderão ser aplicados os recursos financeiros;
- IV - o valor global a ser repassado pelo concedente com indicação da fonte de recursos e o da contrapartida da conveniente;
- V - a forma de liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;
- VI - a obrigatoriedade de a conveniente apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos e o período para tal;
- VII - os casos de rescisão do convênio, na forma deste Decreto e da legislação específica de regência da matéria;
- VIII - a obrigatoriedade de devolução de eventual saldo do valor do convênio, inclusive dos rendimentos de aplicação financeira se não aplicados no seu objeto, na data da conclusão, rescisão do convênio ou nos prazos previstos;
- IX - o compromisso de a conveniente restituir à concedente, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal:
 - a) o valor transferido pela concedente nos casos em que não executado o objeto do convênio;
 - b) o valor do convênio, ou parte, utilizado em finalidade diversa da estabelecida no respectivo termo;
- X - a proibição de a conveniente repassar os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- XI - o compromisso de a conveniente movimentar os recursos em conta bancária específica e vinculada ao convênio; e
- XII - a indicação da conta bancária do concedente à qual devem

ser recolhidos os valores não empregados no objeto do convênio bem como do foro competente para dirimir as dúvidas decorrentes de sua execução.

Art. 11. É vedada a inclusão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

- I - a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - a alteração do objeto do convênio detalhado no Plano de Trabalho;
- III - a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- IV - a realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- V - a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- VI - a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto os relativos à manutenção de contas ativas;
- VII - a transferência de recursos para igrejas e cultos religiosos; e
- VIII - o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista da conveniente com os recursos referentes ao valor do convênio.

§1º Todos os termos de convênio e eventuais aditivos serão firmados pelos partícipes e pelos intervenientes, se houver, e, no mínimo, por 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas.

§2º Para efeitos do parágrafo anterior, compete ao Ordenador de Despesas da concedente firmar os termos nele mencionados.

Art. 12. O processo, contendo o termo de convênio e seus aditivos, bem como o Plano de Trabalho e suas eventuais reformulações, será encaminhado à Controladoria Geral do Município, na data de assinatura dos instrumentos ou da aprovação da reformulação pelo conveniente, para o controle dos prazos de prestação de contas.

CAPÍTULO VI Do Empenhamento

Art. 13. A concedente emitirá nota de empenho observado o Princípio Orçamentário da Anualidade.

§1º No caso de convênio com vigência plurianual, a concedente deverá empenhar o valor previsto para ser transferido no respectivo exercício.

§2º Na hipótese de não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, a concedente não poderá celebrar novos convênios enquanto perdurar aquela situação.

CAPÍTULO VII Da Alteração dos Atos

Art. 14. Os convênios e respectivos Planos de Trabalho regidos por este Decreto somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

Parágrafo único. É vedado aditar convênio com o intuito de modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação da despesa.

Art. 15. A proposta de aditivo deverá ser apresentada no mínimo 30 (trinta) dias antes de expirado o prazo de vigência do convênio, devendo ser aprovada pelos setores técnico e jurídico.

CAPÍTULO VIII Da Publicação dos Atos

Art. 15. A eficácia dos convênios e de seus termos aditivos, qualquer que seja o valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Jornal de Divulgação dos Atos Oficiais do Município, que

será providenciada pelo conveniente até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, com indicação dos seguintes elementos:

- I - espécie, número, e valor do instrumento;
- II - resumo do objeto do convênio;
- III - crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa;
- IV - valor a ser transferido; e
- V - prazo de vigência e data de assinatura.

CAPÍTULO IX

Da Liberação e Movimentação dos Recursos Financeiros

Art. 16. A liberação dos recursos financeiros se dará obrigatoriamente mediante depósito bancário em nome do beneficiário, para pagamento de despesas previstas no convênio e respectivo Plano de Trabalho.

§1º Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade dentro do prazo de 30 dias da data do recebimento, deverão ser aplicados obrigatoriamente pela conveniente, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

§2º As receitas oriundas dos rendimentos de aplicações na forma do parágrafo anterior não integrará a contrapartida devida pela conveniada.

§3º É vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§4º É vedada a realização de transferências voluntárias:

- I - em data posterior à da vigência do convênio; e
- II - a entidades:
 - a) sem a comprovação por meio das Certidões Negativas de Débitos a que se refere este Decreto;
 - b) com prestações de contas vencidas.

§5º A movimentação financeira será realizada preferencialmente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, ou, por cheques nominais e individualizados por credor.

Art. 17. A transferência de recursos financeiros destinada ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, cuja elaboração terá como parâmetro, para a definição das parcelas, o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do Município.

§1º A liberação das parcelas do convênio será suspensa nos casos:

- I - em que verificado desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução do convênio; ou

II - em que verificado o descumprimento, pela conveniente, de qualquer cláusula ou condição do convênio.

§2º Os recursos liberados na forma deste Decreto se sujeitam a procedimentos de fiscalização "in loco" realizados periodicamente pela concedente;

§3º Nos casos em que o cronograma financeiro não estiver sendo observado pela concedente, podem ser liberados recursos financeiros referentes a mais de uma parcela, vedada, em qualquer hipótese, a liberação de três ou mais sem que uma das anteriores esteja com a prestação de contas aprovada.

CAPÍTULO X

Da Execução dos Atos

Art. 18. A função gerencial ou fiscalizadora da execução do convênio será exercida pela concedente dos recursos, dentro do prazo regulamentar de execução e de prestação de contas, ficando assegurado aos seus agentes o poder de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas

na execução, sem prejuízo da ação das unidades responsáveis pelo controle externo e pelo controle interno do Poder Executivo.

Art. 19. Nos casos em que a transferência compreender a cessão ou os recursos forem destinados à aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou de materiais permanentes, será obrigatória a estipulação quanto ao destino a ser dado aos bens remanescentes na data da extinção do respectivo instrumento, os quais poderão ser doados à entidade conveniente, mediante processo formal e de acordo com a legislação de regência da matéria, desde que necessários para assegurar a continuidade de programa de governo e ação.

CAPÍTULO XI

Da Rescisão dos Atos

Art. 20. Constitui motivo para a rescisão do convênio, além dos casos previstos em legislação específica, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, especialmente nos casos em que constatada:

I - a utilização dos recursos em desacordo com o objeto do convênio e respectivo Plano de Trabalho; e

II - a falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos.

Art. 21. A rescisão do convênio, na forma do disposto no artigo anterior, enseja a instauração do processo de tomada de contas especial na forma do regulamento próprio.

CAPÍTULO XII

Da Devolução dos Recursos Financeiros

Art. 22. O saldo não utilizado do valor do convênio deverá ser devolvido pela conveniente integralmente.

§1º Os recursos referentes a rendimentos de aplicação financeira se sujeitam à mesma forma de devolução caso não comprovado o seu emprego no objeto do convênio.

§2º O disposto neste artigo se aplica aos casos de conclusão, rescisão ou qualquer outra situação que enseje a devolução dos recursos, sob pena da imediata instauração da tomada de contas especial na forma disciplinada em regulamento próprio.

§3º Caso não iniciada a execução do objeto do Convênio ou o emprego dos recursos financeiros referentes à parcela, deverá a conveniente devolver somente o valor repassado pela concedente, acrescido dos rendimentos auferidos das aplicações feitas.

§4º Nas hipóteses em que não houver aplicação do valor do convênio ou a aplicação se der de forma irregular, o valor será atualizado pelo índice oficial do Município.

CAPÍTULO XIII

Da Prestação de Contas

Art. 23. O prazo para a apresentação da prestação de contas, contado do recebimento dos recursos financeiros pela conveniada, será de 30 (trinta) dias a contar do final da vigência do convênio.

I - podem ser liberados recursos financeiros referentes a mais de uma parcela, sendo vedada, em qualquer hipótese, a liberação de três ou mais sem que uma das anteriores esteja com a prestação de contas aprovada;

II - o saldo não utilizado de parcela de recursos antecipados a título de contribuições ou destinado a obras em andamento poderá ser aplicado e comprovado na prestação de contas subsequente.

Art. 24. As prestações de contas de recursos antecipados, compostas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterão os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do convênio ou instrumento congênere:

I - extrato da conta bancária específica abrangendo a data do

recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso;

II - comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, se for o caso;

III - balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, conforme Anexo V;

IV - documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros;

V - fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas;

VI - declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas;

VII - declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, sem fins lucrativos, atestando o recebimento e a aplicação dos recursos no objeto do convênio firmado, conforme Anexo VI;

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, em caso de obras.

§1º Para efeitos do disposto no inciso IV, recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais ou municipais.

§2º As prestações de contas ao concedente serão feitas com documentos comprobatórios originais.

Art. 25. A prestação de contas final deverá conter, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I - relatório de cumprimento do objeto/finalidade, conforme Anexo VII;

II - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;

III - relação dos serviços prestados, se houver;

IV - relação dos treinados ou capacitados, se houver;

V - fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, se houver;

VI - manifestação do Conselho Fiscal, quando houver, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto do convênio e quanto ao atendimento da finalidade pactuada, em caso de entidade privada sem fins lucrativos, conforme Anexo VIII;

VII - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Art. 26. Incumbe à concedente decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos.

§1º A prestação de contas deverá ser apresentada ao Chefe do Poder Executivo que, de imediato, a encaminhará à Controladoria Geral do Município.

§2º A Controladoria Geral do Município encaminhará a prestação de contas para análise e avaliação da Contadoria Geral do Município, que emitirá parecer sobre os seguintes aspectos:

I - técnico: quanto à execução física e atingimento do objeto do convênio, podendo o setor competente se valer de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto as autoridades públicas do local de execução do convênio;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

§3º Aprovada a prestação de contas, proceder-se-á ao devido registro de aprovação no setor contábil e se fará constar do processo declaração, da unidade técnica a que se refere o parágrafo anterior, de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação, e, ainda, o encaminhamento do processo à Controladoria Geral do Município.

§4º Nos casos em que a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, o Ordenador de Despesas da concedente assinalará o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a sua apresentação, ou para o recolhimento dos recursos financeiros antecipados, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro,

corrigido monetariamente, na forma da lei.

§5º Na hipótese do §4º ou em caso de não aprovada a prestação de contas, depois de exauridas as providências cabíveis, o ordenador de despesas da concedente procederá à instauração da tomada de contas especial na forma do regulamento próprio.

§6º O Ordenador de Despesas da concedente suspenderá imediatamente a liberação de recursos financeiros caso se verifiquem as situações previstas nos §§ 4º e 5º.

§7º Aplicam-se, igualmente, as disposições dos §§ 4º e 5º aos casos em que a conveniente não comprovar a aplicação dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.

§8º A Controladoria Geral do Município emitirá parecer sobre a legalidade das prestações de contas e, em caso de regularidade, arquivará o processo.

CAPÍTULO XIV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 27. Cabe ao órgão de controle interno o arquivamento e guarda das prestações de contas de que trata o capítulo XIII deste Decreto.

Art. 28. Ficam aprovados os formulários constantes dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, integrantes deste Decreto.

Art. 29. A inobservância das disposições deste Decreto constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em Lei.

Art. 30. Os convênios celebrados anteriormente à vigência deste Decreto deverão observar as normas vigentes à época da sua celebração, podendo aplicar as normas deste Decreto naquilo que beneficiar a execução do objeto do convênio.

Art. 31. Fica revogado o Decreto nº 3.504, de 08 de agosto de 2007.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

(Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Identificação da Entidade:		
CNPJ: _____		
Endereço: _____	Bairro: _____	
Cidade: _____	UF: _____	CEP: _____
Banco: _____	Agência: _____	Conta: _____
Dirigente da Entidade: _____		Cargo: _____
CPF: _____	RG: _____	Órgão Expedidor: _____
Endereço: _____	Bairro: _____	
Cidade: _____	UF: _____	CEP: _____
Telefone: _____		
Gestor Financeiro: _____		Cargo: _____
CPF: _____	RG: _____	Órgão Expedidor: _____

Dirigente

São Lourenço do Oeste, SC, de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO II

(Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

PLANO DE TRABALHO

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INICIO	TÉRMINO
Identificação do Objeto:		
Local ou região de execução:		
Público Alvo:		
Justificativa da Proposição		

**Dirigente
Cargo**

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa/fase	Especificação	Indicador físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término

3. CONTRAPARTIDA: () FÍSICA () FINANCEIRA

(Em caso de contrapartida física, descrever os bens e serviços economicamente mensuráveis).

4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

(Relação de bens, serviços adquiridos e/ou obras executadas)

Especificação	Total	Município	Proponente
TOTAL GERAL			

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (1,00)

MUNICÍPIO

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

PROPONENTE (exceto contrapartida física)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

6. DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho.

Dirigente
Cargo

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

7. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

☐

Deferido

☐

Indeferido

São Lourenço do Oeste, SC, _____

NOME DA AUTORIDADE
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO III

Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, brasileiro, residente e domiciliado à _____, São Lourenço do Oeste, SC, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, Presidente da _____, CNPJ nº. _____, declaro para os devidos fins que sou responsável pelo recebimento, aplicação e futura prestação de contas dos recursos solicitados por esta entidade no prazo de pactuado no termo de convênio, de acordo com o Decreto _____, mas nunca excedendo ao último dia do exercício financeiro.

Para maior clareza firmo a presente.

São Lourenço do Oeste, SC, _____.

Dirigente
Cargo

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO IV

Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

PARECER DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

São Lourenço do Oeste, SC, XX de XXXX de XXXX.

Parecer nº.____/20XX/CGM/SLO

1. Introdução

Em atenção ao disposto no art. 5º do Decreto _____, esta Controladoria Geral, de posse dos documentos que lhe foram apresentados em **XX/XX/20XX**, referente Processo Proposta de Convênio, da entidade _____, objeto _____, no valor de _____, tem a relatar:

2. Da análise

A proponente apresentou os seguintes documentos:

Exigência	Si m	Nã o	N.A .
I - Solicitação formal de recursos pela entidade, dirigida ao chefe do Poder Executivo;			
II - Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo dirigente da entidade, conforme Anexo II;			
III - Ficha cadastral preenchida - com os endereços da entidade e do responsável pela aplicação, conforme Anexo I;			
IV - Prova de mandato da diretoria em exercício - fotocópia das atas de eleição e da posse de seus diretores;			
V - Cópia do estatuto da entidade;			
VI - Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;			
VII - Prova de funcionamento regular da instituição - atestado por juiz, promotor de Justiça, Presidente da Câmara Municipal, Delegado de Polícia, ou outra autoridade reconhecida;			
VIII - Prova da abertura de conta corrente individualizada e vinculada - declaração do gerente, extrato de conta;			



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

IX - Declaração assinada pelo dirigente atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número do CPF;			
X - Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do presidente atual da entidade;			
XI - Cópia do CNPJ da entidade;			
XII - Cópia do comprovante de inscrição no conselho municipal de assistência social, nos casos de entidade de assistência social;			
XIII - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;			
XIV - Certificado de regularidade fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;			
XV - Certificado de Regularidade fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda;			
XVI - Certificado de Regularidade fornecido pela Secretaria da Receita Federal;			
XVII - Certificado de Regularidade fornecido pela Secretaria da Fazenda Municipal.			

3. Conclusão

Diante dos documentos apresentados, atestamos que a ENTIDADE está APTA/INAPTA para firmar convênios.

É o parecer.

Controlador Geral do Município

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO V

Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

Balancete de Prestação de Contas - TC-28

		Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados (Adiantamentos, Subvenções, Auxílios, Contribuições, Convênios)		
		Mês e Ano	Anexo TC - 28	
Unidade Concedente: Ordenador da Despesa: Entidade Beneficiada: Endereço: Responsável: Nota de Empenho nº: Lei Autorizativa:	<p>CNPJ:</p> <p>VALOR:</p> <p>de</p>			
Histórico da Finalidade:				
Documento		HISTÓRICO	Recebimentos	Pagamentos
Número	Data			
Sub-Total				0,00
TOTAL			0,00	0,00

São Lourenço do Oeste, SC, _____

Dirigente
Cargo

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO VI

Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

Declaração de Aplicação dos Recursos

Declaro para os efeitos da lei, que os recursos proveniente do convênio nº.____ de _____ celebrado entre o Município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina, e _____ foram recebidos e aplicados conforme os critérios estabelecidos no Plano de Trabalho do referido convênio.

São Lourenço do Oeste, SC, _____

Dirigente
Cargo

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO VII

Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

Relatório de Cumprimento do Objeto

Senhor Prefeito,

Servimo-nos deste para apresentar o relatório dos (bens adquiridos, produzidos ou construídos; e/ou relação dos serviços prestados; e/ou obras executadas), resultantes da execução do convênio nº. ____ de ____ celebrado entre o Município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina, e _____.

Acompanham o presente relatório fotos dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas (se houver).

São Lourenço do Oeste, SC, _____

Dirigente
Cargo

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO VIII

Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011)

Manifestação do Conselho Fiscal

Declaramos para os efeitos da lei, que os recursos proveniente do convênio nº.____ de ____ celebrado entre o Município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina, e _____ foram recebidos e aplicados conforme os critérios estabelecidos no Plano de Trabalho do referido convênio.

São Lourenço do Oeste, SC, _____

Membro do Conselho Fiscal

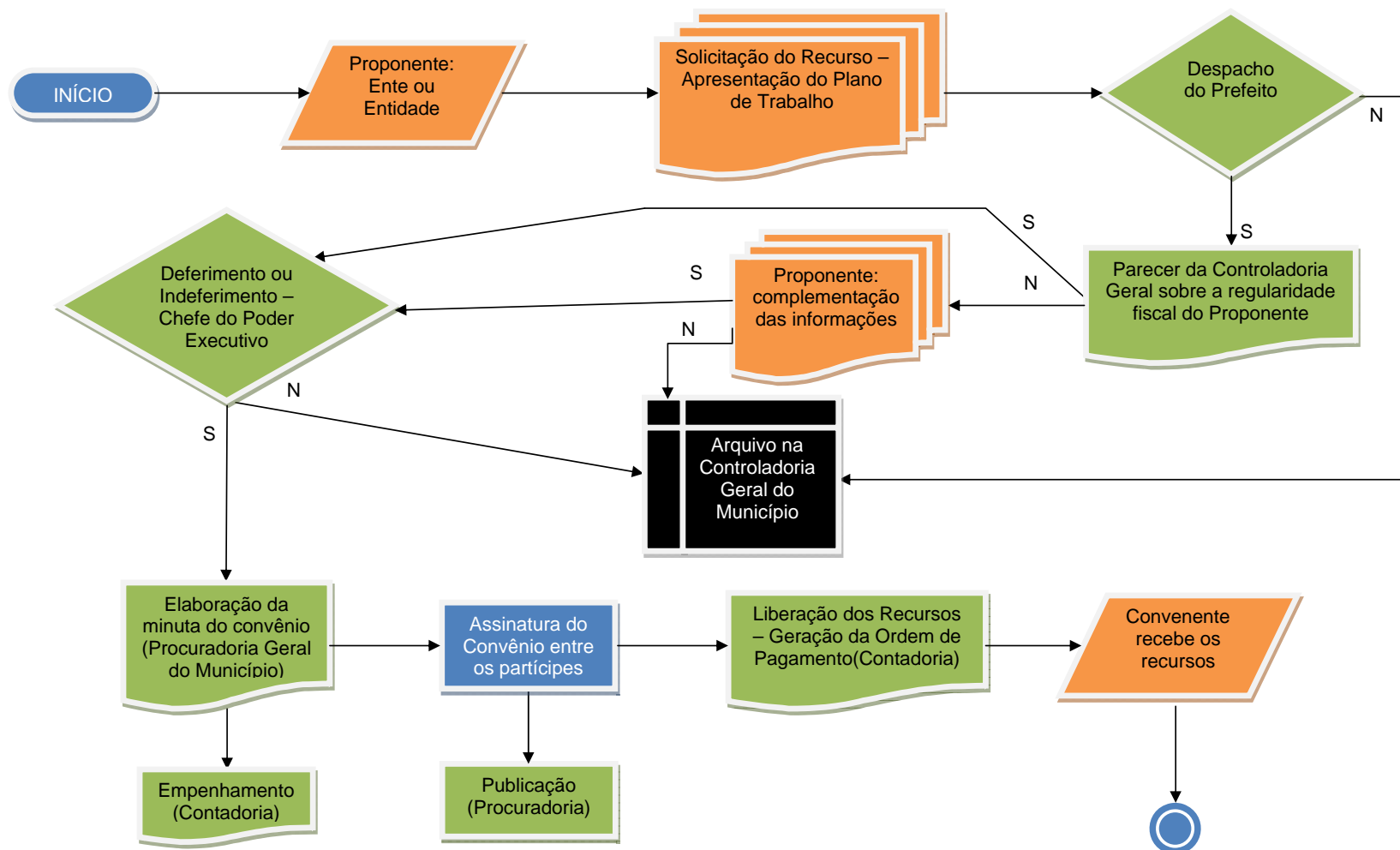
Membro do Conselho Fiscal

Presidente Conselho Fiscal

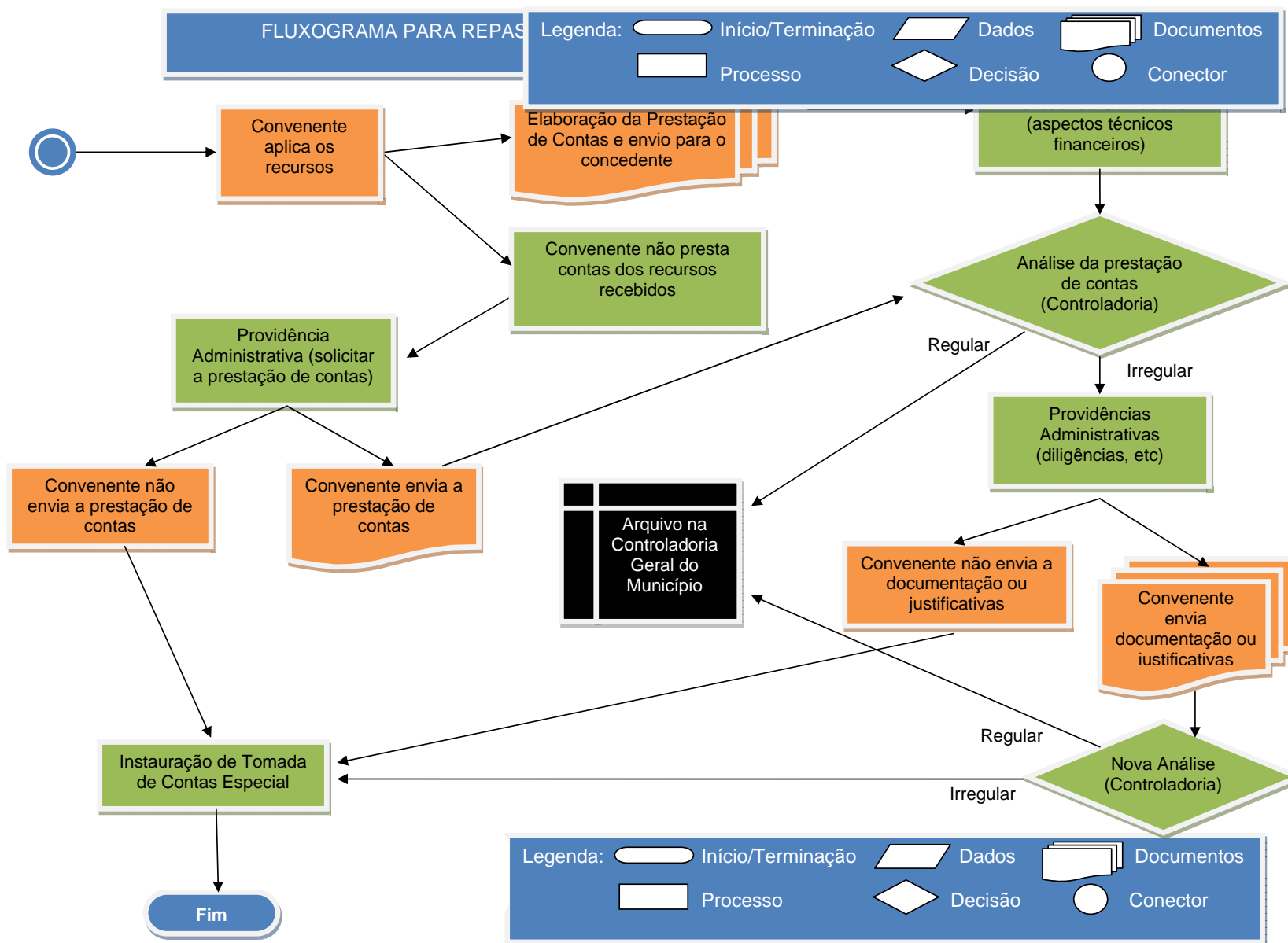
São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone/Fax - (49) 3344-8500
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

**ANEXO IX
FLUXOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DE CONVÊNIOS****FLUXOGRAMA PARA REPASSE DE RECURSOS NA MODALIDADE CONVÊNIOS**

ANEXO IX FLUXOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DE CONVÊNIOS



Decreto Nº 4.305, de 08 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.305, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se as modalidades necessárias, nas respectivas fontes, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 505.251,84 (quinhentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.002.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0038 185
Aplicação Direta R\$ 302.251,84

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 13 Apli-
cação Direta R\$ 48.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01.02.182.0000.0.003.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 38 Apli-
cação Direta R\$ 100.000,00

16.01.28.846.0000.0.004.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 34 Apli-
cação Direta R\$ 55.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 136/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 22/11/2011, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE 14.400 LITROS DE LEITE LONGA VIDA (VALIDADE 120 DIAS) ENTREGA PARCELADA PARA ATENDIMENTO A PROGR SO- CIAL. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 137/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/12/2011, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2011, CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 10/2011 - OBJETO: ALIENAÇÃO DO BEM IMÓVEL LOTE COLONIAL NÚMERO 43 SITUADO NA LOCALIDADE DE LAGEADO ANTUNES. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Publico Nº 015, de 16 de Maio de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 015, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL SCHIAVINI, CPF 005.534.479-80.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 015, de 16 de Maio de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N2Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6888, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 015, de 16 de Maio de 2011.

Data da assinatura: 07 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Raquel Cristina Klein Schroll Schiavini - servidora pública municipal.

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****Lei Complementar Nº76, de 25 de Outubro de 2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº76, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

"Dispõe Sobre o Parcelamento do Passivo Previdenciário e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Prefeitura de São Pedro de Alcântara efetuará aportes adicionais mensais, a título de contribuição Suplementar, ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara - INSPA, com objetivo de estabelecer o necessário equilíbrio atuarial desse instituto, tendo em vista a Insuficiência Técnica apurada através de cálculo atuarial, apresentado em junho de 2011.

§1º - A Insuficiência Técnica de que trata o caput, apurada em dezembro de 2010 em R\$ 994.783,65, será atualizada financeiramente considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) publicado pelo IBGE, e juros de 6 ao ano, capitalizados mensalmente, no período que compreende os meses de janeiro a junho de 2011, tendo em vista a data base do cálculo realizado e o mês que antecede o pagamento da primeira prestação, respectivamente.

§2º - O valor do passivo atuarial previdenciário atualizado pela inflação e juros até 01 de junho de 2010 é de R\$ 1.054.668,62 conforme as disposições do Parágrafo primeiro.

Art. 2º - O Saldo Devedor apurado conforme disposto no parágrafo segundo do artigo primeiro, será amortizado pelo Sistema Francês de Amortização (Método PRICE) em 420 (quatrocentas e vinte) aportes mensais, considerando taxa de juros de 6% ao ano, capitalizada mensalmente.

§1º - O Saldo Devedor e os aportes mensais previstos no caput, serão recalculados mensalmente mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mês imediatamente anterior ao de competência do Pagamento da prestação.

§2º - O aporte mensal inicial, referente a julho/2011, equivale à R\$ 5.901,46 (cinco mil novecentos e um reais e quarenta e seis centavos).

§3º - Os aportes mensais deverão observar as regras apresentadas no Termo de Parcelamento constante do Anexo I, parte integrante da presente Lei Complementar, devendo sofrer as atualizações dispostas no Artigo 1º.

Art. 3º - A revisão do saldo devedor referente ao déficit previdenciário objeto desta Lei fica condicionado ao resultado apurado em cada reavaliação atuarial realizada pelo INSPA, procedendo-se o recálculo dos aportes mensais em função do prazo remanescente estabelecido no caput do Artigo 2º, para os fins de que trata esta Lei.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 643, de 18 de Outubro de 2011

LEI Nº 643, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

"Dispõe Sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para 2012 e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de São Pedro de Alcântara, para o exercício de 2012, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterà ainda:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo das Metas Anuais;

II - Anexo I.2 - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - Anexo I.3 - Das metas fiscais atuais comparadas com as Fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Anexo I.4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Anexo Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VII - Estimativa e Compensação da renúncia de receita;

VIII - Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

IX - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

X - Riscos Fiscais;

XI - Demonstrativo das receitas e prioridades das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;

XII - Demonstrativo das receitas de impostos e das Prioridades das despesas próprias com saúde;

XIII - Prioridades com as Despesas com Pessoal;

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Resultado Primário;

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Resultado Nominal;

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Montante da Dívida.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN Conjunta nº 02/2007.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta STN/SOF nº 01/2010 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da

Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2012. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2012. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2012. (Art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2011, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 fixada para 2011 e 2012. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2008, 2009, 2010 (Art. 20 e 48 da LRF)

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/10; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2008, 2009, 2010; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora INSPA será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2012 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção o Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito à servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2012 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO VII. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2012, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2012, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados

por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme e contemplados na Lei Orçamentária para 2012 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Pedro de Alcântara, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei,

não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

São Pedro de Alcântara, 20 de outubro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 644, de 25 de Outubro de 2011

LEI Nº 644, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais) as dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2003 - Func. E Manutenção da Secretaria de

Administração e Finanças R\$ 226.200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 226.200,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.7.2010 - Func. E Manutenção do Esporte Amador
R\$ 13.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.800,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais) nas dotações abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.1002 - Reforma e Ampliação do Ens. Fundam.
R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.01.27.812.7.1005 - Reforma dos Ginásios de Esporte R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01.27.812.7.1006 - Construção de Praças Esportivas R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6.1008 - Desapropriação e Restauração de Bens de Interesse Histórico R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.01.13.392.6.1056 - Construção de uma Biblioteca R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.01.13.392.6.1055 - Aquisição de um Terreno R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1013 - Construção de uma Garagem R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 645, de 01 de Novembro de 2011

LEI Nº 645, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) a dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
04.01.12.306.4.2039 - Aquisição de merenda - Ensino Infantil

R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.088.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.4.2007 - Aquisição de merenda - Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.088.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 140 /2011

DECRETO Nº 140 /2011

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 645/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) a dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.4.2039 - Aquisição de merenda - Ensino Infantil R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.088.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.4.2007 - Aquisição de merenda - Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.088.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Decreto 135/2011

DECRETO 135/2011

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 644/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais) as dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2003 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 226.200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 226.200,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.7.2010 - Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 13.800,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.800,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais) nas dotações abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.1002 - Reforma e Ampliação do Ens. Fundam. R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.01.27.812.7.1005 - Reforma dos Ginásios de Esporte R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01.27.812.7.1006 - Construção de Praças Esportivas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6.1008 - Desapropriação e Restauração de Bens De Interesse Histórico R\$ 20.000,00 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.01.13.392.6.1056 - Construção de uma Biblioteca R\$ 50.000,00 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.01.13.392.6.1055 - Aquisição de um Terreno R\$ 30.000,00 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1013 - Construção de uma Garagem R\$ 50.000,00 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$

50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 03 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto n.º 134/2011

DECRETO n.º 134/2011

INSTITUI HORÁRIO DE VERÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o horário de verão a partir de 07/11/2011 até o dia 26/02/2012, com expediente no horário das 13:00 as 19:00 horas, na Secretaria de Transportes e Obras, Coordenadoria de Serviços Públicos, Coordenadoria de Obras e Coordenadoria de Agricultura.

Art. 2º - Excetua-se deste horário os serviços essenciais (Unidades de Saúde, Escolas, e Centros de Educação Infantil).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Decreto n.º 137/2011

DECRETO n.º 137/2011

CONCEDE PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - No dia 14 (quatorze) de novembro de dois mil e onze, será Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Decreto n.º 137/2011

DECRETO n.º 137/2011

CONCEDE PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - No dia 14 (quatorze) de novembro de dois mil e onze, será Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Decreto Nº133/2011

DECRETO Nº133/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal Saúde de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12-2.051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde - PAB FIXO
R\$ 4.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.163.0 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de outubro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº136/2011

DECRETO Nº136/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12-2.051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde - PAB FIXO
R\$ 1.000,00

ANULA:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 04 de novembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 138/2011

DECRETO Nº 138/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.1.060 - Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.03.0135 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 139/2011

DECRETO Nº 139/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

07 -SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1.012 - Pavimentação de Ruas R\$ 55.000,00

4.4.90.00.00.00.03.0150 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Portaria n.º 343/2011

PORTARIA n.º 343/2011

EXONERA NADIA MARY ZAGO MACIEL DO CARGO DE FARMACÊUTICO.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, NADIA MARY ZAGO MACIEL do cargo de Farmacêutico.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28/10/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 344/2011

PORTARIA n.º 344/2011

NOMEIA, DÁ POSSE E DETERMINA O INÍCIO DO EXERCÍCIO DE LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como da Lei Complementar n.º 41/2007 e Lei Complementar 63/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA para o cargo de Auxiliar de Enfermagem- PSF, com vencimento inicial de R\$ 991,42 (novecentos e noventa um reais e quarenta dois centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 14, no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2007, homologado em 21 de dezembro de 2007.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE ao servidor acima nomeado.

Parágrafo único. O servidor aqui nomeado e empossado entre em exercício neste dia 01/11/2011.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 345/2011

PORTARIA n.º 345/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES, ocupante do Cargo de Secretária de Administração, Finanças e Planejamento, lotada na Secretaria de Administração.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar n.º. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 21/10/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/10/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 346/2011

PORTARIA n.º 346/2011

NOMEIA ANA PAULA EGERT PARA O CARGO DE FARMACÊUTICO.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear ANA PAULA EGERT para o cargo de Farmacêutico, com vencimento inicial de R\$ 1.595,40 (um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), carga horária semanal de 20 horas, em virtude de sua classificação n.º. 02 no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- A servidora aqui nomeada tem o prazo de trinta dias para entrar em exercício, a contar da publicação desta portaria.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 347/2011

PORTARIA n.º 347/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - PSF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de

Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora **MARIZE PAITER HOFFMANN**, pelo período de 07 (sete) dias, a contar da data de 24/10/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/10/2011.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 348/2011

PORTARIA n.º 348/2011

Concede férias à servidora **JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL**.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a servidora **JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL**, ocupante do cargo de Agente de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/11/2011 a 02/12/2011, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 349/2011

PORTARIA n.º 349/2011

Concede férias à servidora **CAMILA ALBINO SIEGEL**.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a servidora **CAMILA ALBINO SIEGEL**, ocupante do cargo de Enfermeiro - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 07/11/2011 a 06/12/2011, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 350/2011

PORTARIA n.º 350/2011

Concede férias ao servidor **ALMIR FORSTER**.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder ao servidor **ALMIR FORSTER**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 07/11/2011 a 06/12/2011, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 351/2011

PORTARIA n.º 351/2011

Concede férias à servidora **JUDITH HAMES COELHO**.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a servidora **JUDITH HAMES COELHO**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 07/11/2011 a 06/12/2011, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 352/2011

PORTARIA n.º 352/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora **SIMONE MORETTI**, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora **SIMONE MORETTI**, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar da data de 31/10/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/10/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 353/2011

PORTARIA n.º 353/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora GISELLY APARECIDA RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora GISELLY APARECIDA RAMOS, pelo período de 18 (dezoito) dias, a contar da data de 24/10/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/10/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 354/2011

PORTARIA n.º 354/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora PATRÍCIA CRAVO COELHO BARROS, ocupante do Cargo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora PATRÍCIA CRAVO COELHO BARROS, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 19/10/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/10/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 355/2011

PORTARIA n.º 355/2011

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, ocupante do Cargo de Coordenador de Serviços Públicos e.e., lotado na Coordenadoria de Serviços Públicos.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data de 03/11/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/11/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 356/2011

PORTARIA n.º 356/2011

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor MARIVAN KRETZER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor MARIVAN KRETZER, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 07/11/2011, para que a Administração Municipal possa dar continuidade no processo de aposentadoria, conforme determina o laudo médico pericial.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Avisa da abertura do Processo Nº 67.2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 67.2011

MODALIDADE: Pregão Presencial. Registro de Preços

OBJETO:

1.1 O objeto da presente Licitação consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa agenciadora de viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara SC

TIPO:MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO . DATA DE ABERTURA: 21/11/2011 às 14:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 17:00h , ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R:

202. São Pedro de Alcântara, 07/11/2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN - Prefeito Municipal.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 129/2011
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 129/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NERI ROGÉRIO PINHEIRO DA SILVA, portador do RG: 4.646.181-7, inscrito no CPF sob nº. 712.299.819/34, PIS/PASEP: 106.60401.09-3, residente a Rua Antonio Paulino da Silva, 284, Santa Teresa São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de lavagem e pintura nas dependências do necrotério do cemitério, localizado no município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 490,00(quatrocentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 27/10/2011 a 1º/11/2011.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2011

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

NERI ROGÉRIO PINHEIRO DA SILVA
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 130/2011
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 130/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado THIAGO GUEDES RODRIGUES, portador do RG: 3.971.943, inscrito no CPF sob nº 006.952.179-41, Pis/Pasep129.80527.72-8, residente a Rua Joaquim Antonio Vaz, 61, Bl A - Apto 24, Campinas - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som (1 (um) microfone com pedestal; 2 (dois) microfones sem fio; 2 (duas) caixas som), para a reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional, a ser realizado em São Pedro de Alcântara, dia 27 de outubro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 400,00(quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 27/10/2011.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2011
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

NENEM SOM THIAGO GUEDES RODRIGUES
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço n.º 131/2011
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 131/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina,

com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PAULO SCHVEITZER com sede no Município de São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob nº. 305.627.919, RG: 359.164-6, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 - Este contrato tem como objeto o aluguel do salão e fornecimento de café para a Reunião do Conselho de desenvolvimento Regional, a ser realizado em São Pedro de Alcântara, dia 27 de outubro de 2011

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de apenas um dia, ou seja, 27/10/2011

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2011
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

PAULO SCHVEITZER
Contratado

Schroeder

PREFEITURA

Decisão Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 56/2011-PMS

DIRETORIA DE RECURSOS MATERIAIS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2011-PMS

PROCESSO Nº. 132/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 068/2011-v, que pugna pelo recebimento dos presentes recursos, por tempestivos e, no mérito, pelos seus desprovements, por ausência de provas acerca do alegado pelas impetrantes, com base no art. 109, §4º da Lei n.º 8.666/93, encaminho os presentes recursos, devidamente instruído, à autoridade superior, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, mantendo a decisão inicial dessa Comissão de Licitações, por todo o exposto nos autos.

Schroeder (SC), 07 de novembro de 2011.

IVANDRA DE SOUZA

Pregoeira

Diretor de Recursos Materiais

Prefeitura de Schroeder

GABINETE DO PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2011-PMS

PROCESSO Nº. 132/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 068/2011-v, que pugna pelo recebimento dos presentes recursos, por tempestivo e, no mérito, por seus desprovements, utilizando como razões para decidir aquelas traçadas pela Procuradoria Jurídica do Município, no parecer supra identificado, DECIDO pelo recebimento dos presentes recursos, por tempestivo e, no mérito, e por seus desprovements, pelos motivos e fundamentos do parecer.

Base Legal: art. 3º da Lei n.º 8.666/93. Art. 109, §4º da Lei n.º 8.666/93.

Dê-se sequência ao certame.



Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 168/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 168/2011-PMS
Processo de licitação nº. 132/2011 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 56/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ADMINISTRA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS E MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.541.301/0001-86, estabelecida na Rua 1034, nº. 67, Bairro João Pessoa, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-750.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada	100	Peça	3,50	350,00
TOTAL R\$					350,00

Data da Assinatura: 08/11/2011 - Vigência: 08/11/2012
Valor do contrato: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 169/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 169/2011-PMS
Processo de licitação nº. 132/2011 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 56/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL CRONUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.975.632/0001-97, estabelecida na Rua João Alencar Guimarães, nº 825, sala 01, Bairro Santa Quitéria, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.310-420.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	80	Unidades	60,50	4.840,00
02	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W . Produto Homologado pela Celesc.	100	Unidades	38,90	3.890,00
27	Braço de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	100	Unidade	11,40	1.140,00
28	Braço de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	120	Unidade	61,50	7.380,00
32	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso extwerno, galvanizado, com ignitore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, impregnado a vácuo com resna dobekan, demais características conforme especificações na E/3130001/IP/21 e NBR 13593 com garantia mínima 5 anos.	300	Unidade	55,05	16.515,00

33	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso extwerno, galvanizado, com ignitore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, impregnado a vácuo com resna dobekan, demais características conforme especificações na E/3130001/IP/21 e NBR 13593 com garantia mínima 5 anos.	600	Unidade	38,00	22.800,00
TOTAL R\$				56.565,00	

Data da Assinatura: 08/11/2011 - Vigência: 08/11/2012
 Valor do contrato: R\$ 56.565,00 (Cinquenta e seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais).

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 170/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
 89275-000 - SCHROEDER - SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 170/2011-PMS
 Processo de licitação nº. 132/2011 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 56/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ÉLETRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 15.984.883/0001-99, estabelecida na Rua Goiás esquina com a Rua Santos Dumont, quadra 20, lote 05, Centro, na cidade de Senador Canêdo, Estado de Goiás, CEP: 75.250-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	-------	--------------------	-----------------

04	Receptáculo E - 27 com 02 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	50	Unidades	1,24	62,00
05	Receptáculo E - 27 com 01 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	50	unidade	0,86	43,00
06	Receptáculo E - 40 com 02 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	50	unidade	2,90	145,00
08	Conector tipo cunha, tipo III	100	unidade	1,23	123,00
11	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	20	unidade	33,00	660,00
12	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	20	unidade	52,00	1.040,00
13	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm	50	unidade	13,00	650,00
14	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm	50	Unidade	13,50	675,00
15	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm	50	Unidade	14,50	725,00
16	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm	50	Unidade	15,00	750,00
18	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm	50	Unidade	17,00	850,00
19	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada	100	Unidade	2,90	290,00
20	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada	100	Unidade	3,00	300,00
21	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada	100	Unidade	3,25	325,00

22	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada	100	Unidade	3,35	335,00
24	Conector complexado	100	Unidade	2,50	250,00
25	Arruela 38 X 30 mm galvanizada a fogo (parão Celesc)	200	Unidade	0,37	74,00
TOTAL R\$					7.297,00

Data da Assinatura: 08/11/2011 - Vigência: 08/11/2012

Valor do contrato: R\$ 7.297,00 (Sete mil, duzentos e noventa e sete reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 171/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 171/2011-PMS
Processo de licitação nº. 132/2011 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 56/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LATINA COMÉRCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.626.885/0001-18, estabelecida na Travessa dos Marceneiros, nº 269, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 881.310-390

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com m porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	50	Unidades	41,50	2.075,00
17	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm	50	Unidade	13,50	675,00
TOTAL R\$					2.750,00

Data da Assinatura: 08/11/2011 - Vigência: 08/11/2012

Valor do contrato: R\$ 2.750,00 (Dois mil e setecentos e cinquenta reais),

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 172/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 172/2011-PMS
Processo de licitação nº. 132/2011 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 56/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NSK COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.443.367/0001-69, estabelecida na Avenida Leoberto Leal, nº 1.235, sala 214, Bairro Barreiros, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.117-001.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
31	Lâmpada vapor sódio, alta pressão, 250 W, tubular, base E - 40, garantida de fluxo luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Fabricação Nacional.	300	Unidade	9,80	2.940,00
TOTAL R\$					2.940,00

Data da Assinatura: 08/11/2011 - Vigência: 08/11/2012

Valor do contrato: R\$ 2.940,00 (Dois mil e novecentos e quarenta reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 173/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 173/2011-PMS
Processo de licitação nº. 132/2011 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 56/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.056.757/0001-71, estabelecida na Rua Victorino Trieweller, nº. 253, Belchior Central, Cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, CEP: 89110-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
07	Conector tipo cunha, tipo II	100	Unidade	1,94	194,00
09	Conector tipo cunha, tipo A	100	Unidade	2,22	222,00
10	Conector tipo cunha, tipo B	100	Unidade	2,31	231,00
26	Porca para parafuso 5/8 galvanizado a fogo (padrão Celesc)	300	Unidade	0,44	132,00
29	Base para relé fotoeletrônico	200	Unidade	2,99	598,00
30	Fita isolante - rolo 20 m X 19 mm	60	Unidade	2,00	120,00
TOTAL R\$					1.497,00

Data da Assinatura: 08/11/2011 - Vigência: 08/11/2012

Valor do contrato: R\$ 1.497,00 (Um mil e quatrocentos e noventa e sete reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Homologação das Inscrições e Convocação para Prova Objetiva - Edital Nº 002/2011/SECEL/PMS

EDITAL Nº 002/2011/SECEL/PMS

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA PROVA OBJETIVA

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, homologa as inscrições dos candidatos do Processo Seletivo de Serventes e Professores, para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder, a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2012, para suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

Nº Insc	Nome do Candidato	RG
Cargo:	Professor A	
Especialidade:	1.1 Educação Infantil 40h/s	
4618	ADINEIA ALVES GONÇALVES	3625109
5568	ALEXANDRA SCHEUER	3379033
4170	ANA CARLA SCHLUCUBIER RODRIGUES DA CRUZ	4333627
3123	ANA CARLA VOGEL	4407818
3557	ANTONIO CEZAR NOBRE DOS SANTOS	0803943962
4502	CAREN APARECIDA MAFRA	4.307.996
5185	CLAUCINÉIA CAROLINA DA SILVA PORTO	5442116

4987	CLAUDETE DUARTE	79510556
3921	DAIANE BACHMANN KRAEMER	48260606
5509	DAIANE CRISTINA CASTIONI	103233925
4413	DAIANE DE SOUZA	48753645
6351	DENISE DE FÁTIMA GIRELI	6646821
6114	DOUGLAS DA SILVA BREMM	103190649
5991	ENEKELY ZIMMERMANN	6051707
5460	GABRIELE WACHSMANN	52743535
3093	GENY FERREIRA DO NASCIMENTO	245743303
4626	IVONE GORETE FONTANA	6709183
3611	IVONETE MARIA MANFRINI JUNCES	19R541581
3140	JÉSSICA MARIA ALEXA DA SILVA	5.849.842
3565	JÉSSICA NITZ IMMICH	5563740
5517	JOAQUINA MATTOS ROSA	298085
4669	JULIANA CATARINA ROSA	4241611
3646	LEIDY MARIA FOGOLARI	5.016.530-5
4260	LEILA CORREIA DE NEGREIRO LOESCH	3688379
3190	LIDIA FERNANDA CORA	5.645.682
3492	LIDIA REGINA DREHER LEITE MARTINS	23152800
5665	LUCIANA RIEDEL DE LIMA	4919490
3344	LUCILENE PEREIRA	6.158.039
3042	LUCINÉIA PRAXEDES NUNES	5596609
3433	LUCINEIDE GARIBALDI QUINTINO	49690256
4693	MARCIANA RUDIGER RIBAS	29855977
6050	MARIA SOLOI ANTUNES BORBA KLOSSOSKI	50211919
5649	MARILEIA VELASQUE SCHNEIDER	3985183
3859	MERI TEREZINHA PINZGER	2444752
4588	MIRIAN RAMOS	45325030
4901	NATHALY FRANCIELI BRUM ALFARO	53246993
3670	PATRICIA DE LIMA	91469669
4782	PRISCILA BARBOZA AMORIM DE OLIVEIRA	0993571352
5177	RAQUEL DA COSTA PLADO MATIAS	21990590
3085	RAQUEL ZACHOW BARCELOS	7059429981
3930	REBECA DE SOUZA MOREIRA SILVA DE ARRUDA	30324936/5
4405	RITA DE CÁSSIA BENTHIEN PEREIRA	3.917.058
5169	ROSENILDA DOS SANTOS	77801960
4952	ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI	6051434
6297	SHANA RONELLE DIEMINGER	4079563286
2992	SIDELMA SIMAO ARSENO	4118445
4723	SILVANA VOLLES	2982744
4596	SIRLEI VIEIRA	4456757
3700	SIRLENE APARECIDA DE TOLEDO PEREIRA	4241706
5118	SOLANGE STREIT	5164748-6
4880	VANESSA DAL-RI RAMLOW	4153940
5525	VIVIANE MARIA SOARES RICARDO	5161400
5231	YARAI APARECIDA PETRECHEN	6.349.541-7
3174	ZENILDA MARIANO FERREIRA	22402705
Total de: 54		
Especialidade:	1.2 Educação Infantil 30h/s	
6343	ANGELA ROPKE BOAHORA	5801188
3247	BRUNA LAÍS GAEDTKE	4832114
4294	JÉSSICA VOLLES	4.190.759
3514	LUANA NAGEL DE LIMA	5238764
5657	MEURY DOS SANTOS SEVERO	3576886-0
3964	MICHELLY DAYANA PASSIG ERN	4202502
3794	TAÍS CORREA	55700721
3212	VANDERLÉIA SCHULLER	19983077
5452	VIVIANE FIEDLER	4919379
Total de: 9		
Especialidade:	1.3 Educação Infantil 20h/s	
5843	CRISTIAN PEREIRA RUTHES	5660358



5142	PATRICIA HASSE ONOFRE	19806892
	Total de: 2	
Especiali- dade:	2.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s	
5401	CLAUDIA APARECIDA DA COSTA	2441769
3620	CLEONICE MARTINS	6745176
6327	ELICÁCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ZAZULA	92536670
3417	FERNANDA KARINA PELLIM	3440190
5150	FRANCIELE RODRIGUES DA ROSA SOARES	5428555
4456	GISELE C.M. DE OLIVEIRA	5627917
5053	IONA ALVES SOARES	84365769
3069	LEILA DIAS FURTADO	4582301
2968	MAIRA CAROLINE DA ROCHA	5645448
4251	MÁRCIO JOSÉ SOUZA	3984076
3948	MARIA ELEUSA GOMES	3,231,141,9
3883	MARIA ILIANE CAETANO	3.489.867
6360	RODRIGO KOWALSKI	49209612
3891	ROZEMAR PAULI	003688915
4979	TALITA TATIANE VOLPI	5715374
4499	TATIANA KETLIN ENGEL	51518350
	Total de: 16	
Especiali- dade:	2.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s	
4081	MATILDE BORGES DA SILVEIRA	1.342.060
	Total de: 1	
Especiali- dade:	2.3 Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais 40h/s	
6157	MARIA ELIZABETH SIMOES SOARES	50166581
3689	PRICILA LOURENÇO	45326592
	Total de: 2	
Cargo:	Professor A ou B	
Especiali- dade:	13.1 Intérprete 40h/s	
4553	ELINE DAIANA JUNCKES	4.920.456-4
6246	GISELE EROTIDES DE SOUZA SANTOS	4664783
3972	JEANI ALBERTINA PICCININI	3925148
4529	SILVANE GUIMARAES PELECHATE	6733339
5894	SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIUS	3884527
5193	VALDIRENE FÁTIMA DE LIMA	6683445
	Total de: 6	
Cargo:	Professor B	
Especiali- dade:	10.1 Subárea – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula	
4138	CELSON LUIZ PIAGENTE	2988856
3549	CYNTHIA KAMMERS BOSIO	4.390.812-8
5754	DAIANE FERNANDES	50168584
5428	ÉDER MOACIR PEREZ SALDANHA	99368071
6203	ELIANE CRISTINA RAIMUNDI	5.105.527
4146	ERICK DIEGO DOS SANTOS	4875402
3875	FABÍOLA REGINA DOS SANTOS	5.97.229-8
3310	JANAÍNA FIRMO	4.292.746
4219	JEAN FABIAN DAL BIANCO FRANCISCO	3955692
4910	JOSIMAR DE SOUZA CABREIRA	4919519
3220	JOYCE HELEN RODRIGUES	53665538
4774	JULIANA GIOVANELLA	51512882
6289	LIDIOMAR BACKES	4.551.896
5924	MARIO DAGOBERTO SANTANA	53523636
3638	MONICA GONÇALVES FLORES	5058312
5630	PAMELA PRISCILA VOLTOLINI	5253977-6
6076	ROBSON ROBERTO LEITOLD	48758973
3506	SUELYN CRISTINA GOMES	9418837
4731	TATIANE GONÇALVES BAPTISTA	47056460
5959	TATIANE KLEN SOARES	4660103
5274	WILLIAM COTHOVISKY	47930276

	Total de: 21	
Especiali- dade:	11.1 Professor B – Subárea – Artes 40h/aula	
5010	RAFAEL RODRIGO SOARES	4340970
5720	SHARA JÉSSICA ROSA	48266841
	Total de: 2	
Especiali- dade:	11.2 Subárea – Artes 20h/aula	
5967	JORDANA PRESTINI	50645315
6106	MÔNICA ESTER KREHNKE BRUECKHEIMER	4705091
	Total de: 2	
Especiali- dade:	12.1 Subárea – Inglês (Séries Finais) 20h/aula	
5819	ELIANE MARIZE OLSEN DEPNER	6703742
4812	Total de: 2	8766656
Especiali- dade:	14.1 Subárea – Ciências (Séries Finais) 20h/aula	
3336	ANDRÉIA RAFAELI	3272716
6254	JÉSSICA THAIS ALIEVI	91469170
4197	JULIANA REGINA GOMES	5366216
5932	KÁTIA REGINA POERNER	53282329
5916	KATIANE RODRIGUES	3018958953
4715	LILIANE ILIDIA DO NASCIMENTO SILVA	40318464-2
5622	LITIANA CAROLINE JUNKES	4705866
5339	MAIRA CRISTINA PIRES	4179950
5940	MARCOS ESCHIAVON	59421379
5800	MARCOS ZILS	4408392-0
4820	SANDRA ANDREIA DA SILVA	4212487
4243	TAMI ELISE MICHALAK	48752967
	Total de: 12	
Especiali- dade:	15.1 Subárea – Língua Portuguesa (Séries Finais) 20h/aula	
4359	TATIANE SCHUTZ	4153062
5886	TERESA PONSTEIN MULHALL	1560267
4375	VERA REGINA SENFF	1983741
	Total de: 3	
Especiali- dade:	16.1 Subárea – Matemática (Séries Finais) 20h/aula	
5835	CHEIRUM MICHAAEL RIBEIRO	5073849
5347	CRISTINA MÜLLER	2174910
4480	DARLENE RIBEIRO MEDEIROS	1080087231
3840	FABIANE REINERT MICHELUZZI	50739689
3204	GIOVANNI BARUFFI	45970459
	Total de: 5	
Especiali- dade:	3.1 Educação Infantil 40h/s	
4707	ANA CRISTINA MIKULIS	100173190
4537	CLAUDIANE DE OLIVEIRA RAMOS	97384894
3158	CRISTIANI COUTINHO PUCCINI	2760492
4740	ELISA HELENA ROCHA	4057596
3913	ERICA RABELO DOMINGUES	88408764
5258	FABIANE MAZZINI DE OLIVEIRA	44089350
3255	FABIANE VORPAGEL HERRMANN	3311975
4766	GISELE DALLAGNOL	35130288
5533	JANY ROSE CHANDOHA	573506
4227	KATIA DOS SANTOS MOSER	35138270
6211	LIGIANE CARLA CORREA BORGES	4341310
3956	LUCIANE ALVES	31374529
3387	LURDES DA APARECIDA DE MATOS	6.919.043-0
3867	OTILIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS HOFFMANN	6018007011
5860	PAULA REGINA NÉGRE	91949440
4278	ROSÂNGELA DE MIRANDA DE SOUZA	4914741-2
4286	ROSENI ULIANO	4.394.153-2

3603	SABRINA GUARESI JLEBOVICH DEMIN	4632711
3808	SANDRA ANDREIA GONSCHOROWSKI	2/R:2.847.932
5355	TALITA REDMERSKI	47238194
4650	THAIZE ALBRECHT HAMBUS	4919403
4340	VERONICA DOS SANTOS	29839173
4383	VILMA DA APARECIDA BUENO ANDREOLLA	47908906
	Total de: 23	
Especiali- dade:	3.3 Educação Infantil 20h/s	
4855	EDELTRAUD ROEPKE GREITER	1.002.439-5
5304	ELISABETE APARECIDA EGGERT	1986478
5312	GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA	50059009
5126	MARIE FABIANE SILVA	4674511
6122	SIMONI MUNDSTCK NUNES	3925779
	Total de: 5	
Especiali- dade:	4.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s	
4421	CAMILA TRAMPUSCH CAVALHEIRO	5430879
4073	CATIA CRISTINA STINGHEN	5073819
4863	CIBELLI SIMONE PERSCH	4.241.508
4545	DIONATA DOS SANTOS RAMOS	88055292
3298	EDINA BATISTA MARTINS	9651157-4
4430	ELAINE PATRICIA PETRY	4408689
3352	ESTELA CORDEIRO	50245813
6300	EVVELYN NUNES LIMA	42518300
5592	FRANCIELI FIUT	1078268594
3530	JULIANE TEREZINHA REINEHR DRESCHER	3963533
4600	KETLIN DISLAINE KONELL	4.292.118
4448	MARLENE TERESINHA OLIVEIRA ALMEIDA	8030628872
3832	MICHELY DOS SANTOS	95363431
4030	SCHANA ROBERTA CHIODINI	4.660.639-4
2950	VANESSA SKOREK	9070338273
	Total de: 15	
Especiali- dade:	4.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s	
3360	JOSE BERWIG	10952967-2
	Total de: 1	
Especiali- dade:	4.3 Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais 40h/s	
5410	EDI RITA DE MARCO	2653584
	Total de: 1	
Especiali- dade:	5.1 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 40h/aula	
5266	CRISTINA ELOISA GUCKERT DE PAULO	4919025
	Total de: 1	
Especiali- dade:	5.2 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 20h/aula	
4642	ANDRÉA MAFFEZZOLLI	3275159-3
	Total de: 1	
Especiali- dade:	7.1 Subárea – História (Séries Finais) 20h/aula	
3077	FRANCIOLA CADORE	3995589
3697	MARDEINE PEREIRA SOUSA	103.716.298-3
5134	PATRICIA PEREIRA	26222035
	Total de: 3	
Especiali- dade:	8.1 Subárea – Geografia (Séries Finais) 20h/aula	
4090	CLEMALDA VIEIRA	3711405
	Total de: 1	
Especiali- dade:	9.1 Ensino Religioso (Séries Finais) 10h/aula	
4839	VALMOR TREMÉA	10R1.913.448
	Total de: 1	
Cargo:	Professor C	

Especiali- dade:	17.1 Educação Infantil 40h/s	
5711	ADRIANA MARILU BENDO	7/R.-2.628.757
4758	ALINE FERNANDA DA SILVA	49198670
6319	CHRISTIANE WAGNER	2443429
5380	CRISTIANE PAVANELLO PECHE	2984734
4049	ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI	6158850
5614	ENILSE ALMEIDA DA SILVA	3.230.284-3
5029	EROSNILDE LENZI	24934968
6009	FABIANE DAL-RI	3727173
5070	FRANCIELI STRINGARI	51054680
3484	ILENE BESEN ROHLING	1588150
5762	LUCIANE MARIA JUNGTON	49309366
5371	MARA VIEIRA	5.324.328-5
3905	MARIA APARECIDA PICKLER SCHMITZ	3441342
5320	MARIA ELIZA PEITRUKA	34182523
3573	MARITANIA ZAMBON KISTENMACHER.	2.759.769
4685	NISIA WATRAS BACKES	38171317
5770	RAFAELA RAQUEL DE SANTANA	45448450
4960	ROSANA MACHADO BUTOR	4348577
5002	SANDRA MARIA GASDA	1587860
4235	SILVIA DA SILVA TORRES DE OLIVEIRA	51973022
3581	SIRLENE FERREIRA DE JESUS	4832943
3654	ZENILDE APARECIDA LUNARDI	2.448.188
	Total de: 22	
Especiali- dade:	17.2 Educação Infantil 30h/s	
3719	LADIR DE ANDRADE	2023012
	Total de: 1	
Especiali- dade:	17.3 Educação Infantil 20h/s	
3999	ÁUREA MIRANDA FEDER	2984518
4898	LUCILEIA KRAHN CAEPPPEL	3625103
6017	MARINA KLEMTZ GENOVESE	1589231
2976	SAMANTA PATRICIA DORING SIEVERS	39253708
	Total de: 4	
Especiali- dade:	18.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s	
5703	ALESSANDRA DE LANA CAMARGO	5715966
4324	CHRISTIANNE DALA RIVA DA SILVA METZNER	4057835
3590	DEISE SIMONE FOSSILE RAUEN	2.929.827-0
6220	EDELMERI APARECIDA KOWALSKI	2318663
5088	ELIS MARCIANE HERTEL	44647158
5738	ELISABETE BAPTISTA DE ALFREDO	376789
6335	ELISANDRA KACIELA SCABURI	3378447
5436	FABIANE HELLER	19r1985852
3328	IVANICE DIAS FURTADO	48325467
4677	JOICE LENHARDT	4099517
3050	LINDONOR NEVES PRAXEDES	48755176
3115	MICHELLE GODOI PEREIRA	3198862
4111	NATALIA APARECIDA RIBEIRO ALVES BREY	5151105
3441	ODETTE JAQUELINE SADZINSKI	4153527
3476	ROBERTA DE OLIVEIRA SILVEIRA	3710509
4057	ROSÂNGELA MULLER RUBIN	2983727
4871	ROSELIA ALVES LISBOA MADALENA GONZAGA	3448291
3018	ROSILDA SANTANA VIDAL	229082476
5690	SALETE DE FATIMA KRANKEL	48877591
5975	SIRLENE VIEIRA MUNIZ	2.705331
4944	SONIA PEREIRA DOS SANTOS	6650729
3409	SONIA REGINA DA ROCHA	3763716
3522	TEREZA STEFAN HARMEL	34899839
	Total de: 23	
Especiali- dade:	18.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s	

6173	KARINE LIMA DE MORAES	30866529
5576	SUELI NELI SANDMANN	563.510-1
6165	SULAMITA WAGNER GARTZ	36258334
	Total de: 3	
Especiali- dade:	19.1 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 40h/aula	
3816	MILTON AMORIM DE SOUZA SOBRINHO	9453919
	Total de: 1	
Especiali- dade:	21.1 Subárea – História (Séries Finais) 20h/aula	
3301	SEBASTIAO DE ANDRADE	5.151.164-9
	Total de: 1	
Especiali- dade:	23.1 Ensino Religioso (Séries Finais) 10h/aula	
3026	RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA	5920403
	Total de: 1	
Especiali- dade:	24.1 Subárea – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula	
6270	ALEXANDRE DE SOUSA MENEZES	27936081-2
3778	CARINA COSTA TEPASSÉ	4.723.433-4
3107	CARINA PARABONI VOLTZ	4141618
5282	JULIANE SCARLET QUILANTE	42461391
4367	LUIZ RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA	3460586
3980	NIARA CRISTINA DE ANDRADE	5810387
	Total de: 61	
Especiali- dade:	25.1 Subárea – Artes 40h/aula	
6238	DÉBORA KISTENMACHER POTT	4083329
	Total de: 1	
Especiali- dade:	26.1 Subárea – Inglês (Séries Finais) 20h/aula	
5096	GESSICA LINDNER	4723134
	Total de: 1	
Especiali- dade:	27.1 Intérprete 40h/s	
3263	ARYKLECIA PEREIRA DOS SANTOS	6763976
	Total de: 1	
Especiali- dade:	28.1 Subárea – Ciências (Séries Finais) 20h/aula	
3786	ELIANE MARA KICHELESKI KLODZINSKI	4581797
6181	PAULA ALEXANDRA STEIN	73668530
4120	SILVANA PIRES DE LIMA	3817962
	Total de: 3	
Especiali- dade:	29.1 Subárea – Língua Portuguesa (Séries Finais) 20h/aula	
5983	ISAURA MENDES	439051-SSP-RO
4189	PATRYCIA ESTEVES ROSA	3297208
4472	TERESA TOMASELLI	765666
	Total de: 3	
Especiali- dade:	30.1 Subárea – Matemática (Séries Finais) 20h/aula	
4634	MAYKEL ROBERTO LAUBE	3513841
	Total de: 1	
Cargo:	SERVENTE	
Especiali- dade:	Geral 40h/s	
6084	ADRIANA CRISTINA RICHEL	72165349
3271	ADRIANA KREIS	4.532.529
5495	ALEXANDRE ARLEI DE FREITAS	325619542
5908	ANA PAULA QUEIROZ	001546989
5606	ANELISE TEREZINHA TIBULO LONGEN	2073683779
6130	APARECIDA DE GOES SILVEIRA	2976214
4006	CASTURINA DOS SANTOS	6727978
5827	CLARICE F. RODRIGUES KARSTEN	24658448

5797	CLAUDETE AZEVEDO	1074924281
5240	CLEUDE MARIA ALVES DA SILVA	1001133978
4014	DAIANA PAIM PEREIRA	2054421793
5681	DEBORA MARTINS DE ARAUJO LEITE	3441172
4200	EDILAINE APARECIDA DOS SANTOS	5683043
5673	EDNA GONÇALVES ALVES ALMEIDA	MG7506311
5223	ERICA APARECIDA REICHARDT GONÇALVES	10C-3.362.595
6025	FABIA NUBIA DE OLIVEIRA	3576869
4162	ILCE SCHONS	59620975
5207	INDIANARA VERBANEK	96299362
6190	INÊS LUCHINI BOLLES	2989708
5037	IRACI GRIELEITOW DRESCHER	1270764
3034	ISABEL CRISTINA FERREIRA COUTO	30.243.662-5
4022	ISOLETE SCHULZ	2763679
5851	JAIR BELARMINO RODRIGUES	6092405
5541	JANETE MACHADO VIEIRA	71699790
4103	JOICE POMMERIING	52536173
4847	JORGE LUIZ ROSA	544254
5550	JOSE PEDRO ERTHAL	1659772
5215	JOZEMARI RODRIGUES	96672250
6262	JUSSARA DA SILVA	92604810
5487	KARINE GOES ATAÍDE	4574422
4790	KENIA REGINA NASCIMENTO	2.708.357
4065	LENIR LUFT	8046941673
4464	LEOMÁRIA DA SILVA COSTA	35781336-4
4570	LUCIANA SANTOS SCHNEIDER	6748093
6149	LUCIANE SCHERER	4532754
4332	LUZINEI RODRIGUES	101742709
5878	MARA DENISE DE SOUZA	365519108
6068	MARGARIDA DE FATIMA SOARES DE AZEVEDO	85850024
6092	MARIA APARECIDA FANDERUFF	2770670
5363	MARIA IRENE BOESING HENDGES	2.646.820-4
5061	MARIA LÚCIA MACHADO	3228579
6041	MARILENE OSS-EMER	24434787
3379	MARIZA APARECIDA MELO DE QUADROS	4532538
4804	NAYARA MARA LEAO DO NASCIMENTO SANTOS	2651765
5746	NILO VANDERLEI MAUERBERG	1645878
5789	OSMILDA DE BRITO	12r-2.654184
6033	PATRÍCIA ALVES RODRIGUES	19R/2981333
4316	ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVERA	99830352
5398	ROSELI DE CASSIA ODACHOWOSKI	99033665
4936	ROSELISE MENEGHELLI	12637920
4308	ROSENILDA DAS GRAÇAS CAMARGO	4383024
5444	SILMARA APARECIDA GONÇALVES	2925075
5479	SOLANGE MARIA FERREIRA	1799810
4510	SUELI MARTINS DE OLIVEIRA KLITZKE	49206095
5290	TATIANE QUILANTE	50735918
5584	TEREZA DOS SANTOS PACIFICO	2760754
5045	TEREZINHA DALPIAZ	6180866
4995	TEREZINHA DOS SANTOS	58597350
4561	THIELY POSTAI DOS SANTOS	5570304
3824	VERA LUCIA LEITE BASTOS CAMIOTTI	8621454
5100	ZENEIDE LEITE SEVERO PEREIRA	2986684
	Total de: 61	
	Total Geral de: 322	

Os candidatos do Processo Seletivo de Serventes e Professores para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder ficam CONVOCADOS para as provas objetivas que serão realizadas conforme quadro abaixo:

Data	Local	Horário
27 de novembro de 2011	NAES- Núcleo avançado de Ensino Supletivo, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.905 – 3º piso - Centro Schroeder/SC.	Das 08h30m as 11h30m

Schroeder(SC), 07 de novembro de 2011.

Comissão de Concurso Público

I Errata de Edital Nº. 002/2011/SECEL/PMS

I ERRATA DE EDITAL Nº. 002/2011/SECEL/PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata do Edital nº 02/2011/SECEL/PMS, frente ao Anexo 03 - Conteúdo Programático e resolve INCLUIR os itens indicados abaixo:

Área de Atuação - Língua Portuguesa.

1. Conteúdos: Concepções de alfabetização e de letramento; Língua, linguagem e comunicação (variações idiomáticas); Leitura como condição básica para a formação da cidadania; Práticas de oralidade, de produção textual e análise lingüística. Estrutura da língua: aspectos fonéticos e fonológicos (fonema, sílaba, escrita ortográfica, acentuação); morfológicos (classificação e flexão das palavras); sintáticos (frase, oração, período, termos essenciais, integrantes e acessórios da oração, pontuação, concordâncias nominal e verbal, regências nominal e verbal, colocação pronominal); estilísticos (denotação e conotação, figuras e vícios de linguagem, noções de versificação); semânticos (significação das palavras, significado do texto); Recursos expressivos e efeitos de sentido (pontuação, notações léxicas, vocabulário, recursos ortográficos e morfosintáticos); Coesão e coerência (aspectos temáticos e estruturais); Intencionalidade do texto e da situação discursiva; Diferentes tipos de suporte;

Área de Atuação - Matemática:

Fundamentos teórico-metodológicos da área de Matemática; Letramento em Matemática; Linguagens matemáticas; Metodologias de ensino; Conteúdos: Tópicos de Matemática do Ensino Fundamental; Conjuntos Numéricos; naturais, inteiros, racionais, reais); Equações; Polinômios; Sistema de Medidas; Proporcionalidade; Matrizes; Determinantes; Sistemas Lineares; Geometria Plana; Geometria Espacial; Geometria Analítica; Tópicos da Geometria não-euclidiana; Funções (Função Afim, Função Quadrática, Função Exponencial, Função Logarítmica, Função - Trigonométrica, Função Modular); Progressão Aritmética; Progressão Geométrica; Análise Combinatória; Binômio de Newton; Estatística; Matemática Financeira; A matemática presente no dia a dia; A educação na nova LDB; FUNDEB; Lei Orgânica do Município de Schroeder.

Os demais itens ficam inalterados.

Schroeder, 07 de novembro de 2011.

HARILDO KONELL FELIPE VOIGT

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Prefeitura Municipal

Edital de Praça Nº 03/2011

EDITAL DE PRAÇA Nº 03/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS em conformidade com o disposto na Lei Complementar

nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a Pavimentação Asfáltica das Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada as seguintes ruas:

Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN

APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 125/2010, Tomada de Preço nº07/2010.

Esse memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES nas RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações

de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e

incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir

quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato. É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos

de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matações ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituir ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que

possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :
motoniveladora;
carro-tanque distribuidor de água;
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
grade de discos;
entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;
± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

S

UB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de ± 2% em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC>100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

± 10%, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	Faixa	A	B	C	D
	Mm				
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as

seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concretamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar

levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do

material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos são, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação.

Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente,

por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente.

A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das régua.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto. Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e

reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da

FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica,

que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL****OBJETIVO**

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**CONDIÇÕES GERAIS**

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a

tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retror-refletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retror-refletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre

2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013. Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinalizador rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

Planilha Custo - RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIM

CONTRATO Nº 184/2010

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
	RUA LEOPOLDO FIEDLER = 507,00 METROS				
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	1,00	663,00	663,00
SUBTOTAL	663,00				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	750,00	6,63	4.972,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	920,00	27,20	25.024,00
2.3	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado	m³	570,00	20,00	11.400,00
2.4	Caixa coletora com grelha de Ferro tipo CA-1	unid	32,00	233,75	7.480,00
2.5	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	18,00	425,00	7.650,00

SUBTOTAL	56.526,00				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (507,00m x (2,5m+2,5m) x 0,30m)	m³	761,00	6,63	5.045,43
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	761,00	20,00	15.220,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	761,00	3,53	2.686,33
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	1.350,00	20,00	27.000,00
SUBTOTAL	49.951,76				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.385,25	1,53	8.239,43
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	538,53	69,70	37.535,54
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.385,25	2,64	14.216,40
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.385,25	1,05	5.654,51
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	196,55	386,75	76.015,71
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	36,36	386,75	14.062,23
SUBTOTAL	155.723,83				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	975,30	15,00	14.629,50
5.2	Meio fio pré moldado para travamento dos entroncamentos em active	m	42,00	15,00	630,00

5.3	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (975,3m x 0,20m x 2,00m)	m³	390,12	8,08	3.152,17
SUBTOTAL	18.411,67				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	dem²	300,00	16,15	4.845,00
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,43	281,78	121,17
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 "Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	10,00	178,12	1.781,20
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 "40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	127,38	254,76
SUBTOTAL	7.002,13				
TOTAL GERAL	288.278,88				

Planilha Custo da Obra - RUA GUILHERME ZERBIN

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA GUILHERME ZERBIN = 390,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	1,00	663,00	663,00
SUBTOTAL	780,00				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	1.000,00	6,63	6.630,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	590,00	27,20	16.048,00
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm	m	209,00	62,90	13.146,10

2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado	m³	654,00	20,00	13.080,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil = (175,00m x 0,50m x 0,70m)	m	175,00	55,25	9.668,75
2.6	Caixa coletora com grelha de Ferro tipo CA-1	unid	26,00	233,75	6.077,50
2.7	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	5,00	425,00	2.125,00
SUBTOTAL	66.775,35				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (390,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	975,00	6,63	6.464,25
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	975,00	20,00	19.500,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	975,00	3,53	3.441,75
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	990,20	20,00	19.804,00
SUBTOTAL	49.210,00				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	3.960,75	1,53	6.059,95
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	396,08	69,70	27.606,78
4.3	Imprimação com CM 30	m²	3.960,75	2,64	10.456,38
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	3.960,75	1,05	4.158,79
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	139,68	386,75	54.021,24
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	29,18	386,75	11.285,37
SUBTOTAL	113.588,50				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	755,70	15,00	11.335,50

5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (755,7m x 0,20m x 2,00m)	m³	302,28	8,08	2.442,42
					13.777,92
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	245,00	16,15	3.956,75
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,14	281,78	39,45
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	178,12	356,24
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	127,38	254,76
SUBTOTAL	4.607,20				
TOTAL GERAL	248.621,97				

BDI de 30%

ADITIVO CONTRATUAL Nº A38/2011

Planilha Custo da Obra - RUA GUILHERME ZERBIN

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA GUILHERME ZERBIN					
1	TERRAPLENAGEM				
1.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (390,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	1283,40	6,63	8.508,94
1.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	1283,40	20,00	25.668,00
TOTAL	34.176,94				

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

CONTRATO Nº 184/2010	536.900,85
ADITIVO CONTRATUAL NºA38/2011	34.176,94
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 571.077,79

IV - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS DOS IMÓVEIS ANTES DA OBRA REALIZADA DA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

TRECHO RUA LEOPOLDO FIEDLER		
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
45	DARIO PRETI	48.422,10
43	CELITA ELVIRA PERSCH	16.255,46
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	32.916,69
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	26.992,43
3371	NEIMIR DALLE CORT	8.507,38
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	8.742,04
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	19.898,03
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	12.955,83
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	17.559,96
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	37.346,14
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	21.112,05
3443	JAISSON SAQUETTE	22.993,40
3426	ERICO BORRINELLI	19.509,85
3404	ODECIO POSSAMAI	29.433,62
3400	VALMIR FUCK	18.961,70
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	33.981,74
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	7.406,11
151	IVO ULLMANN	21.423,92
152	VALMIR FUCK	55.889,70
	TOTAL	460.308,15
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
149	ORLANDO TECILLA	10.286,73
3513	MARIANE FIEDLER	21.533,44
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	36.946,71
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	10.392,76
3390	ALZIRA MEIDLER	26.078,80
3387	VALDEMIRO NEITSCH	15.903,69
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	7.178,10
3441	GERALDO PRUST	43.635,83
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	9.720,93
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	9.511,53
3488	JOSE ALBERTO EICK	34.263,97
3489	MATIAS FIPKE	26.267,32
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	27.165,92

3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	22.477,51
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	6.397,59
3512	EDEMAR ZENKNER	45.019,75
4583	EDEMAR ZENKNER	6.482,89
4584	ERNI WALTER SEIBERT	6.482,89
4585	BRUNO POMMERENING	21.914,31
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	24.406,20
4582	EVANDRO JOSE PAS-QUALI	20.291,99
	TOTAL	432.358,86
RUA GUILHERME ZERBIM		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	32.472,59
3101	SERGIO PAULO JACOBY	12.795,18
3104	HERBERT ZERBIN	16.440,49
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	29.751,46
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	23.261,18
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	5.971,09
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	5.971,09
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	28.170,58
3138	ERNANI FINTA	20.904,41
3140	JONAS VALNEI WELKE	31.401,02
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	16.165,17
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	31.400,69
3144	JANDIR BRUCK	28.295,24
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	6.184,34
3146	ISABEL BOLOMINI	18.956,48
3147	JOCENEI PAULI TAFAREL	40.126,69
3148	GERALDO PRUST	18.784,69
3150	ROSELI FATIMA DOS-SANTOS CASTELAN	28.414,46
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	6.184,34
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	35.758,78
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	35.758,78
	TOTAL	473.168,75
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
9560	HELMUTH ZERBIN	12.123,95
9561	HELMUTH ZERBIN	31.411,61
4965	HELMUTH ZERBIN	6.450,90
4966	HELMUTH ZERBIN	6.450,90
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	9.340,48

52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	6.984,04
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	6.984,04
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	13.968,07
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	6.984,04
48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	6.525,54
4582	EVANDRO JOSÉ PAS-QUALI	20.291,99
45	DARIO PRETTI	48.422,10
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	10.852,29
	TOTAL	186.789,95

V – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução das obras em questão, após análise da Comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS APÓS A OBRA REALIZADA
RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

RUA LEOPOLDO FIEDLER

IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
45	DARIO PRETI	55.143,10	6.721,00
43	CELITA ELVIRA PERSCH	22.670,96	6.415,50
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	39.332,19	6.415,50
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	33.407,93	6.415,50
3371	NEIMIR DALLE CORT	17.110,26	8.602,88
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	14.286,87	5.544,83
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	24.514,14	4.616,11
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	20.898,83	7.943,00
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	23.254,48	5.694,52
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	43.074,27	5.728,13
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	27.008,20	5.896,15
3443	JAISSON SAQUETTE	28.309,10	5.315,70
3426	ERICO BORRINELLI	25.406,00	5.896,15
3404	ODECIO POSSAMAI	35.329,77	5.896,15
3400	VALMIR FUCK	24.277,40	5.315,70
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	39.877,89	5.896,15
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	15.443,82	8.037,71
151	IVO ULLMANN	36.698,92	15.275,00
152	VALMIR FUCK	69.331,70	13.442,00
		595.375,81	135.067,66
	TOTAL		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
149	ORLANDO TECILLA	22.506,73	12.220,00

3513	MARIANE FIEDLER	35.540,62	14.007,18
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	44.984,42	8.037,71
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	16.288,91	5.896,15
3390	ALZIRA MEIDLER	31.394,50	5.315,70
3387	VALDEMIRO NEITSCH	21.799,84	5.896,15
3428	JACKSON PRUST E ES- POSA	12.677,10	5.499,00
3441	GERALDO PRUST	48.676,58	5.040,75
3442	JACKSON PRUST E ES- POSA	16.221,97	6.501,04
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	16.538,03	7.026,50
3488	JOSE ALBERTO EICK	38.846,47	4.582,50
3489	MATIAS FIPKE	32.637,00	6.369,68
3508	CRISTIAN WILI WOHL- FAHRT	33.611,97	6.446,05
3509	AMALIA CLEUSA DE OLI- VEIRA MARTINS	27.060,01	4.582,50
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	10.980,09	4.582,50
3512	EDEMAR ZENKNER	50.121,60	5.101,85
4583	EDEMAR ZENKNER	11.065,39	4.582,50
4584	ERNI WALTER SEIBERT	11.065,39	4.582,50
4585	BRUNO POMMERENING	26.191,31	4.277,00
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	28.988,70	4.582,50
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	27.929,49	7.637,50
	TOTAL	565.126,11	132.767,25

E RUA
GUI-
LHERME
ZERBIN

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3099	NELSI RODRIGUES (ES- POLIO)	37.666,09	5.193,50
3101	SERGIO PAULO JACOBY	21.960,18	9.165,00
3104	HERBERT ZERBIN	21.022,99	4.582,50
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	35.861,46	6.110,00
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	27.843,68	4.582,50
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	10.553,59	4.582,50
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	10.553,59	4.582,50
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	36.724,58	8.554,00
3138	ERNANI FINTA	27.014,41	6.110,00
3140	JONAS VALNEI WELKE	35.983,52	4.582,50
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	20.747,67	4.582,50
3143	JACYR JEFERSON POPEN- DA e IONIMARA BONI	35.983,19	4.582,50
3144	JANDIR BRUCK	32.877,74	4.582,50
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	10.766,84	4.582,50
3146	ISABEL BOLOMINI	23.538,98	4.582,50
3147	JOCENEI PAULI TAFFAREL	44.709,19	4.582,50
3148	GERALDO PRUST	23.367,19	4.582,50
3150	ROSELI FATIMA DOSSAN- TOS CASTELAN	32.996,96	4.582,50
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	10.766,84	4.582,50
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	40.341,28	4.582,50
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	48.589,78	12.831,00

	TOTAL	589.869,75	116.701,00
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
9560	HELMUTH ZERBIN	39.909,18	27.785,23
9561	HELMUTH ZERBIN	51.696,81	20.285,20
4965	HELMUTH ZERBIN	11.033,40	4.582,50
4966	HELMUTH ZERBIN	11.033,40	4.582,50
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	15.450,48	6.110,00
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	11.566,54	4.582,50
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	11.566,54	4.582,50
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	23.133,07	9.165,00
49	EDSON VALDIR SCHUMA- CKER	11.566,54	4.582,50
48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	11.719,04	5.193,50
4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	26.096,49	5.804,50
45	DARIO PRETTI	54.532,10	6.110,00
4806	GILBERTO PAULO SALO- MON	20.322,79	9.470,50
	TOTAL	299.626,38	112.836,43

VI - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 55,71% (cinquenta e cinco vírgula setenta e um por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VI - PARCELA TRIBUTÁRIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTE

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

TRECHO RUA LEOPOL- DO FIEDLER		
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
45	DARIO PRETI	2.976,73
43	CELITA ELVIRA PERSCH	2.841,42
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	2.841,42
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MAR- TINS PALOSCHI	2.841,42
3371	NEIMIR DALLE CORT	3.810,22
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	2.455,80
3460	ORLINDO JULIO QUI- LANTE	2.044,47
3459	PREFEITURA MUNICI- PAL	3.517,95
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	2.522,10
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	2.536,99



3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	2.611,40
3443	JAISSON SAQUETTE	2.354,32
3426	ERICO BORRINELLI	2.611,40
3404	ODECIO POSSAMAI	2.611,40
3400	VALMIR FUCK	2.354,32
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	2.611,40
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	3.559,90
151	IVO ULLMANN	6.765,30
152	VALMIR FUCK	5.953,46
	TOTAL	59.821,47
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
149	ORLANDO TECILLA	5.412,24
3513	MARIANE FIEDLER	6.203,78
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	3.559,90
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	2.611,40
3390	ALZIRA MEIDLER	2.354,32
3387	VALDEMIRO NEITSCH	2.611,40
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	2.435,51
3441	GERALDO PRUST	2.232,55
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	2.879,31
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	3.112,04
3488	JOSE ALBERTO EICK	2.029,59
3489	MATIAS FIPKE	2.821,13
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	2.854,96
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	2.029,59
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	2.029,59
3512	EDEMAR ZENKNER	2.259,61
4583	EDEMAR ZENKNER	2.029,59
4584	ERNI WALTER SEIBERT	2.029,59
4585	BRUNO POMMERENING	1.894,28
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	2.029,59
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	3.382,65
	TOTAL	58.802,61
TRECHO RUA GUILHERME ZERBIN		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	2.300,20
3101	SERGIO PAULO JACOBY	4.059,18
3104	HERBERT ZERBIN	2.029,59
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	2.706,12
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	2.029,59
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	2.029,59
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	2.029,59
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	3.788,57
3138	ERNANI FINTA	2.706,12

3140	JONAS VALNEI WELKE	2.029,59
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	2.029,59
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	2.029,59
3144	JANDIR BRUCK	2.029,59
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	2.029,59
3146	ISABEL BOLOMINI	2.029,59
3147	JOCENEI PAULI TAFFAREL	2.029,59
3148	GERALDO PRUST	2.029,59
3150	ROSELI FATIMA DOS-SANTOS CASTELAN	2.029,59
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	2.029,59
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	2.029,59
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	5.682,85
	TOTAL	51.686,87
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
9560	HELMUTH ZERBIN	12.306,08
9561	HELMUTH ZERBIN	8.984,32
4965	HELMUTH ZERBIN	2.029,59
4966	HELMUTH ZERBIN	2.029,59
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	2.706,12
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	2.029,59
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	2.029,59
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	4.059,18
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	2.029,59
48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	2.300,20
4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	2.570,81
45	DARIO PRETTI	2.706,12
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	4.194,48
	TOTAL	49.975,25

RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO POR PARTE DOS LINDEIROS DA PAVIMENTAÇÃO DA RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN

RUA LEOPOLDO FIEDLER – LD	58.802,61
RUA LEOPOLDO FIEDLER – LE	59.821,47
RUA GUILHERME ZERBIN – LD	51.686,87
RUA GUILHERME ZERBIN – LE	49.975,25
TOTAL	220.286,20

VIII – DA ARRECAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

IX - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

X - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder, 31 de Outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Mun

Edital de Praça Nº 04/2011

EDITAL DE PRAÇA Nº 04/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica das Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada as seguintes ruas:

Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 126/2010, Tomada de Preço nº08/2010.

Esse memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES nas RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Foram empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual foi celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participou da Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar

satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou

restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SERVIÇOS PRELIMINARES

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de

tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurra-rodos ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituir ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;
carro-tanque distribuidor de água;
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
grade de discos;
entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAVIMENTAÇÃO**REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os

do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;
Carregador frontal;
Caminhões basculantes;
Motoniveladora pesada, com escarificador;
Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
carro-tanque com barra distribuidora de água;
grade de discos;
pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:
 ± 2 cm em relação as cotas de projeto;
 ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;
Caminhões basculantes;
Moto-niveladoras;
Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos:

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma

das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS	Faixa	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características: presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base:

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

IMPRIMAÇÃO**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma

capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PINTURA DE LIGAÇÃO**OBJETIVO**

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035);

admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura

requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3 . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento

sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a

permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto. Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos

28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banqueta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da

sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorrefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de: tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento,

produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme

DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada. Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser

desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m ²)	Vermelha (Cd/lux/m ²)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

Planilha Custo - RUA SÃO PAULO E AMAZONAS

CONTRATO Nº 185/2010

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	2	409,79	819,58
SUBTOTAL	819,58				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	50	6,95	347,50
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (`a executar)	m	14	30,08	421,12
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (existente)	m	844	0	0,00
2.4	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm (existente)	m	12	0	0,00
2.5	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm (existente)	m	116	0	0,00
2.6	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm (existente)	m	14	0	0,00
2.7	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado	m³	5	20,15	100,75
2.8	Caixa coletora com tampa de concreto armado, e corpo em tijolos maciços, tipo Boca de Lobo	unid	32	243,88	7.804,16
2.9	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm / 80cm / 100cm	unid	10	396	3.960,00
2.10	Vedar / lacrar caixas de ligação e captação existentes (com tijolos maciços e tampa de concreto armado)	unid	27	114,91	3.102,57
SUBTOTAL	15.736,10				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (553,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	1.382,50	5,71	7.894,08

3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	1.382,50	19,92	27.539,40
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	1.382,50	2,25	3.110,63
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	1.387,87	19,92	27.646,37
SUBTOTAL	66.190,47				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.551,48	1,32	7.327,95
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	555,15	75,12	41.702,87
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.551,48	2,34	12.990,46
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.551,48	1	5.551,48
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	194,62	390,58	76.014,68
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	41,48	390,58	16.201,26
SUBTOTAL	159.788,70				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	1.097,40	16,36	17.953,46
5.2	Meio fio pré moldado para travamento em aclave	m	14	16,36	229,04
5.3	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (1.052,40m x 0,15m x 2,00m)	m³	315,72	9,07	2.863,58
SUBTOTAL	21.046,08				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	275,2	15,44	4.249,09
6.2	Sinalização vertical				0,00
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,25	280,4	70,10
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	3	182,12	546,36
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/m" + Suporte - (Instalada)	unid	4	144,49	577,96

SUBTOTAL	5.443,51				
BDI					
ADOTADO = 30,00%					
TOTAL GERAL	269.024,44				

ADITIVO CONTRATUAL NºA6/2011

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	Fornecimento e assentamento de tubulação de drenagem urbana	m	15	30,08	451,20
2	Fornecimento e execução de caixa coletora com tampa de concreto	Unid.	1	243,88	243,88
3	Fornecimento e execução de caia de ligação DN 40	Unid.	1	396,00	396,00
4	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado PA1 - PB NBR 8890/2007 DN 800mm	m	68	222,60	15.136,80
5	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado PA2 - PB NBR 8890/2007 DN 800mm	m	48	230,69	11.073,12
6	Relocação de tubo de concreto DN800mm	m	13	120,82	1.570,66
7	Fornecimento e execução de Caixa Coletora Dupla com tampa de concreto armado e corpo em tijolo maciços, tipo Boca do Lobo.	Unid.	1	792,00	792,00
8	Fornecimento e execução de caixa coletora tripla com tampa de concreto armado	Unid.	1	1.188,00	1.188,00
9	Limpeza e desobstrução de tubulação pluvial com hidrojoato	h	8	188,50	1.508,00
10	Escavadeira e 2 serventes	h	8	127,40	1.019,20
11	Extração, carga e transporte de solos inservíveis	m³	450	5,71	2.569,50
12	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo DMT 10 km	m³	450	19,92	8.964,00
13	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	450	2,25	1.012,50
SUBTOTAL	45.924,86				

ADITIVO CONTRATUAL NºA47/2011

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
------	---------------	-------	--------	------------------	-------------------

1	Caixa Coletora com tampa de concreto armado e corpo em tijolos maciços, tipo boca de lobo	Unid.	4	243,88	975,52
2	Caixa de retenção de material granular (80cm X80cm X120cm) com tampa de concreto armado e corpo de tijolos maciços	Unid.	1	800,00	800,00
3	Ala em concreto armado para tubulação de 40cm	Unid.	1	1.000,00	1.000,00
4	Limpeza e desobstrução de tubulação pluvial com hidrojoato e alto vácuo (diâmetros: 400 mm e 600mm)	h	6,3	188,50	1.187,55
SUBTOTAL				3.963,07	

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

CONTRATO Nº 185/2010	269.024,44
ADITIVO CONTRATUAL NºA6/2011	45.924,86
ADITIVO CONTRATUAL NºA47/2011	3.963,07
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 318.912,37

IV - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS DOS IMOVEIS, ANTES DA OBRA REALIZADA DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3119	JAISON BORINELLI	7.987,39
3120	RODOLFO BORINELLI BAG-GENSTOSS	9.146,11
3137	ERICO BORINELLI	9.881,69
3138	ERNANI FINTA	20.904,41
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3075	BRUNO MUCHALSKI	55.549,47

3074	JOAO ESSER	13.323,51
3073	MARCOS ALVES NEVES	15.452,02
3072	JOAO RIBEIRO	16.059,94
3070	DENISE KOHLER	22.587,54
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	59.394,16
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	28.170,58

RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3130	ERICO BORINELLI	39.339,19
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	28.827,97
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	6.482,89
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	15.289,50
3134	WILFREDO STEINERT	17.386,40
3135	EDITE BONATTI	19.787,22
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	22.459,39
3137	ERICO BORINELLI	9.881,69
4476	IVO PEREIRA	6.484,23
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	6.484,76
4478	ADAIR PESSATTI	6.484,30
4479	ERICO BORINELLI	7.747,38
4480	ERICO BORINELLI	6.486,79
4481	ERICO BORINELLI	6.486,79
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.359,03
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	4.541,46
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	6.488,28
4485	JOABE GOMES FERREIRA	16.787,10
6036	ERICO BORINELLI	48.615,38
6037	TIAGO MAI	34.492,03
6038	FABIANO SCHMITZ	14.010,18
6039	ERICO BORINELLI	6.469,51
6040	ERICO BORINELLI	6.470,04
6041	ERICO BORINELLI	6.470,57
6042	ERICO BORINELLI	4.247,70
6043	ERICO BORINELLI	10.251,33

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGETT	9.146,11
3121	ERICO BORINELLI	19.639,50
3122	ILDOMAR BORN IEPSEN	15.413,89
3123	ERICO BORINELLI	33.065,02
3124	PAULO KOHLER	27.269,97
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	81.102,80
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	3.454,96
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	8.551,80
8127	MARCELO MARTINS	6.413,96
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	6.410,44
8129	VILMAR LUIS TRESSI	6.406,92
8130	ERICO BORINELLI	6.403,41
8131	ERICO BORINELLI	6.399,89
8132	ERICO BORINELLI	6.373,14
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	6.302,77
8134	CRIONI BITTENCURT	6.203,88

8135	OSVALDO POTER	6.133,82
8136	NELI SALETE EIBEL	6.091,64
8126	ERICO BORINELLI	64.879,74

V – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução das obras em questão, após análise da Comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS APÓS A OBRA REALIZADA
DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3119	JAISON BORINELLI	14.363,62	6.376,23
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGETT	17.116,39	7.970,28
3137	ERICO BORINELLI	18.535,14	8.653,45
3138	ERNANI FINTA	27.508,36	6.603,95
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3075	BRUNO MUCHALSKI	61.242,53	5.693,06
3074	JOAO ESSER	16.739,34	3.415,83
3073	MARCOS ALVES NEVES	18.867,85	3.415,83
3072	JOAO RIBEIRO	19.475,77	3.415,83
3070	DENISE KOHLER	26.003,37	3.415,83
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	65.770,39	6.376,23
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	34.774,53	6.603,95

RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3130	ERICO BORINELLI	42.755,02	3.415,83
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	32.243,80	3.415,83
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	9.898,72	3.415,83
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	18.705,33	3.415,83
3134	WILFREDO STEINERT	20.802,23	3.415,83
3135	EDITE BONATTI	23.203,05	3.415,83
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	25.875,22	3.415,83
3137	ERICO BORINELLI	14.436,14	4.554,45
4476	IVO PEREIRA	9.900,06	3.415,83
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	9.900,59	3.415,83
4478	ADAIR PESSATTI	9.900,13	3.415,83
4479	ERICO BORINELLI	11.163,21	3.415,83

4480	ERICO BORINELLI	9.902,62	3.415,83
4481	ERICO BORINELLI	9.902,62	3.415,83
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	5.774,86	3.415,83
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	7.957,29	3.415,83
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	9.904,11	3.415,83
4485	JOABE GOMES FERREIRA	20.202,93	3.415,83
6036	ERICO BORINELLI	52.031,21	3.415,83
6037	TIAGO MAI	37.907,86	3.415,83
6038	FABIANO SCHMITZ	17.426,01	3.415,83
6039	ERICO BORINELLI	9.885,34	3.415,83
6040	ERICO BORINELLI	9.885,87	3.415,83
6041	ERICO BORINELLI	9.886,40	3.415,83
6042	ERICO BORINELLI	7.891,26	3.643,56
6043	ERICO BORINELLI	15.170,13	4.918,80
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	13.472,83	4.326,72
3121	ERICO BORINELLI	23.055,33	3.415,83
3122	ILDOMAR BORNIEPSEN	18.829,72	3.415,83
3123	ERICO BORINELLI	36.480,85	3.415,83
3124	PAULO KOHLER	30.685,80	3.415,83
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	85.543,39	4.440,59
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	6.870,79	3.415,83
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	13.106,25	4.554,45
8127	MARCELO MARTINS	9.829,79	3.415,83
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	9.826,27	3.415,83
8129	VILMAR LUIS TRESSI	9.822,75	3.415,83
8130	ERICO BORINELLI	9.819,24	3.415,83
8131	ERICO BORINELLI	9.815,72	3.415,83
8132	ERICO BORINELLI	9.788,97	3.415,83
8133	JOSNEI SCHOFFEL	9.718,60	3.415,83
8134	CRIONI BITTENCURT	9.619,71	3.415,83
8135	OSVALDO POTER	9.549,65	3.415,83
8136	NELI SALETE EIBEL	9.507,47	3.415,83
8126	ERICO BORINELLI	95.394,53	30.514,79

VI - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 40,58% (quarenta vírgula cinquenta e oito por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VI - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis

beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3119	JAISON BORINELLI	3.788,75
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	4.735,94
3137	ERICO BORINELLI	5.141,88
3138	ERNANI FINTA	3.924,07
	TOTAL	17.590,64
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3075	BRUNO MUCHALSKI	3.382,82
3074	JOAO ESSER	2.029,69
3073	MARCOS ALVES NEVES	2.029,69
3072	JOAO RIBEIRO	2.029,69
3070	DENISE KOHLER	2.029,69
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	3.788,75
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	3.924,07
	TOTAL	19.214,39

RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3130	ERICO BORINELLI	2.029,69
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	2.029,69
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	2.029,69
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	2.029,69
3134	WILFREDO STEINERT	2.029,69
3135	EDITE BONATTI	2.029,69
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	2.029,69
3137	ERICO BORINELLI	2.706,25
4476	IVO PEREIRA	2.029,69
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	2.029,69
4478	ADAIR PESSATTI	2.029,69
4479	ERICO BORINELLI	2.029,69
4480	ERICO BORINELLI	2.029,69
4481	ERICO BORINELLI	2.029,69
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4485	JOABE GOMES FERREIRA	2.029,69
6036	ERICO BORINELLI	2.029,69
6037	TIAGO MAI	2.029,69
6038	FABIANO SCHMITZ	2.029,69

6039	ERICO BORINELLI	2.029,69
6040	ERICO BORINELLI	2.029,69
6041	ERICO BORINELLI	2.029,69
6042	ERICO BORINELLI	2.165,00
6043	ERICO BORINELLI	2.922,75
	TOTAL	54.476,86
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	2.570,94
3121	ERICO BORINELLI	2.029,69
3122	ILDOMAR BORN IEPSSEN	2.029,69
3123	ERICO BORINELLI	2.029,69
3124	PAULO KOHLER	2.029,69
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2.638,60
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	2.029,69
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2.706,25
8127	MARCELO MARTINS	2.029,69
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	2.029,69
8129	VILMAR LUIS TRESSI	2.029,69
8130	ERICO BORINELLI	2.029,69
8131	ERICO BORINELLI	2.029,69
8132	ERICO BORINELLI	2.029,69
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	2.029,69
8134	CRIONI BITTENCURT	2.029,69
8135	OSVALDO POTER	2.029,69
8136	NELI SALETE EIBEL	2.029,69
8126	ERICO BORINELLI	18.131,89
	TOTAL	56.493,01

RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO POR PARTE DOS LINDEIROS DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO – LD	17.590,64
RUA SÃO PAULO – LE	19.214,39
RUA AMAZONAS – LD	56.493,01
RUA AMAZONAS – LE	54.476,86
TOTAL	147.774,90

VIII – DA ARRECAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a

ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

IX - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

X - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder, 31 de Outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 56/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2011**Número do Registro de Preços: 38/2011****Data do Registro: 08/11/2011****Válido até: 08/11/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,5000	1
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	60,8000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	63,5000	3
2	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	38,9000	1
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	39,0000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	50,3800	3
3	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com m porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	41,5000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	41,9000	2
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	60,1400	3
4	Receptáculo E - 27 com 02 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	1,2400	1
5	Receptáculo E - 27 com 01 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	0,8600	1
6	Receptáculo E - 40 com 02 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	2,9000	1
7	Conector tipo cunha, tipo II.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	1,9400	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	1,9500	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	2,3000	3
8	Conector tipo cunha, tipo III.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	1,2300	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	1,3000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	1,5000	3
9	Conector tipo cunha, tipo A	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	2,2200	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	2,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2011

Número do Registro de Preços: 38/2011

Data do Registro: 08/11/2011

Válido até: 08/11/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Conector tipo cunha, tipo B	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	2,3100	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	3,6300	2
11	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	33,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	33,9000	2
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	38,1500	3
12	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	52,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	52,5300	2
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	61,3000	3
13	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	13,0000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	13,3000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	13,3500	3
14	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	13,5000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	13,9000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	14,6400	3
15	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	14,5000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	14,9000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	15,5500	3
16	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	15,0000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	15,7300	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	16,4100	3
17	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm.	UN	LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	13,5000	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	13,9000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	16,5500	3
18	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	17,0000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	17,3000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	19,3000	3
19	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	2,9000	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	2,9500	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	3,7900	3
20	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	3,0000	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	3,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2011

Número do Registro de Preços: 38/2011

Data do Registro: 08/11/2011

Válido até: 08/11/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	3,8000	3
21	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	3,2500	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	3,2800	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	4,0000	3
22	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	3,3500	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	3,4000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	4,3600	3
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	3,5000	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	4,2400	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	5,0800	3
24	Conector complexado.	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	2,5000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	3,4900	2
25	Arruela 38 X 30 mm galvanizada a fogo (parão Celesc).	UN	ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	0,3700	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	0,3800	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	0,5000	3
26	Porca para parafuso 5/8 galvanizado a fogo (padrão Celesc).	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	0,4400	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	0,5700	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	0,9000	3
27	Braço de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	11,4000	1
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	11,5000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	15,0000	3
28	Braço de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	61,5000	1
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	62,0000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	78,3100	3
29	Base para relé fotoeletrônico	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	2,9900	1
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	3,8100	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	4,2000	3
30	Fita isolante - rolo 20 m X 19 mm	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	2,0000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	2,5000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	2,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2011

Número do Registro de Preços: 38/2011

Data do Registro: 08/11/2011

Válido até: 08/11/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição material para iluminação pública para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	2,6200	4
31	Lâmpada vapor sódio, alta pressão, 250 W, tubular, base E - 40, garantis de fluxo luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Fabricação Nacional.	UN	NSK COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA (12183)		0	9,8000	1
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	21,0000	2
			ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (12184)		0	21,5000	3
32	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso extwerno, galvanizado, com ignitore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, impregnado a vácuo com resna dobekan, demais características conforme especificações na E/3130001/IP/21 e NBR 13593 com garantia mínima 5 anos.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	55,0500	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	75,0000	2
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	78,2000	3
33	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso extwerno, galvanizado, com ignitore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, impregnado a vácuo com resna dobekan, demais características conforme especificações na E/3130001/IP/21 e NBR 13593 com garantia mínima 5 anos.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	38,0000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)		0	40,0000	2
			LATINA COMERCIAL LTDA (12185)		0	41,6000	3

SCHROEDER, 8 de Novembro de 2011.

Siderópolis

PREFEITURA

Lei nº 1959

LEI Nº 1.959, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUSENTAR-SE DO PAÍS EM MISSÃO OFICIAL

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ausentar-se do país em missão oficial no período de 04 a 18 de Novembro de 2011, na Nova Zelândia e Austrália.

Art. 2º - A Missão Técnica Internacional para Oceania tem como objetivo buscar conhecimento e melhores práticas no agronegócio, focando principalmente no setor leiteiro e gado de corte.

Art. 3º - O Município integrará a comitiva representando o SEBRAE/SC.

Art. 4º - Fica autorizado o repasse ao SEBRAE/SC de R\$6.400,00(seis mil e quatrocentos reais).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 100

DECRETO N.º 100, 24 DE OUTUBRO DE 2011

INSTITUI COMITÊ LOCAL DE COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, Art. 51 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto federal nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;

CONSIDERANDO a XXVI Diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação atribuiu ao Conselho Municipal de Educação, para exercer a função do comitê local de compromisso Todos pela Educação;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Educação - COME de exercer a função do Comitê Local de Compromisso Todos pela Educação

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no Município de Siderópolis.

Parágrafo Único - os membros integrantes do Comitê Local do Plano de Metas do Compromisso terão a função de acompanhar o respectivo Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Todas as reuniões do Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação deverão ser registradas em atas, em livro próprio e publicados os encaminhamentos e as providências decorrentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 101/2011

DECRETO N.º 101, 24 DE OUTUBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir crédito adicional especial no montante de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), na dotação orçamentária do Orçamento do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Siderópolis, abaixo discriminada:

0700 - SECRETARIA DE OBRAS

0701- Departamento de Obras Cíveis

26.782.0007 - Serviços de Utilidade Pública

2.017 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Municipais

3.3.90.00.00.00.0.1.95 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

T TOTAL R\$ 350.000,00

T O T A L G E R A L R\$ 350.000,00

Artigo 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, correrá por conta do Convênio nº. 13.134/2011-2, firmado com o ESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, para a RECUPERAÇÃO DE 122 KM DE ESTRADAS VICINAIS (PROJETO DE HORAS MÁQUINAS), CONFORME CONSTA NO PROCESSO FÍSICO A DESCRIÇÃO DAS ESTRADAS NA ÁREA RURAL E URBANA, no Município de Siderópolis/SC, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), creditado na Conta Vinculada nº. 12.140-1, Banco do Brasil/Besc, Agência 2688-3 - Siderópolis - SC.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação para abertura de crédito adicional especial, constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

VANIO NAVA
Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº 102/2011

DECRETO N.º102, 24 DE OUTUBRO DE 2011
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA

Artigo 1º - - Fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), na dotação orçamentária do Orçamento do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Siderópolis, abaixo discriminada:

1200 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

1201- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

23.695.0006 - Desenvolvimento Urbano e Habitação

1.010 - Construção de Pórticos

4.4.90.00.00.00.0.1.95 (124) - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

T TOTAL R\$ 85.000,00

T T O T A L G E R A L R\$ 85.000,00

Artigo 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrá por conta do Convênio nº. 11.942/2011-3, firmado com o ESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, para a CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) PÓRTICO DE ENTRADA, no Município de Siderópolis/SC, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), creditado na Conta Vinculada nº. 12.139-8, Banco do Brasil/Besc, Agência 2688-3 - Siderópolis - SC.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação para abertura de crédito adicional suplementar, constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

VANIO NAVA
Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº 103/2011

DECRETO N.º103, 24 DE OUTUBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA

Artigo 1º - - Fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), na dotação orçamentária do Orçamento do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Siderópolis, abaixo discriminada:

0700 - SECRETARIA DE OBRAS

0701- Departamento de Obras Cíveis

15.452.0007 - Serviços de Utilidade Pública

2.018 - Reforma e Manutenção das Calçadas, Jardins e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.0.1.95 (95) - Aplicações Diretas R \$

140.000,00

T TOTAL R\$ 140.000,00

T T O T A L G E R A L R\$ 140.000,00

Artigo 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrá por conta do Convênio nº. 11.906/2011-7, firmado com o ESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, para a REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL, SENDO REFEITO A PAVIMENTAÇÃO NUMA ÁREA DE 4.262,41 M², no Município de Siderópolis/SC, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), creditado na Conta Vinculada nº. 12.136-3, Banco do Brasil/Besc, Agência 2688-3 - Siderópolis - SC.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação para abertura de crédito adicional suplementar, constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

VANIO NAVA
Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº 104/2011

DECRETO N.º104, 24 DE OUTUBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na dotação orçamentária do Orçamento do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Siderópolis, abaixo discriminada:

0700 - SECRETARIA DE OBRAS

0701- Departamento de Obras Civis

15.452.0007 - Serviços de Utilidade Pública

2.018 - Reforma e Manutenção das Calçadas, Jardins e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.0.1.95 (95) - Aplicações Diretas R \$

30.000,00

T OTAL R\$ 30.000,00

T TO T A L G E R A L R\$ 30.000,00

Artigo 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrá por conta do Convênio nº. 11.903/2011-2, firmado com o ESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, para a REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA ESPERANÇA, no Município de Siderópolis/SC, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), creditado na Conta Vinculada nº. 12.137-3, Banco do Brasil/Besc, Agência 2688-3 - Siderópolis - SC.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação para abertura de crédito adicional suplementar, constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 105/2011

DECRETO N.º105, 24 DE OUTUBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO

ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na dotação orçamentária do Orçamento do Exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Siderópolis, abaixo discriminada:

0700 - SECRETARIA DE OBRAS

0701- Departamento de Obras Civis

15.452.0007 - Serviços de Utilidade Pública

2.018 - Reforma e Manutenção das Calçadas, Jardins e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.0.1.95 (95) - Aplicações Diretas R \$

30.000,00

T OTAL R\$ 30.000,00

T TO T A L G E R A L R\$ 30.000,00

Artigo 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrá por conta do Convênio nº. 11.903/2011-2, firmado com o ESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, para a REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA ESPERANÇA, no Município de Siderópolis/SC, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), creditado na Conta Vinculada nº. 12.137-3, Banco do Brasil/Besc, Agência 2688-3 - Siderópolis - SC.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação para abertura de crédito adicional suplementar, constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 106

DECRETO N.º106, 24 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no valor de R\$ 140.000,00 e das outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 001915/10 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Aplicações Diretas
120.000,00

15.05 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

(32) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.057-0105 - Aplicações Diretas
20.000,00

Total Suplementação: 140.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.050-0105 - Aplicações Diretas
60.000,00

(17) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.050-0105 - Aplicações Diretas
15.000,00

(14) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.050-0080 - Aplicações Diretas
25.000,00

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.050-0106 - Aplicações Diretas
20.000,00

15.05 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

(36) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.057-0106 - Aplicações Diretas
20.000,00

Total Anulação: 140.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

VANIO NAVA

Secretária de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 107/2011

DECRETO N.º107, 24 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no valor de R\$ 40.000,00 e da outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 001915/10 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.04 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

(22) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.005-0105 - Aplicações Diretas
40.000,00

Total Suplementação: 40.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.04 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

(42) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.055-0080 - Aplicações Diretas
40.000,00

Total Anulação: 40.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

VANIO NAVA

Secretária de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 92/2011

DECRETO N.º92, 03 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no valor de R\$ 75.000,00 e da outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 001915/10 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 75.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Aplicações Diretas
10.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE

(60) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.015-0080 - Transferência e Instituições Privadas sem Fins Lu 45.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS

03.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS

(89) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-0080 - Aplicações Diretas
25.000,00

10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

(116) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.028-0080 - Aplicações Diretas
30.000,00

Total Suplementação: 110.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

(11) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Luc 10.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE

(62) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.015-0080 - Aplicações Diretas 5.000,00

(59) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0080 - Aplicações Diretas 40.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS

03.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS

(88) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.017-0080 - Aplicações Diretas 25.000,00

10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

(119) 4.6.90.00.00.00.00.00.2.028-0080 - Aplicações Diretas 30.000,00

Total Anulação: 110.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 03 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

VANIO NAVA

Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº93

DECRETO N.º93, 03 DE OUTUBRO DE 2011

ALTERA O CARGO DA FUNCIONARIA LAIS CORREA FABRE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o cargo da funcionária LAIS CORREA FABRE, brasileiro(a), CPF/MF sob nº066.484.009-43, para Assessor II - Símbolo C3, na Secretaria de Administração, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 03 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº94

DECRETO N.º94, 07 DE OUTUBRO DE 2011

ALTERA O DECRETO Nº80/2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.111 de 18/04/1996;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterados os membros do Conselhos Municipal de Assistência Social, representantes da Secretaria de Saúde e do Colégio Dom Orione:

I - REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria de Saúde

Titular: William Bonassa

Suplente: Fernanda Frello Venturini

II - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL/ MOVIMENTOS SOCIAIS

Colégio Dom Orione

Titular: Valdemir Luiz de Bona

Maria Lurdete da Boit

Art. 2º - Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 07 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº95/2011

DECRETO N.º95, 07 DE OUTUBRO DE 2011

ALTERA OS DECRETOS Nº148 E 152/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal ,

Considerando que, de conformidade com a Constituição Federal e Lei Complementar nº01/2008, o estágio probatório no serviço público estende-se por três anos de efetivo exercício;

Considerando que, houve equívoco na listagem da Comissão de acompanhamento e Avaliação;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer momento;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam excluídos da listagem de aprovados no Concurso Público nº01/2007, elencados nos decretos nº148 e 152/2010, os servidores abaixo relacionados, por não terem completado o período de três anos de estágio probatório:

I. Patrícia Maria Siqueira - provimento no cargo em 03/03/2008;

II. Marlei Elisete Valdatti Souza - provimento no cargo em 03/03/2008;

III. Tatiana Cruz Paes - provimento no cargo em 02/04/2008;

IV. Renata de Lorenzi - provimento no cargo em 02/04/2008;

V. Luciana Rufino Siqueira - provimento no cargo em 02/06/2008;
VI. Rafael Costa - provimento no cargo em 01/07/2008.

Art. 2º - Fica a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório incumbida de realizar a última avaliação, para resultado final, e posterior homologação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 07 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº96/2011

DECRETO N.º96, 20 DE OUTUBRO DE 2011
AUTORIZA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA (NF-E CONJUGADA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal ,

Considerando o disposto no art.23, do Anexo 11, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre Obrigações Fiscais Acessórias em Meio Eletrônico, entre os quais a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, emitida em substituição da Nota Fiscal modelo 1 ou 1A, por contribuinte previamente credenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda;

Considerando o disposto no art.8º da Portaria SEF nº48/2010, que estabelece que "Nas operações quem envolvam serviços de competência municipal, o emitente da NF-e deverá obter previa autorização da secretaria de finanças do município de localização para uso da NF-e Conjugada";

Considerando o Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO/FECAM - Federação Catarinense de Municípios nº001/2010 de 25/10/2010 da FECAM - Federação Catarinense dos Municípios.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita a incidência do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, nos termos do modelo conceituado e do layout aprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste município e solicitem autorização.

Art. 3º - A solicitação deve ser dirigida à Secretaria de Finanças do Município, devendo constar o nome e endereço do contribuinte, o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal.

§1º. A autorização pelo órgão competente será registrada no Cadastro de contribuinte, no sistema de Cadastro Mobiliário, e terá validade por tempo indeterminado.

§2º. O Contribuinte que passar a utilizar NF-e conjugada sem autorização do Fisco Municipal se sujeitará às penalidades cabíveis na legislação tributária vigente.

Art. 4º - O contribuinte, ao solicitar autorização para emissão de Nota Fiscal eletrônica Conjugada (NF-e conjugada), autoriza a

Administração Tributaria Municipal a recepcionar os arquivos digitais das NF-e conjugadas, mediante integração de sistemas de informação entre o Município, a Federação Catarinense de Municípios e a Secretaria de Estado da Fazenda, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO/FECAM - Federação Catarinense de Municípios nº001/2010.

Art. 5º - O Secretário de Finanças fica responsável por dirimir eventuais dúvidas ou omissões pertinentes à matéria.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº97/2011

DECRETO N.º97, 20 DE OUTUBRO DE 2011
ESTABELECE O NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado novo horário de funcionamento em turno único, jornada reduzida, nas repartições públicas municipais, a partir de 24 de Outubro de 2011:

I. Paço Municipal e Secretaria de Assistência Social, CRAS, Ginásio de Esportes - 2ª Feira das 8h às 17h (com intervalo para os servidores e ininterrupto para o público) e de 3ª a 6ª Feira das 8h às 13h;

II. Secretaria de Saúde: Serviços Burocráticos - 2ª Feira das 8h às 17h e de 3ª a 6ª Feira das 8h às 13h, Vigilância Sanitária - 2ª Feira das 8h às 17h e de 3ª a 6ª Feiras das 7h às 12h;

III. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Setor de Topografia: de 2ª a 6ª Feira das 7h às 13h.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº98/2011

DECRETO N.º98, 20 DE OUTUBRO DE 2011
Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no valor de R\$

282.500,00 e da outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 001915/10 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 282.500,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Aplicações Diretas 40.000,00

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Aplicações Diretas 20.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.01 - DEPARTAMENTO ADM. DA EDUCAÇÃO

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0080 - Aplicações Diretas 30.000,00

05.02 - DEPARTAMENTO DE PEDAGOGICO

(36) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.009-0105 - Aplicações Diretas 20.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS

07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS

(89) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-0080 - Aplicações Diretas 150.000,00

12 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
12.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

(122) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.010-0080 - Aplicações Diretas 22.500,00

Total Suplementação: 282.500,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Aplicações Diretas 40.000,00

(11) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.005-0080 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lu 20.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.01 - DEPARTAMENTO ADM. DA EDUCAÇÃO

(26) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0080 - Aplicações Diretas 30.000,00

05.02 - DEPARTAMENTO DE PEDAGOGICO

(35) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.009-0105 - Aplicações Diretas 20.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS

07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS

(88) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.017-0080 - Aplicações Diretas 65.000,00

(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.017-0080 - Aplicações Diretas 85.000,00

12 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
12.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

(122) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.010-0080 - Aplicações Diretas 22.500,00

Total Anulação: 282.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 20 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

VANIO NAVA

Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº 99/2011

DECRETO N.º 99, 20 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no valor de R\$ 4.000,00 e da outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 001915/10 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.060-0080 - Aplicações Diretas 2.000,00

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.060-0080 - Aplicações Diretas 2.000,00

Total Suplementação: 4.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.061-0080 - Aplicações Diretas 2.000,00

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.060-0080 - Aplicações Diretas 2.000,00

Total Anulação: 4.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 20 de Outubro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

VANIO NAVA

Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 249

PORTARIA Nº 249, DE 11 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA SANDRA DA SILVA BARBOSA DE NEZ PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora SANDRA DA SILVA BARBOSA DE NEZ, CPF/MF nº022.361.089-58, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, a contar de 18/10/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 11 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 250

PORTARIA Nº 250, DE 13 DE OUTUBRO 2011
DESIGNA SERVIDOR A PRESTAR INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA ARIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE

Art.1º - Designar o Sr. Moacir Pavan, CPF nº615.113.669-15, exerce do cargo de Controlador Interno, a prestar em nome do Município as informações solicitadas pela Agência Reguladora Inter-municipal de Saneamento - ARIS, no prazo solicitado pela mesma.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 13 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 251

PORTARIA Nº 251, DE 13 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR APARECIDO JOSE DA SILVA E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009; Considerando o protocolo 360/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares ao servidor APARECIDO JOSE DA SILVA, CPF/MF nº628.482.408-49, Guarda Municipal, do Quadro Permanente do Município, a contar de 08/04/2011 pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 13 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 252

PORTARIA Nº 252, DE 14 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A FUNCIONÁRIA FRANCIELI BOTINI DE MATTIA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a funcionária FRANCIELI BOTINI DE MATTIA, CPF/MF nº045.525.429-07, Assessor II, a partir de 24/10/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 253

PORTARIA Nº 253, DE 14 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR ANTONIO CLAUDIO CANEVER PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao

servidor ANTONIO CLAUDIO CANEVER, CPF/MF nº432.379.679-04, Operário Braçal, do Quadro Permanente do Município, a partir de 21/10/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº254

PORTARIA Nº 254, DE 19 DE OUTUBRO 2011
PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTO DA SERVIDORA SONIA CARDOSO KESTERING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença sem vencimento da servidora SONIA CARDOSO KESTERING, CPF/MF nº032.704.079-39, ocupante do cargo de Merendeira, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data, pelo período de 6 (seis) meses.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº255

PORTARIA Nº 255, DE 19 DE OUTUBRO 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº221/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº221/2011, considerando o retorno ao trabalho da servidora IEDA TOMASI RIBEIRO, CPF/MF nº693.156.399-87, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº256

PORTARIA Nº 256, DE 19 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A FUNCIONÁRIA LENIR MARIA RAMPINELLI FELISBERTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora LENIR MARIA RAMPINELLI FELISBERTO, CPF/MF nº769.235.849-49, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de 18/10/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº257

PORTARIA Nº 257, DE 19 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

Considerando o protocolo 1034/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares a servidora MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI, CPF/MF nº015.203.169-33, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil e Creche, do Quadro Permanente do Município, a contar de 05/09/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 258

PORTARIA Nº 258, DE 21 DE OUTUBRO 2011

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR JORGE LUIZ OLIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009; Considerando o protocolo 1150/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares ao servidor JORGE LUIZ OLIVO, CPF/MF nº022.272.139-14, Escriturário, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data, pelo período de 3 (três) meses.

Art. 2º - Fica cessado o benefício concedido pela Portaria nº89/2011, bem como, os efeitos da Portaria nº33/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 259

PORTARIA Nº 259, DE 21 DE OUTUBRO 2011

CONCEDE PENSÃO POR MORTE À SR. OLGA SAVARIS PAGANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

Considerando o falecimento do servidor aposentado Albino Pagani, em 13/10/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder pensão por morte à esposa Sr. Olga Savaris Pagani, CPF nº868.422.699-20, a partir de 13/10/11.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 260

PORTARIA Nº 260, DE 21 DE OUTUBRO 2011

COLOCA A SERVIDORA ALBERTINA MANENTI SILVESTRINI A DISPOSIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que a servidora ALBERTINA MANENTI SILVESTRINI, brasileiro, CPF/MF nº341.445.959-00, Assistente Social, do Quadro Permanente do Município, atue 10 horas semanalmente no Fórum Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 261

PORTARIA Nº 261, DE 21 DE OUTUBRO 2011

CESSA OS EFEITOS DOS INCISOS I E II DA PORTARIA Nº86/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos dos incisos I e II da Portaria nº86/2010, de 15 de Março de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 262

PORTARIA Nº 262, DE 21 DE OUTUBRO 2011

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº205/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº205/2011, considerando o retorno ao trabalho da servidora TEREZINHA ANA CASSANELLI,

CPF/MF nº548.444.280-04, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a partir de 01/10/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº263

PORTARIA Nº 263, DE 27 DE OUTUBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A FUNCIONÁRIA
IVANA DE CESARO DA BOIT PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE:

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora IVANA DE CESARO DA BOIT, CPF/MF nº579.827.329-68, Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Município, a contar de 26/10/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº264

PORTARIA Nº 264, DE 27 DE OUTUBRO 2011
Concede FG a Servidor do Quadro Permanente do Município

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada à servidora MARIA DO CARGO AGOSTINHO, CPF nº. 556.375.159-72, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, FG 03, Valor R\$400,00, Responsabilidade pelo plantão de guarda nos horários intermediários e final de expediente na creche municipal.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº265

PORTARIA Nº 265, DE 27 DE OUTUBRO 2011
Concede FG a Servidor do Quadro Permanente do Município

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada à servidora JANE DENISE BONASSA, CPF nº. 631.273.779-91, Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$150,00, Responsabilidade pela organização dos medicamentos na Farmácia Básica do Município.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº266

PORTARIA Nº 266, DE 27 DE OUTUBRO 2011
Concede FG a Servidor do Quadro Permanente do Município

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor JOSE CARLOS BONASSA, CPF nº. 343.485.819-91, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$150,00, Responsabilidade pelo protocolo de documentos da Secretaria Municipal de Saúde, na Secretaria Regional e Gerência de Saúde.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Outubro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27

de Outubro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Contrato FMS nº54/2011

Contrato nº54/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº30/2011 - Pregão Presencial nº. 10/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: CISAMREC CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Objeto: a disciplina das relações estabelecidas entre as partes, consistente na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelos Municípios Consorciados.

Contrato FMS nº55/2011

Contrato nº55/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº30/2011 - Pregão Presencial nº. 10/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: CISAMREC CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Objeto: rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Contrato nº82/2011

Contrato nº82/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº74/2011 - Modalidade: CONVITE nº76/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: CRISTIANO PACHECO BUSSOLO

Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção mecânica em equipamentos e máquinas pesadas pertencentes à frota municipal, até o limite de 480 horas.

Valor: até R\$43.680,00(quarenta e três mil seiscentos e oitenta reais).

Vigência: até 31/12/2011.

Contrato nº83/2011

Contrato nº83/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº71/2011 - Pregão Presencial nº72/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: METALURGICA METAL OLIVO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Metalurgia, concernentes a Serviços de plaina, Serviços de Fresa, Serviços de Tornearia e Serviços de Solda, com fornecimento de materiais.

Valor: até R\$ 45.851,00(quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais).

Vigência: até 31/12/2011.

Contrato nº84/2011

Contrato nº84/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº75/2011 - TOMADA DE PREÇOS nº77/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: DKR COMÉRCIO ELETRO ELETRÔNICO LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reparos e manutenção na rede de iluminação pública, compreendendo todo o perímetro urbano e rural do município de Siderópolis e manutenção dos próprios da Prefeitura. Todos os serviços deverão atender as condições de segurança estabelecida na NR-10. Valor: R\$23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos), perfazendo um valor total de até R\$17.625,00 (dezessete mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Vigência: até 31/12/2011.

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2500, de 13 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2500, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.973,63.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, à conta de anulação no valor total de R\$ 5.973,63, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2102. MANUTENCAO DO PROCON

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00

TOTAL 3.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2102. MANUTENCAO DO PROCON

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00

TOTAL 3.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.973,63, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 2.973,63
TOTAL 2.973,63

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 2.973,63

TOTAL 2.973,63

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2501, de 13 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2501, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 153.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

02.03.006.182.0013.2010. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.03.006.182.0013.2010. DEFESA CIVIL

02.03.006.182.0013.2010. MAN. DA DEFESA CIVIL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 150.000,00

TOTAL 150.000,00

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRACAO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRACAO GERAL

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00

TOTAL 3.000,00

153.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2502, de 17 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2502, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 10.000,00

TOTAL 10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2503, de 17 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2503, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 350.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCACAO

04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL

04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 30.000,00
TOTAL 30.000,00
04.02.012.365.0020.2046. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.02.012.365.0020.2046. UNIDADES PRE-ESCOLARES
04.02.012.365.0020.2046. MANUTENÇÃO DAS UPES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 140.000,00
TOTAL 140.000,00
04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 180.000,00
TOTAL 180.000,00
TOTAL 350.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-C1446, de 19 de Outubro de 2.011

PORTARIA No SEMFA-C1446, de 19 de Outubro de 2.011
Concede Pecúlio do ex-servidor Ingo Kegel, à viúva Hella Kegel.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 195 e 196 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98;

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PECÚLIO, do ex-servidor Ingo Kegel, á viúva Hella Kegel, equivalente ao valor dos proventos de 1.326,12 (Hum mil trezentos e vinte e seis reais e doze centavos), custeado integralmente pelo Órgão Patronal, conforme Processo RH11-0362.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1440 de 11 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1440 de 11 de Outubro de 2011.
Concede Licença à Gestante para a servidora Antonieta Carolina Ramos Andrade.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 65 a 70 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença à Gestante para servidora Antonieta Carolina Ramos Andrade, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por cento e vinte (120) dias, a contar de 07 de Outubro de 2011 (período 07/10/2011 a 03/02/2012), conforme Processo RH11-0355.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1449 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1449 de 19 de outubro de 2011.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliane Marta Slomp Nones

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora ELIANE MARTA SLOMP NONES, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por três (03) dias, a contar de 25 de setembro de 2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH10-0210.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2010; 142º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1450 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1450 de 19 de outubro de 2011.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Elise Helena da Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora ELISE HELENA DE SOUZA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação,

por um (01) dias, a contar de 29 de setembro de 2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH03-0260.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2010; 142º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1452 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1452 de 19 de outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Wania de Oliveira Rossi.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Wania de Oliveira Rossi, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por dezessete (17) dias, a contar de 01/10 a 17/10/2011, conforme Processo RH01-115;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1453 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1453 de 19 de outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Roland Reichel

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor Roland Reichel, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, por trinta (30) dias, a contar de 01/10 a 30/10/2011, conforme Processo RH00-0179;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1454 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1454 de 19 de outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço a servidora Ivani Laemmel Anklam.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço a servidora IVANI LAEMMEL ANKLAM, ocupante do cargo de Educadora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por vinte (20) dias, a contar de 01/10/2011 a 20/10/2011, conforme Processo RH10-0208;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1456 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1456 de 19 de outubro de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maristela Aparecida dos Passos Zoboli.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maristela Aparecida dos Passos Zoboli, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um (01) dia, a contar de 03 de outubro de 2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0367.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2010; 142º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1457 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1457 de 19 de outubro de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à

servidora Dalila Terezinha dos Passos Cardoso.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dalila Terezinha dos Passos Cardoso, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um (01) dia, a contar de 03 de outubro de 2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0368.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2010; 142º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1441, de 18 de outubro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1441, de 18 de outubro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total aos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total aos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a ser pago junto à folha Competência outubro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Fanny Yuka Nagaoka	RH02-088	01.09.2006/2011
Nilson Locks	RH02-162	01.09.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1442, de 18 de outubro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1442, de 18 de outubro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total a servidora do Fundo Municipal de Trânsito.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total a

servidora do Fundo Municipal de Trânsito, a ser pago junto à folha Competência outubro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Marli Catafesta	RH02-151	01.09.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1443, de 18 de outubro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1443, de 18 de outubro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total a servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total a servidora da Secretaria Municipal de Educação, a ser pago junto à folha Competência outubro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Dione Enir Dalpiaz	RH02-303	01.09.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1444, de 19 de outubro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1444, de 19 de outubro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total ao servidor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total ao servidor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos a ser pago junto à folha Competência outubro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Ademar Gessner	RH11-0360	14.02.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1445 de 19 de Outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1445 de 19 de Outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Macilde Martins Cunha.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Macilde Martins Cunha, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta e três (33) dias, a contar de 16/10/2011 a 17/11/2011, conforme Processo RH11-0319.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1447 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1447 de 19 de outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Claudete da Silva Schmidt.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora Claudete da Silva Schmidt, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por vinte (20) dias, a contar de 20/09/2011 a 09/10/2011, conforme Processo RH11-0356;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1448 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1448 de 19 de outubro de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Léa Liana Gramm Oss Emer.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Léa Lianna Gramm Oss Emer, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal da Educação, por quinze (15) dias, a contar de 23/09/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH08-0172.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1451 de 19 de outubro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1451 de 19 de outubro de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Lucia Marlene Simeone Hoffmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora Lucia Marlene Simeone Hoffmann, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por vinte e quatro (24) dias, a contar de 30/09/2011, conforme Processo RH11-0363;

I - com remuneração integral do cargo no período de 15/09 à 29/09/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 30/09 à 23/10/2011 (24 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1455 de 19 de outubro de 2011.
PORTARIA NºSEMFA-C1455 de 19 de outubro de 2011.

Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dietlind Duwe Westphal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Dietlind Duwe Westphal, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por dezoito (18) dias, a contar de 01/10 a 18/10/2011, conforme Processo RH01-102;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1458 de 19 de outubro de 2011.
PORTARIA NºSEMFA-C1458 de 19 de outubro de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Vanessa Carla Cristofolini Raduenz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Vanessa Carla Cristofolini Radunz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por meio dia (1/2), a contar de 05/10/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH10-0125.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1459 de 19 de outubro de 2011.
PORTARIA NºSEMFA-C1459 de 19 de outubro de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Ingelore Andreatta.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Ingelore Andreatta, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por vinte e oito (28) dias, a contar de 06/09 a 03/10/2011, conforme Processo RH09-0152;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1460 de 19 de outubro de 2011.
PORTARIA NºSEMFA-C1460 de 19 de outubro de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Léa Liana Gramm Oss Emer.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Léa Lianna Gramm Oss Emer, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal da Educação, por quinze (15) dias, a contar de 10/10/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH08-0172.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso de Licitação Deserta

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Aviso de Licitação Deserta - Concorrência 002- 2011 FMAS

Aviso Licitação Deserta

Concorrência para Obras nº. 002/2011

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTA a Concorrência n.º 002/2011 que teve por objetivo a execução de obra do Centro de Convivência do Idoso, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó, 07 de novembro de 2011.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Aviso Pregão Presencial n.º 128 2011 Cama, mesa e banho

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 128/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA MESA E BANHO PARA OS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 22 de novembro de 2011. ABERTURA: dia 22/11/2011 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações, sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 04/11/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso Pregão Presencial n.º 130 2011 Motor Partida Retroescavadeira

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 130/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR DE PARTIDA PARA RETROESCAVADEIRA FIATALLIS FB 80.2 DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h50min do dia 22 de novembro de 2011. ABERTURA: dia 22/11/2011 às 11h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações, sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 07/11/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Edital Nº 06/2011- Prorroga a Validade do Processo Seletivo Público Nº 01/2010 da Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL N.º 01/2010

Edital nº 06/2011
PRORROGA A VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ:

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, e no item 8.3 do edital do Processo Seletivo n.º 01/2010 da Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó, ao bem do interesse público, PRORROGA até 03/12/2012, a validade do referido Processo Seletivo, vinculando-se a contratação dos candidatos aprovados ao que disciplina a contratação de pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045/1998 com alterações promovidas pela Lei nº 2.439/2009, bem como aos termos constantes do respectivo edital.

Timbó, 08 de novembro de 2011.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó - SC

SAMAE**Portaria No SAMAE- 444, de 03 de Outubro de 2011**

PORTARIA No SAMAE- 444, de 03 de Outubro de 2011.

Autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VIII e do art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.300, de 18/05/2006, ou seja, a substituição de pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ausência de candidatos em concursos públicos, ou nos casos de licença ou afastamento do exercício do cargo, para coleta, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, RESOLVE:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Dos servidores abaixo relacionados, com base na Lei nº 2.045/98, alterada pela Lei nº. 2.300, de 18/05/2006:

Cargo:

Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc.	CTPS	PERÍODO
Joel Oliveira	15/09/1990	1246616	03/10/2011 A 31/10/2011
Marcio Pereira dos Santos	22/04/1979	5050599	03/10/2011 A 31/10/2011
Fabiano Alves de Quadros	26/02/1985	1150680	03/10/2011 a 31/10/2011

Cargo:

Fiscal Leiturista

Nome	Data Nasc.	CTPS	PERÍODO
Luiz Carlos Bas-sani	26/02/1985	1150680	03/10/2011 a 31/10/2011

Município de Timbó, em 03 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE- 445, de 28 de Outubro de 2011.

PORTARIA No SAMAE- 445, de 28 de Outubro de 2011.

Altera a data do término do período de contratação dos Servidores lotados no SAMAE

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VIII e do art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.300, de 18/05/2006, Decreto nº 1476, de 02/01/2009, ou seja, a substituição de pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ausência de candidatos em concursos públicos, ou nos casos de licença ou afastamento do exercício do cargo, para

coleta, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, RESOLVE:

ALTERAR A DATA DE TÉRMINO

Do período de contratação dos servidores abaixo relacionados, com base na Lei nº 2.045/98, alterada pela Lei nº. 2.300, de 18/05/2006:

NOME	DATA TÉRMINO
ADRIANO OLIVEIRA	31/01/2012
AMADO CASTANHA	31/01/2012
CAMILA TROMBELL	31/01/2012
CARLA ROEDER LACERDA	31/01/2012
DAYSE DIAS DE OLIVEIRA	31/01/2012
DIETMAR DE BORBA	31/01/2012
EMMERSON CLEITON NARDELLI	31/01/2012
ERENITA DE FATIMA M CASTANHA	31/01/2012
FABIO DALMOLIN	31/01/2012
FABIO STEUCK	31/01/2012
GILNEI SCHUSTER	31/01/2012
GUSTAVO DUNCHATT ZETTERMANN	31/01/2012
IZOLETE DE SOUZA	31/01/2012
JAIRO HAAKE	31/01/2012
JANETE APARECIDA COLARITES	31/01/2012
JANETE BILK	31/01/2012
JHONATHAN DE OLIVEIRA OSS EMER	31/01/2012
MARCIO DE BORBA	31/01/2012
MARCO ELISEU SURDI	31/01/2012
MARIO STEFFEN	31/01/2012
NELSON CORDEIRO	31/01/2012
NEUSA CASTANHA	31/01/2012
ROBSON DIEGO KOCH	31/01/2012
SUZANA MORAIS	31/01/2012
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	31/01/2012
VANDERLEI DE JESUS	31/01/2012
VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS	31/01/2012
FABIANO ALVES DE QUADROS	31/01/2012
JOEL OLIVEIRA	31/01/2012
LUIZ CARLOS BASSANI	31/01/2012
MARCIO PEREIRA DOS SANTOS	31/01/2012

Município de Timbó, em 28 de Outubro de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Aviso Tomada de Preço 00058/2011 Para Obras e Serviços de Engenharia

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº 00058/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia", do tipo Menor Preço, por Item para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS BAIRROS SÃO ROQUE E TIROLESES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail

beatris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 25 de Novembro de 2011, até as 08h50minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBÓ (SC), 08 de novembro de 2011.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 26/2011 peças Doblo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2011

Edital de Pregão Presencial nº 17/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por lote, que tem por objeto a aquisição de peças "originais" que serão utilizadas para o conserto do veículo DOBLO HLX 1.8 FLEX, 8 V, ANO DE 2008, placa MDX 8124, pertencente ao Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 8h do dia 22/11/2011

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

Decreto 92/2011

DECRETO Nº 092/11, de 03 de Novembro de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 737.415,29 (setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e vinte e nove centavos), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.0004 - VIAS URBANAS PAVIM.PASSEIOS PÚBL.E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024.0(63) - Aplicações Diretas

R\$ 500.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(64) - Aplicações Diretas
R\$ 237.415,29

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação através de convênio, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Ararangua - SC, nº. 14.895/2011-4 no valor de R\$: 500.000,00 (quinhentos mil reais) e o valor de R\$ R\$: 237.415,29 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e vinte e nove centavos) a título de excesso de arrecadação do exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 03 de Novembro de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 93/2011

DECRETO Nº 093/11, de 03 de novembro de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0003.1.052 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0(01) - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2011, no valor de R\$: 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 03 de novembro de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Pregao Presencial FMS 20/2011

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 20/2011 - Pregão Presencial nº. 20/2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliário para o posto de saúde central do município de Turvo - SC.
Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 23/11/2011

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 23/11/2011
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, em 08 de Novembro de 2011
NESTOR RECO
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.840/11

DECRETO Nº 9.840/11, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor ARY ONGHERO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 019/2011,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor ARY ONGHERO, inscrito no CPF sob o nº 194.736.569-04, no RG nº 390.219-6 e no PIS/PASEP nº 100.97993.85-6, detentor da matrícula funcional nº 395, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia - Agente de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.312,83 (um mil, trezentos e doze reais e oitenta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/11/2011, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.846/11

DECRETO Nº 9.846/11 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10 de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 11.625,00 (onze mil seiscentos e vinte e cinco reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

01 - Departamento de Saúde

2.042 - Manutenção do Departamento de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

11.625,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 11.625,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0824/11

PORTARIA nº 0824/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13067/11,

RESOLVE

Declarar estável a servidora SILVANA MATILDE DA SILVA DALLA COSTA, Professor de Educação Infantil, E-PE-MAG-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 746/11.

Videira, 03 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0825/11

PORTARIA nº 0825/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 07 de novembro de 2011 a 30 de novembro de 2011, o gozo de férias do servidor JOCELITO FELICETTI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2009 até 01 de outubro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 07 de novembro de 2011.

Videira, 04 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0826/11

PORTARIA nº 0826/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de novembro de 2011 a 30 de novembro de 2011, o gozo de férias do servidor RICARDO DE MELLO MORO, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão, referente ao período aquisitivo de 03 de junho de 2010 até 02 de junho 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0827/11

PORTARIA nº 0827/11

Exonera Servidor Municipal

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, GILMAR MARCOS DE OLIVEIRA, do cargo comissionado

de Diretor do Observatório Municipal, símbolo DAS-2, nomeado pela Portaria nº 0503/09.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2011.

Videira, 04 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0828/11

PORTARIA nº 0828/11

Nomeia Diretor do Observatório Municipal

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

FABIO RAFAEL HERPICH, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Observatório Municipal, símbolo DAS-2, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 07 de novembro de 2011.

Videira, 04 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 160/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 160/2011 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO PONTO A PONTO DE SINAIS DE VÍDEO E DADOS POR FIBRA ÓTICA, PARA VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 28 de Novembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 07 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 161/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 161/2011 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto do Trator de Pneu Valmet, Frota 92, Ano 1994, de uso da Secretaria de Agricultura. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 17:00 horas do dia 30 de Novembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 17:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 07 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 162/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2011 - PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 162/2011 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA EQUIPAR OS LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS DAS 06 (SEIS) ESCOLAS MUNICIPAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 01 de Dezembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 07 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Nº 0802

LEI N. 0802, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA A LEI 764/2010 QUE AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os incisos II e III do art. 1ª da Lei 764/2010 passam a vigorar com as seguintes disposições:

II - Uma parte ideal do TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, á 447,00 metros da esquina com a Rua Expedicionário Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de

Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado por parte do lote de terras nº 2.674, da linha Alto Rio Dollmann, contendo a área de 602,48m² (seiscentos e dois metros e quarenta e oito decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com terras do Município de Vitor Meireles (Matricula 6.615 PG/SC) em linha de 16,06 metros; FUNDOS, com Rio Dollmann, em linha 19,14 metros; LADO DIREITO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 42,23 metros; LADO ESQUERDO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 33,16 metros; Sem Benfeitoria; de propriedade de Nelson de Almeida e Luzia Ordalha de Almeida; pelo valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, no livro 2-RG, matricula nº 149 de 20 de abril de 1976; III - Uma parte ideal do O TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, à 564,00 metros da esquina com a Rua Expedicionário Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado por parte do lote de terras nº 2.674, da linha Alto Rio Dollmann, contendo a área de 1.124,99 m² (um mil, cento e vinte e quatro metros e noventa e nove decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com Rio Dollmann, em linhas 14,28 metros e 2,00 metros; FUNDOS, com terras de Antonio Berkenbrock (Matricula 2.691/PG-SC), em linha 16,25 metros; LADO DIREITO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 70,33 metros; LADO ESQUERDO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 70,58 metros; Sem Benfeitoria; de propriedade de Nelson de Almeida e Luzia Ordalha de Almeida; pelo valor de R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, no livro 2-RG, matricula nº 149 de 20 de abril de 1976;

Art. 2º - Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 07 de novembro de 2011
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

Consórcios

CIS/AMARP

Termo Aditivo Nº 02/2011-Contrato Nº 13/2011

Termo Aditivo nº. 02/2011 ao Contrato Administrativo nº 13/2011
TERMO ADITIVO Nº. 02/2011 AO CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VIDEIRA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99, no município de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente Cláudio Spricigo, brasileiro, prefeito do município de Arroio Trinta, portador da Cédula de Identidade nº. 10/R 1.912.533, inscrito no CPF sob nº. 551.995.939-00, residente e domiciliado à Rua Orlando Zardo, nº. 13, no município de Arroio Trinta, SC, e o Município de Videira/SC neste ato representado por seu prefeito, Sr. Wilmar Carelli, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº. 02/2011 ao Contrato nº. 13/2011 nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho

de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLAUSULA PRIMEIRA

Fica ALTERADA A Cláusula quarta (DOS VALORES E FORMA DE REPASSE), alínea b) A importância variável mensal de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme cota do município, conforme Planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao município, nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2011, totalizando um valor máximo de R\$ 1.200.00 (Um milhão e duzentos mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA-

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Nº 13/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 13/2011 em 03 (tres) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Videira, 26 de outubro de 2011.

CLÁUDIO SPRICIGO
Presidente CIS-AMARP

WILMAR CARELLI
Prefeito de Videira

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CIS/AMOSC

Termo de Credenciamento Nº: 10/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE SANTA CATARINA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 10/2011

PRESTADOR: BIOCENTER SÃO LOURENÇO DO OESTE

OBJETO: Prestação de serviço na área de Exames de Análises Clínicas

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2011